

1º semestre 2011
Semestral Nº10

CALEIDOSCÓPIO

Revista
de Comunicação e Cultura

Dimensões do acontecimento

Configuração,
mediação, tempo
e experiência

Organização:
Isabel Babo-Lança



Edições Universitárias
Lusófonas





**Edições Universitárias
Lusófonas**

Design e Criação:
VLR Design

Paginação:
J. Macau

Impressão:
Soartes, Lda

Tiragem: 500 Exp.

Propriedade:
Cofac – Cooperativa de Informação
e Animação Cultural

Depósito Legal:

ISSN:

Solicita-se a permuta com outras publicações afins
We promote exchange with similar publications

Caleidoscópio

Revista de Comunicação e Cultura

Director da Revista:
José Bragança de Miranda

Secretariado de Redacção:
António Machuco Rosa
Jorge Carvalho
José Bragança de Miranda
José Manuel Pinto
Luís Filipe B. Teixeira
Manuel José Damásio
Mário Mesquita

Conselho de Redacção:
Alberto José Delgado dos Reis
Alexandre Manuel de Melo B. S. Pereira
António de Oliveira Pena
António José Machuco Pacheco Rosa
Augusto Deodato Guerreiro
Catarina Moura
Damasceno Dias
Fernando António Pinheiro Correia
Inês Godinho Mendes Gil
Isabel Babo-Lança
Ivone Carinhas Ferreira
Jorge Manuel Leandro de Oliveira Rosa
Jorge Manuel Martins Rosa
José Augusto Bragança de Miranda
José Manuel de Figueiredo Gomes Pinto
Luís Cláudio dos Santos Ribeiro
Luís Filipe de Bragança e Sousa da Silva Teixeira
Manuel José Carvalho Almeida Damásio
Maria Cláudia Álvares
Maria Constança Pignateli Vasconcelos
Maria Isabel Canhoto
Maria José Brites
Maria José Pereira da Mata
Maria Teresa da Silva Guerreiro Mendes
Mário António da Mota Mesquita
Paulo Renato da Silva Viveiros
Rui Pedro Rodrigues Pereira Jorge
Stefan Rosendahl
Victor Manuel Esteves Flores

Contacto:
Revista Caleidoscópio
Departamento de Ciências da Comunicação, Artes
e Tecnologias da Informação
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Campo Grande, 376
1749-044 Lisboa, Portugal
e-mail: caleidoscopio@ulusofona.pt



Introdução

O acontecimento constitui um objecto de estudo preferencial da historiografia, da “filosofia da história” (Arthur C. Danto, 1965; Louis O. Mink, 1978), tornou-se um objecto da filosofia analítica (D. Davidson, 1980) e, desde há três décadas, a teoria do acontecimento é um campo de interesse crescente na sociologia da comunicação e dos *media*. Nesta última, contam-se as teorias da construção do acontecimento nos *media* (a socio-semiótica de Véron, 1981; o construtivismo de Champagne, 1990/1991; os estudos de Baudrillard, Virilio, etc.) ou, mais particularmente, a abordagem do “acontecimento mediático” de Daniel Dayan e E. Katz (1999). Debruçando-se sobre o acontecimento nos *media*, os estudos destes dois autores reflectem sobre os “acontecimentos noticiosos”, tais como acidentes, desordens, tumultos, que remetem para a noção habitual de acontecimento no campo dos *media* e das práticas jornalísticas, sobre os “acontecimentos mediáticos” que dizem respeito às grandes cerimónias televisivas características das sociedades contemporâneas (acontecimentos programados, telecerimónias em directo) e sobre os “acontecimentos cerimoniais” que correspondem a momentos de ritualidade, “construídos” por organizadores e constituindo modelos de celebração de tipo integrativo. Boorstin, num estudo clássico (*The Image: A Guide to Pseudo-events in America*, 1961), refere os “pseudo-acontecimentos” que, embora partilhem com os acontecimentos mediáticos o facto de serem organizados em função dos *media*, dependem da cobertura mediática, sendo planeados para constituírem notícia. Os “acontecimentos rotina” (Molotch e Lester, [1974] 1995), realizações deliberadas e previsíveis, pela sua frequência desi-

CALEIDOSCÓPIO

gnados de “rotina”, são aqueles que são promovidos intencionalmente à categoria de acontecimentos (a conferência de imprensa). Os “acontecimentos públicos” (Barthélémy, 1992; Barthélémy e Quéré, 1991) – que, em rigor, seriam todos os acontecimentos de que falamos que irrompem nas cenas e arenas públicas –, são acontecimentos que se destacam por entrarem em desacordo com as práticas instituídas e correntes, com as expectativas morais, provocando rupturas dos quadros da experiência e dando lugar a situações que constituem problema ou ligando-se a problemas já instituídos. São “acontecimentos-problema” ou “acontecimentos problemáticos”, na linha da teoria do problema público (Gusfield, 1981). O acontecimento que constitui problema efectua uma ruptura com a normalidade social e desencadeia uma tematização.

Antes de avançarmos no tratamento que neste número é dado ao acontecimento, ensaiaremos examinar como o acontecimento pode ser encarado e apreendido.

Se o investigador considera que as descrições dos acontecimentos podem ser tratadas como sinais ou testemunhos da realidade do que “realmente se passou”, podendo restituir através da sua leitura a realidade do fenómeno ao qual elas se referem, pode atribuir-se como programa a reconstrução da realidade do acontecimento ou do fenómeno procurando, por exemplo, inscrevê-lo no contexto socio-histórico que lhe possa fornecer a textura causal objectiva e explicar a realidade do que ocorreu. Poder-se-á, nesse caso, defender que é a apreensão de um contexto socio-histórico e a capacidade de estabelecer, a partir de traços, um encadeamento dos factos que

Introdução

permitem compreender os acontecimentos pertencentes ao passado.

Uma outra abordagem, que considera as narrativas jornalísticas como um tipo de discurso social, centra-se preferencialmente no acontecimento mediático e jornalístico, nos modos discursivos do seu tratamento, na análise dos *media* como operadores da publicitação, i.e. de descrição de um acontecimento para um público, nas características da notícia da imprensa na própria medida em que os *media* constituem, de facto, o principal dispositivo através do qual o acontecimento é tornado público e publicitado. Esta abordagem interessa-se também pelo estudo das condições de produção dos discursos, pelas operações que os engendram, pelo funcionamento dos diferentes jornais ou televisões, pelas suas tendências e pelos seus públicos.

Outra orientação interessa-se não em averiguar a realidade dos factos, nem especialmente as modalidades da construção jornalística, mas as operações pelas quais os diferentes actores (e jornalistas, especialistas, etc) configuram em narrativas os acontecimentos de que dão conta, mostrando a operatividade das descrições. Estas últimas intervêm nos contextos e nas circunstâncias práticas que se reelaboram à medida que toma forma uma inteligibilidade pública das ocorrências. É assim que, sendo os acontecimentos entidades temporais por excelência, sofrem também uma temporalização na sua recepção por parte de uma comunidade de linguagem e de percepção, havendo frequentemente lugar para a reconstrução de uma inteligibilidade retrospectiva. A narrativização não apreende e configura somente o acontecimento, as suas consequências previstas ou imprevisas, circunstâncias, causas, resultados pre-

CALEIDOSCÓPIO

tendidos ou acasos, sistema de responsabilidades, como reordena o conjunto, conferindo-lhe a inteligibilidade narrativa.

Os *media*, suportes de uma descritibilidade e inteligibilidade públicas, surgem como lugares privilegiados para apreender este trabalho de construção pública do acontecimento e de estabilização de uma definição comum – a narrativa e o relato jornalísticos ajudam a estabilizar o acontecimento e a reduzir a sua contingência. Eles constituem operadores de publicitação e de descrição de um acontecimento para um público, segundo os seus próprios registos e dispositivos de enunciação e configuração discursiva¹. Os *media* de informação adoptam processos específicos de percepção, descrição e configuração da realidade e são dispositivos de focalização da atenção pública.

Pode considerar-se que os acontecimentos sociais (os acontecimentos públicos, os acontecimentos noticiosos) são dotados de sentido e configurados (dotados de forma) aos níveis da produção e da recepção, por meio de operações de individuação, de categorização, de narrativização e de sociação realizadas pelos membros da colectividade e por especialistas – jornalistas, historiadores, sociólogos, politólogos, escritores, etc. O acontecimento é, então, relativo a uma multiplicidade de actos de configuração e a uma dinâmica de produção e recepção, na ordem do discurso e da experiência pública.

Ora, abordar a configuração e constituição intersubjectiva da objectividade dos fenó-

¹ Na linha da observação sociológica da escola de Chicago, Gaye Tuchman (*Making news: a study in the construction of reality*, 1978) apresentou a notícia como *construção social da realidade* e como *narrativa*; perspectiva da *newsmaking*, em que a construção dos acontecimentos nos meios de comunicação é condicionada pelas exigências destes ou pela lógica da produção de *news*.

Introdução

menos sociais, a individuação, descrição, categorização e narrativização do acontecimento por parte de uma comunidade, assim como a sua afectação na experiência pública, requer em certa medida aplicar a máxima fenomenológica do “retorno às próprias coisas”, produzindo uma viragem semelhante ao “linguistic turn” que restituiu à linguagem o seu aspecto pragmático. Evitando uma descrição puramente factual dos factos e dos acontecimentos, assim como as explicações causais, afastando-se dos métodos quantitativos, qualitativos e documentais tradicionais, esta viragem descritiva incitou a análise a tomar como objecto os procedimentos e recursos de que os actores sociais se servem para constituir intersubjectivamente e descrever colectivamente as realidades objectivas do mundo que lhes é comum. Para um tal programa, que se aplica a dar conta da própria actividade de organização e configuração da realidade do mundo da vida, o estudo dos acontecimentos públicos é fundamental.

Esta sociologia do “acontecimento público”, iniciada e desenvolvida por Louis Quéré na senda dos estudos efectuados pelo autor da teoria do Espaço Público (Habermas), do pragmatismo norte-americano (G. H. Mead, J. Dewey), da etnometodologia (H. Garfinkel) e da hermenêutica da narrativa (Ricoeur), assenta o tratamento do acontecimento, da sua individualização e configuração, nesse cruzamento de perspectivas. De facto, o estudo do acontecimento, objecto preferencial da história, da arte, da narrativa literária, da semiologia, nos anos 80 do século XX transita pelas teorias da narrativa de Paul Ricoeur (1983, 1985) e por uma nova sociologia inspirada na pragmática (Dewey, G.-H. Mead), na fenomenologia da percepção de Merleau-

CALEIDOSCÓPIO

Ponty (1945), na fenomenologia social de A. Schütz, na etnometodologia (H. Garfinkel, 1967), na hermenêutica (H.-G. Gadamer, 1960), na hermenêutica narrativa, nas teorias da recepção (H.-R. Jauss, 1972) e na análise gramatical de Wittgenstein (1961), começam a tratar o acontecimento não como puro objecto de análises semióticas e factuais, mas como fenómeno susceptível de uma reelaboração da nossa própria concepção do social (Quéré, 1991).

Louis Quéré, no seu artigo “A individualização dos acontecimentos no âmbito da experiência pública”, trabalha a questão da individualização e configuração do acontecimento e a questão do sentido do acontecimento ser determinado pelo modo como ele é experienciado e afecta uma comunidade, logo como é recebido e apropriado na experiência pública. A significação do acontecimento liga-se à experiência pública e ao modo como a sua ocorrência e consequências foram apropriadas e vividas, ou seja, ao modo como uma comunidade o recebe, o integra na sua experiência e se apropria dele. Nisto consiste a experiência pública do acontecimento que se torna na experiência e na história de quem é afectado, de quem se apropria dele e o incorpora no seu suportar e agir. Trata-se de situar as significações no modo como o acontecimento é sentido, interpretado e apropriado nas situações em cuja elaboração ele mesmo participa.

A experiência pública testemunha a pré-existência ontológica do acontecimento em relação aos media, já que ele acontece a pessoas e as afecta. A análise da experiência possibilita re-situar a perspectiva da construção mediática do acontecimento, significando que os *media* não criam (fabricam) o aconteci-

Introdução

mento desligados da realidade do mundo vivido e dos conhecimentos comuns, ainda que se verifique uma dependência dos *media* por parte do acontecimento. Deste modo, o artigo de Louis Quéré, que ocupa o espaço acontecimento e experiência pública, constituindo o núcleo central da reflexão que aqui se empreende e antecede a abordagem de acontecimento e *media*. A análise da relação do acontecimento moderno aos *media* foi encetada exemplarmente por Pierre Nora² que situou o aparecimento do “acontecimento moderno” no último terço do século XIX. Jocelyne Arquembourg aborda aqui o terramoto de Lisboa de 1755 como o nascimento do acontecimento mediático moderno, considerando que “pela sua dimensão internacional, sua repercussão, debates que suscitou, ele prefere acontecimentos mais recentes como se a própria forma do acontecimento mediático emergisse com o espaço público do século XVIII”. De facto, os *media*, que são dispositivos de publicitação privilegiados, têm o poder de anunciar, colocar e manter na cena pública o acontecimento para um público vasto. Como observa Pierre Nora, “é próprio do acontecimento moderno desenrolar-se sobre uma cena imediatamente pública” (1974: 218)³.

² Pierre Nora, 1972, “L'événement monstre”, revista Communications (Nora, 1974; E. Neveu e L. Quéré, 1996).

Nora questiona o estatuto do acontecimento nas sociedades democráticas modernas, considerando que há nelas uma “eventualidade nova”, associada ao tratamento nos *media*, televisivos especialmente, da actualidade.

³ O autor refere a proliferação dos acontecimentos nos *media* (o “reino da inflação de acontecimentos”; 1974: 220). O argumento de Nora, cujo campo é preferencialmente a história, é que os *media*, e sobretudo o directo, projectaram o acontecimento no vivido das massas, retirando-lhe o seu carácter histórico (por isso considera que o desembarque na lua “foi o modelo do acontecimento moderno”; *idem*, p. 217).

CALEIDOSCÓPIO

Partindo do *acontecimento e experiência pública*, as dimensões do acontecimento que aqui se apresentam organizam-se em torno de reflexões sobre *acontecimento e media*, sobre *acontecimento, arte e técnica* e sobre *espaço público e acontecimento*. O que será endossar a indissociabilidade do tratamento do acontecimento à experiência e à recepção públicas, à sua configuração e narrativização mediáticas, mas também em relação às mediações e às arenas públicas.

Agradecendo a todos os autores a colaboração que permitiu esta reflexão partilhada sobre o acontecimento, devo salientar o apoio de Catarina Moura e Maria José Brites na elaboração deste número e no cuidado que dedicaram à revisão dos textos.

Isabel Babo-Lança

Referências bibliográficas

- BABO-LANÇA, I. (2006). *A configuração dos acontecimentos públicos. O caso República e as manifestações nos Açores em 1975*, Coimbra: Edições Minerva Coimbra.
- BARTHELEMY, M. e QUÉRÉ, L. (1991). *La mesure des événements publics*, Paris: CEMS, Ed. de l'EHESS.
- CHAMPAGNE, P. (90/1991). “La construction médiatique des ‘malaises sociaux’”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*.
- DANTO, Arthur C. (1965). *Analytical Philosophy of History*, Cambridge: University Press.
- DAYAN, D. e KATZ, E. (1999). *A história em directo. Os acontecimentos mediáticos na televisão*, Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- GUSFIELD, J. (1981). *The culture of public problems : drinking-driving and the symbolic order*, Chicago : Un. of Chicago Press.
- JAUSS, H. R. (1978). *Pour une esthétique de la réception*, Paris: Gallimard.
- KOSELLECK, Reinhart (1990). *Le Futur Passé*, Paris: Ed. de l'EHESS.

Introdução

CALEIDOSCÓPIO

- MERLEAU-PONTY, M. (1989) [1945]. *Phénoménologie de la Perception*, Paris: Gallimard.
- MINK, Louis O. (1978). "Narrative form as a cognitive instrument", in R. H. Canary e H. Kozicki, *The Writing of History*, The University of Wisconsin Press, pp. 129-149.
- NORA Pierre (1974). "Le retour de l'événement", in Jacques Le Goff e Pierre Nora, *Faire de l'histoire*, Paris: Gallimard, pp. 210-228.
- QUÉRÉ, Louis (1995). "L'espace public comme forme et comme événement", in I. Joseph (ed.), *Prendre Place. Espace public et culture dramatique*, Paris: Éditions Recherches, pp. 93-110.
- QUÉRÉ, L. (2000 b). "Individuation des événements dans le cadre de l'expérience publique ", in S. Ostrowestsky (org.), *Processus du sens*, Paris: L'Harmattan.
- RICŒUR, Paul (1983). *Temps et Récit I*, Paris: Le Seuil.
- RICŒUR, Paul (1985). *Temps et Récit III. Le Temps Raconté*, Paris: Le Seuil.
- TUCHMANN, G. (1978). *Making News. A study in the construction of reality*, New York: The Free Press.
- VERON, Eliseo (1981). *Construire l'Événement*, Paris: Minuit.
- WITTGENSTEIN, L. (1961). *Investigations philosophiques*, Paris: Gallimard.



CALEIDOSCÓPIO

I.

Acontecimento e Experiência Pública



Acontecimento e Experiência Pública

CALEIDOSCÓPIO

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS NO QUADRO DA EXPERIÊNCIA PÚBLICA

Como dar conta da dinâmica dos fenómenos, i.e. como apreendê-los no movimento da sua estruturação, da constituição da sua individualidade e da sua objectividade? Teremos nós nas ciências sociais os meios conceptuais, teóricos e metodológicos de uma tal descrição? Este tipo de questão preocupa-me porque é central na perspectiva de uma abordagem fenomenológica em ciências sociais e porque a reencontro constantemente nas minhas investigações sobre a individualização dos acontecimentos públicos.

A minha intuição é que a individualização de um fenómeno, ou seja, o conjunto de operações através das quais este se torna observável e apreensível como indivíduo determinado, dotado de uma unidade e de uma coerência, assim como de uma identidade e de uma significação estabilizadas, releva de um processo de configuração. Mas como conceber esta “informação”? Para a analisar, é preciso especificar o género de forma implicada na percepção dos objectos “intencionais”, i.e. objectos cuja individualidade depende de um ponto de vista, ou incorpora uma interpretação (um “ver como” ou um “contar para”). É preciso também recolocar o fenómeno no meio ou no campo no qual a sua individualização se produz, “considerando como primordial a operação de individuação a partir da qual o indivíduo passa a existir, reflecte o desenvolvimento, o regime e, enfim, as modalidades”, tendo em conta que “o que a

Louis Quéré

École des Hautes Études en Sciences Sociales,
Paris

LOUIS QUÉRÉ

individualização faz aparecer não é somente o indivíduo mas o conjunto indivíduo-meio” (Simondon, 1989: 12).

Talvez seja necessário esclarecer desde já que confiro ao termo indivíduo uma extensão bem mais larga do que a que lhe é dada habitualmente. É indivíduo, de um ponto de vista lógico, “tudo o que é susceptível de uma individuação, quer dizer, de uma diferenciação dando lugar a uma divisão” (Descobes, 19292: 57), sendo esta diferenciação efectuada dentro de um género ou de uma espécie. Contudo, a individualidade implica também uma dimensão de unidade e uma dimensão de identidade: o indivíduo é um “todo qualitativo”, um todo penetrado e assinalado por “uma qualidade difusa imediatamente perceptível” (Dewey). Deste ponto de vista, um acontecimento, um objecto ou uma acção determinada é, tal como uma pessoa, um indivíduo. Se a individualização é diferenciação, segregação, unificação, qualificação, ela é também estruturação, integração, resolução de tensões e de contradições, engendramento de coerência e de significações. No caso das pessoas, prolonga-se, pelo menos nas sociedades modernas, em individualização pessoal (esta implica uma nova estruturação permitindo a consciência de si e a autonomia).

O que me interessa, de um modo geral, é especificar as dimensões sociais destas operações de individualização efectuadas nos objectos, acontecimentos, pessoas, etc., ou seja, mostrar em que é que esta individualização passa por uma socialização, no sentido de uma inscrição num mundo social (de sentido e de coerência estabelecidos, de instituições, de usos e de costumes, de hábitos e de capacidades de acção, etc.). Não é evidente que as ciências sociais estejam apetrechadas para este tipo de exploração. Porque implica desenvolver uma abordagem ontogenética que seja apropriada ao modo de tomada de forma e ao género de percepção específicos dos factos culturais e das práticas e relações sociais.

Não entrarei, contudo, em considerações directas sobre este assunto, nem no exame dos problemas que a noção de forma coloca nas teorias sucessivas que a elaboraram (arquetipismo, hilemorfismo, teoria da forma, estruturalismo, teoria tecnológica da informação). Notemos contudo, de passagem, que a descrição das formas e a análise do reconhecimento das formas figuram hoje entre as preocupações maiores das matemáticas, de certas ciências da natureza e da inteligência artificial. Alguns vêem mesmo emergir, a partir daí, a possibilidade de uma naturalização da fenomenologia. Mas o tipo de forma geralmente tomado em consideração numa tal abordagem é a forma física ou geométrica – os contornos de uma nuvem, por exemplo. Um tal conceito morfológico de forma não parece de grande utilidade nas ciências sociais, em que lidamos sobretudo com formas significativas, quer dizer, com configurações, organizações ou fisio-nomias directamente perceptíveis como totalidades estruturadas e significantes.

Eu queria explicitar algumas das dificuldades que encontramos nas ciências sociais quando pretendemos apreender a dinâmica da estruturação qualitativa dos fenómenos, de seguida formular um esboço de solução para essas dificuldades. Depois, a título de exemplificação da perspectiva, apresentarei o tipo de análise da individualização dos acontecimentos públicos que tento empreender.

1. Objectos organizacionais, objectos significantes

O ponto de partida da minha reflexão é o postulado que um facto social, enquanto realidade objectiva, é um fenómeno emergente: procede de uma operação de individualização que o separa, circunscreve, estrutura, totaliza dando-lhe uma unidade e uma coerência internas, dota-o de uma identidade e de uma significação. A individualidade que daí resulta é duplamente relativa: é relativa a um acto de configuração (implicando métodos e operadores) e é relativa a um contexto ou a um ponto de vista. Não se trata portanto de uma individualidade intrínseca ou absoluta. O problema é então não de explicar esta operação de individualização, mas de a apreender no seu desenvolvimento e na sua distribuição, e de a descrever. Uma armadilha temível espera, neste ponto, a análise, como foi frequentemente sublinhado na fenomenologia: consiste em partir do indivíduo constituído para remontar às condições da sua existência como realidade objectiva, portanto, em empreender uma génese invertida. Mas uma génese invertida “advindo por princípio a seguir a uma experiência do mundo ou do verdadeiro que ela procura explicitar, estabelece-se efectivamente segundo uma ordem de idealização e de ruptura que não aquela em que o mundo se constitui” (Merleau-Ponty, 1964: 70). Além disso, “uma tal perspectiva de investigação concede um privilégio ontológico ao indivíduo constituído. Corre o risco, portanto, de não operar uma verdadeira ontogénese, de não recolocar o indivíduo no sistema de realidade no qual a individualização se produz” (Simondon, 1989: 10). Mas como descrever directamente a própria ontogénese? Quer dizer, como reencontrar o fenómeno além das idealidades que o envolveram desde que ele apareceu na experiência? Como apreender as operações da sua individualização nas modalidades efectivas evitando as armadilhas do empirismo e do intelectualismo? Tal é o quebra-cabeças com o qual está confrontada toda a diligência fenomenológica em ciências sociais, em particular a etnometodologia que, na minha opinião, procura “operar uma verdadeira ontogénese” da realidade objectiva dos factos sociais. Para ordenar as ideias, vou retomar certos aspectos da argumentação de Simondon.

Quando um sociólogo se interessa por um acontecimento ou por uma situação histórica, por práticas sociais ou sistemas de relações determinados, ou ainda por um problema social actual, dispõe habitualmente de um objecto relativamente circunscrito, coerente e determinado, cujas unidade e identidade estão mais ou menos estabilizadas (mesmo se, eventualmente, ele reconstrói o objecto para fazer dele um objecto propriamente sociológico): a evolução do suicídio em França entre tal data e tal outra, tal movimento social datado, a actual estratificação social na Suíça, a violência urbana ou escolar em tal ou tal país, os usos e abusos do telefone móvel, as trocas reparadoras na conversa, etc. Trata-se de um objecto que se presta espontaneamente à investigação: podemos interrogar-nos sobre a sua história ou sobre as suas condições de emergência, procurar compará-lo com casos similares, explorar as suas causas e as suas consequências, reconstituir a probabilidade ou a necessidade da sua ocorrência, atribuir-lhe uma significação particular, um efeito, questões, etc. Esta investigação “normalizante” (no sentido em que confere “valores de normalidade”: tipicidade, comparabilidade, probabilidade, necessidade causal ou moral, etc.), de que uma parte é efectivamente da ordem de uma géne-

LOUIS QUÉRÉ

se invertida, é guiada por um questionamento cujo alcance é inspirado quer no senso comum corrente, quer constituído pelo quadro teórico a que se entrega o investigador. É também um objecto que suscita espontaneamente a narração, a explicação e a interpretação; em certo sentido, não pode evitar-se procurar explicá-lo e interpretá-lo (ele está não somente entrelaçado no universo dos signos, mas está também constituído, segundo o esquema dualista da aparência e da realidade, em signo observável de um referente não observável, que se trata de colocar em evidência).

Ora, um tal objecto apresenta duas propriedades assinaláveis, sobre as quais os etnometodólogos chamaram a atenção (cf. Garfinkel, 1967). A primeira é que a sua individualidade e a sua objectividade são tratadas como absolutas: são subitamente silenciados as operações, os métodos, o contexto e o meio da sua constituição. Mas, tratando-se de objectos dotados de uma individualidade e de uma objectividade sociais, pode supor-se que a apreensão e a descrição de tais operações, métodos, etc. nos ensinariam coisas essenciais sobre “a constituição da sociedade”. A segunda propriedade é que se trata do que pode chamar-se um objecto constituído na ordem, abstracta e geral, da idealidade e do discurso racional, digamos um objecto “semiotizado”: um objecto “legitimado pelos pares”, como diz Garfinkel, que se opõe aos objectos “significantes” (“mise en signes”), constituídos como tais numa e por uma reflexão discursiva, os objectos concretos/organizacionais (ou experienciais) que nós descobrimos quando retornamos às próprias coisas no “campo fenomenal”.

Seja um curso de acção concreto numa situação particular. Salvo um caso excepcional, não é qualquer coisa de instantâneo, mas qualquer coisa que dura um mínimo de tempo. É constituído por um encadeamento de actos. Estes actos fazem mais do que sucederem-se: constituem uma série orientada e integrada, cujas componentes se determinam mutuamente num campo polarizado ou numa situação global orientada. Um tal encadeamento procede de um trabalho de ordenamento e de ajustamento aplicado ao mesmo tempo à actividade e ao seu meio. Desta composição que, no caso de interacção humana, é distribuída sobre os dois pólos do agente e do meio, emergem, através da implicação de formas, totalidades significantes ou configurações sensíveis individualizadas. Reconhecíveis como instâncias comuns de tipos de acção ou de práticas instituídas, essas configurações podem também ser nomeadas, categorizadas, “formula-das”, etc. Assim, assistindo a uma conversa, eu posso reconhecer que a interacção que está a decorrer é uma troca de notícias, um convite ou uma disputa. Este reconhecimento coloca certamente em jogo a minha familiaridade, ligada aos meus hábitos e às minhas capacidades de acção assim como a um saber-fazer rotineiro, com este género de prática e com as regras e normas que a regem; mas é também induzida por uma individualização endógena do curso de acção e do seu meio, uma individualização efectuada ao mesmo tempo que a realização da actividade, que é estruturação, produção de uma ordem sensível, combinação, configuração, etc. Sobre a base de um tal reconhecimento experiencial, posso subsumir a ocorrência sob um conceito ou sob um tipo. Vou desde então poder submetê-la a uma investigação de tipo reflexivo, apoiando-me, para estruturar a minha exploração, por um lado, sobre o conhecimento que detenho do meu uso da linguagem natural, das propriedades que se aplicam a tudo o que faz parte da extensão

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS...

deste conceito ou deste tipo, por outro lado, sobre os recursos conceptuais das semânticas naturais da acção e do acontecimento, que organizam por si mesmas um questionamento: por exemplo, tratando-se de acções, quem fez o quê, porquê, em que circunstâncias, com que fim, com ou contra quem, com que resultados e quais as consequências, etc.? E tratando-se de acontecimentos, o que é que se passou, em que contexto, com que causas e quais as consequências, e com que reacções?

Este exemplo mostra como um fenómeno concreto cuja objectividade e individualidade procedem de um trabalho de organização, de composição e de combinação, efectuado, tal como a experiência, pelos agentes *in situ*, sobre a actividade e sobre a situação – é convertido num objecto abstracto, ideal e descontextualizado, relevando da ordem do pensamento e dos signos, e portanto num objecto que se presta a inquérito, não mais numa dinâmica de organização da experiência, mas enquanto objecto subsumido sob os traços de uma entidade genérica (e eventualmente particularizado na sua classe de pertença). Sublinhemos que esta conversão prolonga, segundo um outro regime, uma operação de individualização que teve lugar ao mesmo tempo que a experiência (organização sequencial de um curso de acção, composição da situação, etc.) e que foi tornada possível por ela mesma. Houve na realidade individualização na medida em que o que foi feito ou o que aconteceu é desde logo identificável como acção ou como acontecimento de uma certa espécie, dotado, pela sua efectivação ou pela sua ocorrência, de uma organização e de traços que o especificam, que lhe conferem a sua singularidade e a sua qualidade única. A “semiotização” (“mise en signes”) do fenómeno, assim como a sua subsunção sob um conceito ou um tipo, não podem ter lugar salvo se ele já foi individuado concretamente no regime da experiência. Pode dizer-se que a determinação desta individualidade concreta é já necessariamente mediatizada por uma semiosis endógena, de tipo perceptivo mais do que reflexivo. De uma certa maneira, a semiotização do fenómeno reconfigura a sua individualidade segundo um novo registo: o do discurso e do pensamento.

A distinção que eu acabo de apresentar abre a via a uma tipologia possível da descrição (inspiro-me aqui em Varela, 1989). A semiotização articula simbolicamente a semiosis tácita e perceptiva implicada na individualização concreta dos fenómenos sociais e culturais. Com efeito, esta individualização concreta passa pela organização regulada destes fenómenos segundo uma “ordem do sentido” fornecida pelas instituições, os usos e costumes, os hábitos ou os “quadros” de pensamento e de acção, que são, simultaneamente, interpretantes podendo determinar-se aquilo de que se trata do ponto de vista da forma e do sentido: assim é em função de uma instituição, com a estrutura de ordem e o sentido que a constituem, que um movimento corporal determinado conta como emissão de um voto e é em função de um fundo de práticas que decorrem num certo contexto socio-histórico que um acontecimento conta como atentado. Em suma, é “sob uma descrição”, que implica um ponto de vista impessoal (o de qualquer um), uma forma ou uma ordem de sentido, que eles são a acção e o acontecimento que são e que têm a significação que têm. Assim identificados, podem ser descritos, narrados, explicados, interpretados num processo quase sem fim; porque a interpretabilidade é infinita, permanecendo o sentido indefinidamente vago e podendo sempre ser mais especificado.

LOUIS QUÉRÉ

A este modo de descrição, que usa interpretantes fornecidos pela instituição simbólica de uma sociedade, pode opor-se um outro: chamemos-lhe “operacional”. Este visa directamente as operações de individualização que se efectuam do mesmo modo que a configuração dos objectos, a efectivação das acções, a ocorrência dos acontecimentos ou a organização das situações; assim como se interessa pelas suas modalidades, métodos, operadores, etc. Pode também falar-se, a esse nível, de pesquisa processual. Mas neste caso, não há nada a narrar, explicar ou interpretar, talvez porque essas operações não são imediatamente simbolizáveis: não somente elas não suscitam a atenção dos agentes e não emergem à sua consciência, como escapam também à semiosis, porque não funcionam como signos remetendo para objectos via interpretantes instituídos. Essas operações não são tematizadas senão numa exploração de tipo científico: visando torná-las claras e especificar os procedimentos que elas desencadeiam, ela deve criar uma linguagem própria.

Agora, o que é que se passa exactamente nessa “semiotização” (“mise en signes”) dos fenómenos, sendo ela própria uma operação a descrever? Contentemo-nos em destacar três aspectos. O primeiro já foi evocado: a apreensão de um objecto organizacional sob uma descrição simbólica explícita (ex: “a greve dos ferroviários de 1995 em França”; “o movimento de estudantes de liceu do Outono de 1998”) orienta a atenção para uma coisa diferente das operações que ao mesmo tempo o estruturaram e dotaram da sua objectividade assim como da sua individualidade. Ou então, se a génese do fenómeno é tematizada, é sob a forma de uma génese invertida, de uma “normalização” ou de uma reconstituição do seu contexto causal ou motivacional, sendo tomadas como ponto de partida a individualidade e a objectividade constituídas.

O segundo aspecto diz respeito a uma mudança importante no regime de análise do fenómeno. O objecto concreto resulta de uma organização da experiência que tem várias dimensões, entre as quais uma dimensão cognitiva. Ora a cognição que preside a esta organização não é senão muito parcialmente reflexiva (no sentido da reflexividade discursiva, que implica formulação e resolução de problemas, deliberação e cálculo, etc.); ela assenta, em grande parte, em análises-em-contexto, com forte componente perceptiva, respeitando diferentes elementos que fazem parte da situação e que são apreendidos sob o aspecto do seu valor pragmático na determinação desta situação e na composição serial de uma conduta coerente e ajustada às circunstâncias. Trata-se também de um modo de análise que se focaliza na pertinência, na coerência e na significação endógenas dos pormenores e das singularidades percebidas assim como na temporalidade e a sequencialidade da ordem concreta constituída. O que supõe uma analisabilidade/capacidade de análise concreta (configuracional mais do que categorial) das situações que controlam a experiência.

É evidentemente toda uma outra forma de análise e de analisabilidade que a semiotização (“mise en signes”) dos fenómenos introduz: além de conduzir a especificar a individualidade deles a partir da sua subsunção a uma categoria, um tipo ou um conceito, portanto enquanto entidades genéricas, ela induz um exame das suas propriedades de ordem através do prisma fornecido pelos critérios de sentido, de coerência, de racionalidade e de ordem em vigor no domínio do discurso reflectido e dos pensamentos. À ordem concreta sensível engendrada pela estrutura-

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS...

ção experiencial do fenómeno, efectuada de modo contíguo, substitui-se assim uma ordem analítica, uma ordem abstracta segundo a qual a primeira não é senão imperfeição, confusão, incoerência, falta de clareza, de sentido e de racionalidade.

Enfim, o terceiro aspecto diz respeito à temporalidade. A uma dinâmica de temporalização constitutiva da estruturação endógena do fenómeno – que faz surgir nele, com vista à sua organização, as dimensões do presente, do passado e do futuro, e isso sob formas que não estão disponíveis senão na e para a organização da experiência (a da retenção e da protensão, por exemplo, como modalidades não representacionais de atribuição do passado e do futuro, distintas da rememoração e da antecipação projectiva) – substitui-se uma apreensão objectiva da temporalidade, em termos de coordenadas temporais (as do horário e do calendário em particular), de duração, de fases, de ritmo, etc.

Então, o que é que há de problemático nesta maneira de proceder das ciências sociais? O que há de repreensível no facto de partir de uma tal conversão? Em si mesma, ela não coloca qualquer problema: é um prolongamento natural da individualização inicial dos fenómenos que incorpora já uma *semiosis*. Ela é mesmo, sem dúvida, mais do que isso, a saber, uma fase da constituição da sua individualidade. E é enquanto fase de um processo complexo de individualização que convém apreendê-la. Com efeito, a conversão de uma experiência em objecto-signo a interpretar não é tanto uma traição desta experiência – ainda que ela a encubra e a transforme –, mas antes uma refiguração, que pode aumentar a sua legibilidade, modelizando-a, e uma apropriação, que permite a indivíduos constituírem-se por si mesmos, reivindicar e atribuir responsabilidades (com tudo o que isso acarreta). Uma tal refiguração e uma tal apropriação parecem ser as condições da inscrição da experiência nas redes da comunicação e da reflexão sociais. É também sob a forma de objectos colocados em signos que esta experiência retorna eventualmente ao domínio da organização reflexiva, i.e. explícita e deliberada, das condutas. Além do mais, um fenómeno concretamente individualizado pela sua efectivação ou pela sua ocorrência não pode entrar nas esferas da organização social que colocam mediações reflexivas (da economia, do direito, da política, etc.) e requerem indivíduos plenamente constituídos, pela *via da sua semiotização* (“mise en signes”).

Duas tendências tolgem contudo as ciências sociais nesta matéria. A primeira, incontestavelmente a mais difundida, consiste em não ver a pesquisa de descrição, de explicação ou de interpretação à qual elas se entregam senão como fazendo parte integrante do processo de individualização dos fenómenos, processo esse em que uma das fases é a especificação discursiva-racional daquilo de que se trata, do seu sentido, da sua génese, das suas causas e das suas consequências, da sua necessidade ou da sua probabilidade, do seu passado e do seu futuro, das suas similitudes e das suas diferenças em relação a casos comparáveis, dos seus desafios e do seu alcance, em resumo, dos seus “valores de normalidade”. Isto vale, por exemplo, para os acontecimentos sociais que se produzem: quando os historiadores do presente que são os sociólogos e os jornalistas se debruçam sobre eles, para dar conta deles e dotá-los de sentido, participam no processo de constituição e estabilização da sua individualidade e actualizam as suas operações. Precisam de alterar a posição, modificar os seus centros de interesse e adoptar uma nova pro-

LOUIS QUÉRÉ

blemática para proceder a uma verdadeira ontogénese destes acontecimentos: de ponto de partida inquestionado, ao qual é aplicado um trabalho “de normalização”, a individualidade do acontecimento deve tornar-se o ponto de desfecho de um processo de individualização a restituir.

A direcção inversa consiste em limitar a individualização dos fenómenos à sua estruturação primeira “no campo fenomenal”, e a não considerar a semiotização, tal como tudo o que ela torna possível e dissemina, senão como uma ocultação ou uma dissimulação da experiência concreta. Em certo sentido, tal reacção perde, ela também, uma parte do fenómeno, neste caso o que, nele, emana da sua refiguração e da sua apropriação; através desta operação, a operação estruturante inicial propaga-se num domínio sensivelmente mais amplo do que o da situação de acção ou de interacção imediata e segundo um outro registo diferente do do ajustamento às circunstâncias presentes. Deste ponto de vista, por exemplo, uma acção não pode entrar no sistema jurídico, ou um acontecimento no sistema mediático, senão sob a forma de “objecto significante” (“objet mis en signes”): a semiotização serve de ponto de partida para a organização de um novo domínio; fornece uma base à estruturação de uma nova camada, na qual ela poderá ampliar-se, como se verá mais adiante no caso dos acontecimentos públicos. Sem dúvida que a semiotização implica uma degradação da riqueza da experiência e um encobrimento da sua concretização por meio de idealizações e abstracções. Sem dúvida contribui também para ocultar uma parte importante das operações que individualizam os fenómenos. Mas não se pode conferir-lhe apenas propriedades negativas.

De certa maneira, o que permitiria às ciências sociais escapar à armadilha da participação inconsciente, socialmente organizada, nas operações de individualização/socialização dos fenómenos sociais e culturais seria o desenvolvimento de uma maior sensibilidade à “questão fenomenológica”. Retomo a formulação que dá, a propósito, J. Petitot, que lamenta, com razão, a indiferença das ciências naturais e das ciências sociais em relação às formas e às configurações (“prises de forme”). A “questão fenomenológica” é a questão da “estruturação qualitativa” do mundo da experiência “em coisas, estados de coisas, acontecimentos, processos, etc., perceptivamente apreensíveis e linguisticamente descritíveis” (Petitot, 1990: 142). Esta estruturação qualitativa é macroscópica, no sentido em que individualiza em traços largos: engendra indivíduos perceptíveis a olho nu e descritíveis com os recursos da linguagem comum.

A nossa capacidade de nos adaptarmos uns aos outros assim como de identificar as situações com as quais nos confrontamos assenta na nossa aptidão para reconhecer formas sociais e culturais: que acção é iniciada? O que é dito? Que espécie de relação é começada? Que intriga está em curso? Que acontecimento está em vias de se produzir?, etc. Este reconhecimento de formas é frequentemente uma questão de percepção directa. Contudo nós não apreendemos somente formas ou configurações, mas também formas e configurações “intrinsecamente significativas”. A percepção semântica comum não parece implicar inferência: não apreendemos primeiro os traços ou os elementos de um objecto ou de uma figura dos quais inferimos que se trata de tal ou tal forma, ou de um objecto de tal ou tal espécie, que investimos seguidamente de um sentido. Identificamos aquilo de que se trata apreendendo directamente uma organização, uma fisionomia ou uma ordem significativa. Assim, uma melodia não é apreendida como uma

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS...

simples sucessão de sons: ela apresenta uma organização que podemos captar directamente. E esta organização não é da mesma ordem que a da morfologia de um corpo físico, que pode ser restituída em termos de contornos objectivos. Ela é do domínio da significação.

Sabe-se que Wittgenstein se inclinava a favor de uma concepção gestaltista da compreensão do sentido: “a significação: uma fisionomia”, escrevia ele em *Investigações filosóficas*. Ou ainda: “A compreensão de uma frase aproxima-se muito mais do que pareceria à primeira vista da compreensão de um tema musical”. C. Chauviré (1989: 174-175) comenta estas ideias nos seguintes termos: “Na abordagem fenomenológica de Wittgenstein, que deve muito à psicologia da forma, a compreensão é assimilada à apreensão súbita de uma configuração global na música escutada, acto de reconhecimento onde o elemento acústico puro é indissociável do elemento interpretativo. É, de súbito, o fragmento de música que se organiza para nós de uma certa maneira, e entendemo-lo então imediatamente como uma valsa ou como uma marcha”. Mais adiante acrescenta: “Compreender é também ver aparecer num objecto anteriormente informe – que não nos “dizia” nada – uma organização, ou mesmo um organismo”. Por seu lado, J. Bouveresse (1995: 353) explicita do seguinte modo a afirmação de Wittgenstein segundo a qual não vemos somente formas, mas também significações (“É precisamente – ao contrário de Köhler – uma significação que eu vejo.”): “Porque não dizer, precisamente, que não é simplesmente uma forma, uma organização, etc., mas uma significação que se percebe? A psicologia da forma sustenta com razão que o que vemos directamente não é simplesmente uma certa distribuição espacial de sensações pontuais dentro do campo visual; vemos de maneira igualmente directa formas e uma organização que é constituída pela existência das totalidades separadas que são percebidas nesse momento e podem ser substituídas num outro momento por outras formas. Mas talvez seja necessário admitir que nós somos capazes de ver também além disso e em muitos casos ao mesmo tempo, num sentido que não é nem mais nem menos directo e literal, uma certa significação”.

Esta capacidade de perceber directamente significações – mais do que de início formas às quais seriam de seguida acrescentadas significações, como defendia Köhler –, é uma dimensão essencial da organização da experiência social, já que nós organizamos as nossas condutas ajustando-nos aos comportamentos significativos tanto das outras pessoas como dos objectos e orientando-nos pela compreensão imediata que temos dos acontecimentos e das situações com os quais nos deparamos que são elementos que comportam significações directamente perceptíveis – trata-se de totalidades significantes ou “totalidades qualitativas”. Pode assim defender-se que, embora não sejam físicas, numerosas entidades sociais e culturais pertencem à ordem do sensível, sendo a sua significação o género de coisas que encontramos no nosso campo perceptivo, sob certas condições que conviria especificar (a do movimento e da orientação em particular, se é verdade que existe uma polaridade do campo perceptivo e do percebido ligado ao movimento e a um acto de orientação, percebendo o sujeito o mundo de maneira a orientar-se em relação a ele e a agir). Isto vale, por exemplo, para as acções: podemos ver alguém fazer uma genuflexão e o reconhecimento do acto em questão assim como a apreensão da sua intencionalidade não implicam acrescentar uma significação ou uma intenção à forma percebida

LOUIS QUÉRÉ

de um movimento corporal. O que é apreendido directamente, em função do contexto, é uma acção de uma certa espécie. Esta apreensão é mediatizada por uma forma, mas esta não é nem morfológica (como a configuração externa de uma estátua ou de uma nuvem), nem fisionómica (como a expressão da alegria sobre o rosto ou da tristeza num trecho de música); ela é “uma unidade de ordem” ligada a um ponto de vista intencional, resumidamente, uma estrutura de organização segundo um sentido: “dar uma forma significativa não é confeccionar um material, é dar ordem a unidades que têm elas mesmas contornos (shape) ou uma morfologia. A forma é uma unidade de ordem, não uma unidade de vida ou de ser substancial” (Descombes, 1996: 177).

Isto vale também para essa coisa aparentemente abstracta que é uma relação social: estamos em condições de diferenciar, pela simples percepção, devido à sua orientação, o tipo de relação que une as pessoas. Circulando na rua, podemos reconhecer pessoas isoladas, pessoas que estão em conjunto, casais, crianças com os seus pais ou o inverso, etc. Tratando-se de relações interpessoais, estamos frequentemente em condições de perceber qualitativamente a sua natureza (relação de parentesco, de amizade, de amor, etc.). Por último, isso vale também para a percepção do sentido ou da estrutura de uma situação, como o recorda oportunamente um exemplo de C. Taylor relatado por H. Dreyfus (1984): “O facto de ter tal intenção, tal preocupação, não pode ser dissociado da consciência que nós temos da situação; corresponde simplesmente ao facto de ter consciência que a situação apresenta uma certa estrutura. Por exemplo, temer pela minha vida porque caí nas mãos de malfeitores, é entender como uma ameaça essa protuberância saliente no seu quadril, é sentir como sou vulnerável perante este punho que poderia a qualquer momento abater-se sobre o meu nariz e assim por diante”.

Por fim, a tomada em consideração da “questão fenomenológica” nas ciências sociais, sob a forma de uma ontogénese da individualidade e da objectividade dos factos sociais e culturais não escapa somente às dificuldades ligadas à especificidade ontológica destes últimos (numa palavra, à sua constituição intencional), mas também aos problemas que coloca a observação da sua estruturação no meio e no momento do seu desenrolar efectivo. Basta recordar aqui que em ciências sociais a experimentação não é possível senão com fenómenos extremamente limitados e que, quando ela é possível, tem sempre dificuldade em reconstituir o ambiente real da ontogénese dos fenómenos. Tais problemas podem ser atenuados mas não realmente resolvidos, pela disponibilidade de “dados naturais” provenientes do registo de sequências de acção ou de interacção limitadas no tempo e no espaço.

2. Morfogénese dos acontecimentos públicos

Estando a perspectiva traçada, queria exemplificá-la num domínio particular, o da individualização dos acontecimentos públicos. Esta exemplificação far-se-á em três etapas: partirei de uma reflexão sobre o que é um acontecimento individualizado; seguidamente introduzirei a problemática dos acontecimentos públicos; terminarei com uma discussão da ideia de experiência pública como meio de individualização dos acontecimentos públicos.

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS...

O que é um acontecimento individualizado?

Vimos que a definição da “questão fenomenológica” por Petitot fazia figurar os acontecimentos entre as entidades perceptíveis e descritíveis que uma estruturação qualitativa do curso das coisas fazia emergir. Notemos antes de mais que o acontecimento é um tipo de entidade, não havendo qualquer problema em considerá-lo como um indivíduo observável (ainda que ele não tenha substância). Com efeito, um acontecimento é uma unidade temporal relativamente bem delimitada (pelo menos quando é considerado de um certo ponto de vista), não sendo difícil separá-lo de outras unidades similares. Pode por conseguinte, em certo sentido, assistir-se à sua ocorrência. Além disso, pelo facto de ser singular, não reproduzível tal qual, um acontecimento apresenta traços que propriamente o identificam e lhe conferem a sua individualidade. Por fim, um acontecimento representa normalmente uma totalidade significativa, dotada de uma coerência interna: não é uma sucessão caótica de elementos heterogêneos. Não se pode portanto dividi-lo sem quebrar a sua individualidade.

Contudo, por mais que seja candidato absoluto ao estatuto de indivíduo, o acontecimento não tem uma individualidade intrínseca: esta emerge de um processo de individualização. Este começa com a estruturação que tem lugar na sua ocorrência – o acontecimento apresenta já, deste ponto de vista, uma certa organização que o especifica (excepto no caso em que se produza de maneira caótica e que a sua organização não provenha senão de uma projecção feita por aqueles que o observam ou por aqueles que dele constroem a narrativa) –; prossegue com a estabilização da sua identidade e do seu sentido “sob uma descrição” determinada – se pelo menos uma tal coisa pode existir, porque a interpretabilidade do acontecimento é infinita e um acontecimento pode mudar de identidade no decurso do tempo –; e termina na sua recepção no quadro de uma experiência.

Um acontecimento plenamente individualizado é, por conseguinte, um acontecimento para o qual foi encontrada uma resposta às perguntas: “o que se passou?”, “de que se trata exactamente?”, “qual o sentido que isso tem?”, “qual é o contexto pertinente?”, “quais são as causas e os efeitos?”. Contudo esta condição não é suficiente. Porque à identificação e à interpretação acrescenta-se uma outra dimensão, constitutiva da recepção. A recepção é mais do que uma interpretação: como nos recorda a hermenêutica filosófica, comporta um aspecto de “aplicação”. Com efeito, todas as ocorrências que se produzem no mundo são acontecimentos apenas num sentido muito elementar do termo: em rigor, “não há acontecimentos sem alguém a quem eles advenham e cuja perspectiva finita funda a sua individualidade” (Merleau-Ponty, 1945: 470). Dizer que o acontecimento acontece a alguém pode parecer banal. Mas este “adveio” não é simplesmente um assunto de atribuição determinado, ou seja, de atribuição do acontecimento como predicado a um sujeito. É mais fundamentalmente da ordem de uma experiência, ou seja, de uma prova a atravessar, de uma confrontação com o acontecimento iniciada pela sua produção e alimentada pela descoberta progressiva das suas implicações a curto e a médio prazo (do ponto de vista hermenêutico, que retoma o conceito hegeliano *Erfahrung*, a experiência é uma modificação ao mesmo tempo daquele que a faz e daquilo de que a experiência é feita).

LOUIS QUÉRÉ

Visto sob esse ângulo, o acontecimento continua a advir mesmo além dos limites estritos da sua ocorrência espacio-temporal e de uma maneira que não coincide com as modalidades dessa ocorrência empírica. Em certo sentido, ele dura o tempo que dura a actualização do seu potencial de criação de intrigas, de revelação de possíveis ou de modificação de situações, assim como de “afecção” (no sentido etimológico “de acção sobre”) daqueles a quem ele acontece.

O conceito hermenêutico de acontecimento (muito claramente exposto por Romano, 1998) acrescenta assim uma dimensão nova à individualidade do acontecimento. Esta não é somente fixada pelas coordenadas espacio-temporais e as modalidades da sua ocorrência; ela provém também de uma configuração que é mais do que uma interpretação. Constitui-se progressivamente através de um processo de recepção, individual e/ou colectiva, sobre o pano de fundo de um “campo de experiência” e de um “horizonte de expectativa”. Deste ponto de vista, o acontecimento não se explica por um contexto causal: compreende-se “sob uma descrição”. A experiência através da qual o acontecimento se individualiza não é por conseguinte unicamente uma questão de sensações, de impressões, de vivências, de atribuições de sentido subjectivo nem de passagens de um vivido a outro. Ela está intimamente ligada a uma função de compreensão, que explora ao mesmo tempo o passado do acontecimento, a situação que ele criou e o horizonte de possíveis que ele abre e determina, e a uma função de aplicação ou de apropriação. Contudo, a abertura ao acontecimento é sempre modalizada por um sentimento ou uma emoção que a tingem afectivamente: “não há acontecimento neutro: tudo o que nos acontece está já carregado para nós de alegria ou tristeza, já tingido de ansiedade, de medo ou de esperança” (Romano, 1998: 138) – poder-se-ia acrescentar: de cólera, de indignação, de comoção, de desalento ou de entusiasmo, de prazer, de excitação, etc.

Aquele a quem o acontecimento advém é levado não somente a reagir, a responder activamente tentando resolver os problemas que este criou ou a desenlaçar a situação que ele contribuiu a enlaçar, mas também a responder ao que lhe acontece, ou seja, a apropriar-se das possibilidades que o acontecimento lhe abre para as integrar na sua história pessoal e, eventualmente, para fazer delas o ponto de partida para uma nova orientação num projecto de vida (esta integração pode ter maior ou menor êxito, podendo mesmo falhar completamente). Nestas condições, a recepção do acontecimento é o lugar de uma dupla individualização: ao mesmo tempo que o acontecimento adquire determinação e individualidade através da sua recepção/apropriação, via os efeitos que ele produz sobre aquele a quem ele acontece, é também aquele que é afectado por ele que constrói a sua individualidade através da sua confrontação com o acontecimento. Neste sentido, a recepção que individualiza o acontecimento é um processo de subjectivização e de singularização de si (*soi*), daquele ou daqueles a quem ele acontece (constituição de uma história pessoal não idêntica a qualquer outra).

Assim, no final do processo de individualização do acontecimento, dispor-se-á não somente de uma entidade circunscrita, relativamente bem determinada quanto à sua identidade e à sua significação, mas também de uma tripla especificação individualizante:

- A do meio (social, entre outros) com o qual este acontecimento faz sistema, na medida em que não existe acontecimento isolado: “Um acontecimento é sempre uma porção, uma fase ou um aspecto particular de um mundo envolvente experienciado – de uma situação (...). Há

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS...

sempre um campo no qual se produz a observação desse acontecimento. A observação deste último permite descobrir o que é este campo em relação a qualquer resposta activa de adaptação a dar para promover um traço de comportamento" (Dewey, 1993: 128);

- A daqueles que são afectados pelo acontecimento e cuja provação singulariza o si (*self*);
- Por último, a do campo prático em que são definidas as "respostas activas a empreender" para desenlaçar a situação criada pelo acontecimento, resolver as tensões, desequilíbrios ou incompatibilidades que ele engendrou ou reactivou, tratar os problemas levantados pela sua interpretação e recepção.

A assinalar contudo que esta individualização com várias dimensões não se traduz necessariamente por uma boa definição do acontecimento, por uma formulação explícita do seu sentido ou por uma consciência clara dos seus efeitos. Pode tomar uma forma simplesmente prática, como assinala Goffman em *Os quadros da experiência* (1991:16): "Eu avanço a hipótese de que, estando interessado por uma situação comum, se coloca a questão: "o que se passa aqui?". Quer a resposta seja formulada explicitamente nos momentos de dúvida e de confusão, ou implicitamente quando as circunstâncias não ameaçam as nossas certezas, ela é colocada e *não encontra resposta senão na maneira como fazemos o que temos a fazer*" (sublinhado por mim).

De notar também que esta dimensão activa e prática da confrontação ao acontecimento está mais presente no conceito pragmatista de experiência, do que no conceito hermenêutico. De um ponto de vista pragmatista, a individualização de um acontecimento toma lugar numa dinâmica específica, a da organização da experiência numa situação que, sendo indeterminada, contraditória ou rica em tensões, provoca uma ruptura ou um desequilíbrio na interacção entre o organismo que age e o seu ambiente. O que dizer? Essencialmente, que a atenção e o interesse dedicados aos acontecimentos não são de espectadores desinteressados e descomprometidos, ou à procura de prazer estético, mas de agentes ligados concretamente ao mundo, resolvendo os problemas que colocam as situações às quais são confrontados de forma a poder adoptar um "conjunto de comportamentos" adequado, inteligível e descritível (*accountable*). Dewey colocou particularmente em evidência a dinâmica na qual toma lugar a determinação de um acontecimento singular, sempre que "acontece num certo campo, numa situação": "A determinação de um [acontecimento ou objecto] singular é operatória na determinação de uma situação que é ela própria não completa e não autónoma. É um meio para identificar uma situação por referência ao problema sujeito a inquérito. Representa, numa dada etapa do inquérito, o que é crucial, crítico, o que tem um sentido discriminatório. Um artesão fazendo o seu trabalho, num momento dado toma nota de certos aspectos e de certas fases da situação na qual estão implicadas as suas actividades. Ele nota simplesmente tal objecto ou tal fenómeno decisivo para a etapa do desenvolvimento à qual chegou na situação global que determina o que virá de seguida. Os objectos, que são isto ou aquilo [i.e. singulares], para os quais o seu inquérito e a sua actividade são imediatamente dirigidos estão, por conseguinte, em perpétua mudança. Enquanto que uma fase do problema apresentada pelo seu trabalho é resolvida, uma outra fase apresentada por um novo objecto ou um novo fenómeno [ou um novo acontecimento] toma o seu lugar. Se não fosse a sequência determinada por uma situação global

LOUIS QUÉRÉ

cuja natureza qualitativa penetra e agrega cada etapa sucessiva, a actividade seria incoerente e desprovida de significação. Os objectos [e os acontecimentos] observados e tratados seriam um cenário variável de aparições e de desapareções súbitas e descontínuas (...). O singular [objecto ou acontecimento] é aquele sobre o qual incide o inquérito respeitando uma situação individual em certas condições que, num momento dado, fixam o problema em relação às condições a enfrentar no imediato” (Dewey, 1993: 191; acrescentei o que está entre parênteses rectos, Dewey falando indistintamente, neste texto, de objectos ou de acontecimentos singulares).

No seio da organização da experiência há por conseguinte um acto complexo de estruturação. Este não se limita nem a uma definição da situação, nem à composição sequencial de uma conduta. Implica também um acto de transformação da situação permitindo reunificá-la, e um acto de orientação, articulando a polaridade do agente com a da situação assim como com a dos acontecimentos que aí se produzem e das pessoas e objectos que aí se encontram. Com efeito, uma situação caracteriza-se por um “equilíbrio meta-estável” (Simondon), mais do que por um desequilíbrio: ela comporta não somente o vago, o impreciso, o incerto, o indeterminado mas também tensões, incompatibilidades e conflitos entre os elementos presentes que dificultam a organização de uma conduta; e ela é rica em potenciais de cristalização, de evolução e de transformação. A redução de uma tal indeterminação e de uma tal complexidade passa por um inquérito, que problematiza a situação e por um rearranjo das condições circundantes. O inquérito descobre uma organização permitindo aos elementos heterogéneos da situação manterem-se juntos e unificados e, assim, emergir um comportamento ordenado e orientado. É uma tal estruturação, simultaneamente de uma situação e de uma conduta (uma ordenando-se em função da outra), que está no coração da organização da experiência.

Vê-se, por fim, até que ponto a individualização do acontecimento é um processo temporal: não é instantânea, demora o seu tempo e o seu fim é, em suma, indizível (porque a recepção pode ser indefinida). É de resto por isso – *i.e.* porque ela não está reduzida ao momento, mais ou menos amplo, da ocorrência empírica do acontecimento – que ela é em parte observável e que pode ser estudada. Além disso, para numerosos acontecimentos sociais, este processo é público e discursivo: o trabalho de exploração e de apropriação que caracteriza a recepção do acontecimento faz-se no espaço público e, em parte, sobre a cena pública organizada pelos *media* (através de narrativas, análises, confrontações de pontos de vista, etc.). Resta saber se é possível retirar os conceitos hermenêuticos e pragmáticos de acontecimento e experiência do seu quadro individualista: como encarar qualquer coisa como uma experiência pública do acontecimento? Esta questão ocupar-me-á na última parte do texto.

A problemática dos acontecimentos públicos

Nem todos os acontecimentos são acontecimentos públicos. Expliquei-me em diversos textos sobre o que Michel Barthélémy e eu próprio entendíamos por “acontecimento público” (cf. também Barthélémy, 1992; Arquembourg, 1998). Não se trata somente de um acontecimento

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS...

tornado público pela informação, i.e. de um acontecimento levado ao conhecimento de um público mais ou menos vasto por diferentes meios de comunicação (desde o boca-a-boca até aos dispositivos mediáticos actuais) e configurado através desta apresentação sobre a cena pública. Aí está apenas um sentido fraco do termo, ao qual pode opor-se um sentido muito mais forte, que é o seguinte: o acontecimento público é fundamentalmente um acontecimento inscrito e tematizado num registo específico, o dos problemas públicos e do seu tratamento pela acção pública. Os problemas públicos não se confundem com “os problemas sociais”, nem a acção pública com a acção colectiva ou a acção do Estado (ou a das instituições). Os problemas sociais são mais vastos que os problemas públicos – para se tornar um problema público, um problema social deve ser tematizado de certa maneira e num certo campo – e a acção pública pode também ser o resultado de movimentos sociais, de movimentos de opinião, de associações e de comissões de cidadãos, de intelectuais intervindo publicamente.

Os problemas públicos surgem de várias maneiras. Podem resultar de imperativos técnicos ou administrativos. Por exemplo, a redução das despesas de saúde em França é apresentada como uma exigência se se quer evitar a implosão do sistema da protecção social, tendo em conta o seu modo de financiamento e a evolução do consumo médico. Trata-se, entre outros aspectos, de conduzir os médicos, que praticam a medicina de maneira liberal, a diminuir as suas prescrições. O problema é construído de forma a manter em conjunto dois princípios incompatíveis: a gestão racional do dispositivo de protecção social, por conseguinte a submissão a estrangulamentos de equilíbrio orçamental, e o respeito do exercício liberal da medicina. Mas os problemas públicos podem também emergir de iniciativas ou de decisões políticas. Debateu-se insistentemente, nestes últimos tempos, a oportunidade de inscrever na Constituição o princípio da paridade homens/mulheres na composição dos grupos políticos eleitos em sufrágio universal¹. Esta questão foi sem dúvida constituída em problema público desde há vários anos, especialmente a favor do desenvolvimento dos movimentos feministas. Mas o debate específico que sucedeu resultou de uma iniciativa do governo que pretendia modernizar a vida política, num contexto muito específico, o de uma concorrência viva entre as duas cabeças do executivo, o Primeiro Ministro e o Presidente da República, assim como o de um bloqueio deste tipo de reforma pelo partido do Presidente (no Senado em especial). Há, contudo, uma outra fonte, que creio mais importante, dos problemas públicos: são os acontecimentos da actualidade. Parece-me não somente que são acontecimentos que estão na origem de numerosos problemas públicos importantes mas, também, que é através do exame público de acontecimentos proeminentes que problemas públicos são formulados, tematizados e convertidos em objectos manipuláveis. Nesse sentido, o inquérito sobre os acontecimentos públicos faz surgir e estrutura campos problemáticos onde eles encontram o seu sentido. Por campo problemático entendo um conjunto de problemas enredados, cuja análise está mais ou menos estabelecida (em termos de causas e conseqüências, de tipos de agentes e de tipo de razão de agir) e cujo tratamento é encarado em termos de alternativas relativamente definidas.

¹ Nota: este texto é escrito em 1999.

LOUIS QUÉRÉ

Antes de mais, alguns exemplos. Na actualidade recente, há apenas a considerar a maneira segundo a qual se deu conta, na imprensa, da morte do Rei Hussein da Jordânia. De certa maneira esta morte anunciada não reteve a atenção por si mesma, mas pelo campo problemático no qual ela pôde inscrever-se: o equilíbrio precário actual das forças no Médio Oriente, o futuro do processo de paz israelo-palestino, a própria viabilidade do Estado jordano, ameaçado de divisão devido à composição da sua população (composta por mais de 60% de palestinos), etc. A morte do Rei Hussein afecta este equilíbrio, tendo em conta o papel político que o soberano pôde desempenhar nestas últimas décadas nesta região do Médio Oriente. Vê-se bem aqui como um acontecimento singular pode revelar um campo problemático mais geral, iluminá-lo sob um novo olhar, realçar não somente riscos e perigos, que ele cria em parte, mas também ocasiões e oportunidades a colher e, assim, relançar o exame dos problemas, fazer emergir novas tarefas ou novas perspectivas para a acção pública.

Este exemplo refere-se a um caso em que o campo problemático está já basicamente constituído. Um exemplo análogo, na actualidade recente de França, é o problema da insegurança urbana ligado ao problema dos subúrbios e ao da delinquência dos menores. Estas dificuldades reapareceram em cena recentemente a propósito de vários acontecimentos, entre os quais os motins num bairro do subúrbio de Toulouse, no mês de Dezembro de 1998, provocados pelo assassinato de um jovem do bairro por um polícia, a que se seguiu a proliferação de incêndios de viaturas em várias metrópoles na noite do Ano Novo (os “fogos de S. Silvestre”, que tendem a tornar-se um ritual anual, ao qual os meios de comunicação são quase convidados a assistir!). Acrescenta-se a estes acontecimentos o contexto político da coabitação à francesa, em que as duas cabeças do executivo se entregaram a uma escalada eleitoral sobre o problema da segurança, e ao mesmo tempo da “maioria plural” em que várias sensibilidades políticas coexistem e se afrontam. Com efeito, todos estes acontecimentos foram inscritos em campos problemáticos relativamente bem definidos: o problema dos subúrbios, da delinquência juvenil, da coabitação, da viabilidade da diversidade da “maioria plural”, etc. Mas também permitiram fazer emergir estes campos sob um novo olhar e revelar neles novos aspectos (por exemplo, o desenvolvimento de novas formas de violência urbana ou a experimentação, em curso, de novas formas de tomada a cargo dos jovens delinquentes ditos “multirecidivistas”).

Pode, contudo, acontecer que o campo problemático a associar a um acontecimento não esteja constituído: nesse caso, é de acordo com a recepção pública do acontecimento que o campo problemático é definido. Um exemplo actual é o debate público sobre o PACS, lançado por um projecto de lei dos socialistas. Este debate respeita, entre outros aspectos, a questão de saber se convém garantir na lei a igualdade das formas de vida sexual, por conseguinte, saber se a sociedade deve tratar com igualdade as diferentes formas de união, quer sejam heterossexuais ou homossexuais ou, ainda, se a lei deve caucionar a forma de relativismo moral que traduz esta reivindicação de igualdade das formas de vida sexual. Um exemplo mais antigo é o caso dito do “lenço islâmico”, em que um incidente local num liceu da região parisiense – a recusa de alunas de família muçulmana em deixarem de usar o *tchador* na escola, o que foi interpretado como uma infracção ao princípio da laicidade que governa o funcionamento da educação nacio-

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS...

nal em França – cresceu em generalidade, tornando-se assim o alicerce da construção de um novo campo problemático: é necessário, sim ou não, adaptar os princípios que estão no fundamento das nossas instituições sociais e políticas ao desenvolvimento de uma sociedade multi-étnica e multicultural? Pode notar-se, aliás, que a passagem do acontecimento ao problema público implica, para além de um crescendo em generalidade, um apagamento da singularidade do acontecimento, uma mudança radical de contexto e a substituição de um problema, que é uma entidade discursiva formulada numa linguagem determinada, numa ocorrência mundana.

Estes exemplos ilustram o argumento pragmatista que quero introduzir e que exprimirei nos termos seguintes:

1. Há uma relação estreita entre acontecimentos e campos problemáticos, da mesma maneira que entre acontecimentos e intrigas numa hermenêutica da narrativa. Retomarei os termos de G. Deleuze para formular esta relação: “os acontecimentos são singularidades que se propagam num campo problemático e na proximidade das quais se organizam soluções”. Pode esclarecer-se este enunciado do seguinte modo: a nossa experiência dos acontecimentos não é nunca uma experiência de objectos isolados, mas de acontecimentos que fazem parte de um “todo contextual” (J. Dewey). Estas totalidades contextuais podem ser situações, que têm uma estrutura de intriga ou de história, ou campos problemáticos, no sentido definido supra.
2. A atenção aos acontecimentos singulares não é por conseguinte gratuita, nem unicamente orientada por um interesse de conhecimento. Está inserida num inquérito ou numa investigação cuja finalidade é pragmática: trata-se de reduzir a indeterminação e a supressão da situação à qual se está confrontado, de maneira a poder produzir uma conduta coerente, compreensível, adequada e proporcional às circunstâncias. Por conseguinte, a determinação do acontecimento (compreender aquilo de que se trata exactamente, porque é que aconteceu, etc.) permite identificar uma situação local em relação a um problema sujeito a investigação, situação que é crítica em relação à organização de (um curso de) uma acção. Os acontecimentos singulares aos quais se presta atenção são assim cruciais para a etapa de desenvolvimento de uma situação global à qual se chegou. No tratamento desta situação global está-se confrontado com uma sucessão de situações locais de que se identificam os traços problemáticos focando um objecto ou um acontecimento específicos, em referência ao inquérito a efectuar *hic et nunc*. Essa situação global está sempre presente em pano de fundo como o que reúne e integra as fases sucessivas e as orienta para um fim.
3. Esta maneira de organizar a experiência servindo-se dos acontecimentos singulares como eixos para inquirir sobre um campo ou uma situação problemática e para determinar uma conduta não vale somente para a experiência individual, mas também para a experiência pública. Porque a organização da experiência é um assunto impessoal (nem objectivo, nem subjectivo) de transacção com um ambiente e é controlada por situações “qualitativas e qualificativas”. Não requer, por conseguinte, o apoio de um sujeito, de uma consciência ou de um espírito individual. O inquérito pode ser público, ou seja, distribuído por

LOUIS QUÉRÉ

uma multidão de agentes focalizados sobre um mesmo campo problemático, da mesma maneira que o pode ser a definição de um “conjunto de comportamentos” adequado à situação. Em todo caso, o inquérito e a acção públicos não requerem algo como um macro-sujeito, dotado de competências cognitivas e práticas, decalcadas das do sujeito individual.

4. A única coisa que se deve pressupor é que há algo como um registo específico de actividade no qual se desenvolve a organização da experiência pública. Pode considerar-se que este registo é definido pelos princípios ético-jurídicos e pelos quadros institucionais da actividade política num Estado de Direito democrático (Habermas, 1998; Tassin, 1997). O que distingue este registo de organização da experiência pública em relação à experiência da vida corrente é, por um lado, que o pano de fundo em função do qual é estabelecido o carácter problemático dos acontecimentos e das situações é mais restrito e mais específico do que as “background expectancies of everyday life as a morality” (Garfinkel) que servem para problematizar aspectos da vida diária e, por outro lado, que o exame que reduz a indeterminação destes mesmos acontecimentos e situações e que define um modo de investimento e um traço de comportamento adequados é, muito mais do que na vida corrente (da qual não está contudo ausente, longe disso), da ordem da reflexividade discursiva. Acrescentemos que, implícita nesta maneira de raciocinar, está a ideia de que o domínio público não é “um cenário de aparecimentos e desaparecimentos bruscos e descontínuos” e que a experiência pública não é uma sucessão de fases sem relação umas com as outras focalizadas em acontecimentos “súbitos e descontínuos”: por definição, a organização da experiência retira das configurações significantes simples sucessões; introduz conexões, relações de ordem e de continuidade onde há dispersão, descontinuidade, ruptura. E isso vale também para este registo de actividade que é a acção pública.

Tal é a dinâmica global na qual convém, parece-me, colocar a individualização dos acontecimentos públicos via a tematização dos problemas públicos. Devo, contudo, voltar à definição do carácter público destes acontecimentos e destes problemas, que não me parece definida de maneira completamente satisfatória por aqueles que consideram que o que torna públicos estes acontecimentos e estes problemas é que são configurados em arenas públicas (as arenas são lugares de confrontação e de luta pelo poder simbólico) e são objecto de uma exibição dramática na cena pública (é o argumento de Gusfield, 1981, por exemplo). Parece-me necessário especificar este carácter público relativamente aos princípios e às instituições do Estado de Direito democrático, em particular em relação à configuração que aí toma a actividade pública.

Para tal, partirei de um exemplo que estudei há já alguns anos com Michel Barthélémy. Trata-se do caso do cemitério israelita Carpentras. Numa bela manhã da primavera de 1990, o guarda do cemitério descobriu que haviam sido profanados túmulos durante a noite e um cadáver exumado, em que um embalsamamento tinha sido simulado com a ajuda de um cabo de guarda-sol. Rapidamente prevenido, o Ministro do Culto da época tinha reagido imediatamente, con-

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS...

denando energicamente a profanação, qualificando-a de acto anti-semita e atribuindo-a a militantes da extrema-direita, membros ou simpatizantes da Frente Nacional que, na época, estava em forte progressão nas eleições e sondagens. O inquérito policial e judicial que, à falta de conclusões, tinha mais ou menos abandonado a pista da extrema-direita para se interessar por jovens de boa família da cidade que tinham o hábito de encontrar-se no cemitério para se entregarem a diversas actividades, entre as quais jogos de representações, encontrou finalmente a sua resolução com a auto-denúncia de um dos autores do delito (que efectivamente faziam parte na época de pequenos grupos fascizantes). Como profanação, este acontecimento não coloca um problema público (deixo de lado os aspectos: inquérito politico-judicial e sanção penal de um delito): por um lado, o seu carácter problemático existe desde logo e em primeiro lugar para uma comunidade religiosa, sobre um fundo de crenças e de práticas dotadas de valor e injuriadas por um tal comportamento, ou para qualquer homem que considera que se devem certas formas de respeito aos defuntos; por outro lado, o tratamento da situação problemática criada por este acontecimento passa essencialmente pelo restabelecimento de uma ordem material e simbólica perturbada e, em especial, pela reparação ritual da ofensa cometida perante Deus, o defunto, os seus parentes, a comunidade israelita, etc. Em contrapartida, a sua caracterização como acto anti-semita no âmbito de uma denúncia pública das ideias e das actuações de extrema-direita inscrevia-o num campo problemático relativamente bem definido: o da apreensão suscitada pela progressão eleitoral da Frente Nacional em França e pelo sucesso popular (num contexto de crise económica e de fractura social) de uma ideologia fundamentalmente contrária aos princípios e aos ideais da democracia e da República e, por conseguinte, perigosa para a integração da sociedade. O tratamento desta situação problemática, descoberta a partir de uma certa descrição do acontecimento, devia seguir as vias instituídas da acção pública: não somente a investigação e a sanção dos autores do delito mas, também, a mobilização colectiva contra a subida da extrema-direita, indo das grandes manifestações de rua às variadas formas do combate ideológico.

Parece-me que temos aí uma ilustração correcta da maneira como são configurados os acontecimentos e os problemas públicos no âmbito de um referencial específico, o dos princípios do Estado de Direito, o das orientações éticas de base da forma de vida instituída neste tipo de Estado, incorporadas nas suas leis e no direito, e o da linguagem segundo a qual uma comunidade política define a sua identidade colectiva, formula as regras da coexistência dos seus membros e enuncia a concepção que os cidadãos têm deles próprios e do seu "viver-em-comum". Este referencial, não formulado mas no entanto disponível (e explicitável face aos acontecimentos que se produzem), fornece referenciais históricos para estabelecer o carácter problemático dos acontecimentos e das situações, para definir e formular os problemas sujeitos a exame e a discussão públicos e para determinar as acções e os agentes que vão tratá-los. Consideremos resumidamente estes aspectos.

Uma situação não é problemática em si mesma. De um ponto de vista pragmático, uma situação é problemática quando, não estando suficientemente determinada, não controla a organização da experiência e impede a constituição de uma conduta coerente e adequada. Mas uma situação pode também ser problemática porque um ou outro dos seus elementos vai contra o

LOUIS QUÉRÉ

que era esperado, o que se julgava ser o caso, princípios e valores que se pensava compartilhar com os outros membros da colectividade – o que obriga a rever as suas crenças. Uma situação pode assim ser problemática porque não está de acordo com as expectativas de comportamento que formamos com base numa sensibilidade moral e nas orientações éticas desenvolvidas na nossa forma de vida cultural.

É assim que certos comportamentos a respeito das crianças, tomados por habituais no século XIX, vieram a constituir casos de maus-tratos rejeitados moralmente e sancionados pela lei (Hacking, 1991). Pode dizer-se que este problema se tornou um problema público (e não somente um problema social), desde que foi tematizado com referência aos direitos subjectivos fundamentais garantidos pelo Estado de Direito e às orientações éticas desenvolvidas na nossa forma de vida e, portanto, que foi objecto de disposições jurídicas que visam proteger as crianças e sancionar os comportamentos abusivos e de disposições institucionais que instauram dispositivos públicos de prevenção, vigilância e acolhimento das crianças maltratadas. Trata-se de um caso onde o desenvolvimento histórico de certa sensibilidade moral conduziu a publicitar o problema, no sentido forte do termo. Poderia imaginar-se o caso em que este problema teria sido tomado em conta apenas por associações caridosas, especializadas neste domínio, que o teriam exposto publicamente e, assim, torná-lo conhecido por todos mas sem fazer nenhuma referência ao sistema dos direitos fundamentais dos cidadãos, ou aos princípios ético-jurídicos que presidem à acção concertada dos cidadãos, antes porém, a valores fundamentais ou a princípios morais. Seria um problema público? Tendo em conta o critério que introduzi, teria tendência a dizer que seria público apenas num sentido fraco e que tornar-se-ia público no sentido forte apenas quando “desmoralizado”, quando fosse reformulado por referência ao sistema dos direitos subjectivos garantidos pelo Estado de Direito, quando fosse reconhecido como implicando comportamentos que devem ser prevenidos, sancionados e reparados por disposições jurídicas e institucionais inspiradas pelos princípios ético-políticos de uma sociedade democrática, quando entrasse no domínio tratado por esta actividade específica que, numa sociedade democrática, visa a auto-organização, pelos cidadãos, através de diversos procedimentos e graças à disposição dos meios da Lei e do direito, dos quadros simbólicos e normativos da existência colectiva. A finalidade da acção pública não é simplesmente resolver problemas sociais ou económicos (através de disposições administrativas ou técnicas, por exemplo); é, sobretudo, de instaurar um mundo comum pela acção concertada dos cidadãos que determinam entre si o que têm a fazer juntos como cidadãos livres e iguais, preocupados, não com um certo número de valores fundamentais ou de princípios morais, mas com os princípios ético-jurídicos (a equidade, a justiça, a solidariedade, o respeito das identidades, etc.). O propósito da construção dos problemas públicos é assim de instituir, através do exame e da discussão públicos, um agir concertado dos cidadãos que dispõem de um certo número de resguardos institucionais (jurídicos, administrativos, técnicos, etc.) para abolir as suas preocupações.

Poderia tomar-se outro exemplo, o da insegurança urbana. Torna-se um verdadeiro problema público, não quando é tomado em mão pelos poderes públicos, pela polícia e pela justiça, por exemplo, mas pelo Estado, na medida em que ele garante os direitos fundamentais (entre os

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS...

quais o direito à segurança mas, também, a condições de vida decentes, a igualdade social de oportunidades de vida, etc.) e que é tratado enquanto problema que apresenta riscos para a integração ou a identidade colectiva da sociedade. É evidente que convém que tanto a elaboração do problema como a definição de um tratamento possível se façam nas arenas públicas, e que não sejam reservadas aos técnicos da acção administrativa, da educação de rua, da organização das intervenções policiais ou à gestão do dinheiro público. De resto, nada implica que o tratamento do problema decorra de um monopólio dos poderes públicos e dos serviços administrativos que estão à sua disposição. As vias da acção pública são múltiplas e incluem, em especial, a mobilização e o investimento de associações e de comissões de cidadãos. Por exemplo, tratando-se de insegurança urbana e delinquência dos menores, os jornais relataram, aquando da crise francesa do mês de Janeiro de 1999, os exemplos de tratamento do problema nos países escandinavos, onde a acção de associações de pais, “mamãs e papás na cidade”, constitui uma das redes importantes da prevenção do desenvolvimento da delinquência juvenil nos bairros periféricos das grandes cidades. Poderia contudo conceber-se que o investimento delas assenta sobre motivações religiosas ou morais, ou sobre a sua ligação aos valores fundamentais, sem nenhuma referência ao bem público (definido como o que preocupa os cidadãos); neste caso, a sua acção seria pública apenas num sentido fraco; seria pública no sentido forte apenas dirigindo-se aos princípios ético-jurídicos que proporcionam o quadro de referência à acção pública dos cidadãos num regime democrático. Mas acabo de introduzir aqui um conceito muito normativo de “público”, que toma posição em relação a diversos debates actuais em filosofia política.

A experiência pública

Porquê pretender associar assim individualização dos acontecimentos públicos, construção dos problemas públicos e experiência pública? Com efeito, esta associação é requerida pelo enquadramento conceptual que propus. Se é verdade que a individualização de um acontecimento tem por matriz a sua determinação e a sua recepção no fluxo de uma experiência em curso de organização, convém reinscrever a configuração dos acontecimentos públicos na dinâmica experiencial da qual ela releva, designadamente, para retomar uma vez mais os termos de Dewey, a produção “de alguma resposta activa de adaptação a fazer”, num campo, ou numa situação problemática, descoberto e identificado pela observação e pela interpretação de acontecimentos singulares, “para promover um traço de comportamento”. Mas pode ainda falar-se de organização da experiência quando não há mais sujeito individual para lhe servir de apoio? Um acontecimento pode ocorrer a uma entidade cujo modo de existência não é o dos indivíduos singulares, “um público”, por exemplo, e afectá-la, alterá-la? E que sentido há em encarar a acção pública como fluxo contínuo de uma experiência anónima e impessoal em curso de organização? A minha convicção é que é possível sair de uma concepção individualista da organização da experiência e que esta saída é necessária para compreender a dinâmica do espaço público nas nossas sociedades.

LOUIS QUÉRÉ

Para dar alguma credibilidade à ideia de experiência pública, antes de examinar a questão sob um aspecto mais conceptual, basta pensar no que se passa aquando de acontecimentos públicos importantes, um movimento social de certa amplitude, um acontecimento político marcante, um atentado num espaço público urbano, uma catástrofe natural, etc. Tais acontecimentos ocorrem, entre outros, a colectividades: países, por exemplo, como no caso das vítimas do furacão Mitch no Outono 98, mas, também, às comunidades nacionais, locais, religiosas, culturais, dos Estados-nação, ou mesmo “ao mundo”. A quem aconteceram, em 1998, a crise financeira mundial, o processo Lewinski-Starr nos EUA, o movimento liceal do Outono em França, a detenção de Pinochet na Grã-Bretanha, etc.? Estes acontecimentos têm certamente vítimas ou actores directos mas não se pode dizer que eles são os únicos a terem sido implicados na experiência ou na provação destes acontecimentos, nem que os colectivos em causa correspondem aos agregados de indivíduos directamente afectados. Acontece frequentemente, neste tipo de casos, que os que não são afectados directamente pelo acontecimento interessam-se, de uma maneira ou de outra, pelo que se passa ou se passou e se envolvem; não o fazem por simples curiosidade, ou para se manterem informados, mas porque se sentem atingidos e apreendem o acontecimento como estímulo a reagir, a tomar posição, a comprometer-se de uma forma ou de outra, etc. Reencontram-se aqui os dois ingredientes habituais, um cognitivo, outro prático, da organização da experiência: participação na apreciação visando reduzir a indeterminação e o carácter problemático da situação criada ou revelada pelo acontecimento; definição de “uma resposta activa”, determinação de um compromisso e organização de uma conduta.

Para encetar a conceptualização da ideia de experiência pública, pode partir-se de uma crítica ao pressuposto que vincula a experiência ao indivíduo e proceder a diversas distinções. Será que a experiência requer um sujeito individual como apoio? É-se espontaneamente levado a aceitá-lo, ao mesmo tempo porque se supõe que é necessário um sujeito de atribuição para os acontecimentos assim como para as experiências – a experiência é então atribuída a uma substância que se supõe permanecer sob o que lhe acontece e continuar idêntica a si mesma no decorrer das situações, excepto eventualmente sob o cunho das sensações, das impressões, das emoções ou do sentido vivido que ela sofre – e porque a experiência tende a ser pensada segundo o modelo de um frente a frente entre um sujeito e um objecto. Ora, na tradição pragmatista como na tradição hermenêutica, a experiência escapa a esta distinção do subjectivo e do objectivo. Ela é precisamente aquilo em função do qual os dois são constituídos. É da ordem de uma transacção, ao mesmo tempo subjectivante e objectivante, entre um organismo e o seu meio. É, por conseguinte, impessoal e é necessário um processo de “aplicação” e de apropriação de modo a que a singularização dos dois termos implicados na transacção tenha lugar. A experiência é, então, o lugar de uma formação e transformação de si mesmo (*ipséité*), via uma compreensão de si posta à prova pelos acontecimentos que compreendemos.

Se se raciocina assim, é preciso não somente rejeitar a ideia de que a experiência requer um indivíduo substancial como suporte mas, também, alargar consideravelmente a lista das entidades susceptíveis de se individualizarem na experiência de um acontecimento ou de uma situação. Já vimos que o próprio acontecimento entra nesta lista, porque a sua individualidade não se forma

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS...

senão através da sua identificação e da sua recepção por este ou estes a quem ele acontece. Vimos também que a determinação do “padeedor” afectado pelo acontecimento não depende somente de uma provação directa ou imediata deste acontecimento (ela não pode contudo ser negligenciada – há muitas vítimas reais de uma catástrofe natural ou de um atentado) mas, também, da sua descrição e da selecção de um campo problemático onde inscrevê-lo. Deste ponto de vista, não há privilégios a atribuir aos indivíduos na lista de candidatos ao estatuto de pacientes (aqueles a quem os acontecimentos acontecem). Entre estes pacientes figuram também todas as espécies de colectivos, tendo estes que organizar a sua experiência e configurar a sua mesmidade (*ipséité*) da mesma maneira que os indivíduos. No caso deles, a experiência tem também uma dimensão hermenêutica essencial. Pode acontecer, por exemplo, que a experiência do acontecimento os revele a eles mesmos, lhes faça compreender quem são, quais são os limites da sua unidade e os fundamentos da sua identidade, quais são as tensões, conflitos, contradições que agem neles ou, ainda, quais são as suas potencialidades internas. Pode acontecer também que tenham, como colectivos, não somente de responder ao acontecimento mas, também, de responder sobre o acontecimento, ou seja, fazer de modo que este lhes abra uma história e apropriar-se dos possíveis que ele lhes destina (cf. Romano, 1998). Por último, tais colectivos podem ser, através de processos que seria necessário esclarecer, os sujeitos efectivos de operações de apreciação que reduzem a indeterminação das situações ou, ainda, os sujeitos da definição das condutas colectivas a adoptar.

Um segundo argumento a favor da ideia de experiência pública é fornecido por uma abordagem dramática da experiência e da situação que a controla. Encontra-se uma tal concepção não somente em Goffman mas, também, em Dewey, que colocou a tónica, muito mais do que Goffman, na estrutura temporal de uma e de outra. Uma situação dinâmica tem a estrutura de uma intriga (a intriga convocando a narrativa): como uma intriga, está repleta de suspense; enlaça-se e desenlaça-se; coloca um problema que é necessário resolver; evolui, desenvolve-se e transforma-se sob o efeito das iniciativas tomadas, das peripécias e das reviravoltas de situação; e o seu termo, que é objecto de expectativas, não é simplesmente uma conclusão, mas o momento em que culmina tudo o que o precedeu. Quanto à experiência, ela é um pouco da mesma ordem: processo em devir, ela requer um acto de composição de elementos heterogéneos para se desenvolver e formar uma totalidade integrada, dotada de uma qualidade única (Dewey: “*The experience is of material fraught with suspense and moving towards its own consummation through a connected series of varied incidents*”²). Se uma situação é análoga a uma intriga pode dizer-se que ela comporta uma estrutura: não é somente enlaçada, mas o que foi iniciado é da ordem de uma acção orientada e estruturada, no sentido dramático do termo, sendo a resolução da situação um assunto de encadeamento de circunstâncias, acontecimentos e iniciativas mais ou menos contingentes. Mas se há acção, estrutura, polarização, isso quer dizer também que há, na situação, distinções e relações diversas e, em particular, o equivalente dos personagens de um drama, ou seja, um sistema de posições reciprocamente determinadas, com perspectivas, papéis e prerrogativas associados a estas posições.

² Em inglês no original (*N. do T.*).

LOUIS QUÉRÉ

Ora nas acções que ocorrem na cena pública – no caso de um movimento social ou de uma greve de grande amplitude, por exemplo, – uma das posições na estrutura da situação é a do público. Não se trata então simplesmente dos leitores ou dos espectadores dos meios de comunicação que assistem ao desenvolvimento da situação, mas do público como um dos personagens do “drama”: faz formalmente parte disso, como instância que é, convocada e à qual são dirigidos, pelos diferentes protagonistas na cena, tomadas de testemunho e pedidos de reconhecimento da fundamentação, da validade ou da legitimidade das reivindicações formuladas, das acções empreendidas, das decisões tomadas, dos projectos formados ou das justificações avançadas. A experiência de uma tal situação é efectivamente uma experiência pública: naturalmente, cada um pode ter uma experiência privada, mais ou menos partilhada (o suburbano privado, pela greve, de transportes públicos que, para se dirigir ao seu trabalho, deve deixar o seu domicílio a uma hora madrugadora ou adoptar provisoriamente um domicílio em casa de amigos próximos da sua empresa); mas cada um pode também ocupar o seu lugar neste público, endossar as perspectivas e os papéis ligados à sua posição na estrutura da acção em curso e conferir uma forma individual ou colectiva ao exercício das suas prerrogativas, de direitos e deveres (por exemplo, participar nas acções de apoio aos grevistas... ou ao governo). A experiência é pública, não tanto porque é partilhada com outros, mas porque é informada por uma estrutura instituída da acção pública e pelo sentido impessoal que a constitui. É pública, ainda, porque o exercício do juízo suscitado pelos pedidos de reconhecimento de validade dirigidos a um público obriga os agentes a confrontar-se uns com os outros, mais não fosse do que pelo pensamento, a colocar-se do ponto de vista do bem comum, em suma a “alargar a sua mentalidade” (Arendt) ou a adoptar o ponto de vista do “outro generalizado” (Mead).

É necessário, contudo, dar-se efectivamente conta de que, no domínio da acção pública, a organização da experiência é muito mais mediatizada pelo discurso, pela avaliação reflexiva, pela encenação (*mise en scène*) e pela narrativa, do que o da acção corrente. Enquanto neste último caso a redução da indeterminação das situações passa por rotinas perceptivas e é incorporada na organização de uma conduta adequada, no primeiro caso a avaliação e a determinação de uma resposta (nos dois sentidos do termo, esclarecidos supra) passam por narrações, descrições, explicações, formulações de problemas bem como por argumentações, propostas e recomendações de acção, ou mesmo denúncias públicas, exortações, etc. – todas as coisas que supõem o uso de estruturas e de vocabulários *ad hoc*. A este nível, a parte de experiência imediata e pré-cognitiva dos acontecimentos e das situações encontra-se muito limitada, em proveito de uma experiência largamente estruturada pelo discurso.

É uma tal constatação que me impele a supor – e concluirei sobre esta hipótese – que existe um modo de organização da experiência próprio do registo da acção pública, ou seja, procedimentos que lhe são específicos de avaliação, redução da indeterminação das situações, problematização e apropriação dos acontecimentos, especificação das formas de compromisso e determinação de “traços de comportamento”. São procedimentos constitutivos do espaço público num Estado de Direito democrático, que põem em jogo toda uma série de entidades colectivas susceptíveis de ocupar os lugares de agentes e de pacientes no processo de recepção dos

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS...

acontecimentos públicos. A estas entidades, cuja identidade é narrativa, correspondem, evidentemente, agentes empíricos (os membros o governo, os proprietários, os sindicalistas, os juizes, os polícias, os liceais, os jornalistas, etc.). Mas, como na abordagem dramaturgica, é necessário recordar o primado da acção (que releva em parte da composição poética ou da ficção) sobre os personagens e o dos personagens, tais como foram configurados pela intriga (*mise en intrigue*), sobre os actores empíricos que os desempenham e endossam os seus papéis. A compreensão da dinâmica do espaço público é possível apenas se se respeita esta hierarquia dos níveis de experiência.

Tradução de Isabel Babo-Lança

Referências

- ARQUEMBOURG, J. (1998). "L'incendie du tunnel sous la Manche. Les deux faces d'une médiation journalistique", *Réseaux*, 91, p. 135-149.
- BARTHÉLÉMY, M. (1992). "Événement et espace public. L'affaire Carpentras", *Quaderni*, 18, p. 125-140.
- BOUVERESSE, J. (1995). *Langage, perception et réalité. 1. La perception et le jugement*. Nîmes: Editions Jacqueline Chambon.
- CHAUVIRÉ, C. (1989). *Ludwig Wittgenstein*. Paris: Le Seuil.
- DESCOMBES, V. (1992). "Les individus collectifs", in C. Descamps (ed.), *Philosophie et anthropologie*, Paris: Editions du Centre Pompidou, p. 57-92.
- DESCOMBES, V. (1996). *Les institutions du sens*. Paris: Minuit.
- DEWEY, J. (1993). *Logique. La théorie de l'enquête*. Paris: PUF [1938].
- DREYFUS, H. (1984). *Intelligence artificielle. Mythes et limites*. Paris: Flammarion [1972].
- GARFINKEL, H. (1967). *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- GOFFMAN, H. (1991). *Les cadres de l'expérience*. Paris: Minuit.
- GUSFIELD, J. (1981). *The culture of public problems. Drinking-driving and the symbolic order*, Chicago: University of Chicago Press.
- HABERMAS, J. (1998). *L'intégration républicaine*, Paris: Fayard.
- HACKING, I. (1991). "The making and molding of child abuse", *Critical Inquiry*, 17, p. 253-258.
- MERLEAU-PONTY, M. (1945). *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.
- MERLEAU-PONTY, M. (1964). *Le visible et l'invisible*. Paris: Gallimard.
- PETITOT, J. (1990). "Le physique, le morphologique, le symbolique. Remarques sur la vision", *Revue de synthèse*, IV (1-2), p. 139-183.
- ROMANO, C. (1998). *L'événement et le monde*. Paris: PUF.
- SIMONDON, G. (1989). *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier.
- TASSIN, E. (1997). "Qu'est-ce qu'un sujet politique? Remarques sur les notions d'identité et d'action", *Esprit*, 230-231.
- VARELA, F. (1989). *Autonomie et connaissance*. Paris: Le Seuil.



CALEIDOSCÓPIO

II. Acontecimento e Media



Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MEDIÁTICO MODERNO: O DESASTRE DE LISBOA

A evocação do tremor de terra que devastou Lisboa em 1755 pode surgir como um desvio complicado, ou mesmo anacrónico ou pouco pertinente, para apreender o papel dos meios de comunicação contemporâneos na compreensão dos acontecimentos da actualidade.

O que merece atenção prende-se, sobretudo, com o facto de os jornais e gazetas da época terem dado conta do acontecimento de forma contínua. As gazetas estrangeiras de língua francesa que possuíam redes de correspondentes não somente na Europa, mas também na Turquia, na Ásia ou na América, difundiram notícias desta catástrofe não só durante o mês de Novembro de 1755, ou seja, no momento em que ela ocorreu, mas de modo regular no decorrer das correspondências dos correios, ao longo do ano 1756 e, de maneira mais esporádica, até 1759. É precisamente no momento em que se constitui uma cena pública jornalística que se deve situar este acontecimento, bem como a importância do seu tratamento pelos jornais da época e os debates que suscitou¹.

A articulação entre acontecimento e debate público não reteve a atenção dos investigadores que habitualmente trabalham o espaço público no século XVIII, nomeadamente Habermas². A esfera pública burguesa parece

Jocelyne Arquembourg
Instituto Francês de Imprensa
Universidade de Paris II

¹ No quadro do que se chamou, mais tarde, *a querela do optimismo* (no texto, na versão integral, reduzida aqui por constrangimentos editoriais – *N. do T.*).

² Habermas, 1962 e 1992.

JOCELYNE ARQUEMBOURG

constituir-se em torno do debate de ideias sem que a pressão das circunstâncias e o surgimento do imprevisível influenciem de algum modo estas trocas. Ora, o desastre de Lisboa revela uma outra imagem da forma como públicos (literários, filosóficos, eruditos, religiosos) se manifestam na mesma época, mobilizando diferentes cenas. Sobretudo, coloca a questão do papel dos jornais e gazetas que narram os factos, assim como as reacções que eles desencadeiam. Neles, o problema da articulação entre o facto e o acontecimento configura-se de maneira incomum para um investigador familiarizado com as narrativas jornalísticas contemporâneas. Com efeito, a diversidade dos lugares e dos momentos em que se manifesta a catástrofe não é unificada senão muito progressivamente na narrativa de um acontecimento único. Em relação aos acontecimentos contemporâneos, as tentativas através das quais o acontecimento foi progressivamente descrito, unificado e nomeado patenteiam ao mesmo tempo a natureza dos procedimentos que participam nestas operações e as redes de actores que as realizam. A análise do tratamento jornalístico do tremor de terra de Lisboa é, por conseguinte, rica em ensinamentos que ultrapassam um título, para além do seu interesse histórico. Pela sua dimensão internacional, sua repercussão, debates que suscitou, ele prefigura acontecimentos mais recentes como se a própria forma do acontecimento mediático emergisse com o espaço público do século XVIII. Por último, constitui provavelmente também a primeira catástrofe susceptível de ser qualificada de “natural”, devido aos quadros de interpretação que emergem da confrontação com o acontecimento e dos debates entre filósofos, eruditos e religiosos que se seguiram³.

Multiplicidade dos lugares, dispersão das manifestações

Na maioria dos casos, as primeiras notícias do tremor de terra de Lisboa não chegaram às gazetas directamente de Portugal, mas antes por intermédio de outros correspondentes dispersos pela Europa e sobretudo de Espanha. A primeira informação figura na remessa de *La Gazette de Cologne* datada de 28 de Novembro. Ela especifica que “fomos informados por um correio despachado de Lisboa e que chegou a 8, às quatro horas da tarde, que no primeiro dia desse mês, pelas 9 horas da manhã, o abalo fez-se aí sentir de uma maneira terrível. Abateu metade da cidade, todas as igrejas e o palácio do rei”.

³ Para fazer este tipo de observação, recolhi todos os relatos relativos à catástrofe em duas gazetas europeias de língua francesa, *O Correio Avignon* e a *Gazette de Colónia*, a partir do mês de Novembro de 1755 até ao fim do ano 1756. Atribuo também uma importância específica à carta de 11 de Novembro de 1755 endereçada por Miguel Tiberio Pedegache a *Le Journal Etranger*. Estes jornais não têm o mesmo estatuto. *Le Courier d'Avignon*, editado por Antoine Aubanel, é um jornal estrangeiro publicado na cidade episcopal que, nessa época, ainda não está ligada à França. É uma das tiragens da época mais importantes, reconhecida pelas suas crónicas diplomáticas internacionais. *La Gazette de Cologne* faz parte dos jornais alemães publicados em francês. As suas publicações são semanais. Em contrapartida, *Le Journal Etranger*, dirigido por Fréron, um inimigo do clã *voltairiano*, que sucedeu ao abade Prévost na direcção, é um periódico mensal de duzentas páginas que publica resenhas de obras literárias, os debates de sociedades eruditas, artigos relativos à invenção de máquinas ou à cultura de plantas “exóticas” como o café, traduções de obras literárias ou filosóficas estrangeiras. Entre 1754 e 1762, o jornal publica também cartas de correspondentes estrangeiros, letrados e eruditos dispersos pela Europa. A carta de Lisboa sobre a irrupção do acontecimento ganha aí uma ressonância específica, que permitirá ver como, realmente, ela é lavrada de maneira subjacente pelas preocupações intelectuais e científicas da época.

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

As cartas que se sucedem nas páginas dos jornais tecem um curioso emaranhado de notícias, que a paginação não hierarquiza nem classifica. São a proveniência e a data, ou seja, a origem das notícias, que organizam esta apresentação, quer no plano semiótico, quer ao nível da classificação das informações. Deste modo, a gazeta evidencia sobretudo a extensão das suas redes e a regularidade ou a frequência dos seus contactos. Para o leitor, resulta daí uma imbricação das intrigas que enredam a história do seu presente. Cada fornecimento agrupa notícias que datam dos dias precedentes, mas em função da rapidez ou antes da lentidão dos correios, as entregas ulteriores podem publicar notícias anteriores à publicação precedente. Isso provoca uma relativa cacofonia no momento em que eclode o tremor de terra de Lisboa, tanto mais que outros abalos foram entretanto também sentidos noutros lugares, em França, em Inglaterra ou na Holanda. Com efeito, são em primeiro lugar relatos dispersos de abalos sísmicos, de maremotos, de inundações que afluem dos quatro cantos da Europa. Mas a área do acontecimento parece estender-se cada dia mais à medida que as notícias chegam. São assinalados abalos em Marrocos, em Fez e até em Boston. Não é assim um acontecimento único que emerge, do qual se poderia descrever cronologicamente o desenrolar⁴, mas fenómenos dispersos que ocorrem em lugares muito distantes uns dos outros, que os observadores sentem mais ou menos intuitivamente que estão ligados, sem verdadeiramente esclarecer a natureza destas relações e sem nunca se chegar a produzir uma narrativa que totalize um acontecimento único. Deve então falar-se de um acontecimento ou de vários acontecimentos? Importa dar conta das relações através das quais os jornais ligam estes fenómenos e os organizam, por mais ténues e pouco explícitas que sejam. Na realidade, surgem várias perguntas decorrentes da constatação da dispersão das cenas e das manifestações do acontecimento. O que é que pode ter dado aos contemporâneos a ideia de ligar estes fenómenos entre si? Esta relação é de natureza formal (vários fenómenos semelhantes têm lugar em espaços diferentes, é a sua similitude que convida à aproximação) ou temporal (vários fenómenos similares têm lugar ao mesmo tempo ou sucessivamente em lugares diferentes)? A partir de que momento é questão *do tremor de terra de Lisboa* designar o acontecimento como um todo? Como se pode apreender na imprensa da época o processo de denominação que conduz nos relatos à constituição de um acontecimento único?

Semelhanças e simultaneidade: ligar o acontecimento

Pode tentar-se dar conta dos critérios através dos quais os correspondentes tentaram reagrupar estes fenómenos dispersos. Num primeiro tempo, a semelhança e a simultaneidade dos

⁴ Poder-se-á comparar com o primeiro artigo surgido no *Le Monde*, a 30 de Dezembro de 2004, relatando a irrupção do tsunami:

Domingo 26, às 0h58 TU. 0h58, na Indonésia.

As primeiras informações do Escritório de geofísica de Djakarta referem um sismo de uma magnitude de 6,4 na escala aberta de Richter que flagela o norte da ilha indonésia de Sumatra.

É então quase 1 da manhã em tempo universal, ou seja, 7h58 na Indonésia. O epicentro está localizado no oceano Índico, a 250 km a sudeste de Sumatra. Os dados evoluirão até a chegar a uma magnitude de 9.

O artigo lista seguidamente, hora a hora, os lugares devastados pelo percurso do tsunami.

JOCELYNE ARQUEMBOURG

fenómenos que tiveram lugar em Portugal e em Espanha conduziram a reunir os dois acontecimentos. Assim, na *La Gazette de Cologne* pode ler-se: “Sabe-se **analogamente**⁵ de Cádiz, que **também** aí se fez sentir **este** abalo”. Mais adiante, na mesma carta datada de 10 de Novembro: “**O mesmo abalo** fez-se sentir em várias outras cidades”. A insistência incide aqui sobretudo na semelhança através do emprego dos advérbios de modo. Contudo, o indício que parece ter servido de critério aos observadores é sobretudo o da simultaneidade. Duas cartas de Colónia, de 17 e 21 de Novembro, insistem neste ponto. É verdade que todos os relatos das testemunhas oculares determinaram com precisão a hora do terramoto de Lisboa às 9h45. É, de resto, um dos motivos destas cartas, que começam sempre por indicar a hora em que o autor sentiu o primeiro abalo. Todos os testemunhos são coincidentes em alguns minutos aproximadamente. Parece que estas indicações horárias foram consideradas como uma necessidade a fim de aferir a pertinência e a fiabilidade dos testemunhos. Constituem, por isso mesmo, um sério indício relativamente à posição adoptada pelos autores das cartas e pelos próprios jornais em relação ao acontecimento. Olhar para o seu relógio, anotar a hora na qual ocorre um fenómeno, não são acções tão correntes no século XVIII como no século XXI. Os relógios são objectos de luxo, o tempo universal não existe ainda e atribuir uma hora precisa a um fenómeno não é uma operação necessariamente fácil, mas o critério hora foi diferenciador para determinar se abalos ocorridos em lugares diversos tinham uma ligação entre si. Ele está presente de maneira recorrente num grande número de cartas, como a de 22 de Dezembro, de Malmoë, na Suécia, onde é dito “(que) se sentiram, assim como nas províncias limítrofes da Noruega, abalos **à mesma hora e da mesma maneira**”.

Mas qual é a natureza da relação que liga estes múltiplos tremores de terra? Trata-se de um tremor único e das suas réplicas? Trata-se de abalos sem relação entre si mas que, de repente, agitam simultaneamente o planeta? Há entre eles relações de sequencialidade? Com efeito, várias maneiras de encarar as coisas surgem nas correspondências. Ocorrem como diversas hipóteses possíveis em *La Gazette de Cologne* de 16 de Dezembro de 1755: “Cartas de diversos países continuam a anunciar tremores de terra que parecem ter sido apenas **partes, fugas ou réplicas** desse”. As três hipóteses parecem igualmente válidas, mas revelam também implicitamente as questões que os contemporâneos podiam colocar-se. Ou cada abalo não é senão a manifestação de um gigantesco tremor de terra, ou então são fugas⁶. Por último, poderiam ser réplicas. O facto de os tremores de terra serem frequentemente seguidos de réplicas era conhecido, fazendo também esta hipótese parte das possibilidades encaradas pelo autor.

A partir do mês de Dezembro de 1755, surgem na *La Gazette de Cologne* tentativas para circunscrever o espaço do acontecimento e tentar por aí mesmo dar uma representação sintética. A 22 de Dezembro, o jornal constata a propósito do tremor de terra de Lisboa que as cartas recebidas de diversos países “dizem entre outras coisas, que **ele** foi sentido do Ocidente ao Oriente,

⁵ A negrito no original, neste vocábulo como nos seguintes (*N. do T.*).

⁶ Para a ciência do século XVIII, os tremores de terra deviam-se a fermentações que produziam gases que explodiam sob a crosta terrestre e se libertavam, produzindo chamas. Esta interpretação foi reforçada nomeadamente pelos numerosos incêndios que deflagraram em Lisboa.

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

desde o Reno até ao Lech, e do Norte até ao Midi desde Ingolfladt, Donawerth, Nuremberg, Canfladt e Stuttgart, até Lucerne, Genève e Lion, Avignon e Montpellier". Observar-se-á que, desta vez, o tremor de terra de Lisboa é designado no singular como um só e único fenómeno que se propagou no espaço. O autor prossegue "reportando estas convulsões do nosso globo" "ao tremor do primeiro de Novembro". Mas não é senão a partir do mês de Dezembro que aparece uma representação dinâmica de um fenómeno único que "percorre" vastos espaços. O tremor de terra torna-se então sujeito de verbos de deslocação nos relatos que o contam. Os correspondentes acabaram por identificar progressivamente vários tremores de terra e por agrupar diversos abalos como subconjuntos dentro de um ou do outro. Cada tremor é então considerado como um movimento único que se desloca provocando numerosos abalos. Mas como limitar o espaço de um tremor de terra? Algumas correspondências convocam então mapas e medidas para tentar definir as dimensões espaciais, como no caso do tremor de terra de 2 de Fevereiro de 1756 que "fez toda a volta do compasso tomando a região de Limbourg como centro da ondulação".

À medida que os meses passam, parece que a interpretação dos abalos se orientou progressivamente para a sua integração num fenómeno único, concebido como um terramoto cujos movimentos e ondulações se deslocam e alastram até lugares extremamente afastados do que parece a origem. A noção de epicentro aparece na última carta ainda que não seja formulada explicitamente como tal. Esta organização que permitiu seleccionar e ligar entre si determinados abalos, apoia-se em referenciais espacio-temporais relativamente precisos, que supõem eles próprios o uso de instrumentos de medida, relógios, compassos, mapas e mesmo barómetros. É por conseguinte, antes de mais, com a ajuda destas diversas observações de natureza científica que pode elaborar-se, não a unificação de apenas um acontecimento, mas de vários acontecimentos cujas manifestações dispersas foram reagrupadas sob uma descrição específica.

Ora, este processo de totalização parece caracterizar *La Gazette de Cologne* e não se realiza necessariamente da mesma maneira em todos os jornais. No momento em que *La Gazette de Cologne* evoca o tremor de terra do dia um de Novembro no singular, *La Gazette de Amsterdam* faz alusão "Aos tremores de terra" do mês de Novembro, no plural, numa carta de 13 de Janeiro de 1756. A tentação da amálgama está presente num grande número de relatos, em particular os do *Courrier d'Avignon*, cujas cartas devolvem a imagem de um planeta agitado por todos os lados por tremores de terra, mas também dominado por inundações e tempestades. Contudo, como não é feita nenhuma tentativa para empreender a narrativa destas manifestações variadas sob a descrição de um tremor de terra único, em termos de causas e de consequências, o leitor é confrontado com a representação de uma avalanche de catástrofes que se abatem ao mesmo tempo sobre a terra por razões desconhecidas. Outras ameaças podem então ser acrescentadas às da Natureza para concorrer à descrição de um universo apocalíptico. É o que se pode ler sob a pluma do mesmo correspondente de Paris, a 10 de Dezembro de 1755: "Está-se quase mais ocupado nesta capital do que no que respeita à guerra e aos desastres que se sabe terem ocorrido nas províncias ocidentais do Reino, onde desde o tremor de terra que mudou Lisboa e uma parte de Portugal e Espanha, há diariamente furacões, tempestades, trovões tremendos e granizo de uma grossura extraordinária, de modo que os habitantes vivem temores

JOCELYNE ARQUEMBOURG

contínuos". Neste relato, o acontecimento do terramoto de Lisboa constitui um começo, já que é desde que ele teve lugar que os elementos parecem desencadear-se. No entanto, o narrador não se empenha a restaurar relações de causalidade entre os fenómenos que cita e a aproximação com os preparativos de guerra contra a Inglaterra contribui para descrever um contexto tanto mais aterrorizador quanto difunde uma ameaça generalizada.

Encontramo-nos, por conseguinte, na presença de várias narrativas dos acontecimentos. Numa configuração, abalos terrestres ocorridos no mesmo momento são integrados na descrição de um acontecimento único, mas também se fala em vários sismos ocorridos de modo sucessivo sem que se saiba muito bem se eles estão ligados. Numa outra configuração, catástrofes diversas declararam-se numa multiplicidade de lugares desde o tremor do dia um de Novembro de 1755 e continuaram durante o ano 1756, mas estas manifestações são descritas de modo simultaneamente fragmentado e amalgamado pela intuição que uma causa externa deve ligá-las, sem que o narrador possa dizer exactamente de que se trata. É este implícito que alimenta o medo evocado pelo correspondente parisiense do *Courrier d'Avignon*, fundado na generalização de uma ameaça que engloba preparativos de guerra. Num caso, assiste-se a um fenómeno de totalização narrativa, no outro observa-se que vão a par disseminação e amálgama.

Amálgamas, indícios e crenças

É verdade que a extensão do desastre continha ingredientes para suscitar ao mesmo tempo o medo e a estupefacção. No século XIX, o geógrafo Elisée Reclus declarou que as vibrações do tremor de terra de Lisboa se tinham estendido sobre uma superfície de 40 milhões de quilómetros quadrados, ou seja, a duodécima parte da terra. É precisamente esta visão abrangente fundada sobre a medida de um fenómeno único num espaço muito vasto que falta aos contemporâneos do sismo. Estes apenas acumulam observações parcelares e locais, interrogando-se sobre a natureza das suas eventuais relações. A distinção entre o sismo original e as suas diferentes réplicas, por exemplo, está longe de ser evidente. A sua frequência em Portugal parece ter mantido a população num estado de ansiedade permanente⁷.

Na realidade, apesar do entrançado das notícias e da imbricação das intrigas, uma linha de divisão bastante nítida desenha-se entre interpretações do acontecimento de tipo científico e interpretações tributárias de crenças religiosas ou mesmo de superstições. Nos dois casos, os relatos convocam representações diferentes da Natureza. As narrativas do acontecimento ou

⁷ Na sua obra sobre *O tremor de terra de Lisboa*, Jean-Paul Poirier nota que abalos violentos continuaram em Lisboa até ao dia 3 de Novembro, ficaram mais fracos a 4 e 5, depois retomaram a 8. A 18 de Novembro novas réplicas fizeram-se sentir em Portugal e em Marrocos. Houve outras, embora de mais fraca intensidade, no mês de Dezembro, seguidamente sucederam-se oito réplicas em 1756 e sete em 1757, por último, não houve mais do que uma por ano até 1761. Em contrapartida, chama a atenção para o facto de o tremor que teve lugar a 9 de Dezembro de 1755 em Valais, na Suíça, não ter relação com um ocorrido em Lisboa no mesmo dia, tratando-se apenas de uma coincidência. Mas, em pânico pelo número e pela extensão das réplicas que podiam constatar, os contemporâneos tiveram dificuldade em distingui-las, tanto mais que o critério da simultaneidade temporal, recordêmo-lo, parece ter sido dominante.

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

dos acontecimentos remetem assim, mais ou menos explicitamente, a uma interrogação sobre as suas causas.

Em *La Gazette de Cologne*, de 12 de Dezembro de 1755, uma carta de Berne resolve abertamente dissertar sobre o assunto. “Porque é que o Senhor castigou assim esta grande cidade?”. Esta carta anónima declara apoiar-se nas reflexões públicas de um físico cuja argumentação resume em linhas gerais. Este parte do postulado que “a mão de Deus preside a todos os acontecimentos extraordinários (...) que podem alterar a face do universo”. Mas observa também que o mundo obedece a regras, a “uma ordem admirável”, como um mecanismo bem lubrificado do qual Deus seria o Arquitecto. E conclui afirmando que “Tudo é natural no tremor de terra”, incluindo os seus efeitos, que são necessários ao bom funcionamento da Natureza.

Esta carta, de estilo voltairiano, é particularmente interessante porque revela de maneira crua a fenda que o acontecimento está a abrir no espaço público. Em primeiro lugar, não é anódino que esta “dissertação” figure entre as notícias da gazeta. Ela traça uma ponte entre as cenas públicas de onde emergem questionamentos metafísicos sobre a origem do sismo e os jornais que relatam as notícias. As prédicas das igrejas (as orações dos pregadores são asserções que atraem por vezes um público importante e assíduo, especialmente quando o orador é conhecido), as sessões da Academia das ciências, os salões literários e os jornais são cenas públicas em constante interacção. A carta de Berna orienta a reflexão para a indagação da causa dos fenómenos, no singular, mas atribuindo este questionamento aos físicos ela opera uma tentativa de conciliação entre duas visões da Natureza que já entraram em tensão no universo dos cientistas. A representação de um mundo organizado cujos movimentos são ordenados durante séculos participa de uma visão sistemática da Natureza, próxima da de Newton. A Natureza sendo um sistema, o que acontece obedece a uma necessidade. Esta visão que satisfaz a investigação de leis naturais participa de um certo desencanto do mundo que confere autonomia à Natureza por relação à intervenção do seu Criador. Contudo, na argumentação desenvolvida pelo autor da carta, este não desaparece. Comparado a um arquitecto admirável que concebeu esta ordem bem organizada, a sua responsabilidade é no entanto libertada dos “acidentes” que ocorrem e que não são mais do que o efeito de necessidades naturais. Deus não intervém mais no mundo e as catástrofes que se produzem não carregam nem a marca da sua cólera, nem a marca de uma injustiça, são apenas catástrofes naturais. O raciocínio mantém assim em equilíbrio duas visões do mundo que estão na realidade a um passo de entrar em conflito. Ele procede de maneira hábil a um desencanto parcial do mundo que a teologia mais tradicional e a física de Newton favorecem. Mas estas visões do mundo não trabalhavam já as narrativas dos tremores de terra? A tarefa de totalização do acontecimento ou, antes, dos acontecimentos, se se considerar que, de seguida, cada réplica deu lugar à narrativa de um tremor de terra integrando a observação de vários abalos, constitui um facto científico observável e mensurável por diferentes instrumentos. Ela assenta na comparação entre vários dados, nomeadamente temporais. Integra também hipóteses quanto ao lugar de origem do sismo e quanto às razões que provocam certos fenómenos, como as inundações. Os relatos que sustentam a pluralidade dos fenómenos como outras tantas catástrofes que se abatem sobre a terra interpelam, pelo contrário, uma causalidade

JOCELYNE ARQUEMBOURG

externa na origem destas manifestações que, longe de serem governadas por leis, surgem como manifestações de uma vontade divina.

Figuras do testemunho ocular

Esta clivagem que emerge das correspondências entre duas configurações narrativas do mesmo acontecimento convida a prestar uma atenção muito particular às cartas dos testemunhos oculares. Duas cartas parecem-me especialmente interessantes, tanto pela sua extensão e pelo número de detalhes que comportam, como por serem reveladoras de uma posição enunciativa específica do testemunho ocular. A primeira é a carta escrita ao *Journal Etranger*, dia 11 de Novembro de 1755, por Miguel Tiberio Pédegache. Filho de um negociante francês instalado em Lisboa, o autor é amante de literatura e ciência, nomeadamente de astronomia. A maneira como empreende o relato da catástrofe faz imbricar no testemunho pessoal preocupações e reflexões de ordem científica. Após algumas fórmulas de introdução nas quais lamenta a gravidade do desastre, o narrador prossegue nestes termos: *"No primeiro de Novembro, o Mercúrio estando a 24 polegadas 7 linhas, e o termómetro de Réaumur a 14 graus acima do gelo, o tempo calmo e o céu muito sereno, pelas 9 horas 45 minutos da manhã, a terra tremeu mas tão ligeiramente que toda a gente imaginou que era alguma carroça que rolava com velocidade. Este primeiro tremor durou dois minutos. Após um intervalo de dois outros minutos, a terra tremeu de novo, mas com tanta violência que a maior parte das casas rachou e começou a desabar. Este segundo tremor durou mais ou menos dez minutos. (...) Depois disso, veio um abalo tão horrível que as casas que tinham resistido até então caíram com estrépitos. (...) Não se pensou então senão em fugir e as lágrimas e os gritos dos vivos, os gemidos e os prantos dos moribundos, os abalos da terra e a obscuridade aumentavam o horror e o pavor, não se pensou então senão em fugir e em procurar asilo no campo. Mas a nossa desgraça não estava ainda no seu auge.*

Mal se começava a respirar e o fogo sobreveio em diferentes bairros da cidade. (...) Teria podido talvez trazer-se algum remédio ao fogo, se o mar não tivesse ameaçado submergir a cidade. Pelo menos, o povo assustado persuadiu-se facilmente, vendo as ondas entrar com fúria em lugares extremamente afastados do mar e onde parecia impossível que ele pudesse alguma vez chegar".

O narrador oscila curiosamente entre duas posturas enunciativas. A primeira é a de um observador desligado de um fenómeno constituído em objecto de observação científica, ou seja, um facto, no sentido fenomenológico do termo. As observações relativas à temperatura, a esse respeito, não são anódinas. A possibilidade de consultar um barómetro não era acessível a qualquer um. Realmente, os que podem fazê-lo fazem geralmente parte de uma rede de cientistas dispersos pelo mundo e que estão em contacto permanente com Réaumur, a fim de lhe transmitir observações diárias. A alusão de Pédegache revela que ele faz parte desta rede ou, pelo menos, que está suficientemente próximo de um dos seus membros para dispor de uma tal informação. Este detalhe, entre outros, mostra a que ponto as redes de correspondentes

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

das gazetas e as redes de cientistas podiam cruzar-se. Fornece uma indicação preciosa sobre as condições de produção das narrativas do acontecimento enquanto se apoiam não somente nas representações da Natureza, mas também que levam a efeito, como se vai ver, um dispositivo enunciativo do *facto* que passa a adquirir a sua especificidade.

As notas relativas à temperatura acompanham-se de observações precisas da duração dos abalos, do seu número e da sua frequência. Na sequência da carta, uma passagem começa por um verbo na primeira pessoa que não remete somente para a posição de uma testemunha assistindo a um acontecimento e sofrendo-o, mas para um sujeito que observa um fenómeno e transmite as suas observações para todos os efeitos. "Observei", escreve ele, "que os abalos mais fortes ocorrem sempre ao nascimento da aurora". Esta nota é particularmente reveladora, porque o emprego do presente e do advérbio "sempre" relevam do discurso no sentido de Benveniste e não da narrativa, mostrando que o narrador não faz mais do que contar um fenómeno singular, mas que procura formas de explicação lógicas do que ele observa, construídas, por exemplo, sobre a recorrência⁸.

Ao lado desta posição de observador científico, o narrador ocupa uma segunda que é a de testemunha ocular. A descrição do que ele vê, do *quadro* da catástrofe, condu-lo a situar-se como um daqueles a quem o acontecimento acontece. Assim, ele usa por vezes um "se" ou um "nós" através dos quais toma também a posição de actor na narrativa, ao lado daqueles que padecem o cataclismo. O indefinido "se"⁹ oscila incessantemente entre empregos pessoais (equivalentes a um "nós") e impessoais (equivalentes a "pessoas", "população"), de modo que se sujeita bastante bem aos deslizes da posição do enunciador que tanto se associa às vítimas do acontecimento, como se dissocia delas para as designar. "Ter-se-ia podido talvez remediar o fogo, se o mar não ameaçasse submergir a cidade. Pelo menos, o povo assustado persuadiu-se disso facilmente". A posição do enunciador torna-se então dissociada da do resto das vítimas, desde que comportamentos ligados ao medo ou à ignorância estejam em causa. A posição da testemunha ocular torna-se uma espécie de reserva entre a posição de sujeito do acontecimento e a de observador dos factos.

A segunda carta é anónima. É escrita de Cádiz, a 3 de Novembro, e dirigida ao *Courrier Avignon* que a publica a 16 de Dezembro. Nessa carta, o narrador começa por se pôr em cena após ter precisado a data e a hora do tremor de terra. "Estava no meu quarto, onde me apercebi que todos os móveis dançavam e que a casa tinha uma oscilação considerável". O narrador prossegue o seu relato por meio de uma descrição dos resultados deste primeiro abalo que não coincide com a situação de um enunciador fechado no seu quarto: "O dano causado por este abalo não era considerável; algumas casas racharam em vários sítios, com vigas apartadas umas das outras; alguns tectos de igrejas caídos e a brecha que abriu nos muros da cidade opo-

⁸ Com efeito, Pédegache é também o primeiro, de acordo com Jean-Paul Poirier, a ter enunciado uma previsão fundada sobre o que os sismólogos chamam "um intervalo de recorrência", observando que os principais sismos que tinham atingido Portugal até aí estavam separados por um intervalo de 222 a 224 anos.

⁹ Em francês, no original, "on" (on dit; on y va; on pense; on défend, etc.). Traduzimos por "se", enquanto sujeito indeterminado, com o verbo na terceira pessoa do singular, que remete para "nós" ou "para todos" e "qualquer um" (diz-se; vai-se ou aí vamos; pensa-se; defende-se, etc.) (*W. do T.*).

JOCELYNE ARQUEMBOURG

tos ao mar, do lado norte, eis o que este tremor de terra tinha causado". Dois pontos de vista estão assim alojados um no outro. O de um sujeito que sofre o acontecimento a partir de uma situação de enunciação claramente identificada e inserida na narração e o de um relator, capaz de efectuar um balanço geral dos efeitos do acontecimento, apoiando-se presumivelmente noutros testemunhos, ou por tê-los constatado ele mesmo *a posteriori*, mas não o especifica.

A sequência da narrativa põe-no de novo em cena, ele apodera-se de alguns objectos pessoais e deixa precipitadamente a sua casa para atingir a muralha da cidade. A situação de enunciação é apenas um lugar a partir do qual o acontecimento é apreendido e o relato contado, sendo ela própria narrativizada e o narrador desdobra-se em agente do relato fugindo do cataclismo e procurando abrigar-se. Esta posição permite-lhe fundar a credibilidade do testemunho que vai seguir-se e que respeita, desta vez, não tanto os fenómenos físicos a que assiste, mas as reacções humanas e sociais ao acontecimento: *"Para vos dar uma ideia do espectáculo que tínhamos sob os olhos, imaginaí o terror, o pavor em todos os rostos, as lágrimas, os gritos, os gemidos, a perturbação e a consternação; igrejas derrubadas das quais todos queriam sair ao mesmo tempo; monges largando o ofício divino e saindo do seu convento; soldados abandonando o seu acampamento; mulheres que o abalo ou a retirada derrubavam; homens consternados à vista de todos, apesar de todos os seus esforços para se aguentarem"*. Desta vez, a primeira pessoa do singular dá lugar a uma primeira pessoa do plural, não que o narrador esteja acompanhado de um outro agente que ele não teria nomeado, mas porque se alia ao que todo o mundo podia ver. A descrição que segue apela à imaginação do *narratário* ("*narrataire*") para se imaginar uma cena fortemente dramatizada pelos efeitos de acumulação.

O narrador prossegue explicando que regressa a sua casa quando a calma retorna. Mas a irrupção de um novo abalo vai dar lugar a uma terceira narrativa que obedece, desta vez, a um ponto de vista radicalmente diferente. O narrador parece alcançar a cidade com um só olhar capaz de descrever ao mesmo tempo o que acontece a Oeste e a Nordeste. Entrelaça várias temporalidades, a do que acabava de passar-se exactamente antes da acção descrita: *"O mar entrava por três lados diferentes. A Oeste acabava de erguer-se mais alto do que as casas e tinha submergido um bairro da cidade"* e a da situação de enunciação da carta que dá conta dos resultados do maremoto: *"O parapeito das fortificações, algumas pequenas fortificações e várias construções que se encontraram na sua passagem, tudo foi destroçado, derrubado"*. *"Do lado do Nordeste, o mar entrava também por duas portas e tinha inundado um terreno considerável na cidade"*. Mais exactamente, sucedem-se o momento em que o mar entrava pela porta da cidade, simultaneamente ao que se passava a Oeste e o momento da enunciação epistolar que descreve um resultado. É claro que a diversidade das perspectivas, ao mesmo tempo espaciais e temporais entrelaçadas por meio de uma tal narrativa, já não está ancorada na posição enunciativa descrita inicialmente. Estende-se bem para além da situação da testemunha ocular; esta entrega-se a uma tentativa de totalizar o acontecimento a partir dessa primeira ancoragem que lhe concede uma forma de caução. Constitui desse modo uma primeira tentativa de relato omnisciente. As incursões do narrador fora do que podia materialmente ver no momento em que se encontrava na rua, a visão de uma cidade alcançada com um só olhar de Oeste para Este,

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

marcam um deslize da posição da testemunha ocular para a daquele que relata o que aconteceu, mas cujo relato é caucionado pelo próprio facto de ter estado e de estar ainda nos lugares.

Da mesma maneira que a posição da testemunha ocular constituía na primeira carta uma posição intermédia entre a do sujeito do acontecimento e a de um observador dos factos, ela ocupa também uma posição transitória na segunda carta. Contudo, desta vez articula a posição de um agente da narrativa com a de um relator omnisciente. Podemos então interrogar-nos. Da mesma maneira que a posição do sujeito do acontecimento e a do agente da narrativa podem sobrepor-se, não se deverá ver uma forma de correspondência entre a posição do observador do facto científico e a do relator omnisciente? Se tal fosse o caso, quererá dizer que os dispositivos enunciativos concordantes emergem de maneira concomitante nessa época, o dispositivo enunciativo do facto científico e o dispositivo enunciativo do facto jornalístico.

A par dos dispositivos enunciativos das narrativas epistolares, interessa também assinalar a posição enunciativa dos próprios jornais na medida em que eles agregam as notícias enviadas pelos correspondentes. Com efeito, as cartas estão geralmente ligadas a um dispositivo enunciativo que se poderia qualificar de editorial, mediante o qual o jornal enquadra as notícias e as difunde. Nem todas as notícias são, longe disso, produzidas por testemunhas oculares. Pelo contrário, as gazetas apresentam uma circulação permanente de notícias reformuladas e relatadas por diferentes enunciadores. Quer se trate de correspondentes estrangeiros que transmitem informações que lhes foram comunicadas, ou da própria gazeta. Uma fórmula recorrente enquadra os enunciados das notícias: "Sabe-se por uma carta de X (geralmente um nome de lugar) que aí aconteceu..." ou "que aí se sentiu..." ou "que o tremor de terra se fez sentir". Dois sujeitos indefinidos encontram-se aí interligados. O jornal autodefine-se desta maneira impessoal como o lugar de uma mediação que organiza a recolha e a divulgação das notícias. A notícia, quanto a ela, é relatada, ou seja, enunciada como um *facto* que não acontece a alguém em especial, mas que recai sob o olhar de um observador que o relata. As cartas na primeira pessoa das testemunhas oculares estão assim presas nas malhas de um dispositivo enunciativo que as envolve e contribui para *factualizar* o acontecimento. Mas é ao preço deste apagamento da subjectividade que o acontecimento se torna um acontecimento social. Não é mais apenas o acontecimento remoto ocorrido a um sujeito singular. A sua factualidade torna-o comunicável de outra maneira que não apenas o modo do acontecimento extraordinário, como podia ser o caso das narrativas de viajantes dos séculos precedentes. Sucede a um colectivo impessoal e o jornal apresenta-o de maneira igualmente impessoal ao olhar de um público que deve estar em condição "de julgá-lo e apreciá-lo exactamente"¹⁰. Dir-se-ia que o acontecimento vivido deve sofrer o processo de *factualização* que apaga a subjectividade para se tornar um acontecimento de uma outra ordem, um acontecimento social, objecto de discursos para um público. Este processo realiza-se de maneira discursiva através de deslizes nas posições enunciativas dos correspondentes, bem como através da retoma das notícias pelo sujeito impessoal das gazetas. É ao preço deste apagamento da singularidade e da subjectividade que o acontecimento é constituído em objecto de julgamento e, de maneira concomitante, o público não é

¹⁰ *La Gazette de Cologne*, 5 de Janeiro de 1756.

JOCELYNE ARQUEMBOURG

convocado a ouvir a narrativa extraordinária de um fenómeno incrível e remoto, mas convidado a compadecer-se e a avaliar o que acontece a todos. O espaço neutralizado do “se” (“on”) constitui assim uma forma de passagem obrigatória do percurso do acontecimento no século XVIII.

Facto científico e facto jornalístico

O testemunho de um correspondente do *Journal Etranger*, como Miguel Tiberio Pédegache, destaca as afinidades que mantêm entre si as redes de cientistas e as das gazetas. Além disso, as cartas dirigidas à Academia das Ciências e o número de explicações consagradas ao tremor de terra de Lisboa traduzem o interesse que lhe dedicaram os cientistas da época. A porosidade das redes, a presença manifesta de preocupações científicas no cerne mesmo do testemunho ocular, como o atestam as observações barométricas de Pédegache, convidam a operar uma aproximação entre a maneira como se constituem, à época, o facto jornalístico e o facto científico.

Os trabalhos que Christian Licoppe consagrou à prática experimental nos séculos XVII e XVIII mostram como um mundo fenomenal mais autónomo emerge de uma transformação destas práticas. Os instrumentos de medida como os barómetros, os termómetros, permitem descontextualizar as experiências e convidam a realizar comparações entre os fenómenos observados. A prova científica que, no século XVII, respondia e ao mesmo tempo agitava a curiosidade de um público aristocrático pela singularidade de efeitos que se pretendiam deliberadamente surpreendentes, transforma-se radicalmente no século XVIII. A questão da repetição dos fenómenos experimentais coloca-se a fim de se poder estabelecer-lhes a validade em qualquer lugar e de poder compará-los. Interessa então fazer coincidir medidas feitas em lugares diferentes com aparelhos diferentes. Trata-se de facultar a circulação das medidas harmonizando os instrumentos. É assim que Réaumur, por exemplo, constitui uma rede de observadores que ele apetrecha de termómetros construídos de acordo com os seus princípios. Os detentores destes instrumentos são obrigados a observações regulares de acordo com um protocolo específico e vinculativo. É a razão pela qual se pode vislumbrar na observação de Pédegache sobre a temperatura que fazia em Lisboa no primeiro Novembro de 1755 o sinal da sua inclusão nestas redes de observadores, ou pelo menos uma grande proximidade. A questão da repetição fará emergir a da reprodutibilidade da experiência empírica que vai acompanhar-se de um discurso sobre os factos e as suas causas e de uma interrogação sobre as suas relações. Christian Licoppe sublinha que nesse momento o dispositivo enunciativo da exposição da prova empírica passa de um modelo personalizado (eu fiz... eu vi...) a um modelo parcialmente impessoal que traduz a autonomia crescente dos fenómenos em relação ao seu observador (eu fiz... e tal efeito produziu-se).

Progressivamente, a interrogação sobre os factos e as causas organiza-se em sistemas interpretativos. O autor observa que “tudo se joga então em torno da constância dos fenómenos, premissa necessária à construção de um conjunto de proposições estáveis (os factos) e de um discurso interpretativo duro (o sistema)” (Licoppe, 1996: 176). A ligação constituída entre as três operações é importante, na medida em que expõe a constituição das propriedades espe-

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

cíficas do facto científico ao mesmo tempo como tributário de uma estabilização da prova empírica e como uma condição de possibilidade de um discurso interpretativo que organiza a natureza num sistema governado por leis. Nesta perspectiva, o facto científico é um fenómeno que, ou não se produz nunca, ou se produz sempre e para todos, incluindo os espectadores da experiência e os leitores do seu relato, mesmo que estejam muito afastados.

A unificação de uma multiplicidade de acontecimentos apreendidos sob a descrição de um acontecimento narrado é acompanhada concomitantemente por um processo de constituição do facto jornalístico. O acontecimento narrado é encarado através de uma perspectiva omnisciente e inscrito num dispositivo enunciativo impessoal que liga um enunciador e um enunciatário (*énonciataire*) a um mundo físico comum. Paralelamente, este dispositivo enunciativo institui o enunciador e o enunciatário em observadores deste mundo físico comum. Os dispositivos enunciativos pelos quais as testemunhas oculares procedem ao seu próprio apagamento enunciativo como sujeitos do acontecimento e como agentes da narrativa participam deste processo de factualização do acontecimento. Os desvios passivos ou impessoais frequentemente empregues pelas gazetas relevam também da descrição de um mundo fenomenal relativamente autónomo. No caso do tremor de terra de Lisboa, a articulação entre o facto científico e o facto jornalístico é particularmente manifesta devido à pertença simultânea dos correspondentes a várias redes. Visivelmente, estes dão conta do acontecimento ao mesmo tempo para um público de leitores e para um público erudito. O papel das medidas e das comparações na constituição do facto, o interesse por tudo o que apresenta uma forma de recorrência orientam para a determinação de leis naturais que explicam a origem, o percurso do sismo e as relações com os diversos fenómenos físicos que lhe foram associados. A descoberta por Pédegache dos intervalos de recorrência sísmica advém de tal preocupação. A factualização do acontecimento apoia-se numa concepção de uma Natureza desencantada organizada num sistema movido por forças mais ou menos secretas. Neste sentido, pode dizer-se que o tremor de terra de Lisboa é a primeira *catástrofe natural*. Mas esta concepção da Natureza, partilhada por Newton e Voltaire, está longe de causar unanimidade. É precisamente porque organizam modos de apropriação diferentes do que acontece, que as narrativas do acontecimento entram em ressonância com crenças e representações que vão rapidamente tornar-se o desafio de debates obstinados.

As reacções ao acontecimento

A par das narrativas que fazem do tremor de terra um fenómeno natural, há outras que o interpretam mais directamente como uma manifestação divina, tanto como “adoráveis demonstrações da cólera do Céu”¹¹, como “um destes sinais terríveis que devem preceder de perto a aniquilação dos séculos”¹². Estas interpretações são relativamente raras nos primeiros relatos

¹¹ *La Gazette de Cologne*, de Cologne, a 29 Dezembro de 1755, publicada a 16 Dezembro de 1755.

¹² *Le Courier d'Avignon*, de Paris, a 22 Novembro de 1755, publicada a 28 Novembro de 1755.

JOCELYNE ARQUEMBOURG

dos abalos sísmicos, aparecem sobretudo durante o ano de 1756, quando as igrejas Católica e Protestante organizam cerimónias públicas de resposta ao acontecimento. A concepção da Natureza que estas cartas restituem está nos antípodas da filosofia natural que as correspondências circulando nas redes doutas supõem. A interpretação do tremor de terra baseia-se numa teodiceia que, quer se trate de sentimento ou de julgamento, decifra a acção de Deus nos fenómenos físicos.

O período da Quaresma que precede a Páscoa parece ter sido particularmente favorável a estas manifestações de jejuns, penitência, contrição e “orações públicas” organizadas em toda a Europa pelas Igrejas tanto Católica como Protestante. Um comentário, na *Gazette de Cologne*, resume bastante bem a interpretação do acontecimento que se desenrola desta maneira: “Os tremores de terra, cujos violentos abalos suportámos tantas vezes, são advertências que o Senhor nos enviou”.

Diferentes correspondências difundem estes quadros de interpretação. Fazem todas referência aos *tremores* de terra, no plural. Atribuem a sua origem à cólera divina, mas a responsabilidade de Deus é frequentemente remediada pelo emprego de uma figura de substituição: a Justiça. Os abalos sísmicos surgem assim, simultaneamente, como uma punição dos pecados cometidos pelos homens e como uma ameaça, ou como o aviso de crises próximas. A invocação da Justiça divina conduz logicamente ao apelo à penitência para expiação dos pecados que surgem assim como as verdadeiras causas da calamidade. A coerência do sistema interpretativo levado a cabo por estas correspondências, a recorrência das fórmulas e das figuras de estilo, a semelhança das acções preconizadas pelos diferentes actores assinalam a firmeza de um discurso comum que contém uma doxa. Parece que neste início do ano 1756, especialmente no período que precede as festas da Páscoa, as Igrejas se mobilizam não somente para levar a efeito acções públicas destinadas a aliviar as angústias colectivas tanto quanto a cólera divina, mas também para promover um discurso interpretativo de carácter colectivo e oficial que relembra muito claramente os princípios da teodiceia de Leibniz.

A coexistência dos relatos da filosofia natural e dos discursos da teodiceia pode parecer, no mínimo, paradoxal. As cartas de Berna, em especial, parecem jogar habilmente com a doxa, aplicando um dos discursos sem, no entanto, renunciar ao outro. Esta coexistência não parece embarçar as gazetas que parecem capazes de se associar a todas as espécies de discursos antinómicos, graças a um uso no mínimo virtuoso dos [pronomes] indefinidos e dos impessoais. É preciso também sublinhar que a narrativização dos abalos sob a descrição de um tremor de terra único concebido como um fenómeno natural se constituiu de maneira progressiva ou mesmo por tentativas no decurso das observações e da circulação destas informações. Mais tardia, a resposta das Igrejas não é menos abrupta, parecendo também eclodir ao mesmo tempo de todos os lados, utilizando simultaneamente os trilhos das suas próprias redes de comunicação, assim como os dos jornais. Os ajustes entre estas diversas redes são perceptíveis nas repetições enunciativas das gazetas que surgem, assim, como um espaço relativamente neutralizado onde podem enunciar-se discursos fundamentalmente contraditórios sem ter de sublinhar em que é que o são, nem tomar partido¹³.

A carreira do acontecimento: dos abalos do tremor de terra ao Desastre de Lisboa

Convém resumir, a respeito do desastre de Lisboa, o que poderia ser descrito como *a carreira de um acontecimento público*¹⁴. De início, sujeitos são afectados por fenómenos físicos que abalam o curso da sua existência. Pela gravidade das suas consequências no plano humano, estes fenómenos constituem sem dúvida acontecimentos para aqueles que os sofrem. Destroem uma ordem de coisas, obrigam os sujeitos a fazer-lhes face e a reconfigurar o seu futuro. No entanto, estes acontecimentos apreendidos em diferentes lugares não surgem imediatamente como partes de um acontecimento único. A totalização destas percepções sob a descrição de um fenómeno único realiza-se no termo de um duplo processo de *factualização*. Este processo é duplo porque articula a *factualização* científica e *factualização* jornalística. No primeiro caso, o acontecimento é constituído em objecto de observação. A partir da descrição de fenómenos dispersos que são observados, descritos, medidos e comparados, os diversos acontecimentos percebidos são seguidamente organizados e totalizados no plano narrativo e sob a descrição de um facto único. Estas primeiras narrações são geralmente produzidas por testemunhas oculares cujas correspondências colocam duas posições simultâneas em tensão, a de agentes da narrativa do acontecimento que lhes acontece e a de observadores do fenómeno físico. A reprodução destas notícias pelas gazetas, segundo dispositivos enunciativos impessoais, acaba por constituir o acontecimento em facto observado e comunicado a um narratário (*narrataire*), ele mesmo instituído em público, o que quer dizer, no caso presente, ao mesmo tempo em observador e em juiz do que acontece. O duplo processo de *factualização* consiste em apagar das narrações qualquer vestígio de subjectividade ou de singularidade. Não é um fenómeno maravilhoso ou extraordinário que teria acontecido aos membros de um povo longínquo, para além de que o tremor de terra, pelo seu percurso e pelas suas réplicas, afectou a maior parte dos países da Europa e as costas da África do Norte, não sendo narrado como um fenómeno idiossincrático, mas como uma catástrofe natural da qual é necessário compreender as leis e as causas. O dispositivo enunciativo que liga um narrador-observador a um narratário-observador, por mais impessoal que seja, não deixa de os ligar a um mundo comum. Este mundo comum apresenta características espacio-temporais que, no século XVIII, estão em curso de constituição.

¹³ As reacções ao acontecimento não suscitaram apenas orações, mas também ajudas financeiras e o envio de socorros. Contudo, estes não são devedores nem da solidariedade entre pessoas nem da benevolência, mas antes de uma forma de compaixão entre soberanos ou mesmo do bom entendimento de um interesse comum. O sentimento de compaixão dos monarcas europeus não respeita directamente as vítimas da catástrofe, mas, de modo mais global e também mais abstracto, um reino, o que não acontece sem integrar preocupações de ordem política ou económica. O ponto de vista das vítimas está, de resto, ausente nas narrativas do acontecimento, qualquer que seja a configuração adoptada. Nas narrativas de testemunhas oculares, a vítima adopta a posição de um observador afastado, mais preocupado com a observação dos fenómenos físicos do que com o seu próprio destino. No caso dos relatos fragmentados, a referência latente à teodiceia convida os homens a arrependem-se das suas faltas, não a infligir-se as suas desgraças. O objecto da compaixão revela-se também tributário da doxa.

¹⁴ Vou buscar o termo "carreira" a Daniel Cefaï (1996), que o aplica ao percurso realizado por um problema público quando se liberta da esfera privada para se configurar em arenas públicas.

JOCELYNE ARQUEMBOURG

No plano espacial, é preciso recordar que os primeiros mapas unindo territórios que, até aí, eram percebidos como dissociados, surgem na mesma época que os trabalhos de Cassini. No plano temporal, as observações que, nas correspondências, fazem alusão à rapidez do correio, não são anódinas. As observações sobre as horas às quais sucedem os abalos participam também da mesma preocupação de partilhar referências comuns. Estas observações organizam um presente comum aos parceiros da enunciação e, mais geralmente, às vítimas e ao público. A constituição simultânea, no século XVIII, do facto científico e do facto jornalístico, conduz também à constituição de um mundo comum relativamente autónomo sobre o plano metafísico e objecto de discursos no plano social, graças à partilha de um certo número de referenciais comuns.

Contudo, pôde constatar-se que existiam nas gazetas da época diferentes maneiras de pôr em narrativa os acontecimentos, uma delas consistindo em preservar o carácter fragmentado e disseminado das descrições. Neste caso, os acontecimentos não são constituídos em objectos de observação para um enunciador e um enunciatário (“énonciataire”) ao mesmo tempo separados e ligados num mundo comum. São descritos como outras calamidades inexplicáveis que suscitam o medo. A acumulação de acontecimentos similares ocorridos no mesmo momento institui-os em sinais de uma Justiça divina em acção no mundo. O acontecimento-sinal dispensa os procedimentos de *factualização*, conservando, bem pelo contrário, o seu carácter disruptivo e tendendo a surgir como um começo não somente para os que o viveram, mas para o conjunto da humanidade. Frequentemente, como precisamente analisou Reinhart Koselleck (1990), no seu estudo da semântica dos tempos históricos, ele assume valor de presságio.

As narrativas dos acontecimentos operam escolhas nas maneiras de apreender, compreender e explicar o que acontece. Isso não respeita tanto a natureza do que é contado, o seu carácter verídico, como a sua categorização e a sua enunciação. Maneiras diferentes de categorizar o que acontece e de o colocar em narrativa remetem implicitamente para representações da Natureza, de Deus e do Mal. Desde o momento em que as narrativas entram em ressonância com valores ou crenças comuns e que manifestações públicas de reacções colectivas sucedem, o acontecimento inicial percebido e vivido transforma-se em acontecimento público. É preciso entender aqui o adjectivo público na acepção de John Dewey (1927), quando diz que uma coisa é pública quando se refere a indivíduos que não são afectados directamente por esta coisa. Um hospital, uma escola, uma floresta podem ser considerados como bens públicos inclusivamente por indivíduos que não são utentes, desde o momento que eles sentem que a saúde ou a educação dos seus concidadãos e a protecção do ambiente lhes diz respeito. Um público de indivíduos pode, assim, emergir em referência a valores comuns. No exemplo do tremor de terra de Lisboa, não há dúvida que o acontecimento inicial é um acontecimento colectivo, mas logo que ele suscita as reacções de indivíduos que não foram directamente afectados pela catástrofe, pode dizer-se que se torna um acontecimento público.

Distingui três tipos de reacção na época: a entre-ajuda internacional entre soberanos, as orações, cerimónias e diferentes acções religiosas e, por último, o debate de ideias. Cada uma traz a maneira como o acontecimento inicial atingiu valores ou crenças provocando reacções colectivas públicas, porque se desenrolam sobre cenas públicas (parlamento, púlpitos das igrejas,

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

Academias das ciências, salões literários, etc.) e, ao mesmo tempo, porque um público que não é afectado directamente pelo acontecimento se manifesta. Observar-se-á que este público não é somente juiz de obras literárias, artísticas ou filosóficas como foi descrito pelas teorias normativas do espaço público, nomeadamente por Habermas. Ele é convocado também pela esfera jornalística a julgar os acontecimentos.

Mas as reacções públicas constituíam respostas, não tanto ao acontecimento de maneira directa, como ao que as narrativas interpretativas arremessavam. O tremor de terra de Lisboa não se torna o Desastre de Lisboa senão porque as suas diversas narrativas, tanto pelos jornais da época como por diferentes actores (científicos ou religiosos), arriscam princípios explicativos que remetem para crenças e representações. O acontecimento público engloba, então, o conjunto das reacções que o acontecimento inicial provocou, quer se tratasse do envio de montantes de dinheiro, de missas ou de querela filosófica.

Contudo, durante esta carreira do acontecimento durante a qual se realiza um processo de transformação, convém prestar uma atenção particular à *factualização*. Esta etapa, no curso da qual certos jornais procederam a uma narrativa que articula facto científico e facto jornalístico, constitui um momento importante da carreira do acontecimento. A *factualização* do acontecimento inicial procede da instituição de um mundo físico comum autónomo. Num mesmo movimento, ela constitui o acontecimento em catástrofe natural. Mas procedendo ao apagamento dos pontos de vista singulares, ela torna-o disponível para que seja reinvestido por outros pontos de vista no espaço público. Porque o que importa não é tanto a maneira como ele foi vivido de modo singular, mas aquela segundo a qual ele põe em jogo, a um nível mais geral, crenças, representações e quadros de interpretação colectivos. O apagamento da subjectividade própria ao acontecimento permite ao narrador e ao *narratório* sentirem-se ligados a um mundo comum. É necessário que o leitor seja instituído na posição de observador deste mundo comum para aceder à de juiz do que acontece a este mesmo mundo. Paralelamente, é necessário que o que acontece tenha sido constituído em recurso comum, para que possam manifestar-se reacções públicas. Para poder debater, é necessário que os acontecimentos tenham perdido o seu carácter singular, a *factualização* é uma operação de compreensão do que acontece que o organiza em objecto comum ou em referência comum. Ora o repto do desastre de Lisboa é precisamente o aparecimento de uma fenda nos quadros colectivos de interpretação do mundo, ao mesmo tempo no plano físico e no simbólico. Não há, então, nada de surpreendente naquilo que o debate entre Voltaire e Rousseau¹⁵ evidencia, que a requalificação do acontecimento inaugural como fenómeno natural ou como sinal da Providência induza emoções e sentimentos diferentes. A *factualização* liga os parceiros de enunciação, neste caso o escritor e o seu público, a um mundo comum não somente no plano geofísico, mas ainda no plano humano.

Tradução de Isabel Babo-Lança

¹⁵ A autora, em *A querela do optimismo* (parte suprimida em razão da extensa versão original do artigo), trata o *Poema sobre o desastre de Lisboa* de Voltaire, ao qual Rousseau reagira “procurando, segundo as palavras da autora, ‘desculpar’ a Providência e incriminando a responsabilidade dos homens” (*N. do T.*).

JOCELYNE ARQUEMBOURG

Referências

- ARQUEMBOURG, Jocelyne, *Les mises en récit des catastrophes publiques*, ouvrage original en vue de l'HDR, soutenue à l'université de Paris III, le 11 juin 2008.
- CEFAÏ, Daniel (1996). «La constitution des problèmes publics», *Réseaux* 75, la mesure de l'événement, Paris: CNET.
- DEWEY (1927). *The Public and Its Problems*, New York: Henry Holt & Co.
- FEYEL, Gilles (1992). «La diffusion des gazettes étrangères en France et la révolution postale de 1750», in Duranton, H., Labrosse, C., Retat, P., *Les gazettes européennes de langue françaises (XVII^{ème} -XVIII^{ème})*, Publications de l'université de Saint-Etienne.
- HABERMAS, Jürgen (1962). *L'espace public*, Paris: Payot.
- HABERMAS, Jürgen (1992). «L'espace public trente ans après», in Quaderni n°18, Paris.
- KANT, Emmanuel (1756). *Sur la cause des tremblements de terre, à l'occasion du sinistre qui a atteint les régions occidentales de l'Europe vers la fin de l'année dernière*.
- KANT, Emmanuel (1756). *Histoire et description du tremblement de terre de l'année 1755 et considérations sur les tremblements de terre observés depuis quelques temps*.
- KANT, Emmanuel (1759). *Essai de quelques considérations sur l'optimisme*, Ouvres philosophiques, t.I, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard.
- KOSELLECK, Reinhart (1990). *Le Futur passé*, Paris: EHESS.
- LEIBNIZ, G.W. (1669). *Essais de théodicée sur la bonté de Dieu, la liberté de l'homme et l'origine du mal*, Garnier-Flammarion.
- LICOPPE, Christian (1996). *La formation de la pratique scientifique, le discours de l'expérience en France et en Angleterre (1630-1820)*, Paris: La découverte.

Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO DO ACONTECIMENTO NO ESPAÇO MIDIÁTICO*

Entre os dias 13 e 17 de Outubro de 2008, a mídia brasileira cobriu intensivamente um acontecimento policial: em Santo André, na Grande São Paulo, um jovem de 22 anos mantém a ex-namorada, de 15 anos, como refém em um apartamento, sob a ameaça de um revólver. O motivo fôra o rompimento do namoro por parte da moça. A polícia, notificada, cerca o imóvel e dá início às negociações; algumas horas depois, também a imprensa se faz presente, além de uma multidão de curiosos. O caso se prolonga, com um desfecho sempre adiado, recebendo cobertura midiática em tempo integral. No quinto dia a polícia força a invasão do apartamento, o rapaz atira e mata a ex-namorada, ferindo também uma segunda refém, sendo preso em seguida. O acontecimento fez parte das conversações cotidianas ao longo de toda a semana e as cenas foram assistidas seguidamente pelo Brasil afora.

O que seria apenas mais uma tragédia cotidiana na grande cidade ganha uma notoriedade e repercussão que ultrapassam sua importância objetiva no cenário público. O crime, em princípio, seria de ordem privada e desprovido de qualquer elemento de novidade ou surpresa. Infelizmente, o quadro de violência urbana vivido nas metrópoles brasileiras abriga corriqueiramente diferentes formas de ameaça e atentado à vida, o que banaliza a

Vera V. França
 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
 Brasil
 Pesquisadora do CNPq

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no VI Congresso SOPCOM, Lisboa, Universidade Lusófona, 14-18 de Abril de 2009.

VERA V. FRANÇA

violência e a morte. O que explicaria, então, a cobertura de 24 horas dada a esse acontecimento e sua inserção na pauta de conversação de pessoas dos diferentes cantos do Brasil?

Como já bastante ressaltado nas discussões sobre a imprensa sensacionalista e o *fait divers*¹, o interesse por fatos que rompem o cotidiano e trazem o inesperado, a atração por aquilo que provoca sensações fortes – entre elas o medo, a curiosidade, a piedade – alimentam a relação imprensa / público desde os seus primórdios. A construção de uma excepcionalidade e a interpelação emotiva seriam seus ingredientes básicos.

O caso Lindenberg e Eloá (nome dos protagonistas – do sequestrador e da vítima, do namorado inconformado e da ex-namorada que não se deixou subjugar) poderia ser enquadrado na categoria *fait divers* e este um caminho possível para explicar a repercussão do fato, bem como um interessante referencial de análise. A cobertura da imprensa foi pródiga no apelo às emoções e o caso, se não se classifica como imprevisto ou surpreendente, adquire no entanto uma certa particularidade se olhado a partir da categoria barthesiana da “repetição”²: existe um tipo de situação, explica o autor, em que a força de um acontecimento não é dada pelo seu caráter inusitado, mas exatamente por que se repete, não como cópia, mas como diferença. Nesse caso, tal acontecimento que se repete exemplifica outros e ganha força por sua inscrição numa serialidade, ao mesmo tempo em que a ultrapassa, por ter alcançado uma distinção. No acontecimento Lindenberg / Eloá, que se parece a tantos outros crimes passionais que vêm ocorrendo no Brasil, a possibilidade da cobertura ao vivo, do acompanhamento e da dúvida sobre o seu desfecho trouxeram o componente necessário de interesse e de diferença.

Este caminho de leitura acentua a natureza fortuita do *fait divers*, tratando o fato na sua individualidade, de forma a subtraí-lo da história e de seu contexto. Por este viés analítico, a repetição não se daria dentro de uma lógica histórica, mas pela “coincidência”, por uma facticidade que se impõe por si mesma, independentemente de seu contexto ou das circunstâncias que a cercam. Nada indicaria no caráter de Lindenberg o surgimento de um assassino; sua trajetória, seu temperamento não apontam e não justificam o que vai se suceder. Tampouco a menina Eloá, ao interromper um namoro que iniciara com 12 anos e reunida com colegas numa tarde de segunda-feira para fazer trabalhos escolares, tinha qualquer característica de personagem de uma história trágica de amor. A tragédia irrompe em suas vidas, de forma inesperada naquele lugar, embora semelhante a tantas outras. O fato encerra-se em si mesmo; a análise resalta seus elementos internos e sua estrutura, mas não indaga sobre sua origem e seus desdobramentos. Ao explicar o destaque do acontecimento pela inserção num esquema geral de “coisas e situações que despertam interesse”, tal perspectiva não atenta para a situação e para o quadro de sentidos nos quais ele se insere. A estrutura do *fait divers* o descontextualiza – e a nós

¹ Veja-se Barthes, 2002; Angrimani, 1994; Ramos, 2001, entre outros.

² Na tipologia estabelecida por Barthes, o *fait divers*, quanto à sua natureza, se divide em duas categorias: a “causalidade” e a “coincidência”, cada uma delas, por sua vez, abrangendo uma subdivisão. O *fait divers* de “causalidade” se manifesta seja como “causa perturbada”, seja como “causa esperada”. O *fait divers* de “coincidência” pode se dar pela “repetição” ou pela “antítese” (Barthes, 2002; Ramos, 2001).

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO...

interessa exatamente uma vertente analítica capaz de descortinar, no acontecimento, o cenário que o torna possível e também aquele (novo) que ele é capaz de iluminar³.

O acontecimento Lindenberg–Eloá, para além de sua aparente banalidade (um crime entre outros, uma cobertura sensacionalista e um processo de manipulação de audiência entre outros), nos diz de um momento histórico e de um dado contexto sócio-cultural. Reveste-se, assim, de grande potencial explicativo e vem inscrito em várias camadas de sentido.

Primeiramente, o acontecimento faz parte de uma série repetitiva de assassinatos de mulheres por companheiros ou ex-companheiros, em razão de rompimento da relação, e quase sempre entre jovens casais. Este é um cenário que não pode ser menosprezado mas, ao contrário, exige atenção e preocupação; ele é sintomático das relações e papéis de gênero e não pode receber explicações imediatas. O caso, portanto, suscita e merece uma cuidadosa análise sociológica. Por outro lado, a maneira como o caso se transforma em acontecimento midiático – a cobertura direta e intensiva do cenário e do andamento das negociações; a intervenção de diferentes especialistas “interpretando” o andamento dos fatos, o comportamento do sequestrador e a atuação da polícia; o contato telefônico ao vivo entre apresentadores de programa e o sequestrador – não pode ser simplesmente subsumida pela fórmula “*fait divers*”, ou explicada enquanto “processo de mediação”. Resumir e criticar em bloco o modelo de atuação da mídia em nada ajuda a sua compreensão. É preciso, assim, acompanhando uma análise sociológica do significado do fenômeno, uma cuidadosa abordagem comunicacional, buscando identificar os diferentes componentes do fato, as características e possíveis distinções que vêm singularizá-lo, não com vista ao seu isolamento, mas buscando compreender em que e por que ele se torna paroxístico de uma situação.

O alto custo de uma separação

As estatísticas são assustadoras: as mulheres vêm sendo assassinadas por seus ex-maridos e companheiros numa frequência que ultrapassa crimes episódicos e adquire uma dimensão de problema público. Segundo dados da OSM (Organização Mundial da Saúde), 50% das mulheres assassinadas no mundo, o foram por seu ex-companheiros. Em Portugal, a UMAR – *União de Mulheres Alternativa e Resposta* – denuncia: “até 18 de Novembro de 2008 [no ano de 2008], morreram 43 mulheres, vítimas da violência de gênero nas relações de intimidade, às mãos de maridos, companheiros, namorados, ex-maridos, ex-companheiros e ex-namorados.”⁴ A estes números se somam mais 64 mulheres, vítimas de tentativas de homicídios e violência continuada. E mais: de 2004 a 2008, o total de mulheres assassinadas em Portugal atingiu 182 casos e

³ Conforme L. Quéré, “o acontecimento é um fenômeno de ordem hermenêutica: por um lado, ele pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas; por outro, ele faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação” (Quéré, 2005: 60). Também Babo-Lança (2005) desenvolve uma discussão sobre o potencial hermenêutico do acontecimento.

⁴ Citado em: <http://www.umarfeminismos.org/observatorioviol/estatisticas2008.html>

VERA V. FRANÇA

o índice anual de homicídios neste período não decresceu.⁵ No Brasil as estatísticas ainda não são feitas sistematicamente, mas a Delegacia de Mulheres em Belo Horizonte, Minas Gerais, dá conta de um assassinato de mulher por semana nesta capital.

Num levantamento necessariamente incompleto de crimes passionais notificados pela imprensa em 2008, feito pela Internet⁶, acessamos cerca de 50 casos, que nos possibilitaram algumas constatações. Citando algumas manchetes, podemos constatar, inicialmente, a amplitude geográfica do fenômeno, que não se resume a alguma cidade ou região específica do país: *Bombeiros encontram corpo de jovem morta por ex-namorado em Araraquara (SP); Ex-namorada mata jovem e fere pais no Rio de Janeiro; Jovem mata ex-namorada em Laguna, SC; Mulher é assassinada pelo ex-companheiro em delegacia de Ipatinga, MG; Homem mata a ex-namorada em Jaraguá do Sul; Jovem mantém ex-namorada refém em Salvador; Vigilante mata a ex-namorada em Volta Redonda*, e assim por diante⁷.

A grande maioria dos crimes acontece através de arma de fogo: *“Por volta do meio-dia dessa segunda-feira, Jilmar deu tiro na cabeça da ex-namorada e, em seguida, disparou contra a própria cabeça”*; *“Ivone Sabrina Marcílio, 19 anos, foi atingida por disparos de arma de fogo – cabeça, baço, pulso direito e ombro esquerdo – e morreu no local”*. Alguns por faca: *“Marenilson Pestana dos Santos, 28 anos, confessou ter matado a facadas a ex-namorada Josélia dos Santos Nascimento, 22 anos, estudante universitária de pedagogia”*.

Os crimes noticiados aconteceram em vários horários, geralmente durante o dia ou início da noite, em locais variados – em casa, na rua e com frequência nos locais de trabalho: *“Uma jovem de 23 anos foi morta a tiro dentro de uma academia, na Vila Romana, Zona oeste de São Paulo, na noite desta quarta-feira. Ela trabalhava com recepcionista”*; *“A adolescente Nathália Leite de Jesus Pereira, de 14 anos, foi morta supostamente pelo ex-namorado dentro de uma pet shop no Jardim Romano, no Itaim Paulista, na zona leste da capital, na tarde de sexta-feira”*.

Um elemento que chama a atenção, nestes homicídios, diz respeito à idade das vítimas e dos assassinos: assim como no crime Lindenberg – Eloá, trata-se sobretudo de jovens e, em muitos casos noticiados, de adolescentes. Predomina, no caso das vítimas, a faixa de idade entre 14 e 22 anos. Uma adolescente estrangulada no banheiro de um motel tinha 17 anos; a jovem morta no pet shop tinha 14, a mesma idade de outra que foi esfaqueada em Piquete, interior de São Paulo. Camila, de 16 anos, foi morta com um tiro na cabeça dentro de sua casa e Evelin, que foi mantida como refém na farmácia onde trabalhava, tinha 18 anos.

Os autores dos crimes relatados têm idades mais variáveis; um grande número tem entre 20 e 30 anos⁸, mas alguns estão na faixa de 40 e até 50 anos: um agricultor de 59 matou sua

⁵ Em 2004, foram 42 casos; 36 em 2005, 37 em 2006, 24 em 2007, 43 até Novembro de 2008 (cf. pesquisa citada do Observatório de Mulheres Assassinadas, op.cit.).

⁶ Pesquisa feita no mês de Fevereiro de 2009, percorrendo diversos sites jornalísticos.

⁷ Há que se observar que a maior parte das cidades citadas se situam na região Centro-Sul do país, o que se deve, acreditamos, muito mais à concentração da cobertura que ao fenômeno em si.

⁸ Ou até menos: o agressor da adolescente de 14 anos, esfaqueada em Piquete, foi o ex-namorado também adolescente, de 16 anos.

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO...

ex-namorada de 22; um homem de 44 anos incendeia a casa de sua ex, de 39; um vendedor de 35 anos mata uma estudante de 16, são alguns exemplos entre outros⁹.

Neste levantamento que fizemos pela Internet, chama atenção um outro dado, pouco explorado pelas reportagens e pelas análises: os crimes, em sua grande maioria, foram seguidos de suicídio ou tentativa de suicídio por parte dos criminosos. E cabe ressaltar, nas matérias jornalísticas, a repetição exaustiva de uma frase: "Inconformado com o fim do relacionamento...". O adjetivo "inconformado" e o verbo (na forma negativa) "não se conformar" se tornam quase o distintivo deste tipo de crime, ou de sua narrativa.

Tal cenário enquadra o caso Lindenberg–Eloá, mostrando que não se trata de um crime isolado, mas, ao contrário, inscrito numa serialidade assustadora. E o exemplo de Portugal pode indicar um fenômeno social de dimensões mais amplas. No entanto, este aspecto de gênero praticamente não foi ressaltado na cobertura midiática, centrada, como veremos adiante, nos aspectos específicos da situação e das pessoas envolvidas. Em crimes seguintes ressaltava-se a semelhança com o acontecimento de Santo André¹⁰, sem explorar, contudo, o significado de que poderiam se revestir.

Algumas vozes críticas de mulheres se fizeram ouvir, denunciando o machismo, a relação de desigualdade e dominação a que são submetidas as mulheres, a omissão e complacência da imprensa. Conforme Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, "*Eloá morreu previsivelmente por estar recusando uma relação de poder e dominação. Eloá morreu por ser mulher e por ser vítima de uma relação de desigualdade, baseada numa cultura machista e patriarcal*"¹¹. Para Luiza Nagib Eluf, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, "*na conduta do criminoso apaixonado encontra-se embutida uma causa exógena, ou seja, uma pressão social para que ele não aceite a autodeterminação da mulher. Além do fato em si de ter sido desprezado, o apaixonado preocupa-se em mostrar aos amigos e familiares que ainda continua no comando de sua relação amorosa e castigou com rigor aquela que ousou desafiá-lo*"¹². E Cynthia Vianna denuncia: "*no caso de Santo André, tanto as autoridades quanto os meios de comunicação agiram de forma a desculpar o criminoso, minimizando suas ações e tratando-o como um jovem trabalhador em crise amorosa. (.....) Por que a empatia da mídia foi para o homem e não para as vítimas mulheres?*"¹³

⁹ A pesquisa apresentada pela UMAR destaca o mesmo aspecto também em Portugal. No que se refere à idade das vítimas, o maior número se concentra nas idades entre os 24 e os 35 anos. A idade dos agressores se concentra na faixa entre os 36 e os 50 anos. "Este factor é preocupante, porque, se tivermos em conta os dados dos anos anteriores, registamos que as vítimas são cada vez mais jovens, o mesmo se passando com os agressores", ressalta a pesquisa.

¹⁰ Em matéria da Agência Estado, "Jovem mata ex-namorada em Sorocaba-SP", de 20 de Outubro de 2008, em que Camila, de 16 anos, foi morta com um tiro na cabeça pelo ex-namorado, de 22 anos, foi explicitada a ligação com o caso anterior: "Segundo o delegado que investiga o homicídio, Luiz Antonio Lara, o caso tem algumas semelhanças com o de Santo André, em que Lindemberg Alvez não aceitou o término do namoro e acabou matando a namorada Eloá Pimentel, de 15 anos, depois de mais de 100 horas como refém."

¹¹ Publicado no jornal *Correio Braziliense (DF)*, em 03/11/2008.

¹² Publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 24/10/2008.

¹³ Publicado no *Observatório da Imprensa (SP)*, em 28/10/2008.

VERA V. FRANÇA

As intervenções críticas remontam a antecedentes deste crime e lembram outros assassinatos de mulheres no Brasil, de grande repercussão midiática no passado, principalmente porque ligados a classes abastadas da sociedade. Nos anos 70, alguns casos – como de Jô Souza Lima e o de Ângela Diniz – ganharam notoriedade, tanto pelas personagens envolvidas como pelo desfecho alcançado.

Jô Souza Lima foi morta por seu ex-marido, o empreiteiro Roberto Lobato, em Belo Horizonte, em julho de 1971. O casal pertencia à elite política e econômica da capital; Jô era a moça rica, bonita e bem casada que opta pela separação e por um novo relacionamento. No julgamento, de grande repercussão, Roberto foi inocentado, com a tese de legítima defesa da honra.

Ângela Diniz, também de Belo Horizonte, famosa por sua beleza e por propaladas “loucuras”, sempre presente nas colunas sociais dos jornais, deixou o marido e três filhos e viveu vertiginosamente até seus 32 anos, “entre festas, drogas, amantes”, destacaram os jornais da época. Em Dezembro de 1976 foi morta por ciúme, por um novo amante com quem vivia há três meses. Em seu primeiro julgamento, em 1979, o assassino, Doca Street, também foi defendido pela tese de “legítima defesa da honra” e recebeu uma pena branda. Em seu primeiro julgamento sai como herói¹⁴, vítima da mulher que o conduziu ao desespero e ao crime.

Outros crimes “em nome da honra” se seguem no seio da classe média-alta em Belo Horizonte. O movimento feminista entra em cena, denunciando a impunidade. Doca Street vai a novo julgamento, em 1981, desta vez com grande mobilização popular, e recebe uma condenação maior (que na verdade nunca chegou a cumprir). O movimento feminista cria o lema: “quem ama não mata”. E se os crimes não cessaram completamente, houve uma certa retração e, sobretudo, um recuo da tese de “legítima defesa da honra”.

A inexistência de estatísticas precisas não nos permite traçar um quadro definido dos índices dos crimes passionais nos últimos 30 anos no Brasil. Uma leitura da repercussão midiática desses crimes nos aponta um período de grande incidência nos anos 70 e início dos anos 80, uma diminuição nos anos 90 e início de 2000 e um novo recrudescimento nos últimos anos (ou talvez no último ano). Tratar-se-ia do mesmo machismo, conforme denunciado nos anos 80, e lembrado em artigos e intervenções recentes, como as citadas acima?

Não é nosso propósito, nos limites deste artigo e com os dados de que dispomos, aprofundar esta análise e responder a esta questão, mas indicar a sua pertinência e mesmo premência em tal contexto. Se de 80 para cá houve um claro avanço não apenas no combate ao machismo, mas sobretudo nos posicionamentos da mulher na sociedade, o que significa (mais do que o que explica) o recrudescimento destes crimes nos últimos anos? É equivocado falar apenas de uma re-edição; trata-se de um outro contexto normativo, em que a tese da legítima defesa da honra caducou, em que a liberdade da mulher de escolher seus parceiros não pode ser mais contestada publicamente, entre outros aspectos. Que valores e que normas estão valendo e estão em causa neste novo momento?

¹⁴ Em seu julgamento, “do lado de fora do tribunal, em Cabo Frio, homens e mulheres gritavam seu apoio ao exemplar de macho brasileiro que havia vingado não apenas os brios masculinos, mas algo muito mais caro: a moral e os bons costumes da classe média, abalada com a liberação sexual em curso. No lado de dentro, em vez de vítima, Ângela Diniz era “a mulher fatal”, “que encanta, seduz e domina”, “que leva o homem a se desesperar”, “à prática de atos em que age contra a própria natureza”. In: Eliane Brum. Revista *Época*, edição nº4333. São Paulo, 01/09/2006.

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO...

Além disso, vários outros elementos diferem: não está em causa a constituição ou a preservação da família e o ex-companheiro que vai se vingar não representa, como Roberto Lobato nos anos 70, o papel de chefe de família provedor (os novos agressores têm um lugar muito menos forte a defender). A maior parte dos crimes noticiados incide sobre relações de namoro (relações ainda não estáveis) e sobre uma população muito jovem. E o crime seguido de tentativa de suicídio complexifica a tese (avançada pela Procuradora de Justiça, Luiza Eluf, e bastante compartilhada) de que o macho precisa mostrar aos outros que continua no comando da relação; se permanece o recurso à violência, a tentativa de suicídio parece indicar mais uma fragilidade e confusão de papéis que uma posição de supremacia desse homem agressor. Os assassinos de 30 anos atrás saíram quase como heróis; os de hoje, se sobrevivem ao crime, estão longe de receber o mesmo tratamento.

Estes são aspectos que se vêem mal-tratados pela explicação genérica, que necessitariam ser debatidos e tal debate não foi aberto pela sociedade, nem pela cobertura midiática. Assim como foi pouco discutido, a partir do caso Eloá, um outro aspecto que diz respeito ao início das relações afetivo-sexuais por parte das mulheres. Eloá tinha 12 anos quando começou seu namoro com Lindenberg, então com 19. Ela e as outras vítimas de 14, 16, 17 anos viviam que tipo de relação, com que acompanhamento familiar e dentro de qual estrutura de vida? São enquadramentos importantes suscitados por este tipo de crime.

A cobertura midiática

A cobertura do acontecimento foi ampla, intensa e diversificada. Nosso trabalho de análise está ainda em curso¹⁵ e, naturalmente, dada a quantidade e pluralidade do material produzido, não pretendemos apresentar aqui uma leitura definitiva, mas destacar alguns aspectos e explorar questões que concercem à individuação dos acontecimentos e construção do acontecimento midiático.

Numa primeira aproximação de nosso objeto de estudo, destaca-se a natureza descritiva e imediatista da cobertura promovida pela mídia, acompanhando e relatando detalhadamente os vários lances do sequestro e cerco policial do local. O prédio onde se localizava o apartamento foi interditado, suas imediações (entrada, escada, apartamentos vizinhos) ocupadas pela polícia e vigiadas pelas câmeras. Repórteres de várias emissoras e jornais acompanhavam 24 horas por dia, na expectativa do desfecho. Enquanto este não vinha, observava-se a movimentação da polícia, a janela do apartamento, com aparições esporádicas do sequestrador e das vítimas¹⁶, a

¹⁵ Este estudo faz parte de projeto de pesquisa intitulado *Narrativas do cotidiano III: a interface televisiva e os sujeitos ordinários* e é desenvolvido junto do GRIS/UFMG (Grupo de Pesquisa em Imagens e Sociabilidade – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil). Fazem parte do grupo de pesquisa, e participam da realização deste estudo Fabrício Silveira, Ana Flávia, Cecília Lana, Cynara Bastos (bolsistas CNPq).

¹⁶ No início do sequestro, quando Lindenberg irrompe no apartamento da ex-namorada numa segunda-feira à tarde, ela se encontrava com um grupo de colegas e todos são feitos reféns. Os colegas (dois rapazes e uma moça) são depois liberados, ficando apenas Eloá. No dia seguinte, a amiga de Eloá, que havia sido liberada, numa operação controvertida e criticada, retorna à porta do apartamento para tentar uma negociação e é de novo feita refém. Ela fica lá até o final e, no momento do desfecho, quando a polícia entra no apartamento, ela também é baleada por Lindenberg, mas sobrevive

VERA V. FRANÇA

chegada e tentativa de intervenção de familiares e pessoas amigas dos protagonistas da trama. Predominou, assim, uma leitura do imediato, colada aos fatos e ao seu desenrolar.

Mas os dias se passaram e as horas e horas de coberturas diversas foram se preenchendo com comentários, busca de informação, tentativas de explicação, criação de fatos agregados. Tratando-se, seguidamente, de um acontecimento que produzia poucos fatos (as mais de 100 horas de negociação foram de grande monotonia), a mídia buscou e achou do que falar. Num grau muito grande de redundância, os aspectos pessoais foram privilegiados. Rapidamente buscou-se conhecer e apresentar a figura do sequestrador. Mais do que uma história de vida, amigos e conhecidos foram acionados para dizer do perfil e comportamento de Lindenberg. Nada que chamasse muito a atenção, a não ser uma frase dita pelo rapaz a seus amigos, no domingo que antecedeu o ato: “amanhã vocês vão ouvir falar de mim na televisão”.

Quanto a Eloá, a exposição constante de uma foto em que aparece sorridente fixa a imagem de uma jovem alegre e descontraída, com o futuro todo pela frente. Ao longo da semana as investigações vão revelar que seu pai (que não dava entrevistas e procurava esconder o rosto) era um assassino profissional e foragido da justiça. No mais, apenas os apelos da família, o sofrimento das mães, os amigos e parentes que vêm pedir a Lindenberg que volte a ser razoável.

Como o caso se prolonga, especialistas são convocados para fazer diagnósticos e análises. Psicólogos vêm falar sobre o comportamento do criminoso passional; juristas vêm falar sobre a legislação de sequestro, as penas previstas, os furos da lei; estrategistas vêm avaliar o comportamento da polícia, indicar erros e sugerir ações. Todos procuram, de alguma forma, explicar o que está acontecendo; falas e orientações se cruzam, se repetem, se contradizem.

A mídia, no entanto, preocupada pela ausência de fatos, não se contentou em esperar e noticiar, mas buscou intervir de várias maneiras. Num comportamento inusitado, extrapolando suas funções tradicionais e exercendo uma clara ingerência na condução dos fatos, repórteres de algumas emissoras de televisão telefonavam diretamente para o sequestrador; uma apresentadora, inclusive, ficou mais de uma hora no ar, numa entrevista direta com Lindenberg. Do apartamento, sequestrador e vítimas assistiam, ao que tudo indica continuamente, aos noticiários televisivos – numa cobertura que misturava informações e avaliações sobre o andamento das negociações e o comportamento da polícia, com falas endereçadas ao próprio sequestrador. Sabendo-se assistidos, apresentadores de programas televisivos dirigiam-se a Lindenberg, apelando para seu bom senso, sua clemência, num pretense reforço do trabalho de negociação empreendido pela polícia. O sequestrador, ao atender o telefone, perguntava se estava sendo transmitido e falava na e para a televisão, quer dizer, para uma audiência que sabia extensa.

O conjunto da cobertura midiática, alimentando e sendo alimentada pelo interesse e pelas manifestações do público, construiu o que podemos chamar, acompanhando Quéré (1995, 2000), a individualização deste acontecimento. Um acontecimento não tem uma natureza intrínseca que o particularize, uma essência própria que estabeleça, de dentro para fora, sua identidade: esta vem (é dada) das práticas que o configuram e dos discursos que o nomeiam. Ele é individualizado quando se determina aquilo que o especifica, quando ganha uma significação – e aí, sim, uma identidade – como acontecimento particular.

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO...

Este processo de individuação, ressalta Quéré, se articula duplamente com sua publicização e sua recepção pública. A individuação passa pela sua colocação em cena sob uma determinada descrição, seu acesso à visibilidade:

Publicização e individuação do acontecimento se pertencem mutuamente. Dito de outra maneira, a encenação, a atribuição de sentido e a formatação (*mise en scène, mise en sens et mise en forme*) do acontecimento estão estreitamente imbricadas no trabalho daqueles que anunciam e contam o acontecimento (QUÉRÉ, 1995: 5).

O relato de um acontecimento implica formatá-lo de alguma maneira, lhe conferir um sentido e fazê-lo reconhecível; implica, portanto, atribuir-lhe uma certa identidade.

Da mesma maneira, a recepção pública de um acontecimento não compreende apenas um simples acolhimento daquilo que se passou e foi relatado, nem se resume à manifestação pública de atitudes, reações, opiniões, mas consiste num processo coletivo de individuação e de socialização do acontecimento. A recepção compreende o diálogo a partir de certas estruturas de sentido e inteligibilidade, um diálogo no qual tais estruturas vão sendo construídas. E esta recepção não se limita ao momento da escuta, mas está em marcha desde o anúncio do acontecimento: o trabalho da mídia faz parte dela.

Uma individuação (de um acontecimento, uma pessoa, uma coisa) não acontece, não é dada imediatamente: constitui um processo, passa por um percurso e pode ser decomposta em fases e elementos. Combinando e sintetizando aspectos apontados por Quéré, podemos identificar as seguintes etapas na constituição do processo de individuação:

- a) uma descrição, que promove uma categorização do acontecimento: ele é nomeado, filiado a um gênero (pertencimento a tal categoria de acontecimentos), e inscrito em determinado(s) quadro(s) de sentido;
- b) a narrativização (*mise en intrigue*), que é a articulação de seus vários momentos, a estruturação de sua temporalidade. Geralmente a construção da narrativa é feita após tudo terminado, quando já se conhece o desfecho e em função de seu final. Mas a mídia (e a cultura) dispõe(m) de esquemas narrativos prontos e um conjunto de ocorrências ainda em curso podem ser enquadradas e lidas a partir da escolha de um determinado modelo de adequação temporal – a abertura a um passado (campo da experiência), a projeção de um futuro (horizonte de expectativas);
- c) um pano de fundo pragmático, ou seja, a composição do acontecimento com práticas e ações que lhe seriam adequadas. A construção simbólica de um acontecimento, o trabalho de revestimento de sentido que estabelece sua identidade não lhe conferem uma natureza abstrata (o acontecimento não é apenas da ordem dos sentidos), mas articula e anima ações e reações próprias, convoca maneiras habituais de se comportar. As maneiras como percebemos e nos comportamos face a uma situação ou acontecimento se incorporam na individuação deste acontecimento. E este pano de fundo pragmático é alimentado por um conhecimento advindo do senso comum, das estruturas normativas de uma cultura;

VERA V. FRANÇA

- d) a caracterização como um problema público, ou seja, alguns acontecimentos são revistos sob um registro específico, que lhes atribui um alcance societal. Tratados assim, tais acontecimentos, mais do que apenas dotados de interesse para o público, adquirem uma natureza de interesse público, pois que reveladores de uma situação problemática;
- e) por último, sua normalização, que é a redução de sua contingência e indeterminação, através de sua inscrição num contexto causal e social, tornando manifesto seu caráter típico. Conforme Babo-Lança (2008), “os actores sociais, de modo a evitarem a ruptura da normalidade social, inscrevem habitualmente aquilo que ocorreu, e que teria podido não ocorrer e não era previsível, numa textura causal, tornando o acontecimento, senão previsível, pelo menos provável.” A individuação do acontecimento, a aquisição de uma identidade é também um processo de inscrevê-lo naquilo que é habitual, do qual se sabe falar e com o qual se sabe lidar. Trata-se da redução do estranhamento e de seu entranhamento na estrutura do vivido (campo da experiência).

Ainda conforme Quéré, a individuação do acontecimento promove um duplo movimento, em que o acontecimento adquire sua individualidade e sua significação: “de um lado ele é alçado à generalidade (filiação a um gênero, um tipo ou modelo), de outro é trazido do geral ao singular (especificação dentro do gênero)” (Quéré, op. cit.: 101).

O acontecimento Lindenberg-Eloá, como indicamos na discussão inicial, pertence e se articula a uma série de assassinatos de mulheres por ex-namorados e ex-companheiros, “inconformados com o fim do relacionamento”. Inúmeros outros casos vêm ocorrendo e recebem uma inscrição relativamente ligeira na mídia. Como e através de que mecanismos se deu a individuação deste acontecimento?

a) Seguindo os elementos que o compõem, de acordo com Quéré, e a matriz de individuação de um acontecimento, deparamo-nos inicialmente com a questão da descrição do acontecimento e da escolha dos quadros de sentido. Como ele foi descrito e que quadros de sentido foram acionados para emoldurá-lo?

Retomemos brevemente os conceitos de enquadramento e quadros de sentido, conforme apresentados por Bateson (1988) e Goffman (1991). Os quadros de sentido (*frames*) identificam, organizam e dão inteligibilidade às interações vividas; eles situam uma ocorrência vivida dentro de um dado contexto normativo, permitindo aos atores identificar a situação, adequar suas expectativas e orientar sua ação. Os enquadramentos (o acionamento dos quadros de sentido) nos auxiliam a viver as ações do dia a dia, a interagir, mas também a lidar com fatos externos, a construir e encaixar novas ocorrências dentro de um certo padrão de inteligibilidade. A significação de um acontecimento se dá e se constrói situando-o dentro de um quadro de referências e de valores já estabelecidos, ligando-o a certas questões e sentidos, organizando-o conforme certos princípios.

Estes quadros de sentido, estes princípios de inteligibilidade são claramente sociais e históricos; exatamente porque organizam a vida social e as interações dentro de um dado grupo e

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO...

uma dada sociedade, eles não são (não podem ser) individuais, mas compartilhados coletivamente. Eles são múltiplos (mas não infinitos), e são usados tanto nas conversações cotidianas quanto nas coberturas midiáticas.¹⁷ A escolha de um deles (ou alguns) depende não apenas da situação específica (da ocorrência que aciona o quadro), mas do contexto social mais amplo e do conjunto de valores que permeiam e se mostram dominantes num determinado momento de uma dada sociedade.

Esta rápida revisão do conceito nos permite ver, então, quão decisiva é a escolha dos quadros de sentido na apresentação de um acontecimento: são eles que vão orientar sua descrição e realçar seus aspectos dominantes, as características das quais se reveste.

Como é bem evidente, a categorização imediata dada pela mídia ao caso foi sequestro, eminência de um crime passional. Mas, como antecipamos na primeira parte de nossa reflexão, os enquadramentos dados pela mídia a este acontecimento (assim como a outros crimes passionais), não se referiam explicitamente à relação e papéis de gênero, aos valores e normas que estão sendo defendidos e/ou infringidos nestes casos, à especificidade da violência de gênero. Que enquadramentos foram então dados?

Para compreender melhor o panorama traçado pela mídia, precisamos nos reportar a outros acontecimentos recentes no cenário brasileiro, que provocaram grande comoção popular. Foram outros crimes, com natureza distinta. De uma lista já extensa, destacamos dois como exemplo. Um deles foi a morte do menino João Hélio, de 6 anos, no Rio de Janeiro, em 2007, em condições muito cruéis¹⁸. Um segundo crime, marcado por igual ou maior crueldade, foi a morte da menina Isabella Nardoni, de 5 anos, jogada pela janela do apartamento de seu pai, no sexto andar de um prédio (aparentemente pelo próprio pai e pela madrasta).

Esses crimes, embora não ao vivo, foram tratados intensivamente pela mídia e acompanhados por grande parte da população brasileira ao longo de vários dias. O enquadramento dado foi a violência cotidiana, a crueldade, a fragilidade a que, no final de contas, estamos todos sujeitos.

O caso Lindenberg-Eloá recebeu, como ressaltamos acima, uma intensa cobertura descritiva; colada no local das ocorrências, a mídia – e seus públicos – aguardavam o desfecho: a morte cruel de mais uma vítima. O enquadramento dado privilegiava claramente, por um lado, o sofrimento dos familiares, bem como dos protagonistas. Imaginava-se e recriava-se o desespero de Eloá – vista por vezes na janela, a fazer gestos; mas também o desespero de Lindenberg, vivendo uma situação sem saída. Por outro lado, o enquadramento também evidenciava um quadro de impotência – dos personagens, das instituições que deveriam restaurar a ordem.

b) A estrutura da narrativa já vem dada pelo enquadramento, pelos casos anteriores: pessoas normais, jovens com um futuro pela frente, são assolados por uma violência que não tem

¹⁷ Sem avançar aqui nesta discussão, entendemos que não há uma separação e uma fronteira nítida entre quadros de sentido utilizados pela mídia e nas conversas cotidianas dos cidadãos; uns e outros compõem a mesma sociedade, e são estas conversações (na mídia, na rua) que sedimentam e atualizam os quadros de sentido de uma sociedade.

¹⁸ O carro em que estava, com sua mãe, foi assaltado. Na tentativa de sua mãe de libertá-lo, João Hélio, preso ao cinto de segurança, foi jogado fora do carro e arrastado por mais de sete quilômetros.

VERA V. FRANÇA

origem, que não tem controle e encontram a morte. Eloá é morta, Lindenberg, que poderia ter sido morto no enfrentamento com a polícia, ou se suicidado, é preso – e a prisão, ao lado de réus de outros crimes hediondos (entre eles, o pai de Isabella Nardoni), marca uma outra forma de morte e de apagamento. Trata-se de uma narrativa curta, seca; ela começa com o próprio acontecimento, não inclui muitos personagens e a ação que move a intriga é apenas o crime. A estrutura é maniqueísta; se resume ao agressor e à vítima, e assim como não busca antecedentes também não apresenta desdobramentos.

c) A individuação deste acontecimento, a maneira como ele foi categorizado e revestido de sentido, orienta e estimula as ações e intervenções das pessoas dentro e em torno do caso. A reação e a postura do público é de comoção e indignação, portando-se como a audiência tensa de uma representação ao vivo da violência que já povoa seu (nosso) imaginário. Populares vieram de longe, constituindo uma multidão em frente do prédio, para assistir ao espetáculo macabro. Não se instaura um clima de debate, o público não é instado a refletir sobre as causas nem a buscar alternativas. O posicionamento acionado não é crítico e a indignação é muda, metamorfoseada em horror e compaixão.

Frente ao quadro de impotência (das vítimas, das instituições frágeis – a política, a justiça), a mídia ou parte da mídia se arvora em novo agente, tentando influir no rumo das negociações. Falando diretamente com o sequestrador, desenvolvendo argumentos e formas de dissuasão, a mídia ultrapassa seu papel de mediação e se coloca como personagem da história. Esta intervenção traz novos ingrediente à *mise en scène* e reconfigura o lugar do crime, que ganha ares de um novo reality show.

Quanto ao sequestrador, chama a atenção (e deve ser objeto de uma reflexão à parte) seu duplo papel e as diferentes camadas de sentido que revestem seu desempenho e sua performance. Nos atos que executa – o sequestro e depois o assassinato – ele é um criminoso. Mas no espaço e na maneira como a ação se desenrolou, ele se investe também de alguém dotado de visibilidade midiática – uma celebridade (mesmo que passageira). Ao planejar sua intervenção, ele já antevia sua projeção (“amanhã vocês vão falar de mim na televisão”); ao atender ao telefonema de repórteres, conversar com a apresentadora de um programa e mesmo ao falar com a polícia, ele estava sempre se dirigindo a um público maior e atuando frente à audiência televisiva. O que mostra o valor da visibilidade na sociedade contemporânea, imiscuida no bojo das tramas e emoções antes dotadas de natureza e dimensão privadas. Ela ganha valor em si mesma; a exposição pública deixa de ser instrumento para atingir alguma meta (poder, dinheiro, ou mesmo como forma de existir socialmente) e se torna fim em si mesma. O criminoso encerra sua vida com a sua ação; mas é como se, pela dimensão pública que alcançou, essa ação transcendesse sua própria natureza. Ela justificaria, ou ajudaria a justificar, o encerramento (o fim) que o ato mesmo veio promover.

Finalmente, os dois últimos aspectos do processo de individuação do acontecimento, que são a constituição de um problema público e a normalização, vêm de certa forma concluir esta nossa tentativa de leitura do acontecimento.

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO...

d) A escolha de um enquadramento no campo das relações e papéis de gênero viria problematizar este caso para além da esfera pessoal dos envolvidos e particularizá-lo dentro do quadro geral da violência urbana no Brasil (e da violência no mundo). Ao optar pelo quadro da violência e crueldade de forma mais ampla, e da personalização do sofrimento, a cobertura midiática mantém o acontecimento no limiar entre problema público e domínios particulares: vivemos num quadro de insegurança geral (problema público), mas as soluções não são achadas coletivamente e as provações são vividas individualmente (esfera do particular e do privado).

e) Assim, a normalização possível é a aceitação do inaceitável – do risco, da fragilidade, da morte.

Discutindo as emoções, P. Livet (2002) vai compreendê-las como resultado de um diferencial entre aquilo que se percebe em uma situação e em um contexto de ação e nossos próprios pensamentos, imaginação, expectativas¹⁹. Quanto maior é este diferencial, maior é a emoção sentida. Ora, nos diz ainda o autor, viver permanentemente sofrendo fortes emoções é intolerável para o ser humano, sobretudo quando se trata de emoções negativas (como o medo, a indignação, a revolta). Frente a esta situação, duas alternativas se colocam: interferir no curso da ação, ou alterar nosso quadro de expectativas e de crenças.

Vivendo o enquadramento de uma violência contra a qual a sociedade e o cidadão se encontram impotentes, a mudança possível se coloca no regime das crenças. Se acostumar com o risco, com a insegurança do cotidiano, mas ao mesmo tempo procurar mantê-los afastados de nós ao máximo possível se torna a única saída. E uma forma de afastar é inseri-los em um outro regime – da realidade midiática, do quase-ficcional. Acompanhar a violência que acontece com o outro, sobretudo o outro da televisão, é uma forma de viver nossa própria quota de medo, de ansiedade de forma mediada, à distância. Assim como podemos dizer que partilhar a dor do outro, a experiência do risco e da morte é uma forma de conviver e exorcizar o horror que nos assola.

Finalizando nossa leitura, e ao perceber o direcionamento (e estreitamento) da cobertura midiática e do enquadramento dado ao acontecimento aqui relatado, não pretendemos estar fazendo uma crítica da mídia. Afastando-nos de uma perspectiva midiacêntrica, não entendemos que essas escolhas foram / são dadas pela mídia como instituição isolada e toda poderosa, que intervém e direciona os rumos da sociedade. A mídia não está em outro lugar senão no seio mesmo da sociedade e sua voz não é outra senão uma voz social. Entendemos que esta cobertura e tais escolhas relatam uma dinâmica e um quadro de valores que predominam hoje no cenário cultural brasileiro. A mídia, certamente, tem um papel grande nisto, mas ela não atua só e não deve responder sozinha por um quadro simbólico do qual somos todos construtores. Esta leitura, portanto, pretende ao mesmo tempo desvelar os procedimentos midiáticos de cobertura de um crime e compreender como, através dessa cobertura e dos enquadramentos produzidos, é a sociedade mesma que evita o enfrentamento de seus problemas e opta por mecanismos de projeção e transferência.

¹⁹ A emoção frente a uma declaração de amor ou o recebimento de um presente desejado vem da nossa incerteza deste amor e da não expectativa do presente. Se eles fossem totalmente previsíveis, isto é, em perfeita sintonia com o que já sabíamos e esperávamos, eles poderiam nos dar satisfação, mas não exatamente nos emocionar. Da mesma maneira podemos ver o surgimento da emoção negativa: a raiva face a uma punição que não julgávamos justa, etc.

VERA V. FRANÇA

Bibliografia

- ANGRIMANI, D. (1994). *Espreme que sai sangue*. São Paulo: Summus.
- BABO-LANÇA, I. (2005). "A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública". *Trajectos*, nº 6. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias, pp. 85-94.
- (2008). *Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional*. Conferência proferida no I Colóquio em Comunicação e Sociabilidade – Comunicação Midiática: instituições, valores e cultura. Belo Horizonte, GRIS / PPGCOM-UFMG, nov/.
- BARTHES, R. (2002). "Structure du fait divers", in: *Essais critiques*. Paris: Seuil, pp.442-451. (Œuvres Complètes; 2)
- BATESON, G. e RUESCH, J. (1988). *Communication et société*. Paris: Seuil.
- GOFFMAN, E. (1991). *Les cadres de l'expérience*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- LIVET, P. (2002). *Émotions et rationalité morale*. Paris: PUF.
- QUÉRÉ, L. (1995). "L'espace public comme forme et comme événement", in: JOSEPH, I. (org.) *Prendre place. Espace public et culture dramatique*. Colloque de Cerizy / Ed. Recherches.
- (2000). "L'individuation des événements dans le cadre de l'expérience publique". in: BOUDON, P. (org.). *Processus du sens*. Paris: L'Harmattan.
- (2005). "Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento", *Trajectos*, nº 6. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias, pp. 59-75.
- RAMOS, R. (2001). "Roland Barthes: semiologia, mídia e fait divers", *Revista FAMECOS*, nº 14. Porto Alegre, PUC-RGS, pp. 119-127.

Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

CONFIGURAÇÃO MEDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS DO ANO¹

Os acontecimentos são entidades temporais que entram em narrativas que, por sua vez, configuram o tempo². Cremos, porém, que a selecção e designação do “acontecimento do ano”, no final de cada ano e no início de um novo, reconfigura a temporalidade do acontecimento e confere-lhe um novo estatuto. As dimensões do antes e do depois que a celebração da passagem de ano exalta acentuam o carácter de passado aos acontecimentos eleitos, sem contudo os reportarem a um tempo histórico irremediavelmente volvido, na medida em que são convocados e rememorados no tempo presente ordenado pela memória, ao mesmo tempo que organizam as expectativas do futuro. Isto quando, em cada final de ano, se vive uma temporalidade marcada pela lembrança das coisas passadas e pelas expectativas do futuro que se inaugura (o novo ano).

O que significa, em termos mediáticos, sociais e simbólicos, a selecção pelos *media* dos acontecimentos do ano, a aquisição por parte destes de um tal estatuto e o processo da construção e transmissão mediática de

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no VI Congresso SOPCOM, Lisboa, Universidade Lusófona, 14-18 de Abril de 2009; o corpus revisto com a abordagem de M. Halbwachs foi apresentado no Congresso *Comunicação, Cognição e Media – Congresso Internacional de Ciências da Comunicação*, Braga, Setembro de 2009, originando um outro artigo publicado nas actas do congresso.

² O acontecimento é uma entidade temporal por excelência, como salienta Koselleck, situando-se entre o “antes” e o “depois” a partir dos quais ganha o seu próprio sentido: “É preciso um mínimo de antes e de depois para constituir a unidade de sentido que faz de qualquer coisa que se passa um acontecimento” (Koselleck, 1990: 134).

Isabel Babo-Lança
Universidade Lusófona do Porto

ISABEL BABO-LANÇA

uma memória social, são algumas das questões que aspiro abordar. Pretendo tentar perceber se há um acréscimo de sentido, novos estatutos e significação atribuídos aos acontecimentos do ano seleccionados e se os balanços do ano efectuados pelos *media* funcionam como um mecanismo de interpretação e apropriação do tempo histórico e construção da memória colectiva.

Para tal, proponho-me abordar o acontecimento, o tempo e a memória; a temporalidade do acontecimento e a memória social; a construção mediática dos “acontecimentos do ano”, com referência a processos mediáticos de construção e transmissão da memória colectiva.

1. Acontecimento, tempo e memória

Temporalidade do acontecimento e memória social

“O acontecimento é o que ‘advém’ numa certa data e num local determinado” (Bastide, s/d: 129). Único, singular e inesperado, o acontecimento é a irrupção da novidade – é o aparecimento (o princípio, o advento) de qualquer coisa de novo (“l'événement est aussi ‘avènement’ de quelque chose de nouveau” (*Idem*: 130)) – e, nesse sentido, introduz a descontinuidade. Falamos em ruptura e em descontinuidade temporal em relação ao tempo vivido ou à experiência humana do tempo, já que, em termos objectivos (e de acordo com a objectividade da ciência), o acontecimento é entendido segundo uma outra noção de tempo que faz abstracção da situação do observador. Nesse caso, é a própria duração que é constituída por uma “série de acontecimentos”, assim como os instrumentos de observação do tempo são sempre sequências observáveis de acontecimentos, como nota N. Elias (1984) e, no caso dos calendários, sequências simuladas de acontecimentos sob uma forma escrita ou impressa.

A descontinuidade supõe a situação de um observador no tempo e uma perspectiva sobre o acontecimento³, ou seja aquele a quem o que aconteceu afectou, seja um indivíduo ou um colectivo, para quem o que adveio teve importância. O acontecimento afecta alguém ou uma comunidade, precisamente porque surpreende, atinge, perturba e porque tem consequências. Serão estas últimas que em termos retrospectivos e narrativos marcarão o seu sentido.

Que acréscimo de sentido terá o acontecimento do ano para ser seleccionado é a questão que nos ocupa, já que pela sua eleição enquanto tal irá angariar um novo estatuto.

Ora, podemos começar por afirmar que a significação do acontecimento social deve-se à sua relação com outros acontecimentos, às significações que lhe são atribuídas pela sua inscrição social e cultural num universo de práticas, regras, convenções e instituições, à experiência pública e ao modo como a sua ocorrência e consequências que dele resultam são interpretadas, apropriadas e vividas. É preciso, por isso, que seja recebido por uma comunidade, que afecte alguém,

³ Como diz Merleau-Ponty: “Não existem acontecimentos sem alguém a quem eles aconteçam e cuja perspectiva finita funda a respectiva individualidade “ (1989: 470).

CONFIGURAÇÃO MEDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS DO ANO

que dele advenham consequências, para que lhe seja atribuído um valor que depende de interpretações culturais e históricas. A significação do acontecimento liga-se, portanto, a uma ordem convencional e simbólica, ao mesmo tempo que todo o acontecimento é interpretado e compreendido num horizonte de historicidade.

Todo o acontecimento é uma unidade de tempo delimitada à qual se pode dar um passado e um futuro, enquadrados num “campo de experiência” e num “horizonte de expectativas” (Koselleck, 1990) que são, segundo Koselleck, as próprias condições antropológicas da experiência temporal. É o domínio da experiência humana que possibilita a acessibilidade ao acontecimento presente que pode, enquanto acontecimento passado, ser memorizado, rememorado e reconstruído, ou então antecipado, previsto, esperado como acontecimento futuro. Tratando-se por isso de três modalidades de existência diferentes.

Trataremos da relação que todo o acontecimento, em termos narrativos e de sentido, estabelece com o horizonte de historicidade no qual se enquadram o passado do que aconteceu e o futuro que se espera ou antecipa. Tal reenvio ao passado actualizado conduz-nos a perscrutar a memória que guarda o que aconteceu no tempo, sendo a memória, como dizia Santo Agostinho, “o presente do passado”.

O tempo e a memória

A memória reporta-se ao que aconteceu antes, ao que se passou e que alguém declara recordar-se. Como diz Aristóteles, asserção que Ricoeur (2000) cita, “a memória é do passado”. Se o futuro respeita a conjectura e a expectativa, e o presente a sensação, a percepção e a atenção, a memória reporta-se ao passado. Santo Agostinho diz, precisamente, que “aquilo que o espírito espera, passa através do domínio da atenção para o domínio da memória” (Confissões, Livro XI: 28). Para ele, é na alma que o tempo passa, já que o objecto da expectativa se torna o da atenção, depois o da memória⁴. A memória possibilita a compreensão da passagem do tempo, sendo no presente da consciência que existem os três tempos ou o triplo presente: “Presente das coisas passadas, presente das coisas presentes, presente das coisas futuras” ou “memória presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e expectativa presente das coisas futuras” (*Idem*: 20), sendo o presente do passado a memória, o presente do futuro a expectativa e o presente do presente a atenção.

Da consciência do tempo, em Santo Agostinho, abrimos o nosso ponto de vista à questão da memória social ou colectiva. M. Halbwachs, em *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925), tratou a memória como produto de grupos sociais. Os indivíduos recordam, no sentido literal, mas são os grupos sociais que elaboram aquilo que é “memorável” e a maneira como será recordado e não há recordação que possa ser puramente interior e que só se conserve na memória

⁴ “O papel constitutivo do presente da consciência foi, pela primeira vez, assinalado em toda a sua amplitude por santo Agostinho (Confissões, livro XI)” (Encyclopaediae Universalis, “Temps”, p. 273).

ISABEL BABO-LANÇA

individual. “O tempo, o espaço, a ordem dos acontecimentos físicos e sociais, tal como são reconhecidos e fixados pelos homens do nosso grupo, impõem-se-nos” (M. Halbwachs, 2002: 199).

A memória depende dos contextos sociais e as recordações são construídas por grupos sociais (família, grupo religioso, classe social, etc.), falando o autor em memória colectiva e quadros sociais da memória, na medida em que o pensamento individual se recoloca nesses quadros e participa nessa memória. Os quadros colectivos da memória são “os instrumentos de que a memória colectiva se serve para recompor uma imagem do passado que se ajusta a cada época com os pensamentos dominantes da sociedade” (*Idem*: 7). Havendo uma reconstrução colectiva do passado e uma memória dos grupos sociais ou uma memória colectiva que se apoiam nas percepções e recordações⁵ que são, elas mesmas, informadas pelos vários sistemas de convenções sociais. As palavras e o seu sentido são uma condição do pensamento colectivo. Os homens em sociedade usam as palavras, compreendem o seu sentido, fazem corresponder palavras às recordações e, por sua vez, cada palavra acarreta recordações. Como sublinha Halbwachs, é a linguagem e o sistema de convenções que lhe está ligado que permite reconstruir o passado (*Idem*: 199). Ora, “a sociedade, segundo as circunstâncias, e segundo os tempos, representa o passado de diversas maneiras: ela modifica as suas convenções. Como cada um dos seus membros se submete a essas convenções, inflecte as suas recordações no próprio sentido em que evolui a memória colectiva” (*Idem, Ibidem*).

Os nomes ou as palavras e as suas significações, que se alteram segundo os grupos e os tempos, assim como as ideias e imagens que se ligam às noções (contrariamente a Bergson, a quem se refere, Halbwachs associa a imagem ao conceito), as reflexões decorrentes da experiência, as ideias e os juízos, as crenças sociais (que são tradições e recordações colectivas e também ideias ou convenções que resultam do conhecimento do presente) incorporam os quadros sociais da memória que são colectivos e estáveis, mas também sujeitos à duração e ao tempo que decorre. Por isso, o pensamento social é essencialmente uma memória feita de recordações colectivas, mas reconstruídas segundo os quadros actuais. As ideias tomam corpo em pessoas e grupos que existem no tempo e deixam a sua marca na memória colectiva. As tradições podem conjugar-se com as ideias actuais, considerando Halbwachs que a sociedade não abandona as ideias ou crenças antigas senão encontrando outras, ou seja, só se substituem princípios por princípios e tradições por tradições (2002: 208-210).

À luz do presente recordamos os acontecimentos passados e atribuímos-lhes sentido. Nessa medida, a escolha pelos *media* dos acontecimentos que marcaram o ano que finda, tal como a memória social e individual, é selectiva, actua com princípios de selecção e aplica quadros colectivos e ideias actuais.

Também Peter Burke (1992) lembra que a memória social, como a individual, é selectiva; há princípios de selecção, há modos de transmissão das recordações públicas que mudam ao longo do tempo e que se alteram de um grupo para outro. Considerando que existem diferentes “comu-

⁵ Halbwachs diz que não há percepção sem recordação e, inversamente, não há recordação sem percepção, ou seja, não há recordação que possa ser puramente interior e se conserve somente na memória individual, como não há percepção exterior e isolada, sem o ponto de vista possível dos outros (2002: 196-197).

CONFIGURAÇÃO MEDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS DO ANO

nidades de memória” no interior de uma dada sociedade, alega que é preciso indagar quem lembra o quê e porquê e que versão do passado se regista e se preserva. Isto porque coexistem memórias sociais e memórias alternativas (memórias de família, memórias locais, memórias de classe, memórias nacionais, etc.). É importante, por isso, colocar-se em termos plurais os usos que a recordação pode ter para diferentes grupos sociais que podem dispersar-se em diferentes pontos de vista quanto ao que é significativo ou “digno de memória”. Nessa medida, a memória interessa enquanto fenómeno histórico; ele refere “a história social da recordação”. Existem discrepâncias entre recordações oficiais e não oficiais, divergências entre historiadores que fornecem diferentes versões do passado, sendo que, desde os anos 60 do século XX, os historiadores se aperceberam da importância da “história oral” e da memória. A memória deve, portanto, ser estudada como uma “fonte histórica”, podendo empreender-se uma crítica da fiabilidade da reminiscência tal como tradicionalmente se procede à crítica de documentos históricos.

Assim, Burke considera importante indagar quais as utilizações das recordações ou do passado e quais as utilizações do esquecimento. Paul Ricoeur, em *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (2000) – e diferentemente da tradição das ciências sociais que, com M. Halbwachs e outros autores, defendia a separação entre a memória, com a carga de subjectividade que a acompanha, e a história, que se pretendia objectiva –, coloca a impossibilidade de dissociar a memória da história. A memória pode ser “esclarecida pela historiografia” e a história pode revitalizar a memória. Nessa medida, a memória individual e a memória colectiva passam a integrar o “território do historiador”, colocando Ricoeur o desafio para a historiografia do presente de uma “política da justa memória”. Invoca uma “dívida” em relação às vítimas da história, sem com isso renunciar à autonomia da história e à sua “função correctiva de verdade”. No entanto, como observa, se Auschwitz é considerado um acontecimento “limite”, essa percepção manifesta-se inicialmente na consciência colectiva antes de se exprimir no discurso do historiador. Daí resulta a necessidade de uma “responsabilidade” por parte do historiador tanto em relação ao passado como em relação aos seus contemporâneos. Em termos colectivos e sociais e não exclusivamente historiográficos, o dever de memória é o dever de não esquecer. Por isso há o dever de memória das tragédias do século XX, do holocausto mais especificamente ou do 11 de Setembro, já no século XXI, que impõe a lembrança do passado como tarefa ética e histórica do não esquecimento.

Na construção mediática dos acontecimentos do ano encontramos o esforço de lembrança que é ocasião de luta contra o esquecimento, sendo precisamente o esquecimento a entidade contra a qual o esforço de lembrança é dirigido. Existindo igualmente a instauração-institucionalização de um lugar de re-construção da memória colectiva: os *media* enquanto instituições e dispositivos contemporâneos de configuração semiótico-narrativa da realidade.

2. Processos mediáticos de construção e transmissão da memória colectiva

Na revista *Visão* do dia 25 de Dezembro de 2008 surge o título “*Memória de um ano louco*” (p.26). Em sub-título lê-se: “*Fomos a votos na redacção da Visão para escolher os protagonis-*

ISABEL BABO-LANÇA

tas e os momentos mais marcantes de 2008". Na *Visão* de quinta-feira 1 de Janeiro de 2009 surge o apelo à participação do público leitor: "Eleja as figuras e os acontecimentos de 2008. Terminada a primeira fase de nomeação livre pelos leitores, chegou a hora de escolher, entre os mais mencionados, as figuras e os acontecimentos mais marcantes de 2008. A ESCOLHA É SUA. PARTICIPE!". Os acontecimentos seleccionados são dados a conhecer e sujeitos a votação: "ACONTECIMENTO NACIONAL DO ANO, Escolha entre: Luta dos professores, Caso BPN, Magalhães". "ACONTECIMENTO INTERNACIONAL DO ANO, Escolha entre: Crise financeira, Eleições nos EUA, Jogos Olímpicos". A revista explica o processo: "Pedimos aos leitores que nos enviassem por e-mail as suas sugestões das figuras e dos acontecimentos que, na sua opinião, marcaram 2008, quer a nível nacional, quer a nível internacional" (*Visão*, quinta-feira, 1 de Janeiro de 2009). Há um acréscimo de sentido e uma dimensão simbólica, na medida em que o conteúdo do discurso jornalístico auferi uma dimensão afectiva, incutida pelas reacções manifestadas pela votação do público, perdendo simultaneamente em informação com carácter de racionalidade. Com a participação dos públicos obtém-se uma dimensão performativa e pragmática: lembrar-se de, recordar-se, seleccionar, escolher são acções em que a memória é exercida. Estes públicos avaliam e expressam valores, sendo também um instrumento de legitimação, ao mesmo tempo que a narrativa do discurso dos *media* adquire ressonâncias consagradoras.

O *Expresso* apresenta um gráfico animado sobre os principais acontecimentos de 2008: "O ano de todas as crises, *Crise financeira*, Vitória de Barack Obama nas eleições presidenciais norte-americanas, *Ataques terroristas na Índia*, *Libertação de Ingrid Bétancourt*" e anuncia: "recorde aqui os principais acontecimentos do ano que agora chega ao fim" (19:30 quarta-feira, 31 de Dezembro de 2008, Revista do Ano 2008 | SIC Online). Em revista científica, "*a possibilidade da produção de células estaminais por reprogramação de células humanas adultas, no desenvolvimento de um processo descoberto em 2006, foi considerada o acontecimento científico do ano pela redacção da revista norte-americana Science*" (IOL PortugalDiário, 19-12-2008 – 13:24h). Na blogosfera também se escolhe o acontecimento do ano: no blogue *Estado Civil* (29-2-08) os acontecimentos do ano, além da crise, são: "NEGATIVOS: *No plano nacional, três leis negativas: a lei do divórcio, o Acordo Ortográfico, a lei do tabaco. POSITIVOS: A revista inglesa Standpoint, Fidel já de fato de treino, O Não dos irlandeses ao Tratado de Lisboa, O concerto de Leonard Cohen em Lisboa, A presidência europeia de Sarkozy, A 'distensão' que se segue à eleição de Obama, A elevação intelectual de Bento XVI, A rainha da Jordânia*". Também é eleito o "acontecimento literário" do ano: "*Não é um, são dois. Durante o mês de Setembro, a Assírio & Alvim vai publicar um livro de Herberto Helder com material poético inédito e Myra, o novo romance de Maria Velho da Costa (...)*" (publicou o Bibliotecário de Babel às 12:36 de segunda-feira, 25 de Agosto de 2008 para o arquivo Geral, Mundo Editorial).

A procura dos acontecimentos do ano pode inscrever-se num dos pólos da oposição, referida por Ricoeur (2000), entre conservação/apagamento, lembrança/esquecimento. Acontece que nunca os humanos dispuseram de meios tecnológicos com a capacidade de registo, armazenamento, conservação e lembrança como na actualidade, o que altera os modos de transmissão

CONFIGURAÇÃO MEDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS DO ANO

das recordações públicas. Qual a nossa relação com o presente e com o passado segundo estas modalidades de configuração e construção mediáticas é a questão que colocamos.

Presente, futuro e passado do acontecimento

A selecção dos acontecimentos que marcaram o ano que finda estabelece a relação entre o presente da memória de um acontecimento com o passado histórico desse acontecimento, em função da concepção de um futuro desse passado. Essa selecção operada nos *media*, muitas vezes com a colaboração do público e difundida em massa, constitui um processo colectivo de construção e transmissão de uma memória social e de organização do futuro no presente, em termos de expectativas.

No jornal *Público* de sábado dia 3 de Janeiro de 2009, metade da primeira página é ocupada com as letras 2009 e a seguinte frase: *“As coisas que queremos mesmo saber sobre o ano que agora começou”*. Em destaque, na página 2, o título: *“Antecipação. Perguntas e respostas para compreender melhor 2009”*, seguindo-se nas páginas 2, 3, 4 e 5 colunas sequenciais de vinte questões com as respostas respectivas. Em sub-título lê-se *“Perguntas sobre o ano que agora começa há muitas, mas decidimos escolher vinte e procurar resposta para todas elas, da cena política à crise económica, das tensões sociais às alterações climáticas, da ciência ao desporto, da imprensa aos livros. Não procuramos certezas, mas a expressão de tendências ou inquietações, na análise de jornalistas especializados em cada área”* (*Público*, sábado 3 de Janeiro 2009, p.3).

Este entrelaçamento da recepção do passado e da expectativa do futuro na experiência do presente produz um “jogo complexo de intersignificações – como observa Ricoeur – que se exerce entre as nossas expectativas dirigidas para o futuro e as nossas interpretações orientadas para o passado” (1985: 301). Na narrativa jornalística que elabora a experiência temporal, o acontecimento está aberto ao futuro e colocado em relação com o passado. É essa concepção que está subjacente ao seguinte título da revista *Visão*: *“O que 2008 nos ensinou. Da moda à economia, o que é que podemos aprender com os acontecimentos do ano?”* (25 de Dezembro de 2008, p. 32). Há uma dimensão pragmática no acto de recordar o acontecimento (ao recordar, a memória é exercida), reactualizando-o e conferindo-lhe existência presente, ao mesmo tempo que o acontecimento é enquadrado numa configuração narrativa que o re-significa e lhe confere inteligibilidade em função do momento presente e dos seus efeitos conhecidos.

Não obstante, e quase inversamente, no fluxo constante das informações jornalísticas há uma desvalorização da memória, como faz notar Muniz Sodré (2009: 30), “fruto de uma temporalidade imediata, centrada num presente contínuo e progressivamente efémero”. Sodré assinala que a experiência do tempo, no mundo da tecnologia das redes, se altera, na medida em que “a ordem temporal sucessiva dá lugar à simultaneidade e à hibridação” (2009: 30). O fluxo veloz das informações, a temporalidade imediata, o presente contínuo e efémero terão como efeito a desvalorização da memória. A informação jornalística, a televisiva em particular, difun-

ISABEL BABO-LANÇA

de “actualidades” efémeras, pedaços de acontecimentos que se sucedem uns aos outros. Romano (1998), que se arroga uma perspectiva crítica ao analisar o acontecimento jornalístico e a sua experiência temporal, observa que, fora do seu contexto de ocorrência, os acontecimentos jornalísticos, desenraizados, *desmundializados* ou sem mundo, “engrenam-se uns nos outros em virtude de uma «lógica» puramente fortuita” (Romano, 1998: 284) e sucedem-se sem se articularem entre si, em consequência de uma informação que se faz dia-a-dia, na contemporaneidade das ocorrências. A periodicidade do acontecimento jornalístico “decretada antecipadamente é o indício de que este acontecimento foi despojado pelo dispositivo jornalístico da sua temporalidade própria” (*Idem*: 281). É por isso esquecido tão depressa quanto é sentido, não dando lugar a uma autêntica temporalização da experiência e, nessa medida, à elaboração da memória. O homem moderno é um homem sem memória, graças à velocidade das informações que, à medida que aparecem, são substituídas por outras notícias, tornando-se o acontecimento um “objecto de consumo corrente” (*Idem, Ibidem*). Acrescendo ainda que a notícia implica sempre uma série de mediações, filtragens, com testemunhos mediados, formatados, normalizados, adaptados a rubricas já prontas.

Creemos que esta sequencialidade ininterrupta dos acontecimentos nos *media* altera a nossa relação com o presente e por isso também com o passado e com a história. Pierre Nora (2002) refere, em termos temporais, o fenómeno de “aceleração da história” (cf. Daniel Halévy): o fenómeno mais contínuo e permanente não é mais a permanência e a continuidade, mas a mudança que é cada vez mais rápida e o passado afasta-se cada vez mais depressa. Daqui resulta a quebra da unidade e linearidade do tempo histórico que unia o presente ao passado e ao futuro. Ora, hoje, a incerteza sobre o que será o futuro, considera Nora, produz no presente uma obrigação de lembrança (o “dever de memória”⁶), numa época em que o homem dispõe de meios técnicos de conservação sem precedente.

É por isso que se Sodré e Romano são críticos no que respeita à elaboração do presente e   memória, contudo nunca anteriormente como na nossa actualidade os humanos se preocuparam tanto com o registo das ocorrências, a conservação desses registos, os bancos de dados, os arquivos, dispo o dos meios tecnológicos para o fazer. Ora o “dever de memória” que avassala o presente, como observa Nora, é fruto da incapacidade de antecipação do futuro e da ausência de dimensão teleológica da história. O passado e a tradição são hoje reencontrados por meio de operações de reconstrução documental, monumental, de culto do patrim nio e do arquivo (museus, arquivos, bibliotecas, colecções, *stocks*, bancos de dados, cronologias, etc.), que fazem da memória uma memória construída. O presente autonomiza-se como categoria de inteligibilidade, havendo uma ligação entre presente e memória porque o passado não é mais garantia do futuro, tornando-se a memória agente dinâmico e promessa de continuidade. Se não contradiz a ideia do presente contínuo da temporalidade imediata e da simultaneidade de que fala Sodré, Nora não reconhece o apagamento da memória. Pelo contrário, v  na incerteza do futuro a explicação para

⁶ Enquanto Paul Ricoeur prefere a expressão “trabalho de memória” (“travail de mémoire”), Nora aceita a expressão “dever de memória” desde que esta adquira um sentido mais lato do que o sentido moral, ligado ao patrim nio, ligado à “perda” e não   “d vida”.

CONFIGURAÇÃO MEDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS DO ANO

a inflação da comemoração e da memória. Assiste-se, em termos sociais e colectivos, a uma “democratização” da história e valorização da “memória colectiva”: “memória” nacional, movimentos de emancipação das etnias, grupos, povos, indivíduos. Emergência de todas as formas de memória das minorias, para quem, como observa Nora, a recuperação do seu passado faz parte integrante da afirmação de identidade.

O autor reconhece um movimento de sacralização da memória – fala-se e valoriza-se a noção de “memória colectiva” – e os efeitos da supremacia da memória: intensificação rápida dos usos do passado, usos políticos, turísticos, comerciais, inflação das comemorações e celebrações nacionais. Comemorou-se o bicentenário da revolução francesa, comemoram-se os 20 anos da queda do muro de Berlim, os 50 anos do monumento religioso Cristo-Rei em Almada, o 11 de Setembro, o centenário da implantação da República em Portugal, etc. Estamos na “era da comemoração”. Nora propõe que o “dever de história” se imponha hoje em relação ao “dever de memória”, que ele próprio defendeu⁷. Não tendo hoje o historiador o exclusivo da produção do passado, partilhando este papel com os *media*, com a testemunha, com o juiz e com o legislador. Destacando-se neste texto a criação de discursos e dispositivos mediáticos de construção e exaltação da memória social.

3. A configuração mediática dos acontecimentos do ano e a memória colectiva

Recentrando a questão nos *media* e na informação jornalística em particular, o presente é menos o da duração e continuidade (como nota Nora, à permanência e continuidade substitui-se a mudança rápida) e mais o do acontecer. De que resulta a efemeridade de um presente que, contudo, está sempre aí (presente), embora sem a unidade e linearidade do tempo histórico (que une o presente ao passado e ao futuro). A sequência ininterrupta das notícias do presente, designadas elas mesmas de “actualidades” segundo uma lógica eventiva ou acontecimental, convive com momentos de celebração do acontecimento, cujo registo subjacente é o de construção de uma memória colectiva pelos jornalistas com ou sem o contributo dos públicos, pisando o terreno da historiografia.

A selecção pelos *media* dos acontecimentos que marcaram o ano que finda constitui um processo de construção e transmissão da memória social, que estabelece uma relação entre o presente da memória de um acontecimento com o seu passado, podendo constituir igualmente um processo de silenciamento de um passado, em função de expectativas. O acontecimento do ano é uma ocorrência passada que pode eventualmente adquirir a dimensão de “acontecimento

⁷ Há aqui toda uma problemática ampla e intrincada que vai de uma concepção clássica da memória como individual e subjectiva e da história como saber objectivo, à ideia da memória colectiva dos grupos (que Halbwachs tratou) e, hoje, à sacralização da memória colectiva como lugar de construção da história e das identidades. Ricoeur (2000), embora considere que a memória deve ter lugar na historiografia, constituindo o testemunho uma instância de transição entre a memória e a história, também alerta que o uso da memória comporta a possibilidade do seu abuso, tendo sobretudo em atenção a vulnerabilidade da memória que resulta da relação entre a ausência da coisa recordada e a sua presença sob o modo da representação (ver Ricoeur, 2000: 69).

ISABEL BABO-LANÇA

*futurante*⁸. Na narrativa jornalística, que organiza a experiência temporal, o acontecimento está aberto ao futuro e colocado no passado, adquirindo uma espécie de não espacialidade ao ser eleito como ocorrência duplamente temporal (“*O que 2008 nos ensinou. Da moda à economia, o que é que podemos aprender com os acontecimentos do ano?*”, *Visão* 25 de Dezembro de 2008, p. 32; “*As notícias que gostaríamos de dar em 2009*”, *Visão*, 1 de Janeiro de 2009 (capa), Dossier especial: “*2009 que nós queríamos*”, pp. 36-61).

Em certo sentido, determinados acontecimentos do ano poderão adquirir o estatuto de “acontecimento fundador” (Ricoeur, 1985)⁹, porque abrem a novos tempos, estabelecendo como que um “momento axial” que funciona como um ponto zero a partir do qual outros acontecimentos são datados (nascimento de Cristo, nascimento de um tal soberano, a revolução do 25 de Abril em Portugal que rompe com um estado de coisas anterior e inaugura um futuro e um devir novos). Como analisa Ricoeur, é a noção fenomenológica do presente, em termos do hoje em função do qual há um amanhã e um ontem, que nos permite “atribuir sentido à ideia de um acontecimento novo que rompe com uma era anterior e que inaugura um curso diferente de tudo o que o precedeu” (1985: 158). O momento axial é, como dizia Benveniste (citado por Ricoeur, 1985: 159), “um acontecimento tão importante que é suposto dar às coisas um curso novo”. Este momento é definido retrospectivamente ou retroactivamente como “acontecimento fundador” (Ricoeur, 1985), sendo sobretudo as narrativas que acerca dele fazemos que o elevam a um tal estatuto.

Na selecção realizada pela revista *Visão*, no dossier com o título supra-citado “*Memória de um ano louco*” (25 de Dezembro de 2008), diz-se: “*Barack Obama e Néelson Évora foram as figuras eleitas, enquanto nos acontecimentos venceram a crise económica e a contestação dos professores*”. A eleição de Obama pode ser encarada como um acontecimento fundador que inaugura uma nova era: “*independentemente do desempenho da sua administração, Barack Obama já cometeu o feito de ser o primeiro Presidente negro dos Estados Unidos*” (*Visão*, 25 de Dezembro de 2008, p.26). Este acontecimento datado, que se comemora, é o momento axial ou a data inaugural em função do qual nos podemos referir a outros acontecimentos (“antes de Obama...”, “depois de Obama...”). A inteligência narrativa, como considera Ricoeur (1991: 49), exerce uma dupla função: integra o acontecimento (quase o anulando enquanto aquilo que irrompe e nos apanha de surpresa) e exalta-o como o que engendra o sentido, sobretudo se entendi-

⁸ Na revista *Visão* de 25 de Dezembro de 2008, em balanço do ano, Eduardo Lourenço diz: “Tenho para comigo que os anos pares não costumam trazer surpresas. Mas, afinal, 2008 acabou por ser uma grande surpresa. Não sendo uma vitória anunciada, a vitória de Barack Obama reveste-se, *a posteriori*, de uma grande lógica no que diz respeito à mudança da realidade social americana. Aquele povo está cheio de marcas da guerra da Secessão, que, até hoje, divide nortistas e sulistas, europeus e descendentes de escravos. A eleição de Obama pode, por isso, ser lida como uma vitória futurante, na medida em que abre para um futuro completamente diferente” (Eduardo Lourenço, *Visão*, 25 de Dezembro de 2008, p.26) (sublinhado nosso).

⁹ Esta concepção do acontecimento fundador é exposta por Ricoeur em *Temps et Récit III* (Le temps raconté, 1985) e é retomada em *Événement et sens* (1991).

“Pode bem dizer-se – com Ricoeur (1991: 52) – que enquanto ocorrências [os acontecimentos fundadores] são muitas vezes acontecimentos insignificantes, correntes, mesmo até amplamente fictícios. Pode sobretudo dizer-se que são as narrativas que a propósito deles se constroem que, tornando-os grandiosos, os erguem em acontecimentos fundadores. (...) a sua narração tornou-se constitutiva da identidade, que se pode designar narrativa, dessas comunidades, desses indivíduos. O acontecimento é assim qualificado retrospectivamente, ou melhor, retroactivamente como fundador: é-o por um acto de comemoração mais ou menos sacralizada em celebração”.

CONFIGURAÇÃO MEDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS DO ANO

do enquanto acontecimento fundador. Este oferece-se como matriz de outros acontecimentos, em última instância como aquele em função do qual se pode ler a realidade.

No entanto, a esse acréscimo de sentido e dimensão simbólica que os acontecimentos adquirem ao serem eleitos como ocorrências que marcaram o ano, pode combinar-se também um estatuto ambíguo entre a celebração e a degradação. Na revista *Visão* (25 de Dezembro de 2008) surge "*Balanço do Ano. 20 lições*" (título já mencionado anteriormente) "Figuras . Acontecimentos . Álbum de fotos . Mapa do mundo . O que se disse". "*O que 2008 nos ensinou. Da moda à economia, o que é que podemos aprender com os acontecimentos do ano?*": "1. 'Um choque petrolífero... ou talvez não'; 2. 'Sim, um negro já era possível'; 3. 'PSD: um partido à beira do eclipse'; 4. 'O País mais perigoso do mundo'; 5. 'O dinheiro não nasce nas árvores'; 6. 'No princípio era a avaliação'; ..." etc. Tratam-se de narrativas híbridas entre a informação, o comentário e a opinião ("Sim, um negro já era possível. E pronto. Contaram-se os votos na noite de 4 de Novembro e, afinal, o Tom Bradley efect tinha morrido..."); com um crescendo em generalidade, redução de conteúdo informativo e simplificação; com uma temporalidade comprimida; uso de uma linguagem figurada que visa criar impacto, falta de rigor e por vezes depreciação ("O dinheiro não nasce nas árvores. O mundo financeiro estava embriagado com as rendibilidades conseguidas no mercado hipotecário dos EUA...", p. 33); ressaltando um carácter repetitivo e de combinação da informação com o comentário e a crónica ("... Contra os vaticínios mais pessimistas, foi mesmo possível um negro tornar-se o 44º Presidente dos EUA. Mas o entusiasmo mundial que se seguiu à vitória não tardou a esfriar um pouco. Obama escolhia para a nova administração...", p. 32). Em termos das práticas jornalísticas haveria ainda que analisar os critérios utilizados para hierarquizar a importância dos acontecimentos ou a importância jornalística da notícia dos mesmos; os processos utilizados; a existência de figuras típicas de pertinência, etc.

Para finalizar (e não para concluir), consideramos que nos *media* a selecção do que se entende ter marcado o passado e o presente constitui um mecanismo de apropriação, construção e transmissão de uma memória colectiva, que intervém na nossa relação aos acontecimentos e aos seus sentidos e na nossa apropriação do passado e da história. Ao mesmo tempo, comporta um acto de celebração e comemoração (positiva: a eleição de Barack Obama tem a carga de celebração positiva, ou negativa: a crise financeira), detendo um carácter ritualizado. No processo comemorativo retira-se o acontecimento do passado para introduzi-lo na realidade e nos problemas do presente.

A celebração mediática dos acontecimentos do ano exerce a acção pragmática de os instituir enquanto tal, pelo esforço da lembrança, com acréscimo de sentido e re-elaborando a memória colectiva ou, simplesmente, a nossa memória.

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO (Santo). *Confissões*, Livro XI.
 BABO-LANÇA, I. (2005). "A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública", *Trajectos*, 6, Lisboa: ISCTE, pp. 85-94.

ISABEL BABO-LANÇA

- BABO-LANÇA, I. (2006). *A configuração dos acontecimentos públicos. O caso República e as manifestações nos Açores em 1975*, Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- BASTIDE, R., *Encyclopediae Universalis*, pp. 129-130.
- BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. (1985). *A Construção Social da Realidade* [1966], Petrópolis: Vozes.
- BURKE, Peter (1992). *A História como Memória Social* In: *O Mundo como Teatro – Estudos de Antropologia Histórica*. Lisboa: Difel.
- ELIAS, N. (1984). *Du Temps*, Paris: Fayard.
- HALBWACHS, M. (2002). *Les cadres sociaux de la mémoire* [1925], Paris: PUF.
- KOSELLECK, R. (1990). *Le Futur Passé*, Paris: Ed. EHESS.
- MERLEAU-PONTY, M. (1989). *Phénoménologie de la Perception* [1945], Paris: Gallimard.
- QUÉRÉ, L. (2000). "Individuation des événements dans le cadre de l'expérience publique", in S. Ostrowestsky (org.). *Processus du sens*, Paris: L'Harmattan.
- NORA, Pierre (1974). "Le retour de l'événement", in Jacques Le Goff e Pierre Nora, *Faire de l'histoire*, Paris : Gallimard, pp. 210-228.
- NORA, Pierre (2002). *L'avènement mondial de la mémoire*, Published 2002-04-19. Original in French First published in Transit 22/2002.
- RICŒUR, P. (1991). "Événement et sens", *Raisons pratiques 2*, Paris : Ed. EHESS, pp. 41-56.
- RICŒUR, P. (1985). *Temps et Récit III. Le Temps Raconté*, Paris: Le Seuil.
- RICŒUR, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris: Points.
- ROMANO, C. (1998). *L'événement et le monde*, Paris: PUF.
- SODRÉ, Muniz (2009). "Mutações do discurso informativo", *Trajectos* n^{os} 13-14, pp. 29-33.

Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

PERSPECTIVAS ACERCA DO CONCEITO “ACONTECIMENTO”

Introdução

“Era aos mass media que começava a pertencer o monopólio da história. A partir de agora pertence-lhes. Nas nossas sociedades contemporâneas é através deles, e só através deles, que o acontecimento nos toca e não pode evitar-nos”.

Pierre Nora

Durante muito tempo o acontecimento foi um conceito-chave da historiografia e um privilégio do historiador (Nora, 1977: 249), pois era este quem lhe conferia um lugar e um valor na memória, através da sua narrativa¹.

Com o advento da época contemporânea, marcada por grandes mutações políticas, económicas, sociais e grandes avanços técnicos, nomeadamente nos meios de comunicação, os acontecimentos passam para o domínio do imediato, do agora, do sensacional e são transmitidos pelos *media* quase em simultâneo, o que veio alterar a relação entre historiador e acontecimento. Os acontecimentos históricos contemporâneos passam a ser vividos em directo, passando a sua divulgação para a esfera do jornalismo. A narração dos factos, identificada com a história tradicional, deixa de interessar aos académicos, que procuram cada vez mais o *“non-événementiel”*, deixando para o jornalista a história dos acontecimentos. Ao historiador caberá anali-

Célia Maria Taborda da Silva
Universidade Lusófona do Porto

¹ Durante o século XIX, segundo Henri Marrou, o “historiador era então rei, toda a cultura se encontrava suspensa das suas decisões” (Marrou, 1976: 10).

CÉLIA MARIA TABORDA DA SILVA

sá-los, integrando-os em estruturas de longa duração, que lhes ampliará o significado e lhes dará inteligibilidade.

1. O “acontecimento” para a história

A noção de acontecimento para a história foi variando ao longo do tempo e consoante as épocas em estudo: antiguidade, idade média, idade moderna e contemporânea. Até o século XVIII, os acontecimentos históricos eram os que se relacionavam com a vida dos reis e figuras ilustres de cada reinado. No século XIX, há uma mudança com o romantismo e depois com o positivismo, de Augusto Comte. Os primeiros interessaram-se apenas por acontecimentos que exaltavam a individualidade nacional, os segundos, preocupados com o “estabelecimento dos factos”, deram primazia aos acontecimentos políticos, já que eram os mais fáceis de estabelecer, conseqüentemente atribuíam ao historiador um papel de mero narrador da história, negando-lhe intervenção na análise e explicação dos acontecimentos. Os positivistas faziam verdadeiras montagens de textos em vez de textos históricos, com o objectivo de fazer alinhar a história no campo das ciências exactas.

Porém, em todos estes períodos manteve-se a prerrogativa, para algum facto ser considerado acontecimento histórico tinha que ter existido algures no tempo, uma vez que a história é “uma narrativa de acontecimentos verdadeiros” (Veyne, 2008: 20). A verdade dos acontecimentos leva a que o historiador, muitas vezes, só os possa descrever parcialmente, por falta de vestígios que comprovem a veracidade dos factos.

Logo no início do século XX, a história positivista começa a ser questionada e os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre iniciam uma luta contra a história factual, que se limitava a narrar os grandes acontecimentos pela superfície, e lançam a revista *Annales D’Histoire Économique et Sociale*, reagindo contra o monopólio da história política e institucional. Esta revista pretendia renovar a problemática da história, as suas fontes e métodos. E revolucionaram de tal forma a historiografia que, a partir de então, se passou a falar de uma Nova História, uma história que visava ser total, o que significa problemática, interdisciplinar e baseada na longa duração². A partir daqui, o “acontecimento” foge aos cânones tradicionais, a atenção dos historiadores desloca-se do extraordinário e singular para o regular e quotidiano, do individual para o colectivo. A história política e institucional, dos reis e das grandes batalhas foi cedendo, paulatinamente, lugar a uma história estrutural, ou seja, uma história em que se valorizam os elementos invariáveis ao longo dos séculos³.

A historiografia sofria, assim, a influência da revolução estruturalista⁴, que remetia para o estudo de fontes seriais (evolução demográfica, flutuações de preços, atitudes perante a morte,

² Pode-se dizer que Marx foi precursor desta Nova História. Ao estabelecer os três estádios na evolução humana, escravagismo, feudalismo e capitalismo, constituiu uma teoria de longa duração.

³ Fernand Braudel caracteriza *estrutura* como “... uma realidade que o tempo demora imenso tempo a desgastar e a transportar” (Braudel, 1972: 165).

PERSPECTIVA ACERCA DO CONCEITO “ACONTECIMENTO

sexualidade, etc.) que dariam ao historiador acesso aos acontecimentos não visíveis. Lucien Febvre, chega a considerar que os acontecimentos não interessam em si, mas somente como elementos de uma série (citado por Pomian, 1978: 536), desta forma era preciso estudar o que mudava lentamente, o que atravessava séculos e parecia quase imutável, as estruturas. Acontece que as sociedades não são imóveis, há elementos dinâmicos ao longo do tempo histórico: as oscilações cíclicas (conjunturas) e os factos ocasionais (acontecimentos), que poderiam não afectar as estruturas, caso de um reinado, mas poderia abalá-las profundamente, se se tratasse de uma revolução, portanto, eram fenómenos a relevar.

Através das estruturas os historiadores reconstróem a história de coisas que ninguém viu, por exemplo: atitudes perante a morte ou flutuações de preços, e fazem-no através de um método indirecto, determinando um conjunto de fontes e submetendo-as a um tratamento que deve reproduzir aquilo que se pretende estudar (Pomian, 1984: 31).

É ainda no século XX que o acontecimento deixa de ser apanágio dos historiadores, pois há uma apropriação dos acontecimentos pelos *mass media* (Nora, 1977: 249), pelo que a história teve que repensar a sua noção de acontecimento, deixando cada vez mais o relato para o jornalismo e preferindo a explicação no tempo.

É certo que mesmo antes do aparecimento massivo dos meios de comunicação, da rádio e da televisão, houve casos de acontecimentos históricos que se tornaram mediáticos, visto que a opinião pública foi directamente alertada para eles, citemos o caso dos *Cahiers de Doléances*⁵ e o regresso de Napoleão da ilha de Elba (Lacouture, 1978: 287-288). Contudo, foi quando o acontecimento passou a ser difundido que ganhou dimensão dentro da opinião pública e chegou até ao povo, levando a Escola dos *Annales* a reagir contra esta “ditadura do acontecimento” e a preferir a história não *événementiel*. Acontecimento passa a ser o que é conhecido (Nora, 1977: 245), uma vez que, com a rádio e, principalmente, a televisão, passou a viver-se acontecimentos históricos em directo. As imagens em directo enredam as pessoas nas situações, dando uma sensação de participação. No entanto, esta nova forma de divulgar os acontecimentos torna-os frios e distantes, apesar de íntimos; logo, as massas vivem a história contemporânea em simultâneo mas com distanciamento.

Também é certo que o acontecimento “natural” das sociedades tradicionais desapareceu (Nora, 1977: 254). O acontecimento que era a ruptura⁶, algo de revolucionário, que poderia por em causa o equilíbrio em que se fundamentavam as sociedades, deixou de existir, sendo substituído por uma série de acontecimentos surpreendentes, pela novidade em relação ao instituído. Como diz Ricoeur: “... num contexto de acção, portanto de interesse, tudo o que ocorre não é acontecimento, mas somente o que surpreende a nossa expectativa, o que é interessante, o que

⁴ O estruturalismo pode ser considerado como uma doutrina ou uma teoria ou, então, como um método de análise. Foi essencialmente como método que a história acolheu o estruturalismo (Mendes, 1989: 166).

⁵ *Cahiers de Doléances* – cadernos de queixas. Documentos mandados elaborar por Luís XVI para serem preenchidos pelas três ordens (clero, nobreza e povo), apresentando as suas queixas contra o que consideravam penoso para a sua condição social, para serem debatidas nos Estados Gerais, que se realizariam no início de Maio de 1789.

⁶ Isto porque nas sociedades tradicionais, a verdadeira percepção do passado consistia em considerar que ele não havia realmente passado, como escreveu Pierre Nora, razão pela qual o acontecimento era o rompimento desse equilíbrio.

CÉLIA MARIA TABORDA DA SILVA

é importante; por isso a ordem das coisas é vista do ponto de vista das nossas preocupações, da nossa inquietação, logo segundo um horizonte de historicidade” (Ricoeur, 1991: 43).

Mas a nova concepção de acontecimento histórico é parente da antiga, ao considerar que para haver acontecimento tem que haver uma descontinuidade, manifesta de forma visível ou invisível, macro ou microscopicamente (Pomian, 1984: 33).

Deste modo, para se atribuir sentido histórico a um acontecimento é preciso elaborar a sua estruturação, como diz Koselleck (1993), o que significa trazer à luz o que não é perceptível no decurso dos acontecimentos pelos sujeitos históricos que os vivenciaram, e isso é válido para qualquer época, mesmo a contemporânea, dando uma visão integrante da história e da humanidade. Uma vez que o historiador não faz emergir o acontecimento, fá-lo depois regressar com outro significado.

2. Os “acontecimentos” jornalísticos

Para o jornalismo a noção de acontecimento também não é simplista, pois, por vezes, designa “todos os factos que se produzem no mundo”, enquanto outras só engloba os “factos que saem da normalidade” (Mesquita, 2003: 29). No entanto, parece ser consensual, que é acontecimento aquilo que irrompe de forma imprevisível nos contextos de acção quotidiana⁷. Ou como refere Paul Ricoeur tudo que é novidade por referência à ordem estabelecida (1991: 43). Portanto, tudo o que surpreende e prende a atenção colectiva torna-se acontecimento e a sua relevância para o discurso jornalístico advém da sua previsibilidade, quanto mais improvável um facto for mais depressa adquire o estatuto de acontecimento jornalístico (Rodrigues, 1999: 27). Deste modo, um acontecimento pode ser o insólito, o extraordinário, o catastrófico, a guerra, a violência, a morte, a celebridade, enfim, tudo o que numa “cultura pública” interessa ser publicitado pelos *media*. Mas que factos atraem a comunicação social?

O acontecimento que se tornará notícia depende do período histórico em questão e pode variar ao longo dos tempos em função das empresas jornalísticas e da sua política redactorial, porquanto os valores-notícia (matéria noticiável) não são imutáveis (Traquina, 2007: 203), embora os valores-notícia básicos tenham variado pouco (Traquina, 2007: 173), como se pode verificar analisando as notícias das primeiras décadas do século XVII, dos anos 30-40 do século XIX, e dos anos 70 do século XX. O que foi notícia nestes três períodos foi o inesperado, o que provocou espanto, como milagres, catástrofes naturais, guerras e acções de pessoas importantes (Traquina, 2007: 173-178). Uma coisa, porém, é certa, as notícias estão inseridas historicamente, e só é notícia um acontecimento que possa ser compreendido pelos contemporâneos do mesmo (Traquina, 2007: 203), para isso eles tem que estar enquadrados dentro de um quadro cultural, político ou social perceptível pelo público consumidor dessas notícias. Mas den-

⁷ Como refere Isabel Babo-Lança: “Aquilo que é improvável, inesperado e que nos surpreende” (Babo-Lança, 2006: 63). Ou Adriano Duarte Rodrigues: “Aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais” (Rodrigues, 1999: 27).

PERSPECTIVA ACERCA DO CONCEITO "ACONTECIMENTO

tro deste vasto universo só será notícia um conjunto restrito de factos, aqueles que se tornaram notáveis, dignos de serem registados na memória. E, os factos, segundo Adriano Duarte Rodrigues, podem-se tornar em registos de notabilidade pelo "excesso, falha ou inversão". É registo de: "excesso", um juiz que aplica a pena máxima prevista no Código Penal sem atender às atenuantes; de "falha", a garrafa de *Champagne* que não se parte contra o casco do navio no momento de ser lançado ao oceano; de "inversão", um homem a morder um cão (Rodrigues, 1999: 28).

Os acontecimentos jornalísticos são tipificados consoante o seu valor-notícia. A socióloga americana Gaye Tuchman releva os acontecimentos não programados, que são aqueles que aparecem subitamente e que devem ser processados rapidamente e os acontecimentos programados, são as chamadas "estórias" diárias, que são acontecimentos noticiosos em continuação, pré-anunciados. Existem ainda os mega-acontecimentos, são aqueles não programados e completamente imprevistos, ao ponto de alterarem a rotina da redacção, interrompendo a programação normal. A título de exemplo pode citar-se a morte da princesa Diana ou os ataques de 11 de Setembro (citado por Traquina, 2002: 205-206).

Existe ainda um outro tipo de acontecimento que pode ser considerado jornalístico, mesmo que existisse sem o relato dos *media*, são os acontecimentos mediáticos. Isto é, aqueles que suscitam grande atenção dos meios de comunicação mas que não são organizados por eles, apenas tem a sua cobertura, como uma conferência de imprensa do Presidente dos EUA, um funeral de Estado, uma viagem papal ou os Jogos Olímpicos (Katz, 1999: 53). Estes acontecimentos são transmitidos em directo, o que significa que a "estória" tem de ser contada enquanto se está a desenrolar, havendo necessariamente que fazer escolhas acerca do que é importante no acontecimento, pois, não obstante eles serem programados há sempre a hipótese de haver surpresas.

3. "Acontecimento" jornalístico *versus* histórico

Pode-se dizer que a diferença essencial é que o acontecimento jornalístico baseia-se em "estórias" e o histórico em histórias.

As "estórias" jornalísticas reproduzem a realidade em função do factor cultural, dando-lhe um enquadramento. Os jornalistas recriam as "estórias" a partir de acontecimentos da realidade, mas não a realidade, porque "quanto mais objectivos forem, mais ilegíveis se tornam, e quanto melhores contadores de 'estórias' forem, melhor resposta terão dos seus leitores" (citado por Traquina, 1999: 252-253). Mas como afirma Gaye Tuchman dizer que "a notícia é uma 'estória' não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia" (citado por Traquina, 1999: 251). Desta forma, o conhecimento que fornecem as notícias é fragmentado, não existindo ligações entre os acontecimentos, sendo estes vistos como factos desconexos (Traquina, 1999: 256), não provocando que emoções passageiras.

O contrário se passa com o acontecimento histórico. As histórias que se contam são as efectivamente vividas, ainda que sejam duras e cruéis. Ao historiador interessa a realidade⁸, que

CÉLIA MARIA TABORDA DA SILVA

tenta apreender de forma global, daí o seu interesse por períodos longos (*la longue durée*, de Fernand Braudel), onde, obviamente, se integram os acontecimentos, mas inseridos num todo, enquadrados, interligados e explicativos.

Por conseguinte, o acontecimento jornalístico pauta-se pelo sensacional, enquanto o da história pelo banal, pelo que se repete, o que leva a que o primeiro se interesse pelos factos do agora e o segundo pelas acções dos homens no tempo⁸, mas logrando o entendimento do homem na sua realidade actual. Daí o constante “regresso do acontecimento”, pois acontecimentos que no presente se impõe sem discussão, devido à rapidez com que tudo acontece na época contemporânea, voltam mais tarde à ribalta pela mão do historiador.

Este foco no presente que tem o acontecimento jornalístico leva a que o seu discurso seja de actualidade, com a permanente acentuação do presente, do hoje, desvalorizando o passado e até antecipando o futuro. Um presente que, para André Vitalis, é “ofegante”, “fabricado”, “sobrecarregado”, porque o “acontecimento caça o acontecimento e onde a informação dada é relevante apenas durante um curto lapso de tempo” (Vitalis, 2005: 13). Está-se sempre à espera de novos acontecimentos, pois a boa informação é a que está para chegar, havendo uma avalanche de acontecimentos que satura a realidade de “eventos presentes”. Daí que o acontecimento jornalístico seja transmitido sob o signo do imediatismo, da pressa, como simples decorrência do presente. Esta ligeireza na informação, para Jacques Le Goff, contém cada vez mais perigos para a constituição da memória, consequentemente para a história, pois a memória é uma das suas bases (Le Goff, 2000: 134). Assim, a forma de transmitir os acontecimentos no jornalismo também está em oposição à história, em que tudo é pesquisado, problematizado e explicado o mais exaustivamente possível. Este esmiuçar das questões reflecte-se no texto escrito, que está repleto de notas de rodapé, remetendo para as fontes, o mesmo já não acontece num texto jornalístico (Proust, 1996: 263).

No entanto, há um aspecto que têm em comum: tanto o acontecimento jornalístico como o histórico são recriações de factos, são construções. Para ser acontecimento tem que ter sido presenciado e por mais que um indivíduo, mas nem sempre os sujeitos que os perceberam são os seus divulgadores. Geralmente quem divulga não viveu os acontecimentos e, então, vai reconstruí-los, é o caso dos acontecimentos históricos¹⁰ e da maioria dos acontecimentos jornalísticos. A diferença entre os dois está na lógica da reconstrução. Enquanto para os *media* a reconstrução é imediata, uma vez que acontecimento e interpretação são dados simultaneamente, levando à superficialidade da explicação, na história há uma interpretação documentada, mais aprofundada e fundamentada. Nos dois casos, porém, há uma apreensão selectiva, já que o sujeito que vê, não capta o total do acontecimento mas aquilo que mais lhe chamou a atenção. A historiografia tenta colmatar esta lacuna através da análise de todos os vestígios visíveis, documentais e materiais.

⁸ Segundo Antoine Proust os historiadores conservam o culto da exactidão e de uma informação completa (Proust, 1996: 285)

⁹ Marc Bloch define a História como a ciência dos homens no tempo, afastando completamente a ideia de que a história é a ciência do passado (Bloch, 1965: 24-30).

¹⁰ Estes acontecimentos são reconstruídos a partir das fontes documentais (Pomian, 1984: 22).

PERSPECTIVA ACERCA DO CONCEITO “ACONTECIMENTO

Assim sendo, o objectivo do acontecimento jornalístico também difere do histórico, para o primeiro interessa o visível dos factos e para a história o invisível. É claro que na contemporaneidade, num tempo onde se vive depressa, o que interessa às massas é o acontecimento jornalístico, pois o que tem importância para o homem comum saber é, exemplificando, que o preço do pão aumentou, agora, se esse aumento se insere num *trend* de alta de preços, é-lhes irrelevante, as explicações profundas só interessam aos especialistas.

No acontecimento jornalístico o público pode, através dos meios de comunicação, estar “presente” no evento (Schlesinger, 1999: 181), visto que se assiste ao desenrolar das cenas ao mesmo tempo que acontecem e mesmo quando as “estórias diárias” são concebidas com meses de antecedência (idem: 185), o público tem a sensação de novidade, ainda que se recontem a mesma “estória de ano para ano. Robert Darnton contou que enquanto era repórter de polícia, um dia, em que procurava uma ‘boa estória’, descobriu que tinham roubado uma bicicleta a uma criança. Ele publicou, então, uma ‘estória’ comovedora, e descobriu posteriormente que, basicamente, a mesma ‘estória’ saíra alguns anos antes no mesmo jornal em que trabalhava” (citado por Tuchman, 1999: 258). Esta repetição não aconteceria com um acontecimento histórico, que é único e irreversível.

A profusão de acontecimentos leva à sua banalização, eles deixam de ter aquele impacto junto das audiências, são desvalorizados. Contrariamente, os acontecimentos históricos, principalmente os das sociedades tradicionais, por serem poucos, são sobrevalorizados. Durante muito tempo ver um filme da Grande Guerra causava uma grande comoção, o que já não acontece hoje em dia, atendendo a que se assiste a guerras em directo.

Agora, tanto os relatos de acontecimentos jornalísticos como históricos desempenham um papel social. Os *media* seleccionam os acontecimentos mais significativos que estão a ter lugar num dado tempo e momento, já que estes ocorrem fora da experiência directa de grande parte da sociedade, mas também dão interpretações poderosas acerca da forma de compreender esses factos, o que significa que podem contribuir para modelar comportamentos, especialmente em relação aos acontecimentos problemáticos (Hall, Jefferson, Clark e Roberts, 1999: 228). O papel social da história é dar exemplos e apontar caminhos, principalmente na actualidade, devido à aceleração histórica, pela prodigalidade de acontecimentos. Num mundo instável em que vivemos, em que a memória é sobretudo a do tempo presente, a humanidade precisa cada vez mais de conhecer as suas raízes, os seus alicerces, para não temer o futuro. Esta busca pela memória nacional começou de forma intensa após a II Guerra Mundial, tendo a história sido confrontada com o desafio de responder aos anseios dos povos, das nações, dos Estados, pois esperavam que “ela, mais do que uma mestra da vida, mais do que um espelho da sua idiossincrasia, seja um elemento essencial da identidade individual e colectiva” (Le Goff, 2000: 130). Os próprios estadistas actuais começam a aperceber-se desta realidade e tentam devolver a esperança aos povos através da recuperação da identidade nacional. Observe-se o que fez Barack Obama, aquando da campanha presidencial, foi buscar à história dos EUA os exemplos que necessitava para devolver a confiança aos americanos, num período de crise. Sim, eles conseguiram ser independentes de Inglaterra, ser uma democracia, sair da grande depressão de 1929,

CÉLIA MARIA TABORDA DA SILVA

etc., etc., por conseguinte, era só seguir os passos dos ancestrais e enfrentar corajosamente os desafios deste tempo.

O conhecimento da história dá aos cidadãos os utensílios intelectuais necessários para serem activos e responsáveis socialmente, aceitando as mudanças que ocorrem na sociedade e contribuindo para a ordem.

A história não tem as soluções mas ajuda a encontrar as respostas. E num século em que os jovens vivem “numa espécie de presente contínuo”, como afirmou Eric Hobsbawm, o papel dos historiadores, que é “lembrar o que outros esquecem”, torna-se mais importante do que nunca (Hobsbawm, 1995: 13).

Conclusão

Para a história, os acontecimentos interessam enquanto inseridos em estruturas, que permitem problematizar e compreender, atendendo a diversos aspectos da vida social: a economia, a política, a sociedade, a mentalidade e a cultura.

Para o jornalismo, os acontecimentos funcionam como objectos que permitem chamar a atenção pública, razão pela qual são publicitados, muitas vezes, segundo a lógica da persuasão e do espectáculo.

Contudo, o papel de historiadores e jornalistas, como reveladores de acontecimentos, é de real importância, pois eles conferem significado àquilo sobre o que escrevem, ainda que não o façam deliberadamente e, dessa maneira, estão constantemente a influenciar a opinião pública.

Bibliografia

- BABO-LANÇA, Isabel (2006). *A configuração dos acontecimentos públicos*, Coimbra: Minerva Coimbra.
- BLOCH, Marc (1965). *Introdução à História*, Lisboa: Europa-América.
- BOIS, Guy (1978). “Marxisme et Histoire Nouvelle”, in LE GOFF, Jacques (org.), *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz.
- BRAUDEL, Fernand (1972). *História e Ciências Sociais*, Lisboa: Presença.
- HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; CLARKE, John; ROBERTS, Brian (1999). “A produção social das notícias: o mugging nos media”, in TRAUQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega.
- HOBBSAWM, Eric (1995). *Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991*, Lisboa: Companhia das Letras.
- KATZ, Elihu (1999). “Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião”, in TRAUQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega.
- KOSELLECK, R. (1993). *Futuro passado: para uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós.
- LACOUTURE, Jean (1978). “L’Histoire immédiate”, in LE GOFF, Jacques (org.), *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz.
- LE GOFF, Jacques (1978). “L’Histoire Nouvelle”, in LE GOFF, Jacques (org.), *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz.
- LE GOFF, Jacques (2000). *História e Memória*, 1.º vol., Lisboa: Edições 70.
- MARROU, Henri (1976). *Do Conhecimento Histórico*, Lisboa: Editorial Aster.
- MENDES, José M. (1989). *A História como Ciência*, Coimbra: Coimbra Editora.
- MESQUITA, Mário (2003). *O Quarto Equívoco. O poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra: Minerva Coimbra.

PERSPECTIVA ACERCA DO CONCEITO "ACONTECIMENTO

- NORA, Pierre (1977). "O regresso do acontecimento", in LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.), *Fazer História 1*, Lisboa: Bertrand.
- POMIAN, Krzysztof (1978). "L'Histoire des Structures", in LE GOFF, Jacques (org.), *La Nouvelle Histoire*, Paris: Retz.
- POMIAN, Krzysztof (1984). *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard.
- PROST, Antoine (1996). *Douze leçons sur l'histoire*, Paris: Éditions du Seuil.
- RICOEUR, Paul (1991). "Événement et sens", *Raisons pratiques 2*. Paris: Ed. de l'EHESS, pp 41-56.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (1999). "O acontecimento", in TRAQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega.
- SCHLESINGER, Philip (1999). "Os jornalistas e a sua máquina do tempo", in TRAQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega.
- TRAQUINA, Nelson (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- TUCHMAN, Gaye (1999). "Contando 'estórias'", in TRAQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega.
- VEYNE, Paul (2008). *Como se escreve a História*. Lisboa: Ed.70.
- VITALIS, André; DOMENGET, Jean Claude; TURCIN, Karine (2005). *Temporalités médiatiques et vies quotidiennes*. Université de Bourdeaux 3: Centre d'Études des Médias, de l'Information et de la Communication.



Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO. A EXPLOÇÃO DOS ACONTECIMENTOS NAS CAPAS DE *VEJA*

Introdução

Grandes acontecimentos que dominam o espaço midiático ganham destaque em diferentes veículos ao mesmo tempo: na televisão, no rádio, na Internet, em jornais e revistas. Exemplos mais e menos distantes no tempo, como a morte da lady Diana e a eleição de Barack Obama, demonstram o poder de afetação de determinados assuntos em uma coletividade.

Mas para além desses grandes acontecimentos, existe um noticiário diário que precisa ser alimentado e alimentar o cotidiano dos sujeitos. Nesse caso, poderia-se falar também de acontecimentos (diários) com poder de afetação como a morte de Diana e a eleição de Obama? As manchetes estruturadas na capa de qualquer jornal diário ou revista semanal configuram acontecimentos?

A tentativa aqui é de buscar perceber como é possível essa operação da mídia de, ao mesmo tempo em que se abre a um acontecimento legítimo em seu poder de transformação, precisar legitimar outros acontecimentos para sua própria sobrevivência enquanto instituição. A discussão não passará por uma tentativa de justificação desse caráter dual dos meios na sua forma de tratar os acontecimentos. Trata-se de uma busca de compreensão das maneiras como a mídia opera na escolha e seleção de determinados assuntos ao mesmo tempo em que é afetada por outros.

Paulo Bernardo Ferreira Vaz

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
Brasil / CNPq

Renné Oliveira França

UFMG / Bolseira da CAPES / Pesquisadora do
GRIS

PAULO B. F. VAZ / RENNÉ FRANÇA

O objetivo deste ensaio é propor um olhar para suas maneiras de lidar com duas concepções diferentes de acontecimentos: aquele que emerge por força própria e demanda uma investigação a respeito de suas causas e conseqüências; e aquele que aparece atrelado ao cotidiano, e não produz mudanças significativas para o coletivo. Quais forças estão em jogo entre o acontecimento legítimo e aquele que aparece legitimado¹ pelo discurso midiático?

O acontecimento legítimo

Louis Quéré (2005) procura demonstrar que em nossa experiência individual ou social nos confrontamos com acontecimentos de natureza diferenciada. Há os acontecimentos que ocorrem independentemente de nossa vontade ou expectativa e os que são provocados ou controlados com objetivos estratégicos. Há os que se produzem devido às modificações que atingem as coisas e os que ocorrem conosco, nos modificando. Há também aqueles que ocorrem no dia-a-dia sem receber importância especial e outros, mais marcantes, a ponto de se tornarem referências em uma trajetória individual ou coletiva.

Essa tentativa de situar o acontecimento na organização da experiência individual ou coletiva encontra dificuldades quando as ciências sociais apreendem o acontecimento como integrante exclusivo da ordem histórica e causal, não sendo percebido também como parte da ordem do sentido. A crítica de Quéré se direciona às ciências que buscam apreender o acontecimento, o encerram na categoria do fato e o compreendem unicamente sob o modo da causalidade, sem levar em conta a sua dimensão hermenêutica; isto é, a desprezar a atribuição posterior de valores e significações que lhe são atribuídos pelos sujeitos.

Quéré cita Hannah Arendt para apresentar duas formas distintas de compreensão do acontecimento. Considerado sob o ponto de vista do entendimento (que privilegia a contemplação), o acontecimento é um fato ocorrido no mundo, explicado à maneira de um encadeamento de fatores e inscrito em um contexto causal: é um fim no qual culmina aquilo tudo que o precedeu. Contudo, ao se olhar para o acontecimento do ponto de vista da ação, ele é um fenômeno hermenêutico, pois além de pedir para ser compreendido através de causas, também faz compreender as coisas, com um próprio poder de revelação.

O acontecimento apresenta, pois, um carácter inaugural, de tal forma que, ao produzir-se, ele não é, apenas, o início do processo, mas marca também o fim de uma época e o começo de outra. É, evidentemente, este poder de abertura e fecho, de iniciação e de esclarecimento, de revelação e de interpelação, que nos interessa aprofundar, em ligação com as modalidades de experiência que nos remetem para acontecimento assim entendido (QUÉRÉ, 2005: 65).

¹ Legítimo e legitimado não aparecem aqui como conceitos relativos ao Direito e ligados à noção de validade e legalidade. Trata-se, no caso, de duas adjetivações criadas com o objetivo de diferenciar a maneira como os acontecimentos surgem na mídia: o legítimo ligado a uma "naturalidade" de afetação da experiência enquanto o legitimado estaria voltado para uma "construção" discursiva dos fatos.

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO...

Quéré se volta para a compreensão do acontecimento e da situação que ele gera ou revela através da comprovação da experiência e dos seus efeitos. Essa comprovação passa, também, pela explicação causal do acontecimento, que não é unicamente da ordem da contemplação, mas sim uma componente do seu caráter hermenêutico. A noção de causalidade e, conseqüentemente, de continuidade, é importante para perceber como o acontecimento introduz uma descontinuidade. Apesar de sua ocorrência mudar alguma coisa no estado anterior do mundo, nem todos os acontecimentos são inesperados; existem aqueles previstos, mas que, ainda assim, fazem emergir algo novo. Os grandes acontecimentos, porém, são, em sua maioria, inesperados, marcados pela descontinuidade:

São descontínuos relativamente a uns e a outros e excedem as possibilidades previamente calculadas, rompem com a seriação da conduta ou do correr das coisas – há seriação quando actos ou os acontecimentos anteriores da série abrem a via aos seguintes, de tal forma que estes resultam dos que os precederam. Esta descontinuidade provoca surpresa e afecta a continuidade da experiência porque a domina (*Idem*: 63).

Esse seria o motivo pelo qual procuramos reduzir as descontinuidades ao buscar socializar as surpresas provocadas pelos acontecimentos: restauramos a continuidade através da ligação do acontecimento a um contexto no qual ele se integra de maneira coerente e acaba por surgir como previsível. Entretanto, como ressalta Quéré, esse contexto não preexistia ao acontecimento.

Em suma, é preciso que o acontecimento tenha lugar, que ele se manifeste na sua descontinuidade e que tenha sido identificado de acordo com uma certa descrição e em função de um contexto de sentido, para que se lhe possa associar um passado e um futuro assim como uma explicação causal. Que emergem graças ao acontecimento. E que são da ordem da representação, ou melhor, da imaginação (*Idem*: 69).

É preciso que haja o acontecimento para que surja um passado desse acontecimento. Cria-se um passado relativo e exclusivo a esse acontecimento, e o mesmo ocorre com o contexto. Segundo Quéré, um acontecimento esclarece o seu passado e o seu futuro. Ocorrido no presente, ele delimita o que tornou possível a sua particularidade, criando um passado em função do sentido novo cujo surgimento ele provocou. Assim, o acontecimento possui um poder de esclarecimento e um sentido discriminatório. Sua observação permite descobrir o campo do qual ele faz parte e identificar a situação em que ele se insere.

O acontecimento se torna o pivô do inquérito sobre determinada situação, pois permite que se façam diferenciações e distinções, estabeleçam-se oposições e contrastes, escolham-se respostas apropriadas. Confrontados com um acontecimento, buscamos respostas para as questões: o quê, onde, por quê. Essa tentativa de se avaliar a situação referente ao ocorrido equivale, de acordo com Quéré, a uma construção de intriga. Trata-se de um enlaçamento entre as coisas devido a um acontecimento que se encaminha de maneira progressiva para um desenla-

PAULO B. F. VAZ / RENNÉ FRANÇA

ce. “A maioria dos acontecimentos que retêm a nossa atenção, retêm-na em função da sua pertinência a tais intrigas. Mas, por outro lado, é à luz desses acontecimentos que se forma a nossa compreensão da evolução das intrigas” (*Idem*: 70).

Uma intriga (ou enredo) é mais do que uma história em torno de um tema. Ela também representa uma situação problemática caracterizada por conflitos, tensões e contradições. Um problema é formado por uma série de elementos constitutivos que se entrelaçam com outros problemas conexos e criam um campo problemático. Os acontecimentos, ao se integrarem em uma intriga, ganham lugar em campos problemáticos. Graças a seu poder de esclarecimento e discriminação, servem como pivôs dos inquéritos que buscam soluções. Quéré apresenta a mídia como local privilegiado para se perceber os campos problemáticos formados pelos acontecimentos.

O papel dos media é, sem dúvida, decisivo enquanto suportes, por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas. Mas importa sublinhar o carácter distribuído do inquérito que está na base de toda a problematização. Todos os tipos de actores sociais, desde os cidadãos militantes aos peritos e pesquisadores em ciências sociais, passando por sindicalistas, homens políticos e funcionários, eventualmente polícias e magistrados, e todo tipo de agências, instituições e organizações contribuem para ele. Não há coordenação organizada dessas participações. A coordenação faz-se através do debate público cujos suportes e arena são múltiplos, ou através de concertações que concretizam as decisões tomadas aos mais diversos níveis e destinadas a dar solução aos problemas (*Idem*: 73).

A partir dessa concepção, é possível compreender o destaque dado na mídia para grandes acontecimentos com poder de afetação sobre o coletivo, tais como a viagem do homem à lua, os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, o tsunami na Ásia, Olimpíada, Copa do Mundo de Futebol. Esses acontecimentos teriam aquele poder de “quebra” do cotidiano, rompem com expectativas e obrigam sua reverberação pela mídia. Pode-se falar em um acontecimento “legítimo”, no sentido de que seu poder de mudanças pré-existe à sua exposição midiática, a provocar, por conta própria, um quadro de sentido que precisa ser explicado.

A mídia, e mais claramente o jornalismo, alimenta-se de acontecimentos em seu trabalho diário de informar seu público. Entretanto, como o próprio Quéré afirma, os acontecimentos têm como característica romper com o cotidiano, o que leva à questão: como o jornalismo consegue apresentar diariamente acontecimentos se esses últimos se caracterizam exatamente por só ocorrerem de tempos em tempos?

O acontecimento legitimado

Em uma concepção diferenciada daquela apresentada por Quéré, Maurice Mouillaud (1997) entende que os acontecimentos, apesar de explodirem na superfície da mídia, são o final de uma longa cadeia de transformações que entregam um real já domesticado. Na mídia, o aconteci-

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO...

mento ganha a forma da informação: é um fragmento extraído de uma totalidade que não pode ser compreendida. Mouillaud vê o acontecimento, então, como um enquadramento, que emoldura um fragmento da experiência, separando-a de seu contexto e, com isso, permite sua conservação e seu transporte.

Percebe-se, aí, um conceito de acontecimento como algo mais próximo de uma construção, ordenado e estruturado a partir da mídia, que ganha relevância não por suas características próprias, mas por sua forma de publicização. Para Patrick Charaudeau (2006), o acontecimento midiático é sempre construído, selecionado em função de seus potenciais de atualidade, socialização e imprevisibilidade. O potencial de atualidade se avalia segundo a distância que separa o momento da aparição do acontecimento do momento da informação. Este potencial leva a mídia a tratar o acontecimento em sua imediatez, como se fosse algo definitivo, sem ligação com um acontecimento interior. Além disso, a imediatez liga-se a um potencial de proximidade espacial: a noção de atualidade carrega consigo a proximidade física do fato mostrado.

O potencial de socialização é avaliado segundo sua aptidão para representar o que acontece no mundo e afetar o destino de uma coletividade. O potencial de imprevisibilidade é aquele responsável por captar o interesse, atenção e afeto do sujeito. Ele se dá pelo fato de que o acontecimento vem perturbar a tranquilidade do sistema de expectativas do sujeito consumidor de informações, e faz com que os meios de comunicação procurem sempre colocar em evidência o insólito ou notável. Assim, para Charaudeau, todo tipo de fenômeno pode ser um acontecimento desde que seja reportado como novidade, naquilo que o autor chama de “processo eventencial”:

Para que um acontecimento possa ser percebido, é necessário que se produza uma *modificação* no estado de mundo fenomenal, geradora de um estado de desequilíbrio, que essa modificação seja *percebida* por sujeitos (ou que estes julguem que houve modificação) num efeito de ‘saliência’, e que essa percepção se inscreva numa rede coerente de *significações sociais* por um efeito de ‘pregnância’ (CHARAUDEAU, 2006: 99).

O acontecimento bruto é, de acordo com Charaudeau, algo que produz uma modificação no estado do mundo, se manifestando fisicamente, porém sem significação. Para que signifique, é necessário que seja percebido, mas também que seja formulado a respeito dele um discurso que permita dotá-lo de sentido e integrá-lo a um mundo de inteligibilidade social. O acontecimento midiático é o resultado de um dos discursos que transforma o fato bruto em um acontecimento suscetível de ser percebido e entendido pelos receptores da informação. Mas a atividade de transformação da instância midiática não se exerce de qualquer maneira. Depende, por sua vez, das propriedades potenciais do fato bruto e do contrato de comunicação que o vincula ao consumidor de informação.

Assim, os diferentes meios de comunicação produzem acontecimentos de acordo com as expectativas de seu público. Em seu trabalho de resposta às “pregnâncias”, a mídia constrói seus universos de discurso na forma de rubricas como política, economia, esportes, cultura.

PAULO B. F. VAZ / RENNÉ FRANÇA

Para isso basta, segundo Charaudeau, que os sujeitos “julguem que houve modificação” (p.99), mesmo que essa modificação não tenha efetivamente ocorrido. Dessa maneira, pode-se compreender melhor como o jornalismo consegue lidar diariamente com acontecimentos que não possuem poder de reverberação própria.

A partir de um enquadramento próprio dos meios, determinados fatos se tornam públicos como acontecimentos importantes e ganham poder de afetação pela simples forma de exposição. Aparecem, nesse modelo, acontecimentos a princípio sem importância, mas que recebem grande visibilidade, como o treino de um time de futebol, a gravidez de uma cantora, o casamento de uma atriz, os animais de estimação em situações exóticas. Nesses exemplos, não se trata de um acontecimento “legítimo”, mas podemos falar de um acontecimento “legitimado” pela mídia. Sua existência e importância não se dão por características próprias, mas pelas estratégias de sua exposição.

Entre o legítimo e o legitimado

Charaudeau lembra que o sujeito nunca tem acesso ao acontecimento bruto, com o qual entra sempre em contato já filtrado pela mídia. Nesse sentido, o “filtro” não difere muito do acontecimento aqui chamado de legítimo (com força própria de afetação) para aquele chamado legitimado (transformado em força modificadora pelos media): é utilizado um roteiro dramatizante que faz uso de arquétipos e outras narrativas do imaginário popular a fim de provocar emoção, e que pode estar presente tanto no relato de uma tragédia natural como em uma partida de futebol.

O objetivo aqui não é de discutir as maneiras de apresentação do acontecimento, mas como a mídia possui o poder de legitimar determinados assuntos e os transforma de maneira a afetar os sujeitos. Uma vez tornado acontecimento, o fato a princípio sem força de mudança, afeta a experiência de quem entra em contato com ele. Isso porque o acontecimento está ligado ao universo de expectativa de determinado grupo: a partir dos diferentes discursos construídos pela mídia (economia, esporte, cultura, por exemplo), diferentes expectativas são dadas, abrindo possibilidade de construção de acontecimentos com poder de afetação. Pensemos no exemplo do noticiário esportivo. Um determinado atleta não ir treinar torna-se um acontecimento a partir do momento em que havia a expectativa de que todos do time participariam daquele treinamento. O fato, a princípio sem importância, ganha relevância pela própria criação de expectativa do discurso midiático e torna-se acontecimento pela legitimação dessa saliência pelo mesmo discurso. É aquilo que Charaudeau chama de “pregnância”: capacidade de provocar uma saliência no discurso que ganha visibilidade e força por sugerir uma mudança no contexto.

O discurso dos meios de comunicação legitima essa saliência, diferentemente de um acontecimento de forte impacto coletivo como definido por Quéré. Nesse último caso, seus efeitos e afetação são sentidos pela comunidade onde ocorre e é sua força de reverberação que obriga sua publicização pela mídia. O acontecimento legítimo provoca uma quebra no discurso, e muitas vezes obriga mudanças na programação televisiva, radiofônica e em edições extras de

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO...

jornais e revistas. Não precisa ser legitimado pela mídia, mas, pelo contrário, legitima os veículos que dão conta de abordá-lo naquilo que Quéré chama de construção de uma intriga. Ao abrir um novo campo de investigação, dá à mídia a legitimidade necessária para que esta última construa seus acontecimentos legitimados.

No tratamento preciso de acontecimentos com grande poder de afetação o jornalismo constrói sua força enquanto instituição² capaz de dar relevância para outros tipos de assuntos. Entre o acontecimento legítimo e o legitimado situa-se a mídia e sua capacidade de informar: “informar” no sentido de dar forma, em duas situações distintas. No primeiro caso, há uma obrigação em dar um formato, um sentido para aquilo que acontece. No segundo, é a sua escolha de um formato que dá ao sujeito um acontecimento que pode afetá-lo.

Na tentativa de dar conta dos fatos do mundo, os meios de comunicação se encontram abertos para a reverberação de acontecimentos ao mesmo tempo em que necessitam produzir quebras de expectativas para alimentar seu público. Com essas duas faces, cada uma voltada para um tipo de acontecimento, os meios caminham em sua busca constante na produção de sentidos. Entre o legítimo e o legitimado atua a mídia a adotar suas estratégias discursivas e faz valer seu poder de afetar a vida dos sujeitos.

Legitimação nas capas de *Veja*

Na tentativa de ilustrar melhor nossa discussão, apresentamos como exemplo algumas capas da revista brasileira *Veja*. Publicada semanalmente há mais de 40 anos, a revista de informação mais vendida do Brasil costuma trazer em sua capa acontecimentos legitimados, preferindo o destaque para as amenidades.

No ano de 2001 *Veja* publicou 51 edições, dentre as quais apenas dez continham em suas capas acontecimentos “legítimos”, com natural poder de afetação. Dessas dez capas do ano 2001, sete tratavam de um mesmo acontecimento: os atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos e suas conseqüências. As três outras apresentavam “apagão”, o acidente de helicóptero com o empresário João Paulo Diniz e o seqüestro do apresentador Sílvio Santos.

O poder do acontecimento legítimo é verificado na maneira como ele emerge com força sobre os acontecimentos legitimados, e no caso aqui exemplificado, é clara a maneira como os atentados terroristas de 11 de Setembro se impõem sobre as amenidades da revista *Veja*, obrigada a dar seis capas seguidas sobre o mesmo assunto.

Um recorte nos meses que antecedem e sucedem o acontecimento do 11 de Setembro demonstra como o acontecimento legitimado perde força frente ao acontecimento legítimo, sendo possível perceber o poder de afetação do 11 de Setembro no domínio espaço-temporal que ele possui na linha de tempo da revista.

² Para Berger e Luckmann, as instituições não se impõem apenas pela coerção, mas possuem uma *autonomia moral*, invocando um direito à legitimidade. Para maiores detalhes, ver BERGER, P., LUCKMANN, T. (1985). *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis: Vozes.

PAULO B. F. VAZ / RENNÉ FRANÇA

Ao colocar assuntos como clonagem e o “novo” homem em suas capas, *Veja* utiliza seu poder enquanto instituição para publicizar esses assuntos e torná-los acontecimentos. Esses acontecimentos são legitimados a partir de construções discursivas nas capas da revista. Tomemos como um exemplo a capa do dia 22 de Agosto de 2001 – escolhida por apresentar um acontecimento legitimado que se encontra exatamente à mesma “distância” temporal de dois acontecimentos legítimos: o acidente de João Paulo Dinis e o seqüestro de Sílvio Santos. O assunto tratado é de uma pesquisa que aponta o homem atualmente em crise com a imagem arquetípica masculina. Para legitimar o estudo como acontecimento, a revista faz uso de uma imagem em preto e branco de um homem jovem que traz nos braços um bebê, em pose tradicional e reconhecidamente na História da Arte, adotada por mulheres pintadas ou fotografadas como “madonas”.



Sobre a fotografia, a manchete **HOMEM/O SUPER-HERÓI/FRAGILIZADO**. A palavra **HOMEM**, vazado em branco e em tipo serifado (ligado a convenções adotadas e aceitas pela tradição ocidental), integra o texto à imagem, “cola” o significante ao significado: é como se afirmasse que o sentido da palavra homem é esse sujeito mostrado na capa da revista. Abaixo, em um amarelo escuro, **O SUPER-HERÓI FRAGILIZADO** aparece como uma definição que salta aos olhos e fecha a legitimação proposta pela revista reduzindo o poder masculino que, ao ser relacionado à maternidade, é fragilizado.

Já nas capas destinadas ao acidente de helicóptero, o seqüestro e o 11 de Setembro, percebemos uma propriedade do acontecimento que não é produzida pela revista, mas dada pelo seu efeito de modificação.

Duas semanas antes da capa destinada ao “Homem Fragilizado”, *Veja* apresentou o acontecimento ocorrido com o helicóptero do empresário brasileiro João Paulo Diniz, que caiu no mar e provocou a morte da modelo Fernanda Vogel, sua namorada. Os dois tentaram nadar até a costa, mas a garota não resistiu ao cansaço e afogou. A capa de *Veja* tenta dar conta desse fato dramático.

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO...



A imagem utilizada na capa do dia 08 de Setembro de 2001 não é produzida em estúdio, mas foto-jornalística, flagrante do acontecido. A manchete é uma frase do empresário destacada entre aspas que legitima a veracidade do acontecimento: “ESTAVA ESCURO./EU DIZIA: VAMOS FERNANDA!/UMA HORA, NÃO A VI MAIS./NADEI DESESPERADO/TENTANDO ENCONTRÁ-LA./FOI HORRÍVEL”. A cor da frase também é próxima da cor do título *Veja*. Mas diferentemente da capa sobre o “Homem”, aqui o título apresenta uma leve gradação cromática, dando uma impressão de que o acontecimento “dominou” a instituição. Outro indício disso é que a cabeça do empresário tampa parte do título, a demonstrar a força do acontecimento sobre a própria revista. Logo abaixo do título, uma fotografia recortada da vítima Fernanda Vogel completa a ilustração dos personagens do acontecimento. O rosto da modelo aparece localizado na linha do olhar do empresário e invade a manchete deixando claro sobre quem trata a frase.

Quatro edições posteriores – ou duas edições após o acontecimento legitimado “homem”, *Veja* apresenta uma capa destinada ao seqüestro do empresário e apresentador brasileiro de televisão Sílvio Santos.



PAULO B. F. VAZ / RENNÉ FRANÇA

Nessa capa do dia 05 de Setembro de 2001, pode-se perceber novamente duas características próprias do acontecimento legítimo nas capas da revista. A imagem utilizada não é posada ou produzida, mais próxima do telejornalismo. Como manchete de capa tampouco é utilizada uma frase da revista, mas um trecho do depoimento do apresentador. A revista recorre às aspas para reforçar seu efeito de real. Logo abaixo, três frases separadas demonstram o poder do acontecimento de modificar o passado: a revista recupera outros assaltos sofridos pelo apresentador e se propõe explicar o que levou o seqüestro a ocorrer, seja pelo fato de Sílvio Santos não possuir um guarda-costas ou porque o seqüestrador abandonou a religião.

O nome *Veja*, em vermelho, destaca-se do restante da imagem a reforçar o acontecimento como algo inesperado, vindo “de fora” da revista e aqui também o título é em parte tampado pelo acontecimento retratado: a mão do apresentador. Na parte superior esquerda da capa, uma faixa traz a chamada para a entrevista com outra famosa personalidade, o cineasta Steven Spielberg. O pequeno destaque para um assunto mais ameno acaba por fortalecer o caráter urgente e legítimo do seqüestro enquanto acontecimento.

E duas edições após o seqüestro de Sílvio Santos, a capa da revista apresenta o acontecimento dos atentados terroristas nos Estados Unidos, que irão “quebrar” a seqüência de pelo menos um acontecimento legitimado entre os acontecimentos legítimos, dando início a seis capas seguidas sobre um mesmo assunto.

A capa do dia 19 de Setembro de 2001 também faz uso de uma imagem flagrante, como se congelasse o acontecimento no momento em que ocorre. A fumaça que emerge da torre em chama do World Trade Center surge sobre o nome *VEJA* e demonstra o poder do acontecimento acima da própria instituição midiática.



Diferentemente da capa do seqüestro de Sílvio Santos, a fotografia jornalística não ocupa aqui a capa por inteiro, sendo recortada por um fundo em preto que reforça a dramaticidade do acontecimento. Ao lado do título, uma estrela como a frase EDIÇÃO/ESPECIAL em destacado

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO...

amarelo traz a idéia de urgência do acontecimento e logo abaixo uma coluna faz a chamada para as tentativas da revista de explicá-lo. As pequenas frases em cinza são separadas por curtos traços vermelhos que chamam a atenção para a violência do acontecimento e funcionam como setas indicativas para o olhar na fotografia que completa a capa.

Aqui, o acontecimento legítimo se sobrepõe totalmente à revista: o foco do olhar inicial é para a explosão e só depois, pela “ligação” entre a fumaça e o título, que o sujeito lê o nome *Veja*. O destaque para o excepcional do acontecimento, seja no escrito em amarelo ou no fundo preto, deixam clara sua legitimidade e que à revista não cabe explicar ou construir um sentido, mas apenas dizer com sua manchete aquilo que a imagem já disse de maneira objetiva: O IMPÉRIO/VULNERÁVEL.

A força da imagem do 11 de Setembro legitima, por si, o acontecimento e justifica a quebra de expectativas e as cinco capas seguidas que a revista dedicará ao tema. Essas capas trarão conseqüências e repercussões dos atentados a partir de imagens mais ou menos produzidas em cima de fotografias não posadas. “Guerra ao Terror”, “O Vírus Anti-EUA”, “Fé Cega e Mortal”, “O Profeta do Terror” e “Anthrax” fazem uso de efeitos gráficos em uma espécie de tentativa do acontecimento não perder sua legitimidade natural.

Nesse caso, um acontecimento legítimo parece passar a ser legitimado pela revista. Os atentados terroristas continuam com seu poder natural de afetação, mas ao se abrir à sua reverberação, *Veja* parece também já colocar seu peso institucional e moldar de maneira mais concreta as ondas resultantes do acontecimento.



GUERRA/ AO TERROR apresenta uma imagem glamourizada do poderio bélico dos Estados Unidos, com a fotografia ao pôr do sol, onde um helicóptero aponta as miras das armas para o leitor e suas hélices tampam a base do nome *Veja*. Já a capa O VÍRUS/ ANTI-EUA deixa claro a opinião da revista: o nome *Veja*, em chamas, sobrepõe-se à bandeira dos Estados Unidos também consumida pelas mesmas chamas. Nesses dois exemplos, a revista usa um acontecimento legítimo para deslegitimar algumas de suas conseqüências (como “a demagogia que

PAULO B. F. VAZ / RENNÉ FRANÇA

transformou a vítima em culpada”) e legitimar outras (a guerra ao terrorismo). O helicóptero com suas hélices sobre *Veja* reforça que a guerra é inevitável e importante e maior do que a própria revista. O fogo consome o nome *Veja* e transparece em uma janela que coloca a revista como aliada aos EUA e, como instituição, também “queima” com opiniões que colocam os americanos como culpados dos atentados que sofreram.

Pode se perceber nos casos apresentados, como acontecimentos legítimos e acontecimentos legitimados surgem de maneira diferente na superfície da mídia e como essa complexa relação pode produzir essa híbrida publicização, que faz uso de algo legítimo para legitimar os valores e opiniões do dispositivo midiático enquanto instituição. Enfim, através da publicização de um acontecimento legítimo, a mídia se legitima e tem condições de legitimar acontecimentos futuros.

Referências

- ANTUNES, E.; VAZ, P. (2006). “Mídia: um aro, um halo e um elo”, in: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*, Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- BENNETI, M. (2007). “A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*”, in: Anais do XVI Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Curitiba: Compós, v. 1.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. (1985). *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis: Vozes.
- CHARAUDEAU, P. (2006). *Discurso das mídias*, São Paulo: Contexto.
- MOUILLAUD, M. (1997). *O Jornal da forma ao sentido*, Brasília: Paralelo 15.
- QUÉRÉ, L. (2005), “...tre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento”, *Trajectos*, nº 6, Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias, pp. 85-94.
- SCALZO, M. (2004). *Jornalismo de revista*, São Paulo: Contexto.
- SILVERSTONE, R. (2002). *Por que estudar a mídia?*, São Paulo: Loyola.
- VÉRON, E. (1999). *A análise do contrato de leitura: um novo método para os estudos de posicionamento de suportes impressos*, Vitória: UFES.

Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

A MORTE DE UM ÍDOLO. A CONSTRUÇÃO DO HERÓI CONTEMPORÂNEO

Introdução

Lembrando o antropólogo francês Marcel Mauss (1988), o melhor momento para se estudar uma sociedade é quando temos o fato social total. No fato social total, a totalidade apresenta-se folheada e formada por planos justapostos; a totalidade do social se manifesta na experiência: lugar privilegiado, propício à observação e apreensão da totalidade do social e de suas instituições postas em ação, não suprimindo o caráter específico dos fenômenos que permanecem jurídicos, econômicos, religiosos, estéticos. Esta totalidade consiste na rede das inter-relações funcionais sobre todos estes planos. O caráter de fato social total do evento “morte de Ayrton Senna” leva-nos a pensar neste personagem, neste mito da Condição Pós-moderna.

Considero importante ressaltar o caráter de super-sujeito atribuído a Ayrton Senna, super-sujeito tornado possível graças a uma grande parte do social ávida por se sujeitar, por adquirir uma identidade por meio daquele que seria o seu herói. Salienta-se que essa identificação, em seu alcance e abrangência, é tributária do advento de uma complexa e interligada rede de tecnologia, na produção, no consumo, na cultura e nos meios de comunicação (informação) de massa. Sem dúvida a mídia é um componente fundamental e essencial da contemporaneidade, ressoa nela.

Para o desenvolvimento do presente artigo, utilizaram-se categorias como sociedade

Sandra Maria Lucia Pereira Gonçalves
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS), Brasil

SANDRA MARIA L. P. GONÇALVES

mediatizada, velocidade, mito e herói, narcisismo e morte. Essas categorias irão compor o cenário do ídolo. As fontes utilizadas como amostragem para a observação da mídia foram jornais e revistas, especiais de televisão e rádio bem como artigos de jornais que se seguiram à morte de Ayrton Senna e que dela tratavam (considerados muitas vezes como um discurso coletivo). Diferentes autores comparecem na construção do quadro a ser exposto (Baudrillard, 1991; Debord, 1997; Eliade, 1993, 1994; Fausto Neto, 1991; Harvey, 1996; Lipovetsky, 1991, 1994; Vernant, 1990; Virilio, 1984).

Façamos uma apresentação de Ayrton Senna: piloto de Fórmula 1, nascido no ano de 1960. Tragicamente morto no circuito de Ímola, Itália, a primeiro de Maio de 1994, quando contava trinta e quatro anos de idade. Até a sétima volta do circuito de Ímola, onde perdeu a vida, Senna vencida seus adversários num desafio constante à morte. Foram dez anos de carreira e de polêmicas. Senna buscou desafios nas pistas e fora delas. Jornais, revistas e a televisão ilustraram fartamente sua trajetória. À época de sua morte, profissionais de diferentes áreas, como psicanalistas, antropólogos, sociólogos, poetas, manifestaram-se, não esgotando, porém, o sentido trágico dessa morte.

Ao morrer, Ayrton Senna recebeu deferências reservadas a Chefes de Estado. A Polícia Militar de São Paulo avaliou seu enterro como o maior da história do Brasil. À época, como lembrou Darcy Ribeiro, “gente de todas as línguas e cores se lamenta... chorando recatadamente sua doída orfandade: Ayrton Senna morreu, é o clamor geral...” (1994: 11). A dor por sua morte ultrapassou as fronteiras do Brasil, implodindo os sonhos sublimados de vitória e glória de cada um que nele se projetava. Segundo especialistas das Ciências Humanas e Sociais, Ayrton Senna representava a entrada mágica dos brasileiros no Primeiro Mundo, ao dominar uma máquina extremamente moderna; articulava de modo simbólico o sonho brasileiro de ser uma nação moderna; somava competência e malandragem. Como sugere Roberto da Matta, “ele se consagrou como o piloto que mais ganhou corridas em pistas escorregadias, nos dias de chuva. Nada mais brasileiro do que tirar partido da desvantagem” (1994: 8). O psicanalista Jurandir Freire Costa via em Senna algo “mais do que ser a faceta vitoriosa de um país derrotado, Senna conseguia passar a idéia de que aplicação, trabalho e tenacidade compensam. Senna valorizava o mérito como ingrediente do Sucesso” (1994: 53). Pode-se dizer que Senna era o anti-Macunaíma.

De acordo com a proposta do presente estudo, a morte de Ayrton Senna é tomada como ponto de partida para se pensar questões concernentes à contemporaneidade — sociedade de consumo e do espetáculo, que se desnuda, na morte de um de seus maiores ídolos, mostrando sua face perversa. Há que se fazer desta morte consumo do consumado, revirar a ferida narcísica condenada a não cicatrizar — a finitude humana —, e dela fazer reverberar uma imortalidade possível, midiática, esquizóide, vivendo de instantes.

Nesse sentido é sintomático não haver, no velório de Senna, um corpo exposto, pois esse não mais interessa; quando mais, é um corpo mutilado, não possui mais a máscara (aparência) de vivo. Um novo corpo é providenciado, um novo invólucro criado: a bandeira, corpo da pátria, recobre o esquife, e sobre ela, o capacete de Senna onde, num jogo de caleidoscópio, podem-se ver diferentes “marcas” de consumo multinacional. A conjugação destes dois símbolos resume

A MORTE DE UM ÍDOLO...

o corpo do consumo, consumido de Ayrton Senna. Consumido, visto ser agora, o corpo sobre-simbólico que se faz presente, para esconder a necrose do símbolo e, por contrapartida, da coisa simbolizada. Sobre o corpo de Senna (até sem que se soubesse), havia uma elevada carga simbólica que urgia ser transferida, a fim de que os perigos da entropia, provocada pela morte, se transformassem em signos de ordem, a perda em presença e, mais do que tudo, a morte em vida — bem máximo de uma cultura que tem como uma de suas metas a ultrapassagem do fim.

Sobre o corpo reconstruído de Senna, é possível ler dois movimentos que caracterizam a Condição Pós-moderna (Harvey, 1996), a saber: o local do território e das identidades, representado pela Bandeira Nacional, e o global, desterritorializado, representado pelo capacete de Ayrton Senna. Capacete que resume, de modo preciso, o movimento de globalização, de abertura dos países ao mercado mundial; da difusão generalizada de uma Sociedade de Consumo, onde o avanço da tecnologia, de modo particular na mídia eletrônica e na informática, propiciou o desenvolvimento dos meios de comunicação — circuito desterritorializado, suporte material de uma comunicação — mundo.

Esclareço que tratamento dado ao termo mito, no contexto do artigo, quer indicar os personagens, as histórias ou narrações fundamentais que nos oferecem acesso privilegiado ao conhecimento de uma cultura, de uma sociedade — no presente texto, a cultura ocidental contemporânea. Lembrando o mitólogo G. Dumézil (1995), um povo que não tivesse seus mitos, morreria. A função dos mitos para este autor é exprimir a ideologia de que vive a sociedade. De manter na consciência, além dos valores e ideais que reconhece e busca de geração em geração, sua própria estrutura.

Embora na sociedade contemporânea tenha-se verificado uma desmitificação, entendida como crise do sagrado, para Gillo Dorfles (1965) sustenta-se a presença de uma igualmente eficaz e recém-formada mitificação, simbolização de elementos novos adotados com a mesma eficiência dos antigos mitos. Ayrton Senna marca seu lugar aqui, visto como um sintoma da sociedade contemporânea. Acontece entre eles, Senna e sociedade um jogo de espelhos; a sociedade parece nele se mediunizar. A partir desse jogo é possível definir o mito, o herói — ideal da cultura, uma espécie de Ideal do Eu¹ — bem como abordar questões como a morte e a tecnologia, fundamentais na composição do mito hoje. A seguir dar-se-á seqüência à construção proposta, ou seja: a construção do herói contemporâneo.

A montagem da mídia

Na atualidade, a comunicação de massa — processo industrializado de produção e distribuição de mensagens por meio de veículos mecânicos (elétrico/eletrônicos) — é a principal trama da vida social. É a força que, fornecendo idéias e informações, fomenta os interesses comuns,

¹ Para LAPLANCHE e PONTALIS é em *Sobre o narcisismo: uma introdução*, obra de Sigmund Freud “que aparece a expressão ‘ideal do ego’ para designar uma formação intrapsíquica relativamente autônoma que serve de referência ao ego para apreciar as suas realizações efetivas. Sua origem é principalmente narcísica: ‘o que ele [o homem] projeta diante de si como seu ideal é o substituto do narcisismo perdido na infância; nesse tempo o seu próprio ideal era ele mesmo” (1992: 222).

SANDRA MARIA L. P. GONÇALVES

criando ou desintegrando solidariedades sociais. É o elemento vínculo da organização social, possuindo posição central na estruturação da sociedade contemporânea. Esta comunicação, como posto acima, se realiza através da mídia, elemento agendador de temáticas no social. Como o próprio nome indica, a mídia realiza uma mediação entre a realidade que recorta e os indivíduos. Da profusão de fatos e acontecimentos que a realidade contém, a mídia seleciona alguns, descodificando-os, combinando-os entre si, estruturando-os e recodificando-os de modo a construir mensagens, informações; e as difundir. Recortados e remontados, os fatos estão carregados de ideologia e das intenções que os meios lhes atribuem. A tendência é a de inexistência daquilo que não se vê representado na mídia, impressa ou televisual. O poder da mídia encontra-se no dom de publicizar, de tornar público, colocar no mercado. São elementos indispensáveis para a compreensão dos mecanismos do capitalismo no presente — capitalismo dirigido para o consumo, para a venda, para o mercado. O serviço de vendas passa a ser a alma das empresas. O marketing transforma-se num novo instrumento de controle social; para tanto, ele precisa de publicização, mostrar sua cara, dar a ver as imagens que cria.

Então, a promessa a mídia é a de dar visibilidade à totalidade dos campos sociais, visto que numa sociedade potencialmente planetária, o que acontece apenas na convivência não vigora socialmente de modo relevante (Rubim, 1995). Não é suficiente existir, é necessário conjugar existência e publicização para que se tenha existência social. No mesmo movimento de tomar a si o “dom” de publicizar, os *media* se legitimam enquanto tal. Isso ocorre de forma bastante clara no *medium* televisão, onde, diariamente, visões de mundo são impostas a milhões de pessoas. A mídia também modifica a construção social da realidade. Haja em vista essa agora ser construída não só com a experiência vivida *in loco*, mas somam-se a ela as *televivências*, sem que signifiquem experiência, visto que a participação sem presença é somente imaginária, só existindo na mente do espectador (Beltrão, 1986).

Os ídolos e heróis contemporâneos, independente do talento que possuam, se não pontificam como imagens públicas na mídia, não existem enquanto tal. Em seu papel de interferência na produção da subjetividade contemporânea, a mídia também o é na fabulação de sua mitologia — a ênfase maior, mais uma vez, se faz no *medium* televisão. Torna-se possível dizer que a TV é a deusa-mãe dos ídolos e heróis que povoam o imaginário contemporâneo. Ayrton Senna, seu filho dileto, é um exemplo paradigmático — nele se aliam forças, fluxos do capital; corpo transpassado pela tecnologia, a mais bela imagem do consumo multinacional. É preciso ressaltar, ao se fazer estas relações de Senna com a mídia, que ele não foi apenas um fenômeno de *marketing*. Sem talento, dedicação, não teria o brilho, o foco das luzes, tanto tempo dirigido em sua direção.

Veloxvelozvelocidade – valor contemporâneo

Pensemos a contemporaneidade. Diferentes autores (Baudrillard, 1991; Debord, 1997) a definem como marcada pelo consumo e pelo espetáculo, pelas redes comunicativas e informati-

A MORTE DE UM ÍDOLO...

vas, movida por intermináveis, prazerosas e perversas seduções. Marcada também por um novo modo de estar no mundo, por uma configuração nova de sujeito e indivíduo que tem, na revolução tecnológica da informação um novo paradigma. Estar no mundo, hoje, é uma experiência atordoante. Somos atravessados por fluxos divergentes, fragmentados e, ao mesmo tempo totalizados, globalizados. Como ponto fixo temos as telas que nos saturam com imagens espetaculares, informações, infinidades de serviços, de lazeres a nossa medida e disposição. A ciência, a tecnologia e a informação são os três pilares que sustentam o mundo contemporâneo — a profusão de objetos materiais e imaginários, suas trocas em alta velocidade, configuram uma nova relação espaço-tempo entre os homens e o mundo; instaura-se um tempo universal, imediato.

Nesse mundo, dominado pela tecnicidade, povoado de imagens sedutoras a atordoar-nos em cintilações contínuas, mundo habitado pela comunicação e informação instantânea, destaca-se um personagem — o próprio movente de todos os outros: a velocidade — categoria, por excelência, da nova era técnica. Passamos, como lembra Paul Virilio (1984), da idade do freio à idade do acelerador. Esta aceleração cria um novo tipo de relação no *continuum* espaço-temporal ao comprimir o espaço, sem fisicamente anulá-lo: fatos, acontecimentos geograficamente díspares encontram-se no tempo da transmissão instantânea, ao vivo.

A velocidade está presente em diferentes meios e modos: na alta velocidade das trocas de informação, no encolhimento dos percursos geográficos, na confecção de instrumentos técnicos, na produção, distribuição e consumo de bens e serviços, na obsolescência crescente dos objetos de uso cotidiano, bem como na rotatividade e formação permanente da mão-de-obra. Máquinas e pessoas funcionam com rapidez. É possível hoje se viver muitas vidas em uma. Não mais o isto ou aquilo, mas isto e aquilo — superposição de si mesmo em unidades de tempo; criação de si mesmo em simulacros espetaculares e sedutores.

É importante marcar que o acidente parece ser o par constante da velocidade — violência obscena que se tenta camuflar. Isso fica claro na Fórmula 1. Seu fascínio advém da velocidade que, com a máquina, pode ser levada ao seu limite e a velocidade em seu limite é a imobilidade, provocada na Fórmula 1 pelo acidente. Na curva de Tamburello, com a morte de Senna, a velocidade desvela-se no seu limite — a imobilidade.

O homem ocidental contemporâneo

As transformações sociais surgidas no final do século XIX transformaram um sistema produtivo que se baseava na produção artesanal e trocas regionais em uma complexa e interligada rede de tecnologia fundada na produção, no consumo, na cultura e nos meios de comunicação massivos. Criou-se, a partir daí, um novo tipo de individualidade considerada por autores como Lipovetsky (1991) como egoísta, narcísica, hedonista, competitiva e consumista. No século XXI, o modelo se repete, com diferenciais de época. Há o ressurgimento de valores individualistas competitivos, tais como mérito e competência individual. Esforço, coragem e risco evidenciam-

SANDRA MARIA L. P. GONÇALVES

se junto com o profissionalismo e a excelência. Uma nova geração narcísica afirma-se. O culto *psí*, a idolatria do corpo e da autonomia privada está em ação.

Ganhar dinheiro e vencer socialmente são valores reabilitados como móveis psicológicos e culturais que têm pouco, mas ainda têm a ver, com o desejo de subir na pirâmide social, de estar acima dos outros, de atrair inveja e admiração. A ambição é tomada pela “vertigem da subjetividade intimista”. O *Business* é tanto um meio de se construir para si um lugar confortável economicamente, quanto um modo de realizar-se a si próprio, superar-se e ter sempre um objetivo estimulante à existência. Na era narcísica, não mais subordinado ao outro, mas obediente aos próprios desejos íntimos, o indivíduo faz do outro uma oportunidade para se afirmar em sua diferença (Lipovetsky, 1991).

A relação do indivíduo com o corpo também se transforma. O corpo, nesta sociedade, após séculos negado e escondido, surge cheio de glória, território novo para a exploração capitalista (agora não mais voltado para a produção de mercadorias, mas para o cuidado de si), este novo corpo deve frutificar em beleza, saúde e vitórias. A reapropriação do corpo, no entanto, não se dá segundo as finalidades autônomas do sujeito. Passa a existir um investimento narcísico no corpo, onde se instala um processo econômico de rentabilidade (Baudrillard, 1991).

Ao que parece, o perfil acima delineado encaixa-se com o de Ayrton Senna. Cito algumas de suas falas, proferidas em diferentes espaços midiáticos, que pontuam esse modelo:

“A sensação de risco é atraente. O desafio é buscar novos limites”. (1989)²

“O que sinto num carro a 300 por hora? Emoção, prazer e desafio”. (1991)³

“Eu não tenho ídolos, tenho admiração por trabalho, dedicação e competência”. (1991)⁴

“Vencer é o que importa. O resto é consequência”. (1989)⁵

“Dinheiro só trouxe emoções para mim”. (1991)⁶

Pode-se dizer que Senna perseguia a perfeição e desafiava a morte. Buscava a superação do próprio limite, através da competição com os outros. “Canalizo todas as minhas energias para ser o melhor do mundo”⁷. Percebe-se uma obsessão pelo trabalho, pelo movimento, pela velocidade e pelo risco. Competitivo, estava entre as dez personalidades mundiais mais conhecidas. No Japão, onde ganhou seu primeiro campeonato, foi comparado à *National Kid* que, como Senna, adorava missões impossíveis (VEJA, 03 de maio de 1994: 33).

Segundo Felix Guattari, em favor deste super-um do capital, deste super-modelo, instala-se “uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial” (1986: 39). Todo esse processo, de acordo com o autor, tem início na infância.

² Revista Veja, nº. 18 A, 03 de Maio de 1994, São Paulo: Editora Abril – Edição 1338 A, p. 22.

³ *Idem*.

⁴ Revista Veja, nº. 18 A, 03 de Maio de 1994, São Paulo: Editora Abril – Edição 1338 A, p. 58.

⁵ *Idem*.

⁶ Revista Veja, nº. 18 A, 03 de Maio de 1994, São Paulo: Editora Abril – Edição 1338 A, p. 57.

⁷ *Idem*.

A MORTE DE UM ÍDOLO...

Desde a infância que se instaura a máquina de produção de subjetividade capitalística, desde a entrada da criança no mundo das línguas dominantes, com todos os modelos tanto imaginários quanto técnicos nos quais ela deve se inserir ... O que faz a força da subjetividade capitalística é que ela se produz tanto ao nível dos opressores quanto dos oprimidos (1986: 40).

As diferenças reais marcam as pessoas, transformando-as em seres contraditórios. As diferenças “personalizantes da máquina do consumo” deixam de opor os indivíduos uns aos outros; esses convergem para modelos a partir dos quais se produzem e reproduzem, de tal modo que se diferenciar compõe-se exatamente em adotar um determinado modelo — uma figura combinatória da moda.

Marque-se que “é no campo imaginário, mas real, da mídia que se definem hoje todas as coisas” (Marcondes Filho, 1993: 17) — em especial quais serão os seus heróis e mitos.

Na era narcísica, o herói é fáustico

É possível perceber que Ayrton Senna foi um componente bem azeitado da engrenagem capitalista de consumo, bem como vítima deste mesmo mecanismo do capital que dele se serviu — Senna foi uma espécie de refém do sistema e dele não conseguiu escapar, nem depois de morto. Senão, vejamos.

Nos treinos que antecederam o Grande Prêmio de *San Marino*, no qual morreu Senna, ocorreram dois acidentes graves, um deles, na sexta-feira, 29 de Abril de 1994, com o piloto brasileiro Rubens Barrichello e o outro, no sábado, com o piloto austríaco Roland Ratzenberger, que veio a falecer. Os dois acidentes, pelo que foi veiculado pela mídia, deixaram Senna abalado. Em seu último contato com a imprensa brasileira, no dia do acidente de Barrichello, Senna reclamava do perigo que os novos carros da Fórmula 1 vinham oferecendo à vida dos pilotos:

Os carros ficaram muito perigosos com o novo regulamento. Temos poucos recursos para controlá-los sem a ajuda da eletrônica. Eu não me senti seguro em nenhuma volta hoje. O comportamento do carro varia de volta a volta⁸.

Senna também acusou problemas na pista. Contrariando determinações dos comissários de pista, foi ao local do acidente que vitimou Ratzenberger e constatou o que poderia ter provocado a tragédia: a pista estava escorregadia, tinha muitas ondulações e, em alguns pontos, o vento desequilibrava o carro.

Para culminar, Senna descobriu, no dia fatal, conforme reportagem publicada no Jornal do Brasil de 02 de Maio de 1994, que a *Simtek* (equipe) havia sido obrigada, “por poderes superiores da FIA” a alinhar o carro de David Brabham na corrida — começa a parte mais “interessante” da história. O contrato da Foca com as redes de televisão estipula um número mínimo de

⁸ Declaração de Ayrton Senna publicada no Jornal do Brasil, segunda-feira, 02 de Maio de 1994, p. 9.

SANDRA MARIA L. P. GONÇALVES

participantes em cada corrida. Com Barrichello e Ratzemberger fora e com Paul Belmondo negando-se a tomar o lugar do austríaco morto, a Foca precisava da *Simtek*. Apesar de indignado com a atitude dos dirigentes, Senna acabou participando do Grande Prêmio de *San Marino*, sendo vitimado pelo sistema que com ele comungou. Amarrado por um contrato, pelo prestígio profissional, não se permitiu recuar. Como bom guerreiro, servindo a seu Senhor (interessado em produzir dinheiro e emoções a qualquer custo), Ayrton Senna foi para a pista, cumprindo seu destino — na Era Narcísica, o herói é fáustico⁹.

O produzir dinheiro e emoção a qualquer custo é um ponto chave na Fórmula 1. Jean-Edern Hallier (1994) faz uma análise pontual a este respeito. Segundo ele, há uns dez anos, as corridas de Fórmula 1 viraram um tédio — o dinheiro, ironicamente, ao aprisionar o risco, fabrica o tédio. E o que caracteriza o esporte, a incerteza, acaba. A multidão não se fascinava mais apenas com acidentes mecânicos, contornáveis. O que se assistia, na verdade, era a uma série de testes de fábrica, cheios de regulamentações. As corridas tornaram-se enfadonhas, não havia espetáculo, os carros estavam muito semelhantes às poltronas na sala de estar dos telespectadores. Tudo isso foi contornado tornando os carros mais duros, mais sujeitos a quebra e acidentes.

Ao que parece, os Dirigentes da Fórmula 1 desejavam trazer de volta às pistas o risco, o acaso, o acidente (capturá-lo a seu favor) juntamente com os (tele) espectadores e anunciantes. Conseguiram: depois que se soube da morte de Senna, a audiência da TV Globo no Brasil disparou, não só porque morria um ídolo nacional, como também porque uma parte considerável do público, não se ligando propriamente às corridas, não deixa de assistir ao *vídeo-teipe* dos grandes acidentes, tornados espetáculo.

Sob o peso desmedido da velocidade, a Williams-Renault de Ayrton Senna espatifou-se de encontro ao muro na curva Tamburello... Há que se fazer consumo do consumado. Morto o ídolo, nasce o herói. Para a vítima, o sacrifício e a imolação tornam-se uma segunda gestação: o elevar-se de um ser imortal. Ainda na pista — santuário —, soube-se depois que já morto, criava-se sobre o corpo de Senna o grande espetáculo que estamparia as manchetes de jornais e televisões do mundo inteiro. Corpo do consumo, anunciado em pêsames por multinacionais em espaços gigantes na mídia. O sistema que o empurrou para a morte pranteia-o. Volatilizado, torna-se um novo fluxo do capital.

Mito e herói

Ao falarmos de Ayrton Senna, os termos “mito” e “herói” são recorrentes. Torna-se necessário apreendê-los e reafirmarmos o sentido dado aos mesmos, bem como suas atualizações

⁹ Fausto foi um taumaturgo do século XVI e transitou para o mundo da lenda. Inspirou escritores dentre os quais Marlowe, (*Doctor Faustus*, 1592) em seu próprio século. Temos também o fausto de Goethe, que diferentemente do fausto de Marlowe não busca mais o conhecimento absoluto a fim de aumentar seu poder, busca a sensação de realmente viver, é ávido pela intensidade das experiências, por um momento de completa presença para si mesmo. É símbolo da insatisfação e da impermanência. É a sede do mais além. Possui em si a inquietação criadora sem apaziguamento. “Fausto escapa ao mundo da Ética. Quer ir para adiante, seja para onde for, independentemente do bem ou do mal. Quer desvendar o universo a qualquer custo. Prometeu desafiar um deus. Fausto quer ser Deus” (Braga, 1995: 15-16).

A MORTE DE UM ÍDOLO...

contemporâneas, de modo a compreendermos o herói mítico em que se transformou Senna.

Começemos pelo mito. Podemos entendê-lo como narrativa sobre deuses e heróis, ou narrativa sobre a origem do mundo e seu ordenamento no “era uma vez” – formas de um pensamento mais arcaico controlar um mundo que foge à compreensão (Abbagnano, 1982). Walter Burkert, estudioso da mitologia, pensando mito como forma autônoma de pensamento, diz que:

O mito é narrativa aplicada, narrativa como verbalização dos dados complexos, supra-individuais, coletivamente importantes... a tradição mítica é tão antiga como a linguagem da humanidade e está enraizada em modelos de comportamento e de experiências ainda mais antigos (1991: 18).

Mircea Eliade (1994) afirma que, apesar da dessacralização, as matrizes da imaginação humana não foram rompidas; o refugio mitológico sobrevive em zonas mal controladas, repouso laicizado e modernizado. O mito mudou unicamente de forma e, de modo a assegurar sua existência, tornou-se familiar. Os mitos, lembrando outro mitólogo, Joseph Campbell (1994), nos auxiliam a entrarmos em contato com a experiência genuína de nos sentirmos vivos; dão-nos pistas para que busquemos, dentro de nós mesmos, experiências de sentido. São histórias da busca humana de uma verdade, de um sentido, que ajudam na passagem do nascimento à vida e depois à morte. Concepções mais contemporâneas consideram o mito como uma forma de reforço da tradição, trabalhando em favor da coesão social, indispensável a toda cultura. Nessa concepção, para Abbagnano “o reforço da tradição ou a formação rápida de uma tradição capaz de controlar a conduta dos homens parece ser a função dominante do mito” (1982: 646).

Percebe-se, nas concepções apresentadas, um caráter invariante do mito, que é o de ser um modelo, e é esse caráter que aqui nos interessa. A vida do homem contemporâneo está repleta de mitos semi-esquecidos, prontos a ressurgirem. Os mitos podem, contemporaneamente, se materializar através da criação de ídolos, em sua maioria projetados pela mídia, seres excepcionais destinados à imortalidade, futuros Deuses onde podemos localizar os heróis. Esses, segundo Platão, são semi-deuses, nascidos de um(a) mortal com um(a) deus(a) e estão na esfera do mito. Na Antigüidade, os heróis eram considerados protetores das cidades, guardiões da pátria, alimento espiritual, modelo e alma da raça. Modernamente, é a partir do romantismo que se começa a acreditar na existência de indivíduos excepcionais, destinados a tarefas importantes (Abbagnano, 1982).

Vejamos com Junito Brandão (1991) como Senna exprime e encaixa-se na saga do mito do herói. Segundo o autor, não se fabricam heróis, esses são predestinados, não podem ser como os outros – não são representativos do ser humano comum, são símbolos de algo maior que lhes garante a perenidade. Desde a infância, suas qualidades são visíveis e, se bem canalizadas, levam ao sucesso e à glória. É fundamental que lhe sejam dados os meios para o aprimoramento de sua vocação. Para Senna, ainda menino, foi dado um kart. Seus dias não lembravam em nada o de um menino comum. No lugar do futebol, passava dias inteiros dedicando-se ao kart, sujando-se de graxa. Aos oito anos, ganhou um kart de corrida, disputando com ele o campeonato paulista da categoria onde, através de sorteio, obteve sua primeira *pole position* e terminou a prova em primeiro lugar.

SANDRA MARIA L. P. GONÇALVES

Depois, como é próprio dos heróis, passa por um longo período de isolamento, o afastamento do lar, da proteção especialmente materna. Um longo estágio na Inglaterra, onde trabalhou em oficinas acertando motores — daí sua intimidade com a máquina — até conseguir um contrato para correr na Fórmula Ford 1600 inglesa, em 1981. Bem preparado, Ayrton Senna parte em sua saga de lutas — corridas —, de vitórias e, algumas vezes, de amargos fracassos.

Em 1984, Ayrton Senna encontra um “velho sábio”, Nuno Cobra (preparador físico), de quem escuta palavras já sabidas, mas que modificam o sentido de sua existência. Como seu preparador físico, Senna transforma-se em um místico. Nuno Cobra trabalha o corpo para atingir a mente. Parte de um Senna franzino, nervoso, que se transforma na força que tinha dentro dele. Através de seu poder de autotransformação, vence seus medos, torna-se mais seguro e confiante, empurrando sempre seus limites. O herói enfrenta as pistas e sagra-se campeão.

Com Senna, de certa forma, assistimos à metamorfose de um personagem histórico em herói mítico. “A personagem histórica é assimilada ao modelo mítico (herói, etc.) e o acontecimento” — corridas, embate de guerreiros — “é integrado na categoria de ações míticas” (Eliade, 1993: 58). É como se a memória popular restituísse “ao personagem histórico dos tempos modernos o seu significado do arquétipo e de reprodutor dos gestos arquetípicos” (*Idem*: 59). Sua vida real interessa pouco ao homem comum. A lenda é o que importa, ela vai fazer com que cada um se identifique com a imagem idealizada, espiritualizada, martirizada e heróica. “Sua imolação gloriosa, sacrifício feito de sangue, vem confirmar a criação de um imaginário redentor, cristalizando sua “missão” heróica na terra dos homens.” (Soares, s/d: 22).

Inspirada em texto de Mircea Eliade, *O mito do eterno retorno* (1993), e dele extraindo paralelos, considero possível dizer que, quando o corredor de Fórmula 1 vai para a pista de corrida, transforma-se no herói da velocidade e é projetado no tempo mítico, no tempo da “corrida paradigmática”. O tempo profano da duração é suspenso — o tempo mítico ou sagrado é da modalidade dos deuses, ligado à imortalidade, e o tempo profano é da modalidade do homem, ligado à morte. O corredor, ao repetir o gesto arquetípico, em plena ação cerimonial — o circuito da corrida —, abandona o mundo profano dos mortais e insere-se no mundo divino dos imortais. A pista transforma-se em santuário, o grande templo onde o tempo histórico é suspenso em favor de uma epifania heróica. Êxtase brusco — morte provisória, trazendo Senna, em glória para uma segunda vida: morto o ídolo surge o mítico herói.

Hoje, nos espetáculos de massa, nas grandes festas e, sobretudo nos esportes, parecem reviver alguns elementos simbólico-míticos presentes nas festas sacras e lúdicas da Antigüidade. É também evidente o componente ritual nas festas e nos esportes de massa. Em circunstâncias como as esportivas, o homem contemporâneo aproxima-se das condições de comunhão mítica e de atividade ritual operantes na Antigüidade — catarse orgástica.

Corpo, Fórmula 1 e televisão

No prosseguimento das reflexões propostas, importa ressaltar que o corpo humano é socialmente concebido; o estatuto do corpo é um fato de cultura. Ao se tentar compreender a estrutura

A MORTE DE UM ÍDOLO...

de uma sociedade, uma das vias é a análise da representação social do corpo. Até mesmo como sistema biológico, o corpo humano sofre influências culturais e sociais.

Marcel Mauss (2003), antropólogo já citado neste trabalho, enfatiza que o corpo, como o próprio psiquismo, não expressa uma naturalidade intrínseca; ambos são produzidos e organizados pela ação social que se operacionaliza com base em técnicas corporais. O corpo apresenta-se então como um mapa a ser lido.

Desta maneira, a sociedade capitalista, conforme a ocidental, terá sua estrutura refletida sobre os corpos: o estatuto geral da propriedade privada aplica-se ao corpo, às práticas sociais, bem como a representação mental que dele se tem. Avesa à toda norma restritiva, a Sociedade Contemporânea de Consumo tem como objetivo a exclusão de qualquer referência a limites, aplicando então ao corpo o princípio geral da propriedade privada. Uma série de estratégias, práticas e discursos é produzida, exercitando, em cada um, os cuidados de si. É neste contexto que o esporte, como construtor de belos corpos, sensações, vertigens e riscos, entra em ação.

Voltemos ao corpo socialmente concebido. Por meio das marcas do corpo de Senna, parece ser possível ler a cultura (capitalista, burguesa e mediática) na qual ele estava inserido, e entender seu papel na Fórmula 1. É possível também se perceber que, na Fórmula 1, estão conjugados os principais fetiches (e obsessões) do homem contemporâneo: o corpo, o carro e, combinada aos dois, a tecnologia.

Falemos do corpo de Senna. Primeiro como máquina biológica. Os braços e mãos, pés, pernas e cabeça. A máquina interna de Senna foi preparada para que ele superasse a si mesmo. “Máquina com coração quente”. O condicionamento físico de Senna era perfeito; braços e mãos tinham força para agüentar um carro a mais de 300 km por hora. A cabeça tinha frieza suficiente para tomar decisões em milésimos de segundo. Ayrton Senna condicionou-se para ser campeão. Um corpo investido para frutificar. Um corpo “libertado e emancipado”, racionalmente explorado para produzir vitórias. Meta-corpo conjugado com a fibra de carbono dos bólidos, vendendo nos logotipos que o cobriam a desterritorialização do capital que territorializa no mesmo — consumo. Corpo colonizado pelo capital.

Paradoxalmente, a Fórmula 1 é o único esporte em que, no lugar de ser exaltado, o corpo desaparece. Este desaparecimento do corpo se dá na conjugação do corpo com a máquina, num balé a 300 km por hora, em que o corpo se transforma em um pulmão de aço rodando a 300 por hora; percebe-se apenas a cabeça e olhos como os de Senna (Hallier, 1994). Ironicamente, a única parte do corpo onde a tecnologia não atingiu a excelência necessária.

Neste esporte, o corpo, que quase não aparece, após o acidente, desaparece para sempre. Caixão lacrado e coberto por mais um símbolo — a Bandeira Nacional — numa tentativa de transformar o corpo efêmero imolado (do Um), num corpo múltiplo (nós), ressuscitado triunfante, mais forte do que a morte, eterno na memória sempre viva, como num relicário.

A Fórmula 1 e a televisão

A Fórmula 1, esporte que tem por um de seus principais objetivos a divulgação de marcas de consumo de grandes multinacionais, só pode realizar-se através da mídia. Em seu tamanho e

SANDRA MARIA L. P. GONÇALVES

objetivos atuais, depende e vive da mídia, principalmente da televisão, divulgadora por excelência deste esporte.

O sucesso da Fórmula 1 deu-se na televisão. Seu público é calculado em bilhões de telespectadores; distribui-se por três continentes, com dezesseis corridas espalhadas ao longo do ano. É uma vitrine fabulosa. Através do aluguel do macacão do piloto e da carroceria dos carros, as escuderias levantam dinheiro suficiente para tornar o negócio lucrativo.

É interessante notar a questão da velocidade que liga a televisão e a Fórmula 1. A televisão caracteriza-se pela velocidade, velocidade de emissão, onde a cultura da narração é substituída pela cultura do movimento, construída sobre o choque e o dilúvio de imagens; na televisão tudo se passa como se o tempo do *medium* não fosse mais que uma sucessão de instantes em competição uns com os outros — o modelo da MTV é um bom exemplo. O telespectador “viaja” em sua poltrona — viagem melancólica¹⁰. A Fórmula 1 assemelha-se a essa viagem. Os carros correm em 16 países diferentes, mas quem percebe? Retas e curvas formam os circuitos. A visão é sempre do mesmo, até o momento em que um grande espetáculo se dá — aqui, o acidente de Ayrton Senna —, quebrando a inércia de um e de outro, do *medium* televisão e do telespectador. Tem-se, a partir daí, a morte como espetáculo, material privilegiado pela televisão que, por sinal, só consegue trabalhar com a morte banalizando-a, tirando dela e do morto todo o sentido de alteridade e diferença, principalmente quando ela se dá de forma violenta.

Sobre a morte

De todas as coisas que impulsionam o homem, uma das principais é o seu terror à morte. Aos que enfrentam o desafio de sua extinção, tributamos o máximo triunfo. O medo da morte é a expressão de nosso instinto de auto-conservação, funciona como um impulso constante para preservar a vida (Becker, 1973). Entretanto, esse temor não pode estar presente constantemente no funcionamento mental do indivíduo, pois, de outro modo, o organismo não funcionaria; este medo tem que ser recalcado de modo que se possa viver com algum conforto.

Pode-se dizer que a repressão cuida do símbolo da morte para grande parte das pessoas. A repressão não é somente uma força negativa oposta às energias vitais; ela, a repressão, vive delas e as utiliza criativamente. Os temores são, de modo natural, absorvidos pelo esforço de expansão do organismo. Parece haver no homem uma inata sanidade mental que se exprime em encantamento por si mesmo, no prazer que se tem de mostrar ao mundo suas qualidades e de nutrir-se das experiências oferecidas por esse (Becker, 1973).

De acordo com essas observações, é possível encontrar em Senna essa ação contra a própria fragilidade, buscando expandir-se e perpetuar-se por experiência vivida. No lugar de

¹⁰ “A televisão produz, pois, a figura clássica do melancólico: o corpo se põe em imobilidade quase completa. Vemos repetida, à sua maneira, a tradicional representação do melancólico diante do espelho, o olhar dirigido sobre a imagem refletida, em uma absurda espera infinita.” (Novaes, 1991: 86).

A MORTE DE UM ÍDOLO...

esquivar-se, procura mais vida, mesmo que nesta ação viva tangenciando a morte. Corre o risco, querendo alargar e conhecer qual o seu limite.

Tudo leva a crer que Ayrton Senna fazia parte de um grupo raro de pessoas que encaram a morte com naturalidade. Parecia possuir a percepção de que cada corrida era um jogo: “O dia que chegar, chegou. Pode ser hoje ou daqui a 50 anos. A única coisa certa é que ela vai chegar”¹¹; “Tenho medo da morte e da dor, mas convivo bem com isso. O medo me fascina”¹².

A morte, apesar de rechaçada como tabu na vida cotidiana, está presente em todos os momentos. A morte exerce fascínio e é uma ambicionada mercadoria jornalística — haja vista o que se vendeu de jornais e revistas com referência à morte de Senna e os picos de audiência das televisões e rádios nesta mesma época. José Carlos Rodrigues (1983), antropólogo, considera que o jornal e o cinema fazem reverberar o tabu da morte, vendendo para cada um de nós um sentimento que está reprimindo na profundidade da nossa alma.

A morte como espetáculo

Em primeiro lugar, é necessário delinear a relação de Ayrton Senna com a mídia, em especial com o *medium* televisão, que contribuiu para elevá-lo a condição de ídolo num país em que a tradição esportiva é representada pelo futebol.

A escolha de um ídolo, pela mídia, não é aleatória; como modelo, ele deve encarnar anseios do social (aqui um social basicamente produzido pela mídia). A imagem de Senna como vencedor num esporte que utiliza tecnologia de ponta aliada a alta velocidade e mexe com grandes somas de dinheiro articulava, como afirmaram diversos analistas do social, de maneira simbólica, o sonho brasileiro de ser um país moderno (Matta, 1994: 9). A partir desses pressupostos, com a ajuda dos meios de comunicação de massa, Senna é alçado a uma divindade; uma “superpessoa” (Rodrigues, 1992: 59) transformado em modelo de uma nova mitologia — e, como o herói das mitologias, na busca do absoluto, acaba por encontrar a morte; destruído, enquanto carne, pelas forças hostis do mundo, alcançando, por contrapartida, o absoluto na forma da Imortalidade¹³. Senna, sendo personagem de um mundo divino, não pode morrer, transformando-se em um tipo ideal, acima do tempo e espaço dos “mortais”.

Sua morte trágica em combate, insólita, colhendo de surpresa os sentimentos sociais, transformou-o em herói — repito, no momento da morte inicia-se a vitória de Senna sobre ela. A partir de então, tem-se a morte como espetáculo, no qual participa a multidão nas ruas, e os (tele) espectadores são levados a consumir: morte estetizada, mil vezes repetida, esvaziando o conteúdo emocional da imagem, banalizando a emoção, exposta na tela como mercadoria. Dessa morte, as indústrias automobilísticas, bem como a mídia, tentarão criar o máximo de mais-valia, transformando Senna em uma lenda rentável, fazendo da perda um ganho. Usando-se das

¹¹ Revista Veja, nº. 18 A, 03 de Maio de 1994, São Paulo: Editora Abril – Edição 1338 A, Capa.

¹² Revista Veja, nº. 18 A, 03 de Maio de 1994, São Paulo: Editora Abril – Edição 1338 A, p. 22.

¹³ Faço uso de texto de Edgar Morin sobre James Dean, aplicado a Senna (MORIN, 1989: 113).

SANDRA MARIA L. P. GONÇALVES

imagens da morte ao vivo, retransmitidas, sem qualquer pudor, a milhões de telespectadores, o poder da mídia hipnotizou o país, estrangulou o direito, a diferença e a neutralidade.

A morte de um herói não é uma morte qualquer. Cotidianamente, diversas mortes são transmitidas pela mídia, mortes anônimas, sem rosto. Como bem salienta Fausto Neto, “A mídia sofre as ‘injunções’ da diferenciação social que marca os sujeitos na vida e na morte... ela também cria suas hierarquias, para tratar e, finalmente, construir a morte de seres humanos diferentes” (1991: 15) — cada morte particular tem sua “receita” a ser seguida: emoções a sentir, ritos a praticar, quais mitos evocar. A partir daí, a morte é construída pela mídia.

Entretanto, a morte de que nos fala a mídia não é a morte comum, do dia-a-dia, do próximo, são mortes de exceção que não nos questionam em nossa finitude. São mortes que se dão no *écran*, no papel do jornal, nos semanários e que não modificam o curso de nossas vidas. As mortes na mídia são mortes excepcionais, violentas, acidentais, criminosas, catastróficas ou de pessoas “importantes”.

A morte na mídia pode ser dita, pois neles está desapossada de sua real natureza. O alarido que a mídia faz em torno da morte torna-se o silêncio do cotidiano: negação da morte. Ao simular dizer o que não pode ser dito, a mídia dá aos (tele) espectadores a sensação, como diz J. C. Rodrigues,

de sentir o que não pode ser sentido e, em lugar das perguntas sem respostas que toda morte comporta, oferecem respostas para as quais não houve perguntas — respostas que se destinam a silenciar toda indagação, abolir antecipadamente toda reflexão sobre o evento terminal da existência mesma (1983: 230).

E, a partir daí, tentar obter algum lucro, integrando a morte ao circuito da mercadoria, transformando-a em mais um apelo na venda das mercadorias da indústria cultural.

Voltando a Ayrton Senna, quando se trata da morte de heróis ou ídolos, os meios de comunicação constroem modelos discursivos que fazem com que a morte “derrape” (Fausto Neto, 1991), resvale, pois esses não morrem, deslizam para um tipo de imortalidade — uma forma de se desviar da questão da morte. Na morte de Senna, é interessante notar esta derrapagem, no tocante ao que provocou o acidente, ou seja: a inteligibilidade na morte de Senna desloca-se. A falha “humana” não comparece, ela não existe, pois, como herói, filho da deusa mídia com o povo — por ela mesmo engendrado —, Senna não poderia errar. A causa é sempre deslocada para problemas mecânicos — independente de o serem ou não — ou problemas de pista, fugindo da causa principal, que é a velocidade que impõe ao homem seu limite na morte. Esta morte provocada pela velocidade torna Senna humano de novo, mortal, e nesta ferida narcísica não se toca, derrapa-se. Ou seja, haveria uma banalização dessa morte que, num mesmo movimento, faria cair o ídolo, denunciando este esporte, Fórmula 1, como produtor de cadáveres.

Pensemos também que, de certo modo, Ayrton Senna é uma matriz da mídia e nele os indivíduos se projetam. Ayrton Senna e a televisão têm em comum a velocidade e o uso, a lógica de ambos é a mesma, veloz. Se é admitido que a velocidade matou Senna, provoca-se uma

A MORTE DE UM ÍDOLO...

desconstrução: se a velocidade mata Senna, impondo seu limite, esta mesma velocidade na televisão, matriz de Senna, pode se voltar contra ela (TV), decretando a possibilidade de sua morte, quando seu postulado é o da imortalidade (um presente distendido).

No que diz respeito à cobertura jornalística da morte de Senna, vejamos: a morte de Ayrton Senna pegou o jornalismo (telejornalismo) brasileiro desprevenido. A informação tardou. O telespectador que, no domingo (primeiro de Maio de 1994), entre o momento em que se deu o acidente e o Fantástico¹⁴, ligou a televisão em busca de novas informações, deu com redundância e consternação no Programa Domingão do Faustão¹⁵; basicamente nada nos outros canais. Após este impacto, houve a mais maciça cobertura já feita. As redes, com a Globo à frente, demoraram um pouco, mas se renderam ao poder da audiência. Segundo dados da revista *Veja* (11 de maio de 1994: 42-43), a Rede Globo realizou uma cobertura de 48 horas ao vivo, envolvendo nesta operação 150 profissionais, até o enterro. A morte de Senna foi um evento que se foi impondo de baixo para cima, na medida em que se conferiam os índices de audiência. A televisão cumpriu no episódio o papel atribuído às antigas carpideiras.

Como tem sido frisado ao longo do presente artigo, na Fórmula 1, os imperativos econômicos são relevantes, pode-se dizer que se sobrepõem ao próprio esporte, sendo o fator número 1. Se os mitos e heróis exprimem a ideologia de que vive uma sociedade, os heróis da Fórmula 1, bem como outros heróis contemporâneos, carregam consigo a marca do capital, enredados que estão em sua teia. Desse modo, dão a ver o sistema que os construiu.

Entretanto, de modo a que não se perca a poesia que, de alguma maneira resiste em todo esse espetáculo, faz-se necessário sublinhar que o amor primeiro do piloto de Fórmula 1 é o amor ao risco, presente inúmeras vezes na fala de seu ídolo maior, Ayrton Senna. Para além do simples espetáculo de perda orquestrado pela mídia, a morte espetáculo de Senna despertou também sentimentos genuínos de admiração por aquele que enfrentou o grande desafio de ir ao encontro da própria morte. Os heróis do esporte, figuras carismáticas, conferem, doam às multidões, um alívio, mesmo que breve, do tédio cotidiano, uma oportunidade efêmera e fugidia de excitação; são válvulas de escape ao conduzirem as energias reprimidas dos que os seguem para o ritual e a fantasia, abastecendo, ao mesmo tempo, o consumo capitalista.

Conclusão

No ensaio *A "bela morte" de Aquiles*, Jean Pierre Vernant (1992), aponta-nos em direção a um paralelo com Ayrton Senna. Tal como Aquiles, Senna possuía aquilo que os gregos entendem por *timé*: o valor proeminente de um indivíduo, sua excelência pessoal, qualidades e méritos que lhe garantem seu lugar junto aos melhores. Esta honra exige daqueles que a possuem mostrarem-se à altura de sua gloriosa reputação. Vejamos a fala de Senna:

¹⁴ Programa dominical da Rede Globo de televisão.

¹⁵ Programa dominical da Rede Globo de Televisão.

SANDRA MARIA L. P. GONÇALVES

Minha determinação, minha dedicação e o desejo que tenho de ser o número um, isso é minha força. Tenho o desejo de andar mais rápido, de fazer melhor. Se me tornei o número um isso que deveria dizer que sou melhor que qualquer outro, isso deveria significar que ainda tenho condições de continuar sendo o número um. Sei como é difícil tornar-se o número um e agora sei como é difícil permanecer o número um. (HILTON, 1992: 212)

Senna sabia-se o melhor, e também o que ser o melhor lhe exigia: ser o melhor para si mesmo,

algumas vezes tento superar os feitos de outras pessoas, mas em muitas ocasiões acho melhor superar meus próprios feitos. Isso me dá mais satisfação. Não me sinto feliz se estiver confortável. Isso me faz ir mais à frente e querer continuar a ir. (*Idem*: 209)

Como Aquiles, sua paixão era a alegria de “combater” — correr. O medo não tinha poder sobre ele. Duro nas pistas, amava a glória acima de tudo. Senna era um homem com uma obsessão total. Nessa obsessão, como Aquiles na guerra, Senna parece ter escolhido uma vida breve nas pistas de corrida, seu local de combate. Uma glória imperecível estava-lhe reservada. A glória imperecível é paga com a vida, com a “bela morte”. Senna, tal como Aquiles, num paralelo possível, ganha a sobrevida em glória na memória dos futuros homens e a celebração de suas proezas como herói da velocidade, volatizando-se em cifras e fluxos de capital. Nasce o mito de que os poderes tentarão se apossar.

A morte de um jovem vencedor, em uma sociedade como a Ocidental, que cultua a beleza, a juventude e o sucesso, fortalece o culto. A imagem congelada na glória, sem decadência, sem a decrepitude provocada pela idade, eterniza o modelo a ser seguido e imitado. Em sua sobrevida — pesar imortal — Senna será recuperado por cada um, na forma possível de uma construção imaginária atravessada pela mídia, sedenta de mais-valia.

O mito Ayrton Senna tem para o sistema que o constrói (narcísico e consumista), como tarefa primeira, camuflar diferenças, ao mesmo tempo em que as exacerba. Por um processo ambíguo, Senna é transformado em um espelho fragmentado, reflexo a englobar todas as “querências”. Neste sentido, o mito é perverso, engana, finge o que não é. Mas, do reflexo, feixes de luz escapam, cegam-nos de vida — vida presente na poesia, que mesmo à revelia de todo aparato que controla o mito, escapa.

Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola (1982). *Dicionário de filosofia*, São Paulo: Editora Mestre Jou.
 BAUDRILLARD, Jean (1991). *A sociedade de consumo*, Lisboa: Edições 70.
 BECKER, Ernest (1973). *A negação da morte*, São Paulo: Círculo do Livro.
 BELTRÃO, Luiz (1986). *Subsídios para uma Teoria da Comunicação de Massa*, São Paulo: Summus.
 BRAGA, Humberto (1995). “Quatro grandes mitos humanos” in BOECHAT, Walter (org), *Mitos e Arquétipos do Homem contemporâneo*, Petrópolis: Vozes, pp. 15-16.

A MORTE DE UM ÍDOLO...

- BURKET, Walter (1991). *Mito e mitologia*, Lisboa: Edições 70, 1991.
- CAMPBELL, Joseph (1994). *O poder do mito*, São Paulo: Phallas Athenas.
- DEBORD, Guy (1997). *A Sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto Editora.
- DORFLES, Gillo (1965). *Novos ritos, novos mitos*. Lisboa: Martins Fontes Editora.
- DUMÉZIL, G. (1995). *Mythe et Épopée*, Paris: Éditions Gallimard.
- ELIADE, Mircea (1993). *O mito do eterno retorno*, Lisboa: Edições 70.
- ELIADE, Mircea (1994). *Mito e realidade*, São Paulo: Editora Perspectiva.
- FAUSTO NETO, Antônio (1991). *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.
- FREIRE COSTA, Jurandir (1994). "O Ídolo", Revista Veja, nº. 18 A, São Paulo: Editora Abril – Edição 1338 A, pp. 52-55.
- GUATTARI, Félix (1986). *Micropolítica. Cartografias do desejo*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- HALLIER, Jean-Edern (1994). "Povo canonizou o primeiro santo do automobilismo", Match, nº. 2347, Paris: Grupo Lagardère, 19 maio (tradução nossa).
- HARVEY, David (1996). *A Condição Pós-moderna*, São Paulo: Loyola.
- HILTON, Christopher (1992). *Ayrton Senna. A face de um gênio*, Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.
- JAMESON, Frederic (1996). *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática.
- LAPLANCHE e PONTALIS (1992). *Vocabulário de psicanálise*, São Paulo: Martins Fontes Editora.
- LIPOVETSKY, Gilles (1991). *O império do efêmero*, São Paulo, Editora Schwarcz Ltda.
- LIPOVETSKY, Gilles (1994). *O crepúsculo do dever, a ética indolor dos novos tempos democráticos*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MATTA, Roberto da (1994). "Entrevista", Revista Veja, nº. 19, São Paulo: Editora Abril, – Edição 1339, pp. 7-9.
- MARCONDES FILHO, Ciro (1993). *Jornalismo fin de siècle*. São Paulo: Scritta.
- MAUSS, Marcel (2003). *Sociologia e antropologia*, São Paulo: Cosac Naif.
- (1988). *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa: Edições 70.
- MORIN, Edgar (1989). *As estrelas. Mito e sedução no cinema*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- NOVAES, Adauto (1991). "O olhar Melancólico" in NOVAES, Adauto (org) *Rede Imaginária*, São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Darcy (1994). "O herói", Opinião, Jornal do Brasil, 05 de maio de 1994, Rio de Janeiro, p. 11.
- RODRIGUES, José Carlos (1992). *Ensaio em Antropologia do Poder*, Rio de Janeiro: Terra Nova Editora.
- RODRIGUES, José Carlos (1983). *Tabu da morte*, Rio de Janeiro: Achiamé.
- RUBIM, Antonio Albino C. (1995). "Mídia e Sociabilidade" in OLIVEIRA, Marinyze P. de; BRAGA, Ana Livia (orgs), *Janelas e Imagens – Textos de Comunicação e Cultura Contemporâneas*, Salvador: Art-Contemp.
- SOARES LINS, Daniel (s.d). *Ayrton Senna: a imolação de um deus vivo*. Ensaio etnopsicanalista, Fortaleza, Ceará: Mimeo.
- SOUZA BRANDÃO, Junito (1994). "Despedida esperada", Opinião, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05 maio de 1994, p. 11.
- VERNANT, Jean Pierre (1992). "A 'bela morte' de Aquiles" in GAUTHERON, M. (org.). *A honra: imagem de si ou o dom de si – um ideal equívoco*, Porto Alegre: LPM.
- VIRÍLIO, Paul (1984). *Guerra pura. A militarização do cotidiano*, São Paulo: Editora Brasiliense.
- VIRÍLIO, Paul (1993). *O Espaço Crítico*, Rio de Janeiro: Editora 34 Letras.



Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

REGIMES DE VISIBILIDADE MIDIÁTICA: OS ACONTECIMENTOS, ENTRE A NOTÍCIA E O ESPETÁCULO

Mídia, experiência e memória

Diante de uma cena pública contemporânea marcada pela inegabilidade da presença e atuação dos meios de comunicação, interferindo em experiências pessoais e em práticas sociais, os acontecimentos experienciados diariamente no mundo podem ter alguns destinos possíveis, dependendo da amplitude de sujeitos a que são dados a conhecer. Neste sentido, podem manter-se limitados a uma esfera privada de vivência direta, sendo conhecidos apenas por um círculo restrito cujo núcleo são as pessoas envolvidas diretamente com o evento em questão, ou desfrutarem de um conhecimento público, especialmente através da zona de visibilidade pública midiática, estando sujeitos a diferentes regimes de visibilidade. É através da mídia que os acontecimentos se tornam potencialmente visíveis a um número muito grande de pessoas (ainda que sua presença na mídia não garanta a disponibilidade de olhar do receptor ou mesmo sua apropriação por este).

A conformação de uma visibilidade mediada proporciona a transposição de distâncias e do tempo; lugares, situações e pessoas antes impossíveis de serem alcançados pelo olhar tornam-se reconhecíveis. Roger Silverstone (2002: 12) afirma a centralidade da mídia na experiência contemporânea:

É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto

Marja Pfeifer Coelho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

Assessora de Comunicação da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Rio Grande do Sul

MARJA PFEIFER COELHO

impresa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de vez em quando, para as intensidades da experiência.

Há um vínculo entre sociabilidade e meios de comunicação em que circulam significados e influências mútuas. A existência de experiências mediadas ou reformuladas pela presença da mídia provoca o surgimento de novas práticas sociais. É o que entende Eliseo Verón (1997b: 17) pelo termo *mediatização*, que seria a própria “mudança social das sociedades pós-industriais.” A *mediatização* produz coletivos, gerando quadros identitários. A mídia serve de *cimento homogeneizador* da experiência coletiva (Rodrigues, 1997a).

Thompson (1998) distingue uma nova forma de interação social provocada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a quase-interação mediada – uma relação monológica (o destinatário não possui condições de dar uma resposta imediata), sem um destinatário específico (é orientada para um número indeterminado de potenciais destinatários) e que pressupõe uma separação de contextos espaço-temporais entre produção e recepção (e mesmo entre diversos contextos de recepção).

Ressaltando a importância que esta “quase-interação” possui na contemporaneidade, dois conceitos de Thompson (1998: 38) podem ser citados: o de *historicidade mediada*, segundo o qual “nosso sentido do passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas” e o de *mundanidade mediada*, em que

nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo moldada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas. (Thompson, 1998: 38).

Estes conceitos articulam memória, experiência e mídia. A visibilidade midiática, que pode ter diferentes intensidades, influencia as experiências e memórias compartilhadas socialmente, e também depende destas. Acontecimentos anteriores são lembrados e interferem na construção de sentidos de um presente social partilhado.

Para compreender os diferentes regimes de visibilidade que mídia e sociedade engendram aos acontecimentos, é necessário, em um primeiro momento, reportar-se à maneira pela qual a mídia se faz presente nas sociedades contemporâneas. Através do conceito de campo, é possível entender esta presença e ressaltar princípios de legitimidade que explicam o funcionamento dos meios de comunicação.

Com esta breve caracterização, os regimes de visibilidade midiática podem então ser discriminados, criando um circuito pelo qual transitam, de diferentes maneiras, os acontecimentos. A caracterização dos trânsitos de um fato pelo circuito de visibilidade pode levar a inferências sobre as relações entre mídia e sociedade, conformando ou não experiências públicas e memórias partilhadas – e desta forma dotando o acontecimento de uma existência marcante ou não.

O campo da comunicação e a visibilidade

A comunicação na contemporaneidade pode ser pensada como um campo, conforme o conceito de Bourdieu (2000; 1983): um modo de pensar, um espaço estruturado e estruturante, com relações de força, posições em jogo e regras para este jogo, imanentes e internalizadas. Neste campo estariam colocadas as diversas instituições midiáticas e empresas de comunicação, tendo como principais atores os comunicadores e os jornalistas.

Para Rodrigues (1997b), a esfera da comunicação pode ser considerada como um campo cujo princípio legitimador é a própria mediação entre os demais campos sociais, princípio de natureza vicária, delegado pelos outros campos.

A legitimidade específica do campo dos media assenta assim na elaboração, na gestão, na inculcação e na sanção dos valores de representação, de transparência e de legibilidade do mundo da experiência no seio de uma sociedade caracterizada pela natureza fragmentada da experiência do mundo. (Rodrigues, 1997b: 155).

Desta forma, o campo da mídia veicula representações do mundo a partir de uma suposta transparência e da própria habituação de sua presença. O poder em jogo no campo midiático é de ordem simbólica, “[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo.” (Bourdieu, 2000: 14).

O capital simbólico distribuído entre os agentes deste campo garante uma relação de credibilidade, de confiança instituída pelo público nos diferentes veículos de comunicação que se propõem, diariamente, a dar conta dos acontecimentos importantes, e/ou entreter. Ela é uma marca jornalística, construída pelos veículos de informação pelas práticas que adotam e pelos “efeitos de verdade” que, conforme Berger (1998), usam como forma de persuasão em seus diálogos com o público, sendo “cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas” (Berger, 1998: 21-22).

Se, por um lado, a legitimidade do campo está ligada à representação, transparência e legibilidade do mundo (valores que podemos unificar sob o conceito de visibilidade), ao “efeito de verdade” fruto do trabalho jornalístico, o *habitus* deste campo vai configurar-se em uma lógica midiática própria, que satisfaça seu princípio de legitimação em um *fazer* da mídia.

O valor transparência, relacionado por Rodrigues na legitimidade específica do campo midiático, está ligado inequivocamente a uma concepção do fazer jornalístico-informacional: o que é veiculado é o que aconteceu no mundo.

De acordo com Mouillaud (1997: 37-38), “promover uma imagem ou informação é destacar do real uma superfície, um simulacro (na linguagem estóica da percepção) que vem à frente com relação a um fundo sem imagem”. Olhar e imagem/informação atraem-se mutuamente: o que se destaca deseja visibilidade.

MARJA PFEIFER COELHO

Além de não dar conta do todo (até mesmo por questões de tempo ou de espaço de veiculação), o que elimina a suposição de uma transparência, a visibilidade midiática é um enquadramento, um destaque, uma seleção, e conseqüentemente também silêncios. Fruto de uma **ação** das instituições midiáticas, que é aqui entendida como **mediatização**: operações próprias do campo, que viabilizam a entrada de um acontecimento, de algo ou alguém na zona de visibilidade pública constituída pelas intersecções dos diversos campos com o campo da mídia.

Por **mediatização**, então, considera-se a ação da mídia, o apropriar-se de um fato, da realidade e o reelaborá-la discursivamente. Ação que conta com todas as potencialidades que o trabalho jornalístico propicia, tais como o estatuto de veracidade. A **mediatização**, entretanto, não se configura apenas na seleção do fato, mas no grau de relevância a ele atribuído, numa segunda atividade seletiva que propicia uma hierarquização de fatos. Desta forma, cotidianamente, a mídia não apenas traz o que aconteceu no mundo, como sinaliza o que foi mais relevante. E pode insistir neste valor. Ela hierarquiza, tematiza, enquadra e silencia. A intensidade da ação da mídia configura regimes de visibilidade (a veiculação – **mediatização** de baixa intensidade – e a **mediatização** propriamente dita) e a ação da sociedade também.

Posições óticas e regimes de visibilidade midiática

A mídia pode conferir diferentes graus de visibilidade. Mas, pensando a partir de Mouillaud (1997), existe uma atração entre a superfície visível e o olhar que a vê. Logo, a visibilidade não depende exclusivamente da mídia ou do que ela dispõe à visão; depende também do olhar que quer ver e se interessa pelo que é visível.

Landowski (1992) aborda o problema, colocando em uma situação de comunicação dois actantes em regimes de visibilidade partindo de posições em que um vê e outro é visto: é preciso

um mínimo de disponibilidade do olhar, que a rigor basta para que se possa definir todo “sujeito do ver” não como um simples receptor, mas como um *captador de imagens* que assume por sua própria conta o papel de sujeito operador. (Landowski, 1992: 90).

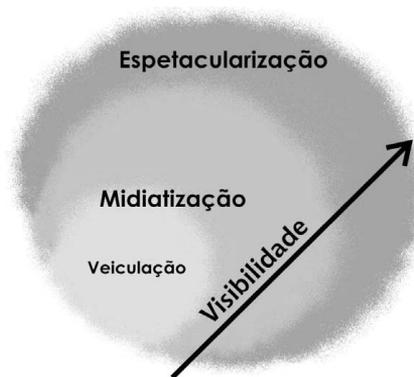
Para o autor, os actantes inclusive trocam de posição, ora dando a ver, ora vendo. É o que acontece também na visibilidade midiática, pensando na relação de mútua influência entre mídia e sociabilidade. Se por um lado podemos ter, então, a atenção da mídia para um acontecimento, um “ver” seguido de um “dar a ver” (a partir da apropriação deste fato), por outro, a sociedade também pode “dar a ver” algo (uma manifestação, por exemplo), e “ver” ou não o que é veiculado pela mídia. Das combinações possíveis em diversas formas de interação mídia-sociedade resulta que um acontecimento pode ter um regime de visibilidade midiática que varia da total opacidade a um grau de visibilidade e envolvimento social alto, o que se entende por espetáculos político-midiáticos, conforme definição de Weber (1999: 06): “[...] espaços estratégicos de pactos e disputas entre poderes políticos, econômicos, sociais e midiáticos.”

REGIMES DE VISIBILIDADE MÍDIÁTICA...

Em termos de visibilidade midiática, então, podem ser discriminadas duas instâncias fundamentais, de limites borrados (Figura 1), que seriam a midiáticação e a espetacularização. Uma sub-instância da midiáticação é representada pela veiculação: a entrada ou um “constar” de um acontecimento na zona de visibilidade pública midiática; o acontecimento desfruta de um regime de visibilidade, mas não é assumido pela sociedade como relevante e seu “dar a ver” pela mídia não perdura. É possível pensar o contrário: um “dar a ver” da sociedade que recebe pouca ou nenhuma atenção midiática (embora haja restrições para o silenciamento da mídia, que não pode comprometer o estatuto de legitimidade do campo, correndo risco de perda de credibilidade da instituição midiática em questão). Na veiculação, portanto, há ação da mídia – ela selecionou e publicizou um tema – mas não há uma atribuição de relevância a este.

Mas a mídia não apenas veicula, não apenas seleciona o que será incluído na zona de visibilidade pública e o que não será (silenciamento); ela também hierarquiza, tematiza, enquadra os acontecimentos. Do conjunto de tudo o que é veiculado, alguns acontecimentos são ímpares, constituindo uma zona de referência/relevância pública, ainda na instância de midiáticação. Este escopo de fatos ganha efetivamente uma dimensão pública, uma premência de discussão e presença social, desfrutada por algum tempo, sendo capaz mesmo de provocar uma memória residual histórica. A mídia opera valorativamente mais uma vez, ressaltando do material já selecionado o que é tema principal. A midiáticação pressupõe uma veiculação, mas avança no campo da visibilidade pública pela ação dos agentes midiáticos.

Figura 1
Circuito de visibilidade midiática



A espetacularização, por fim, corresponderia à criação de espetáculos midiáticos (Weber, 1999) conjuntamente com outros campos sociais, envolvendo, necessariamente, uma paixão da própria sociedade, que assume o acontecimento, vivenciando-o. São grandes momentos como a morte de um ídolo (como no caso da morte do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, no Brasil), cerimônias aglutinadoras (sejam elas esportivas, como a Copa do Mundo, as Olimpíadas, ou de outro caráter, como a posse de um presidente), tomadas de decisão sociais (como o movi-

MARJA PFEIFER COELHO

mento das Diretas Já ou a própria ameaça de impeachment do presidente Collor, ambos no Brasil), tragédias (como o ataque terrorista às torres gêmeas em New York). Na espetacularização, o grau de envolvimento e interação (mútuo) entre mídia e sociabilidade é maior. Temos aqui uma certa semelhança com o que Katz (1993) denomina *acontecimentos midiáticos*: a sensação de que se está integrado a algo maior, de que se participa da história. Também os espetáculos podem partir da sociedade e serem adotados pela mídia ou engendrados conjuntamente. Não se constituirá um espetáculo sem a paixão, a ação responsiva coletiva dos indivíduos, condição atribuída por Weber (1999).

Note-se que a espetacularização é aqui compreendida no resgate do conceito mesmo de espetáculo, suplantando a premência estética com que geralmente a palavra é tratada, especialmente ao se referir à política. Quando se fala em espetacularização desta, usualmente se concebe uma representação com carga dramática e função próxima ao entretenimento (ou à alienação, seguindo as concepções de Debord, 1997). Mas o potencial de dramatização é inerente à lógica midiática e mesmo à informativa. E nem por isso tudo na mídia é espetacularizado, o que provocaria a banalização do espetáculo. A mídia sempre cria representações; o que diferencia a espetacularização da midiática é o fator social.

É claro que em acontecimentos espetaculares retratados pela mídia a dramatização é valorizada. Isto não impede, no entanto, que ocorrências triviais e diárias sejam representadas de maneira a acentuar a carga dramática de um fato, através de recursos técnicos e de edição. Logo, não é este componente o diferenciador, embora, na espetacularização, a dramatização seja sempre evidenciada.

Entendendo que a mídia clama não apenas por atenção, mas também por resposta (Silverstone, 2002: 60), é possível que um acontecimento receba maior ou menor atenção da mídia em função do que os agentes midiáticos entendem por um ação responsiva, um envolvimento/interesse maior ou menor do público com o acontecimento. A resposta pode se dar através de um ou vários telefonemas ou da própria sensação de “notícia” que um jornalista tem (colocamos o termo sensação para referirmos a um certo clima, tom, ou valor parecido que possa ser sentido em relação a um acontecimento e sua respectiva expectativa social. Jamais se deve esquecer que as instâncias produtoras também são receptoras e não vivem isoladas da sociedade). Mas obviamente as respostas efetivas são as manifestações em grupo, que no caso de um espetáculo midiático chegam às ruas ou a um grau de inegabilidade tal que voltam a ter atenção da mídia, realimentando o circuito.

Duas implicações merecem menção: em primeiro lugar, o “dar a ver” midiático é ímpar. A zona de visibilidade midiática constitui-se na dimensão pública mais óbvia e abrangente nas sociedades contemporâneas. O que significa que há um potencial de reverberação de um acontecimento intrínseco à visibilidade midiática: o acontecimento pode ser potencialmente conhecido por uma quantidade indeterminada de pessoas, e conseqüentemente, também pode ser assumido em uma dimensão bem maior que uma interação face-a-face permitiria.

Em segundo lugar, há um limite claro para o poder midiático de visibilidade. A insistência delibada em um fato/acontecimento por uma instituição midiática pode não encontrar o respaldo

REGIMES DE VISIBILIDADE MIDIÁTICA...

do interesse público em ações responsivas da sociedade. Se a mídia deseja o espetáculo (e a lógica do campo é espetacular – a mídia quer resposta), somente a sociedade pode efetivamente viabilizá-lo. Nestes limites estão em jogo as representações feitas pela mídia, e sua própria credibilidade enquanto campo de visibilidade social.

Veiculação, midiatização e espetacularização

Admitindo-se a divisão aqui proposta entre regimes de visibilidade midiática (duas grandes zonas: espetacularização e midiatização, tendo esta última uma sub-instância de menor intensidade, a veiculação), duas questões são colocadas:

Como um fato entra neste circuito de visibilidade?

Como e por que um fato pode sofrer diferentes regimes de visibilidade?

A primeira questão corresponde à clássica pergunta sobre o fazer jornalístico: o que é notícia/o que é noticiável? A resposta reside em critérios capazes de selecionar acontecimentos que viram notícia – os critérios de noticiabilidade.

O fato ou acontecimento é o ponto de partida do trabalho jornalístico. É “o referente de que se fala, o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero de significação.” (Rodrigues, 1993: 27). Para Gomes (1993: 66), o fato é “um complexo que inclui eventos envolvendo coisas, pessoas e textos”, tendo como marcas características a atividade, a relação e a temporalidade. Desta forma, o fato é a consequência de uma ação, “aquilo que uma produção ou operação deixa para trás como seu produto ou obra”; uma relação de coisas que se salienta, possui um contorno, implica em um “recorte voluntário (não necessariamente consciente) no continuum das interações da realidade” (Gomes, 1993: 66), com um tempo próprio.

O acontecimento, selecionado a partir de critérios de noticiabilidade, vira notícia. E é pela configuração da zona de visibilidade midiática na contemporaneidade que o reverso também ocorre: a notícia pode virar acontecimento para o público.

É o próprio discurso do acontecimento que emerge como acontecimento notável a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade do mundo, das pessoas, das coisas, das instituições. [...] O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o facto de ele próprio ser dispositivo de notabilidade. (Rodrigues, 1993: 29).

Isto implica em uma série de atributos assumidos pela notícia/acontecimento jornalístico uma vez que entra na cena pública. Neste trânsito, o acontecimento jornalístico assume graus de relevância, pertinência, permanência e participação adequados a diferentes regimes de visibilidade, resultado de um fazer próprio do campo. Ou seja, ele adquire maior ou menor destaque, pelo espaço que ocupa e pelo tempo que lhe é destinado; ele recebe qualificações variadas pela mídia ou não; ele admite participações significativas de pessoas, instituições, do próprio público, da própria mídia, ou não.

MARJA PFEIFER COELHO

Figura 2

Transformação do fato em acontecimento jornalístico



É na transformação reversa da notícia em acontecimento público (o meta-acontecimento de Rodrigues) que reside a segunda questão: como e por que um fato pode assumir diferentes regimes de visibilidade? A resposta está nos diferentes graus de relevância, permanência, pertinência e participação configurados pelo fazer jornalístico.

Para compreender melhor as diferenças entre os regimes de visibilidade e suas implicações, há que se explorar o circuito de visibilidade midiática. Embora aqui isto seja feito partindo da instância marginal de visibilidade, a veiculação, isto não quer dizer que um fato tenha que necessariamente passar pelas zonas na ordem de menor para maior visibilidade (ou vice-versa). Diferentes fatos podem se comportar de diversas maneiras, transitando entre instâncias, permanecendo na mesma zona ou entrando diretamente em um regime de intensa visibilidade (espetacularização).

O fato, anterior/exterior à esfera de visibilidade pública midiática, é selecionado de acordo com critérios de noticiabilidade e capturado para este circuito de visibilidade. Este primeiro movimento garante ao fato minimamente um regime de visibilidade caracterizado pela veiculação, ou seja, pela sua presença ou registro como acontecimento jornalístico. Em outras palavras, a veiculação é justificada praticamente apenas pelos critérios de noticiabilidade; se um fato entra na cena pública em outra instância, ele deve supor não apenas estes critérios, mas um dar a ver midiático próprio, manifesto através da relevância, permanência, pertinência e participação (midiática e social) que assume.

A veiculação pode supor, sim, algum grau de relevância, ou algum grau de permanência. Mas não contempla todas estas categorias simultaneamente. Em termos de pertinência, há uma semantização (sempre) do fato, que assume uma “etiqueta”, um lugar em alguma editoria, mas não há deslocamentos significativos entre editorias (ou entre programas de gêneros diversos, no caso da TV, por exemplo). Em termos de participação, têm-se as pessoas ou instituições diretamente envolvidas, talvez alguma referência ao público/opinião pública. Os graus de relevância e permanência de um fato veiculado são, por conseguinte, baixos (pelo menos um destes índices: o fato pode permanecer por um bom tempo na mídia de maneira irrelevante, sem destaque. Ou pode ser destaque em um período bem curto), assim como a variabilidade da pertinência e das participações que suscita (o que sugere pouco potencial dramático ou não aproveitamento deste).

Pensando em termos do par conjugado “ver” e “dar a ver”, a veiculação distingue-se necessariamente por um dar a ver midiático limitado e não persistente, formando um corpo de acontecimentos jornalísticos basilares. Nesta instância, pouco importa se a sociedade “vê” ou não o

REGIMES DE VISIBILIDADE MÍDIÁTICA...

fato (e se dá a ver isto); o que rege seus contornos indefinidos é a insistência em um “dar a ver” pouco intenso pela mídia.

Seguindo o raciocínio, a midiáticação, por sua vez, assume a equação de um dar a ver midiático intenso, seguido (ou não) por um ver da sociedade. Ou seja, na midiáticação, o grau de ação da mídia é tal que se pode falar em intervenção. O fato é hierarquizado, recebendo altas avaliações de relevância e permanência, concomitantemente. Em termos de pertinência, sua qualificação pela mídia pode ser deslocada no processo de midiáticação, sendo o fato delegado a diferentes editoriais, nomeado por diferentes cartolas, transitando da notícia ao editorial, às cartas dos leitores; na TV, é explorado nos telejornais, nos programas de variedades, nos humorísticos, até mesmo nas novelas. Quanto maior este trânsito, esta variabilidade, maior visibilidade, maior a apropriação do fato por diferentes lugares de fala da mídia. A pertinência acompanha a evolução temporal e de relevância do acontecimento, ao longo de sua própria midiáticação.

Quanto à participação, a midiáticação supõe não apenas atores sociais ou instituições diretamente envolvidas no fato, além de recorrências ao público (especialmente na forma da opinião pública), mas necessariamente marcas da própria intervenção midiática. As instituições midiáticas assumem papéis no próprio acontecimento. É especialmente aqui que a intervenção midiática é sentida com mais força. Antônio Fausto Neto (1995), ao analisar o impeachment do ex-presidente brasileiro Collor de Melo através dos telejornais, aponta para uma antecipação do fato, construída discursivamente pelo fazer jornalístico: “acontecimento e narrativa estão irremediavelmente imbricados. Os diferentes atores – políticos e repórteres – estão indissociáveis, participando do mesmo plano em que os fatos são engendrados.” (Fausto Neto, 1995: 27).

Por fim, o que diferencia a midiáticação da espetacularização, fundamentalmente, é a proeminência do dar a ver da sociedade. A equação do espetáculo é de uma mútua visibilidade: mídia e sociedade vêm e dão a ver com intensidade, com uma grau de interação máximo. O espetáculo pressupõe um fato/evento que é dado a ver com alto grau de relevância, com uma permanência considerável. Todos estão presentes no espetáculo: mídia, sociedade, espectador. O ápice do espetáculo leva a uma inflexão da pertinência: extrapola os limites do veículo. É o ao vivo não programado na TV e no rádio, o “plantão”; a edição ou o caderno especial na imprensa. Neste sentido, é a própria mídia que se conforma para receber o espetáculo, abrindo suas possibilidades de edição, contando com recursos extremos de cessão de espaço e tempo.

Resumindo esquematicamente, têm-se as correlações apontadas pelo quadro abaixo:

Quadro 1

Posições de visibilidade entre mídia e sociedade e regimes resultantes

MÍDIA	SOCIEDADE	Regime de Visibilidade
Dar a ver (necessariamente limitado)	Ver/ dar a ver (possíveis e em diferentes graus)	MIDIATIZAÇÃO (VEICULAÇÃO)
Dar a ver (necessariamente intenso)	Ver/dar a ver (possíveis e em diferentes graus)	MIDIATIZAÇÃO
Dar a ver (necessariamente intenso)	Ver/dar a ver (necessariamente intensos)	ESPETACULARIZAÇÃO

Fonte: Coelho (2004: 42)

Considerações finais

De todas estas ponderações resulta que a entrada de um fato na zona de visibilidade midiática pode ser justificada pelos critérios de noticiabilidade, o que inclusive legitima o fazer jornalístico. Mas os diferentes regimes de visibilidade pelos quais pode transitar o fato só podem ser diferenciados na intensidade do “dar a ver” midiático (aliado, no caso do espetáculo, ao ver/dar a ver intenso da sociedade), mediante as categorias aqui sugeridas, relevância, permanência, pertinência, presença. Estas revelam o grau de ação e intervenção midiática, além de manifestar a efetivação do potencial dramático do fato, que pode ser explorado ou não pelas instituições midiáticas.

Desta forma, pensando nas relações que os diferentes regimes de visibilidade sugerem, um fato pode ser midiaticizado, sendo dado a ver de maneira bastante significativa pela mídia, mesmo que não receba atenção da sociedade. Este tipo especial de insistência no acontecimento revela outros interesses no fazer jornalístico que não apenas o interesse público. É onde se manifestam os interesses próprios das instituições midiáticas, enquanto agentes com entrada no campo político, econômico e demais campos sociais.

Relevância, permanência, pertinência e participação manifestam-se através dos temas abordados, dos espaços ocupados, dos sujeitos expostos, do tempo destinado nos produtos midiáticos. Neste processo, a mídia reafirma-se como campo privilegiado da visibilidade, dotado, portanto, de poderes, que são limitados pela participação da sociedade.

Mídia e sociedade configuram regimes de visibilidade midiática, destinando a alguns acontecimentos uma vivência partilhada. Entre o ver/dar a ver da mídia e o da sociedade, os acontecimentos públicos brotam e provocam reações. Entre o ver e o dar a ver de ambas, repousa o esquecimento e também a memória.

Bibliografia

- BOURDIEU, P. (2000). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, P. (1983). *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- BERGER, C. (1998). *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- COELHO, M. (2004). *Midiaticização das CPIs: os escândalos do Leite e da Segurança, entre a notícia e o espetáculo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- DEBORD, G. (1997). *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- FAUSTO NETO, A. (1995). *O Impeachment da Televisão: como se cassa um presidente*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- FONTCUBERTA, M. (1993). *La noticia: pistas para percibir el mundo*. Barcelona: Paidós.
- GOMES, W. (1993). “Verdade e Perspectiva: a questão da verdade e o fato jornalístico”, *Textos de Cultura e Comunicação*, v.29, Salvador: UFBA, pp.63-83.
- KATZ, E. (1993). “Os Acontecimentos Mediáticos: o sentido de ocasião”, in TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja.
- LANDOWSKI, E. (1992). *A Sociedade Refletida*. São Paulo: EDUC/Pontes.
- MOUILLAUD, M. (1997). “A Informação ou a Parte da Sombra”, in MOUILLAUD, M. e PORTO, S. (Org.), *O Jornal – da forma ao sentido*. Brasília, DF: Paralelo 15.

REGIMES DE VISIBILIDADE MÍDIÁTICA...

- RODRIGUES, A. (1997a). "Delimitação, Natureza e Funções do Discurso Mediático", in MOUILLAUD, M. e PORTO, S. (Org.), *O Jornal – da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15.
- RODRIGUES, A. (1997b). *Estratégias da Comunicação : questão comunicacional e formas de sociabilidade*, Lisboa: Presença.
- RODRIGUES, A. (1993). "O Acontecimento", in TRAQUINA, N. (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias."* Lisboa: Veja.
- SILVERSTONE, R. (2002). *Por que estudar a mídia?*, São Paulo: Ed Loyola.
- THOMPSON, J. (1998). *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.
- VERÓN, E. (1997). "Esquema para el analisis de la mediatización", *Diálogos*, nº 48, Lima: FELAFACS, p. 9-17.
- WEBER, M. (1999). *Consumo de Paixões e Poderes Nacionais (hibridação e permanência em espetáculos político-mediáticos)*, Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.



Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

A CONFIGURAÇÃO EVENEMENCIAL DA PUBLICIDADE

A publicidade é uma dimensão fundamental das sociedades humanas. Traduz-se num sentimento colectivo unísono e contínuo que atravessa integralmente as interações sociais e inspira variadas manifestações simbólicas. O sentimento público e o sentimento religioso partilham a mesma afinidade por serem pólos agregadores de individualidades em torno de um objecto partilhado supra-individual reverenciado por todos a partir das quais se abrem as possibilidades de múltiplas relações. Na natureza religiosa da publicidade¹ perpassa a força centrípeta congregadora do social expressa em representações colectivas comuns. Concomitantemente à contiguidade dos corpos nos espaços públicos, a publicidade procede à contiguidade das afinidades electivas enquanto potência colectiva de unidade. Ela detém uma energia capaz de transportar os indivíduos para estados sociais de elevada e intensa coesão social.

Porém, de que modo o princípio social de publicidade se realiza? Que expressões simbólicas adquire? Ou, dito de outro modo, qual a sua figuração? Nesta reflexão partimos do pressuposto de que a publicidade se figura em acontecimentos. Pretendemos explorá-la a partir das ocorrências tipificadas (aconteci-

Samuel Mateus

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) FCT

¹ A proximidade entre religião e publicidade, mas também entre publicidade e sociedade encontra-se já intuída em Durkheim que afirma: “Mesmo os interesses materiais que *as grandes cerimónias religiosas* se destinam a satisfazer *são públicos* por natureza, *sendo assim, sociais*” (Durkheim, 2001: 259 – sublinhado nosso).

SAMUEL MATEUS

mento-tipo) ou evanescentes (acontecimento-imprevisto), das intercessões eventivas que a densidade social encerra. Estão em causa esses acontecimentos que marcam a compasso o ritmo social, fragmentos da realidade reunidos em experiência partilhada, momentos únicos ou repetíveis que se dão numa temporalidade extra e que alimentam a memória colectiva. O acontecimento inscreve-se na dimensão pública das sociedades porque carrega consigo o extraordinário ou o socialmente relevante. Acontecimento público porque socializado, porque base de uma sociabilidade, mas igualmente acontecimento público porque é pregnante de mais publicitação. Assim, o acontecimento é público não apenas porque socialmente pertinente, mas também porque municia publicamente essa pertinência indo desde o acontecer simples até ao fabrico do acontecer. A publicidade alimenta-se destes recortes do tempo, das interrupções do quotidiano e das irrupções da História. Fragmento do tempo construído e construtivo, criador de avanços e recuos do tempo sequencial (*Kronos*), o acontecimento insere-se no registo do traumático ou do ordinário convocando as intensidades sociais como motores dos movimentos sociais. Entre um passado-referência e um futuro a devir (Farge, 2002: 70), ele discute-se no momento da sua apreensão. Não há sentido prévio ao acontecimento, ele desenvolve-se em dependência com o modo como os indivíduos o percebem e lhe dão inteligibilidade. Porque o acontecimento nunca é neutro; ele é objecto de um fabrico social constituído por diversas apropriações e recepções diferenciadas que instigam à sua problematicidade. Problema que se esboça na ruptura “na” e “da” situação (Zagato, 2007: 87) erigindo a fronteira entre dois mundos: o pré-acontecimento e o pós-acontecimento que se reflectirão nas representações individuais e colectivas que guiam o pensar e o agir.

Entendemos o acontecimento a partir da individualização da sua dimensão temporal pois mesmo duas ocorrências idênticas permanecem irredutíveis no tempo, uma vez que a sua aparente repetição é sempre um novo acontecimento do ponto de vista da sucessão cronométrica (Veyne, 1971: 19). Abordar a questão da publicidade em conjunto com a do acontecimento equivale, também, a tomar este segundo a sua generalidade enquanto ocorrência de tudo aquilo que acontece material ou simbolicamente. Distingue-se da noção que o termo tomou para a chamada *Histoire Evenementielle*² ou para a *evenementalisation* foucaultiana. Referir-nos-emos, então, aos acontecimentos como grandes marcadores simbólicos promotores de integração e coesão sociais. Interessa-nos, por isso, não tanto a forma mais ou menos pública do acontecimento, mas, pelo contrário, a própria forma evenemencial da publicidade. Caracterizá-la-emos concentrando-nos particularmente no processo de mediatização da publicidade cuja forma visível são os acontecimentos formatados pelos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica, em particular, aqueles transmitidos pela televisão. Antes, porém, é conveniente começar por relacionar acontecimento e publicidade através da sua dimensão religiosa que o coloca, antes de mais, como cerimónia e rito.

² Sobre este assunto *vide* Ricoeur, P. (1992), *Le Retour de l'Événement*, Mélanges de l'École Française de Rome, Italie et Méditerranée, n°1, vol.104, pp.24-35 acedido em Julho de 2009, em www.persee.fr; NORA P (1986), *Le Retour de l'Événement*, in J. LE GOFF & P. NORA (dir.), t. 1, Faire de l'histoire, Paris: Gallimard.

Comunicação e ritual

Religião e Comunicação têm vindo a assumir-se como dimensões convergentes processando-se ao nível da experiência de vida quotidiana. A sua interacção denota a emergência de novas formas e contextos em que a sociedade se experiencia de maneira cada vez mais ritual, ao mesmo tempo que a publicidade e a comunicação se tornam mais religiosas. Com a mediatização, tornou-se saliente uma erosão das fronteiras entre o público e o privado; a publicidade invade todos os aspectos conforme a recepção privada de acontecimentos religiosos mediatizados invoca sempre o espaço alargado da sociedade³. Ao mesmo tempo, tornada comunicação mediatizada, a religião torna-se simultaneamente implícita e explícita incentivando novas apropriações e aplicações do seu significado: a transmissão televisiva de eventos desportivos é, por vezes, descrita a partir da semântica religiosa como “rituais religiosos” (Hoover, Clark, 2002: 3). De facto, o dispositivo ritual explana-se dramaturgicamente como uma representação cénica onde a solidariedade de uma comunidade é atingida através da partilha de um mesmo protocolo simbólico cuja natureza comunicacional erige um campo de experiência sensível e inteligível exprimindo a auto-representação e reprodução da ordem social.

Evidentemente, não podemos colar os termos de comunicação e ritual sob pena de se esvaziarem e de nada significarem. A comunicação não é um ritual em si embora o ritual possa assumir-se como um pleno acto comunicacional. Contudo, comunicação e ritual são dimensões mútuas (activadas ou por activar). Quando pensamos nesses termos, temos de ter presente a dupla estratégia de segregar e acoplá-los tendo em conta os modos complexos de interacção que apresentam que lhes impõem uma fronteira porosa. O que equivale a entender o ritual alternativamente enquanto substantivo (rito) ou enquanto adjectivo perspectivando os ritos da comunicação e a comunicação ritual (Rothenbuhler, 1998: 5). A diferença reside no facto de os dispositivos tecnológicos de mediação simbólica poderem mediatizar ritos religiosos e no facto de a dimensão religiosa, moral e agregadora da sociedade (Durkheim, 2001: 170) conter, ser definida e ser determinada por uma dimensão tecnológica. Conceber o princípio de publicidade sob a forma evenemencial aponta para a concepção adjectivista da comunicação ritual dando conta dos processos sociais promotores de religiosidade e coesão cuja forma material é tão importante quanto a sua forma simbólica.

A configuração evenemencial da publicidade pode, deste modo, partilhar muitos dos atributos outorgados aos ritos pois, tal como estes, os eventos de que a publicidade se faz compor - se quisermos, os acontecimentos relevantes para o projecto de sociedade - caracterizam-se por não apenas reflectirem os quadros de pensamento de uma sociedade, como igualmente se colocam como uma forma de acção envolvendo um desempenho específico e demonstrando uma

³ Quanto a acontecimentos religiosos, *strictu sensu*, pense-se, por exemplo, na cobertura televisiva de uma missa em que o espectador repete os procedimentos tal como se se encontrasse fisicamente na assembleia religiosa. Ou a audição da transmissão radiofónica do terço em que o crente repete a oração ouvida. Ou o caso de cerimónias religiosas executadas através da internet, como casamentos à distância realizados por videoconferência. Ou, ainda, a gravação de vídeo das exéquias enviadas por correio para ser visionada no domicílio.

SAMUEL MATEUS

unidade dialéctica entre a unidade de entendimento e de actividade. Os acontecimentos da publicidade apresentam-se ritualmente, são acontecimentos-rito que se realizam em *performances* intencionais de alguma coisa para alguém⁴ (seja uma entidade singular ou entidade colectiva) sendo sempre estruturados socialmente envolvendo o mesmo sistema moral que põe em prática as convenções, costumes e crenças vigentes. Com efeito, a evenemencialidade do processo publicitário incide sobre a expressão simbólica da ordem social desde as relações informais até à institucionalização dos poderes (Wulf, 2005: 15). Porém, fá-lo não apenas de um modo descritivo/prescritivo dessa ordem, como ainda poderá ser exercida de um modo especulativo re-apresentando ideias modelos alternativos da ordem social que vão para além do reforço do *status quo* (Rothenbuhler, 1998: 15).

No entanto, o que perpassa sobretudo na ritualidade dos acontecimentos da publicidade é o nascimento do sentimento comunitário em que os eventos são o elemento organizador que garante a adesão emocional e simbólica. Eles condensam uma energia capaz de gerar um espaço social homogéneo, autêntico e integrador, indutora de processos sociais miméticos que estabelecem um vínculo, quer nos participantes directos ou presenciais, quer nos espectadores e ouvintes que participem num acontecimento (laudatório, cerimonial, competitivo ou outro) de forma mediatizada, indirecta e temporalmente desfasada⁵. Trata-se, no fundo, de constituir sempre um dispositivo simbólico de rememoração social inscrevendo a mutabilidade das interações na intemporalidade imutável do tempo. Por isso, o rito incrustado no acontecimento visa operar a síntese entre um passado a conservar e um futuro a projectar sublinhando a gestão da coexistência social por intermédio da temporalidade (Wulf, 2005: 16).

Observar o carácter eventivo da publicidade obriga-nos, assim, a expor a comunicação (*communicatio*) a partir da raiz ritual ligada à partilha, à participação e à associação explorando as afinidades etimológicas com comunhão (*communitio*) e comunidade (*communitas*). A comunicação ritual dirige-se à perpetuação da produção e reprodução simbólica das sociedades que, mais do que transmitir ou trocar informações, representa publicamente as féis e convicções comuns sacralizando relações em torno do sentimento e laço comunitário. Como afirma James Carey: “A comunicação é o processo simbólico pelo qual a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada” (Carey, 1992: 23). Ocupa-se da construção e preservação de um mundo cultural que serve como ambiente simbólico de toda a acção humana. E portanto, o acontecimento público é visto como um rito onde uma dada leitura do mundo é veiculada, representada, comunicada. Repare-se, por exemplos, nos eventos noticiosos que os dispositivos tecnológicos todos os dias nos fornecem: eles assumem-se não apenas como pura informação, mas como um exemplo em que os indivíduos reflectem e projectam a sociedade. A comunicação ritual das notícias fornece, pois, um conjunto de sistemas simbólicos (arte, ciência, política, economia)

⁴ Cf. *Keying*; GOFFMAN, E. (1986). *Frame Analysis - an essay on the organization of experience*, Boston: Northeastern University Press, p. 45.

⁵ Não obstante a ausência física, dá-se uma presença simbólica de efeitos ilocutórios e perlocutórios assinaláveis: no caso da transmissão televisiva de uma missa Papal, os espectadores podem não sentir a água-benta mas eles sentem-se abençoados assim o Papa os abençoe. Cf. GOETHALS, T. (1981). *The TV Ritual: worship at the video altar*, Boston: Beacon Press.

A CONFIGURAÇÃO EVENEMENCIAL DA PUBLICIDADE

através dos quais os homens veiculam sentidos e significações com os quais apreendem simbolicamente a realidade ao mesmo tempo que reconhecem colectivamente (Carey, 1992: 20). A comunicação ritual traduz-se, então, na comunicação da participação, cultura e compreensão.

A evenemencialidade da publicidade (Mediatizada)

Com a emergência dos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica o processo publicitário não apenas é ampliado temporal e espacialmente, como os acontecimentos sociais que o constituem sofrem alterações profundas na sua natureza⁶. Tal como a publicidade, também a sua evenemencialidade fica mediatizada introduzindo mudanças relevantes na relação entre religião, publicidade e dispositivos tecnológicos de mediação simbólica. O que é relevante nestas mutações é a ênfase concedida às funções rituais dos discursos e conteúdos veiculados pelos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica, funções essas que se incrustam numa estrutura mítica que a actualiza. Em especial, a televisão fornece actualizações rituais desse mito ao reportar acontecimentos públicos de elevada intensidade e à escala global (Silverstone, 1988: 29). O mito publicamente difundido por este dispositivo catódico⁷ é marcado pela criação simbólica de uma fronteira entre o sagrado e o profano, entre um mundo extraordinário e um mundo ordinário e quotidiano. É como se os acontecimentos mediatizados adquirissem uma propriedade ritual e religiosa, promotora da integração social, ao assumirem um carácter liminal que separa duas ordens diferentes de participar no mundo social. Possuem, como vantagem, possibilitarem uma tomada de consciência da sociedade já que a situação liminal define um estado transitivo entre duas fases (Turner, 2008: 107). Por entre o sagrado e o profano, entre o mito e o rito irrompe uma forma religiosa ancorada no acontecimento de que se alimenta a publicidade. Os acontecimentos públicos erigem um ambiente social singular criando uma certa dimensão sagrada que funciona como um mito à volta do qual os indivíduos e as instituições se dispõem.

Os acontecimentos obtêm uma importância especial porque derivam de uma autoridade social alicerçada num poder simbólico. Essa autoridade é a publicidade: a intuição de que, como uma forma mitológica, a publicidade representa o centro da sociedade. Tudo o que nela perpassa ganha, assim, um valor acrescentado porque é encarada como possuindo a própria natureza da sociedade, como sendo a própria manifestação de uma consciência colectiva em que os indivíduos (forçosamente) se inserem.

Um dos modos eventivos que no último século ganharam preponderância foi, sem dúvida, o dos acontecimentos mediatizados, os quais remodelaram por inteiro a natureza evenemencial da publicidade. O desempenho social do campo mediático contribuiu em grande medida para

⁶ Cf. GERBNER, G., GROSS, L., MORGAN, M., SIGNORIELLI, N. (1986), *Living with television: the dynamics of the cultivation process* In J. Bryant, D. Zillman (ed), *Perspectives on media effects*, Hilldale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, pp.17-40.

⁷ Cf. PETERSON, M. A. (2003). *Anthropology and Mass Communication: media and myth in the new Millenium*, Toronto: Berghahn Books, pp. 105- 121.

SAMUEL MATEUS

intensificar e dilatar a dimensão pública das sociedades. Em primeiro lugar, porque se reclamam actualizar o princípio de publicidade fazendo com que os seus discursos possuam uma índole de potencial interesse da sociedade. Em segundo lugar, porque, ao ser um campo tecnológico, interrompe a até aí habitual dimensão espaço-temporal modificando a natureza das interacções sociais (Thompson, 1995: 31-118). Ao longo do tempo, os dispositivos tecnológicos de mediação simbólica ganham uma influência tal na gestão do processo publicitário que se ergue a convicção de que eles são quase exclusivamente o único acesso à publicidade e ao inerente processo religioso de integração social. Os dispositivos tecnológicos de mediação simbólica apresentam-se, assim, com procedimentos de carácter ritual por intermédio dos quais é apresentado o acesso à consciência colectiva, se quisermos, o acesso à publicidade. Os acontecimentos mediatizados são, deste modo, acontecimentos revestidos com os ritos e a importância pública que representa a coesão social. O campo mediático presume-se, então, actualizar o sentimento religioso ao mesmo tempo que actualiza o sentimento público, garantindo funções rituais e mitológicas que o coloca como um dos grandes ordenadores simbólicos das sociedades contemporâneas. Os dispositivos tecnológicos de mediação simbólica exploram e desenvolvem a intuição de representarem ou, pelo menos, se encontrarem relacionados com um nível estrutural e organizacional fundamental em que os indivíduos se reconhecem mediatizadamente ligados uns aos outros. Eles são supostos meios (afinal são vulgarmente – e não só – designados por *media*) de aproximação à representação do todo social. Ora, a partilha dessa afinidade característica da publicidade reaparece na sua mediatização quando, por exemplo, acontecimentos transmitidos pelos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica servem como catalisadores da (pelo menos aparente) coesão e harmonia sociais, como são exemplos, os campeonatos mundiais de futebol em que nações inteiras interrompem o normal (e profano) funcionamento social para assistirem a esse evento (sagrado) à escala global, inclusivamente com a convívência do Estado (em que por vezes este concede “tolerância de ponto”). O que ocorre aí é a clara ilustração do que Durkheim apelidou de efervescência social (2001: 164) em que a consciência religiosa e integradora alcança o seu expoente. O campo mediático descreve, assim, uma esfera simbólica ritualizada em que sucessivos acontecimentos (mais ou menos fabricados ou extemporâneos) vêm preencher um papel que revigora não apenas o processo publicitário, em particular, como o processo de integração social, em geral, apresentando-se como momentos excepcionais de consagração.

O modo como os dispositivos tecnológicos de mediação simbólica se apropriam do princípio de publicidade, da sua evenemençialidade, e se imiscuem no seu papel religioso, ritual e mitológico pode ser descrito através de um conjunto de acções mais ou menos rotineiras e padronizadas que expressam a sua ligação com a alegada representação dos valores fundamentais de uma sociedade. Para Nick Couldry, essas acções definem *media rituals*, ou seja, “as acções formais organizadas em torno de fronteiras e categorias-chave mediáticas cujo enquadramento (*performance frames*) sugere uma conexão com valores alargados relacionados com os *media*” (2003: 29). Isto é, os rituais mediáticos têm a ver com o conjunto de procedimentos que os dispositivos tecnológicos de mediação simbólica empregam para não apenas se reclamarem legítimos

A CONFIGURAÇÃO EVENEMENCIAL DA PUBLICIDADE

veículos das representações sociais, como ainda de produzirem discursos simbólicos concomitantes com essa pretensão. No fundo, os rituais mediáticos mais não afirmam do que as acções que o campo mediático desenvolve para exercer, agilizar e renovar em contínuo o processo publicitário, através das quais reitera a possibilidade de continuar a exercer essas mesmas práticas rituais. Ritual adquire, aqui, o sentido de repetição social, na medida em que os rituais mediáticos acabam por consubstanciar fórmulas que lhes permitem ser reproduzidas independentemente do conteúdo específico transmitido (cf. Couldry, 2003: 24). De facto, esses rituais mediáticos, tal como a sua definição patenteia, procedem a um enquadramento social (*framing*) que elabora uma grelha formal de compreensão responsável pela categorização do mundo de que decorrem justamente as acções rituais mediáticas. Do enquadramento resulta uma hierarquia de valores públicos que o campo mediático constantemente exercita sublinhando a atenção dos indivíduos para determinadas questões colectivas presentes nos acontecimentos que mediatiza. É conveniente precisar que os rituais mediáticos não são sinónimos, nem são redutíveis aos acontecimentos mediatizados. Os acontecimentos mediatizados qualificam ocorrências transmitidas pelos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica que se apresentam com um forte pendor público e religioso. Os rituais mediáticos apontam antes para os procedimentos simbólicos levados a cabo pelo campo mediático para apresentar os acontecimentos como factos colectivos de importância elementar. Eles são simultaneamente expressões e construções sociais. Os acontecimentos mediatizados traduzem os valores enquadrados pelo próprio ritual mediático o qual tende para a afirmação, reforço e manutenção do vínculo social através dos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica (cf. Couldry, 2003: 60). Os acontecimentos mediatizados são importantes não apenas porque sublinham a solidariedade da sociedade, como sobretudo revelam uma mitologia da publicidade em que a sociedade surge transparente.

Devemos a Dayan e Katz uma das mais importantes exposições do funcionamento dos rituais mediáticos. Os dois autores identificam os acontecimentos mediáticos como aqueles acontecimentos reais transmitidos pelos *media* em directo que são pré-planeados, não-rotineiros e apresentados com reverência e cerimónia (1999: 17-27). Partindo destes mecanismos formais, os dispositivos tecnológicos de mediação simbólica canalizam uma energia pública vital para as audiências, que se sentem impelidas a assistir e a participar à distância. A interpelação que dirigem aos indivíduos é a da própria publicidade, implicando uma quase obrigatoriedade de assistir porque aqueles acontecimentos, tomados como ocorrências sociais de importância fundamental, decidem a própria escrita da História. Convocando a sociedade, trabalhando o processo publicitário, estes acontecimentos produzem uma celebração ritualizada onde o pulsar colectivo é sincronizado e onde a renovação da identidade colectiva e da sociabilidade acontece. São momentos de re-sintonia, de aproximação, produção e reprodução do vínculo social onde a coesão sai reforçada.

O que é importante sublinhar, no entanto, acerca destes acontecimentos mediatizados é que, como vemos, eles são operados no seio do princípio de publicidade retirando a sua "autoridade" e poder interpelativo da própria publicidade. Os acontecimentos mediatizados não são tanto ocorrências tornadas públicas, como a publicidade configurada de forma evenemencial. A natureza

SAMUEL MATEUS

conciliatória, ritual, catalisadora da integração social não é uma qualidade ínsita ao acontecimento. Não se trata de um atributo intrínseco e prévio que é depois publicamente exposto. Ela apenas surge porque o acontecimento se faz derivar das propriedades religiosas e cerimoniais da publicidade. Daí que estejamos no pólo oposto ao da perspectiva tradicional: a efervescência social provocada pelos acontecimentos mediatizados é devida, não ao acontecimento em si, mas à configuração evenemencial da publicidade. Somente em articulação com o processo publicitário é que o acontecimento se institui como catalisador da coesão da sociedade.

Por este mesmo facto, a nossa proposta difere da de Dayan e Katz. Do ponto de vista da publicidade, mesmo os eventos previsíveis, repetitivos e transmitidos em diferido, que não primam pelo tom cerimonioso, celebratório ou festivo podem constituir formas evenemenciais que despertam a reconciliação social, a ultrapassagem do conflito e a partilha de uma mesma consciência colectiva. Os rituais mediáticos incluem não apenas as práticas da eliminação da mediatização imposta à comunicação, como as condutas directamente relacionadas com a construção eventiva em diferido de ocorrências sociais. Temos, assim, de encarar os acontecimentos mediatizados numa aceção mais ampla em que a criação de comunidades e do sentimento do “estar junto” (*togetherness*) pode igualmente ser obtida para além do “directo” e da “última hora”. A relação que a configuração eventiva da publicidade gera é, também, conseguida através de ligações intermitentes, de espaços e tempos interpostos sem que a comunhão religiosa fique deteriorada. A integração social⁸ decorre do sentimento público que perpassa no acontecimento, independentemente dele ser mediatizado ou imediatizado, instantâneo ou diferido, pré-planeado ou espontâneo. No entanto, se sugerimos um alargamento da concepção de acontecimento que se distancia da definição de Dayan e Katz, ela é simultaneamente devedora aos autores de *Media Events* na medida em que reconhece que no tom cerimonioso da evenemencialidade publicitária (nomeadamente a mediatizada) existe a interrupção do fluxo quotidiano (nível sintáctico); a consagração (no sentido literal de tornar sagrado) reverencial dos assuntos (nível semântico); e o empenhamento activo de uma audiência (nível pragmático) (Dayan, Katz, 1999: 27).

Procurámos compreender a relação entre acontecimento e publicidade invertendo o raciocínio: a qualidade integradora dos acontecimentos mediatizados advém do próprio princípio de publicidade, isto é, resulta de um enquadramento social que encontra na configuração evenemencial da publicidade a sua matriz. Os referidos rituais mediáticos inserem-se no conjunto de acções empregues pelos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica para integrarem, apropriarem e reproduzirem o princípio de publicidade e, desse modo, propagarem a dimensão religiosa de integração social que ele encerra.

⁸ Uma das críticas apontadas à teoria dos acontecimentos mediáticos (em especial a de Dayan e Katz) é a sua excesssiva enformação durkheimiana que faz tratar de forma simplística e superficial o problema da integração social. Com efeito, a ordem social é descrita sumariamente sem referência às normas e instituições da prática social, nem o grau de homogeneidade ou incoerência de segmentos da sociedade. Cf. LUKES, S. (1975). *Political Ritual and Social Integration*, *Sociology*, nº9, pp.289-308; (Couldry, 2003: 63). Quando mencionamos a questão da integração social, espedimo-nos intencionalmente, por constrangimentos de vária ordem, de aprofundar a sua aplicabilidade integral à evenemencialidade da publicidade. Para os propósitos da presente reflexão parece suficiente estabelecer o nexa independentemente das sutilezas que encerra já que o que tem estado sob suspeita não é a relevância da articulação mas o seu desenvolvimento.

A CONFIGURAÇÃO EVENEMENCIAL DA PUBLICIDADE

Embora possa evidenciar uma similaridade com as teorias clássicas dos acontecimentos mediáticos, a nossa proposta parece, contudo, afastar-se delas no modo como coloca a questão. Não é tanto o acontecimento que se faz público, como a publicidade que se alimenta de eventos rituais, plurais e díspares cumprindo, desse modo, uma comunicação ritual. Na verdade, nesta acepção, o acontecimento é, por definição, público. Acontecimento surge-nos aqui como um facto social (e este é o esboço da nossa definição): uma ocorrência investida publicamente e colectivamente de uma cadeia de valores considerados, para determinada sociedade, uma referência incontornável. A sua forma apresenta um elevado grau de variabilidade, embora o seu significado tenda a convergir para o reequacionar dos padrões avaliativos com que os indivíduos se reconhecem colectivamente.

Compreende-se que, em bom rigor, o que designámos por “acontecimentos da publicidade” não é mais do que uma expressão imprecisa na medida em que o acontecimento, enquanto marcador simbólico das sociedades, é um facto intrinsecamente público. O caminho empreendido sugere ainda que o carácter eventivo ou evenemencial da publicidade pode incluir a sua mediação, porém, não lhe é totalmente irreduzível.

Assim, há todo um campo comunicacional a ser explorado que atravessa não apenas a ritualização, a mediação e a publicidade, como também uma antropologia da comunicação onde o indivíduo se cruza com a sociedade através de uma prática simbólica diversificada e abrangente.

Bibliografia

- CAREY, J. (1992). *Communication as Culture – essays on Media and Society*, London: Routledge.
- COULDRY, N. (2003). *Media Rituals – a critical approach*, London: Routledge
- DAYAN, D.; Katz, E. (1999). *A História em Directo – os acontecimentos mediáticos na televisão*, Coimbra: Minerva.
- DURKHEIM, E. (2001). *The Elementary Forms of Religious Life*, Oxford: Oxford University Press.
- FARGE, A. (2002). *Penser et définir l'événement en histoire – approche des situations et des acteurs sociaux*, Terrain n° 38, 2002, acedido em Julho de 2009, em <http://terrain.revues.org/index1929.htm>
- HOOVER, S.; CLARK, L. (Ed.) (2002). *Practicing Religion in the Age of the Media – explorations in media, religion and culture*, New York: Columbia University Press.
- ROTHENBUHLER, E. (1998). *Ritual Communication: from everyday conversation to mediated ceremony*, London: Sage.
- SILVERSTONE, R. (1988). *Television, Myth and Culture*, in James Carey (ed.) *Media, Myths and Narratives: Television and the Press*, Newbury Park: Sage, 20-47.
- THOMPSON, J. (1995). *The Media and Modernity – a social theory of the media*, Stanford: Stanford University Press.
- TURNER, V. (2008). *The Ritual Process – structure and anti-structure*, New Brunswick and London: Aldine Transaction.
- VEYNE, P. (1971). *Comment on Écrit l'Histoire*, Paris: Seuil.
- WULF, C. (2005). *Rituels. Performativité et Dynamique des Pratiques Sociales*, Hermès, n° 43.
- ZAGATO, A (2007). *O Acontecimento como Fronteira de uma Situação Histórico-Social*, Arquivos da Memória, n°2 (Nova Série), Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, pp.84-101.



Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

JORNALISMO TELEVISIVO NA INTERNET: EMERGÊNCIA E DESAFIOS

O jornalismo televisivo na Internet encontra-se numa fase proto-histórica dado que se limita a fazer a transposição dos conteúdos do dispositivo tradicional para o ecrã do computador. Todavia, os sujeitos apropriam-se de cada novo dispositivo tecnológico configurando novas formas de mediação (Damásio, 2005: 186). Assim, é vital a emergência metamórfica de uma nova dimensão semiótica assente numa literacia não-linear que convida o espetador a desempenhar um papel mais ativo (Danvynger, 2003: 237) explorando narrativas que exigem maior participação mental por parte do público (Brooks, 2003: 251).

Pretende-se, portanto, que a pantalha do computador, o “palimpsesto eletrónico” que produz imagens a partir da “neve eletrónica”, grau zero de onde emergem todas as imagens vídeo (Cádima, 1996: 189), seja explorado por via de novas convenções capazes de aproveitar o novo campo hipermediático. Como referem Missika e Wolton (2010), o dispositivo comunicacional evolui de um modelo clássico em pirâmide para um modelo matricial, “interativo, através do qual se joga uma autonomia crescente do sujeito”.

O jornalista da Web TV confronta-se, assim, com a necessidade de adotar uma nova prática discursiva para afrontar com êxito a metamorfose emergente, concedendo coerência à complexidade do conjunto hipermediático, imagético, verbal e infográfico que a enforma.

A televisão converteu-se à Internet porque a mensagem do dispositivo televisor de massas

Daniel Catalão

Jornalista RTP

Universidade Lusófona do Porto

DANIEL CATALÃO

pode reconfigurar-se e direcionar-se a um sujeito específico criando uma experiência personalizada (White, 2006: 343).

A emergência de novos dispositivos móveis vai colocar a televisão na mão. O advento de equipamentos como os *tablet* e a evolução da qualidade gráfica dos ecrãs dos PDA (*Personal Digital Assistant*) abre um novo leque de oferta de conteúdos que podem ser visionados em qualquer lado. A televisão vai no bolso. Um *tablet* vai aproximar a experiência de ver televisão àquela de ler um livro. Como bem alerta Días-Noci (2010), “a televisão não está interessada num dispositivos que imite o papel, mas sim num ecrã portátil que permita reproduzir os seus conteúdos”.

As redes celulares de quarta geração vão amplificar de sobremaneira a potencialidade dos *tablet* por permitirem a distribuição móvel de vídeo com qualidade de alta definição. O ulterior desenvolvimento de tarifas a preços que se assemelhem aos verificados já hoje nas redes móveis de dados será o derradeiro catalisador para banalizar os conteúdos de vídeo nos dispositivos portáteis.

Este é, assim, o momento estratégico para desenvolver os códigos linguísticos jornalísticos hipermediáticos tendo em conta a banalização da distribuição mutiplataforma. É vital defender o essencial do jornalismo, mas não é mais possível escamotear a necessidade de reconfigurar as práticas jornalísticas e os modelos de produção.

Este processo multidimensional a que chamamos convergência afeta os meios de comunicação em todas as suas valências empresariais, tecnológicas, profissionais e editoriais, “propiciando uma integração de ferramentas, espaços, métodos de trabalho e linguagens anteriormente desagregadas” (Días-Noci, 2010).

A emergência de uma nova semântica

Porque o fenómeno é ainda imberbe, os jornalistas televisivos em espaço Web carecem de *guidelines* que lhes permitam criar peças adequadas aos diferentes ecrãs. É necessário, em consequência, clarificar códigos sintáticos e semânticos que obviem a construção de mensagens e que tornem a linguagem o menos ambígua possível quando vertida para diferentes dispositivos.

Aos jornalistas de televisão coloca-se, portanto, um novo desafio iniludível: a emergência da notícia televisiva no ecrã de computador. Todavia, aqui ela aparece desfasada do *continuum* em que se enquadra na emissão televisiva, o Telejornal que se desenrola com um fio condutor orientado por um apresentador/pivô.

Atomizada num ecrã de computador, a notícia televisiva pode já não ser a mesma, estará descontextualizada porque ausente do seu *habitat* – “destemporalizou-se, desfasou-se, perdeu uma certa verdade” (Loureiro, 2008: 332). Ora, uma notícia assim disponibilizada pode não servir o interesse da mensagem jornalística, correndo o risco, inclusivamente, de acrescentar ruído comunicativo. Se um Telejornal representa um universo fechado e organizado graças a um fio condutor que lhe atribui um significado unívoco, já as notícias recortadas e atiradas para o ecrã

JORNALISMO TELEVISIVO NA INTERNET...

de computador via Internet correm o risco de se constituir numa torre de Babel. Fracionadas, não são mais que meros átomos de uma existência descontextualizada. Mais ainda quando a sua disponibilização é desprovida de enquadramento e de *links* que obstam a hipernavegação e a observação do todo e não somente da nuvem.

Estudos em curso, como o de Loureiro (supracitado), procuram identificar as implicações da apropriação da televisão por parte da Internet, mas olhando especialmente para o seu impacto no processo identitário de cada um dos utilizadores. Observa-se que a preocupação tem sido a de analisar as consequências do novo fenómeno comunicativo no recetor, mas existe um défice de concentração no emissor.

Apresenta-se-nos como um desafio o recentrar da investigação, olhar para o produtor e para as suas necessidades e auto exigências no sentido de obter êxito no desígnio de transmutar a linguagem televisiva tradicional numa nova linguagem televisiva hipermediática, dotada de novas convenções. Torna-se vital a definição de regras gramaticais próprias que permitam ao jornalista da “nova televisão” adaptar o seu discurso clássico a uma narrativa não linear que, contudo, não se afigure demasiado entrópica. Esta inovadora linguagem televisiva enquadra-se no desenvolvimento de novas literacias mediáticas e respetiva aquisição de novas competências comunicativas. E tal só é alcançado com êxito se o novo quadro referencial comunicativo implicar um processo cognitivo que garanta a partilha de signos comuns entre emissor e recetor.

Portanto, afigura-se como essencial desenhar o que Peirce designou como *representamen*¹, o veículo da informação (Peirce *apud* Rodrigues 2000), o corpo de um novo signo convencional na comunicação hipermediática.

O novo dispositivo tecnológico fornecido pela Internet impõe uma problematização dialética semelhante àquela estudada por Ferdinand de Saussure em torno da linguística.

Bem podemos aqui aludir à *arbitrariedade* do signo, ou seja, ao facto de o significante não depender da livre escolha do sujeito porque “não está no poder do indivíduo alterar o signo desde que ele tenha sido aceite por um grupo linguístico” (Saussure, 1971: 126).

Como bem esclarece Barthes (1997: 26), o signo é “verdadeiramente ‘arbitrário’ pois é instituído [...] por uma decisão unilateral” dado que a língua é elaborada por um grupo de decisão. À “massa falante” só está permitido retirar dela “mensagens (‘falas’), mas não participa na sua elaboração”.

Da mesma forma, cabe aos jornalistas de televisão elaborar os códigos hiperlinguísticos e os novos *representamen*.

Todavia, esta criação não pode obstar à participação do espetador, pois é sobre ele que exerce efeito e é dele que deve retirar lições sobre o êxito do processo comunicativo dado que, em última instância, a comunicação só se efetiva no recetor, pois é ele o descodificador final da mensagem.

Devemos, portanto, aceitar simultaneamente os conceitos saussureanos de *imutabilidade* e *mutabilidade* (Saussure, 1971: 129-140) dado que, se o falante não dispõe da prerrogativa de alterar o signo depois de convencionalizado, a verdade é que a mutação se verifica por via das intervenções que o conjunto dos falantes exerce sobre ele.

DANIEL CATALÃO

Uma nova técnica discursiva deve ser operacionalizada para que os jornalistas do velho ecrã saibam tirar partido do novo ecrã, cujas potencialidades se encontram num estado imberbe no que ao jornalismo televisivo diz respeito.

A extensão do homem

Nunca como hoje fez tanto sentido a ideia de McLuhan (1979) de ver os meios de comunicação como extensões do homem. A noção de interatividade com o conteúdo e a possibilidade de agir sobre a interface do computador através do rato ou mesmo com as mãos diretamente sobre a superfície do ecrã criam uma intimidade com o dispositivo antes inexistente.

O sujeito estabelece uma relação de intimidade com a tecnologia, dá-se uma “erosão das fronteiras entre real e virtual, o animado e o inanimado, o seu unitário e o eu múltiplo” (Turkle, 1997: 12). Mas a intimidade do sujeito com o dispositivo computador ou com o ecrã de um telemóvel é distinta da que estabelece com o dispositivo televisor. A relação sensorial e afetiva diverge: com um telemóvel existe uma relação epidérmica, ele vai colado ao corpo, viaja no bolso. A relação sensorial com o computador é, igualmente, especial. Ele está próximo da vista, sente-se pelo tato quando se escreve ou quando se faz mexer o apontador através do rato ou de um painel tátil perto do teclado. Sente-se uma ação nele como se fosse uma extensão da mão. A relação com a televisão é mais distante e fria. O ecrã está longe, normalmente a mais de um metro. O sujeito não sente interação, reconhece somente o poder de o comandar através do efeito de *zapping*.

“Com a ajuda de um rato ou de uma câmara de vídeo, o computador transforma-se num ser inteligente capaz de nos envolver num diálogo” (Manovich, 2005: 1).

Mas, neste relacionamento íntimo entre sujeito e dispositivo tecnológico, o indivíduo comum não pretende dominar o funcionamento técnico do computador, pretende, isso sim, conhecê-lo para que lhe seja familiar. Não quer conhecer a técnica da interface, quer que ela seja familiar e sem segredos. “O objeto físico foi relegado para segundo plano. O objeto psicológico tornou-se o centro das atenções” (Turkle, 1997: 115).

Como bem alerta Damásio (2005: 217), o uso “implica uma apropriação efetiva da tecnologia pelo sujeito”, ele não se limita ao manuseamento instrumental. Ou seja, o uso da tecnologia de comunicação é um fenómeno participativo. “A tecnologia e o sujeito moldam-se mutuamente”. Portanto, uma nova tecnologia terá de ser capaz de integrar as crenças, valores e referências do indivíduo.

Não é estranho, assim, que o indivíduo exija mais da televisão, que queira agir sobre os conteúdos, que não deseje somente escolher o programa, mas o que quer ver dentro desse programa, quando e como lhe aprouver. O conceito é o fim do ‘mesmo programa’ e a génese de um mundo de “programas” e de “navegações”, “tantos quantos os respetivos utilizadores” (Missika e Wolton, 2005).

Como tal, ao invés dos públicos globais gerados pelos *media* tradicionais, os *media* interativos desenvolvem “públicos parciais” e “políticas ‘single issue’” (Silveirinha, 2002).

JORNALISMO TELEVISIVO NA INTERNET...

A nova estratégia discursiva será, portanto, a de deixar para trás a dominação de um fluxo narrativo unívoco, para permitir um novo regime biunívoco, mesmo que ele tenha de ser feito “através de uma explosão de univocidades, de pequenos fluxos, uma espécie de resposta aos inúmeros constrangimentos criados pelo atual modelo de mediação e dominação” (Cádima, 1996: 77).

Tal mudança de paradigma afigura-se a mais acertada tendo em consideração o modelo holístico que constitui a Internet pois ela integra informática, texto, processamento de imagens e vídeo. Ela é, portanto, a “neve eletrónica”, grau zero de onde emergem todas as imagens vídeo (Cádima, 1996: 189).

Assim, o “palimpsesto eletrónico” em que se transformou o ecrã do computador deve ser explorado por via de convenções inovadoras capazes de aproveitar o novo campo hipermediático. Como referem Missika e Wolton (2005), o dispositivo comunicacional evolui de um modelo clássico em pirâmide para um modelo matricial, “interativo, através do qual se joga uma autonomia crescente do sujeito”.

No campo do jornalismo televisivo para a Internet, o contributo para a maior integração do espetador poderá ser materializado através da abertura de canais participativos e da construção de narrativas não lineares que abram espaço ao indivíduo para prosseguir o visionamento da história segundo o desejo pessoal, mas através dos caminhos pré-estabelecidos pelo autor da narrativa. A estrutura da nova narrativa deve ser um “instrumento de moldagem” (Dacynger, 2003: 238).

A estratégia de comunicação exige, como tal, algumas alterações, dado que diminuiu o fosso entre quem acede ao conteúdo e quem o produz (Damásio, 2005: 190).

Este paradigma origina um espaço público cibernético que amplia a noção de paridade na argumentação, uma ideia que, segundo Silveirinha (2002), sustenta a noção de “igualdade de estatuto” e confere ao sujeito o “suporte de exercício público da razão” na esfera pública liberal. Ou seja, “todos se podem transformar em membros de um público” (*idem*).

Em 2003, Ashley Highfield, diretor de novos *media* e tecnologia da BBCi, anunciava, na conferência *Next Media*, que “a imagem tradicional da família reunida à volta do televisor está ultrapassada” (Quico, 2004: 19).

Um estudo realizado então pela BBC detetava quatro tendências: as pessoas estão a assumir o controlo do seu consumo de *media*; as pessoas querem cada vez mais participar e estar próximo dos *media*; as pessoas consomem cada vez mais diversos *media* em simultâneo; as pessoas querem partilhar conteúdos – vídeo, música, etc. – com outros pares (*idem*). Veja-se como a última das tendências foi anunciada um ano antes da aurora do arquétipo da partilha de vídeo, o YouTube, que nasceu em Fevereiro de 2005.

Mesmo assim, já em 1997, Gabel e Swyden (*cit. in* White, 2006: 347) alertavam para as diferenças ontológicas entre televisão e Internet citando um personagem da série televisiva “*Buffy*, a caçadora de vampiros”. Aí, a televisão era definida como a “caixa idiota”, enquanto a Internet era entendida como a “caixa boa” porque permite aceder ao conhecimento, à interatividade e à análise crítica.

DANIEL CATALÃO

Seja como for, a autora realça o facto de televisão e Internet serem descritas como uma “caixa”, o que correlaciona estas tecnologias e práticas sociais através de um “dispositivo de partilha” (White, 2006: 347).

Por seu turno, Palmer (2004) reforça a ideia de dispositivo ao retratar computador e Internet como algo incorporado quando descreve a Webcam como “a filha bastarda da TV” devido à sua obsessão pelo “ao vivo”.

A atualidade mostra que o jornalismo televisivo na Internet ainda se encontra numa fase proto-histórica, dado que se limita a fazer a mera transposição dos conteúdos do dispositivo tradicional para o ecrã do computador. Todavia, os sujeitos apropriam-se de cada novo dispositivo tecnológico reconfigurando novas formas de mediação (Damásio, 2005: 186). A metamorfose dessa nova dimensão semiótica consubstancia-se numa literacia não-linear que desafia o espectador a desempenhar um papel mais ativo (Danvynger, 2003: 237) através de narrativas mentalmente mais exigentes para o público (Brooks, 2003: 251).

Neste processo evolutivo, “tecnologia e indivíduos não são pólos que se sobrepõem, mas sim partes integrantes de uma mesma Dinâmica” (Damásio, 2005: 186).

A pulverização de conteúdos noticiosos implica, porém, um risco da perda do quadro de referência do real. Este novo espaço de acesso aos fluxos informativos pode, assim, paradoxalmente, constituir-se um desintegrador social de um sujeito inserido numa “aldeia global”. Mais ainda porque essa “aldeia global” é “repartida entre grandes famílias mediáticas, concentrando meios, uniformizando fluxos, instituindo novas legitimidades que dissimulam [...] a crise da autonomia do sujeito” (Missika e Wolton, 2005: 9).

Porém, os mesmos autores reconhecem que vivemos a era do “*self media*” graças às redes de comunicação, um novo campo hipermediático de convergência entre audiovisual, telecomunicações e informática que se transfigura num “complexo integrador” e que reforça o paradigma comunicacional e leva à “recomposição da esfera pública e política” (Idem: 10).

Díaz-Noci (2010: 252) explica que a convergência afeta os meios de comunicação em todas as suas valências empresariais, tecnológicas, profissionais e editoriais “propiciando uma integração de ferramentas, espaços, métodos de trabalho e linguagens anteriormente desagregadas”.

Consequentemente, tal convergência representa um desafio para os jornalistas, dado que os conteúdos são distribuídos numa base de multiplataforma o que, em rigor, exige a adaptação da mensagem à linguagem de cada uma dessas plataformas.

Estamos, portanto, perante uma nova literacia mediática definida por Damásio (2000: 3) como: “As competências subjectivas que permitem ao sujeito realizar o tipo de escrutínio e de avaliação da forma e do conteúdo dos objectos exigido por este novo ambiente comunicacional”.

Tais competências tornam-se essenciais à descodificação dos novos signos linguísticos hipermediáticos visto que a veiculação da mensagem não está toda contida na informação imagética. A descodificação depende sempre do edifício moral e cognitivo do sujeito, de um contexto epistemológico que lhe permite valorizar e reconhecer a informação, sob pena de se tornar em comunicação aberrante.

JORNALISMO TELEVISIVO NA INTERNET...

“As novas tecnologias da percepção implicam um movimento em frente extraordinário. Em última instância elas prometem uma tecnologia interativa que liga diretamente a imagem com o corpo/cérebro orgânico. (...) assim, elas empurram a figura do espectador passivo para o próprio centro da acção”. (Kogama, 1996: 53 *cit. in* Damásio, 2000: 9)

Mas se o espetador se sente a ir para o centro da acção, não percebe muitas vezes que, na realidade, na Internet está a ser puxado para uma relação de intimidade com a interface, graças a artifícios tecnológicos que o convencem ser merecedor de um tratamento de deferência. O interlocutor é, afinal, uma máquina provida de um programa informático “inteligente” que já depositou no computador do indivíduo dados (*cookies*) que permitem identificá-lo automaticamente em contactos futuros. Assim, quando o sujeito se liga a determinado serviço pode ser cumprimentado pelo nome e quando escolhe executar uma determinada tarefa pode receber sugestões de assuntos ou produtos relacionados.

Portanto, a mensagem impessoal do dispositivo televisor de massas pode ser agora reconfigurada na Internet para uma mensagem personalizada, direcionada ao espetador com recurso ao pronome “tu” para “criar uma experiência única e personalizada” (White, 2006: 343).

O indivíduo adquire uma noção de performatividade, porque age e cria, ainda que de forma ilusória e artificial.

Exemplo disso é o serviço da RTP designado como “O Meu Telejornal”. Aqui, o espetador pode seleccionar as notícias que pretende ver, alinhá-las pela ordem que deseja visioná-las e assistir, então, ao telejornal que escolheu, mas desprovido da contextualização fornecida pelo apresentador no noticiário original de onde provêm as reportagens.

Este noticiário expurgado daquilo que o espectador não deseja é, porém, uma ilusão de poder. Criar um Telejornal personalizado é tão só alinhar o que foi previamente produzido. O controlo incide apenas sobre a seleção e a hierarquização do visionamento. O poder de *gatekeeper* é alheio ao sujeito, continua nas mãos do jornalista. O indivíduo não é o decisor ideológico do conteúdo, apenas um seu escrutinador e hierarquizador parcial.

Este espaço constitui, indubitavelmente, um avanço na capacidade de intervenção do espectador no seu domínio de cognição. Mas é ainda um momento de paleo-Web TV. Os conteúdos a que acede são aqueles da televisão tradicional, recortados e colocados na estante cibernética. A notícia da Internet é a mera transposição da notícia da televisão.

No futuro jornalismo televisivo, o sujeito continuará a ter uma liberdade mediada. O decisor será sempre o jornalista, mas a narrativa deverá alterar-se fornecendo vários caminhos ao espectador. Ele entrará num labirinto hipermediático pré-definido, mas não caótico.

Será operacionalizada uma nova técnica discursiva que explore as potencialidades do ecrã de computador e dos novos dispositivos móveis, como os *tablet*, que “vão permitir alterar a forma tradicional de consumo” (Dias-Noci, 2010: 562), pois podem ser transportados e manuseados como um livro.

O desenvolvimento tecnológico tem proporcionado um substancial aumento de qualidade dos ecrãs, onde brilho e contraste permitem experiências visuais mais enriquecedoras e menos cansativas em termos fisiológicos.

DANIEL CATALÃO

E tal como os bagos de uva do pintor grego Zeuxis (5 a.C.) pareciam tão realistas que até os pássaros voaram para os comerem, também estes novos ecrãs conjugados com uma literacia adequada permitirão à televisão da Internet atrair, cativar e aprisionar cada vez mais os utilizadores.

Bibliografia

- BARTHES, Roland (1997). *Elementos de Sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- BROOKS, Kevin (2003). *Estruturas de Narrativas Não-Lineares, in Autoria e Produção em Televisão Interactiva*. Lisboa: COFAC.
- CÁDIMA, Francisco Rui (1996). *História Crítica da Comunicação*. Lisboa: Século XXI.
- DAMÁSIO, Manuel José. (2006). *Contributos para a constituição de uma literacia mediática*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pagl_texto.php?html2=damasio-manuel-literacia-mediatica.html> [Consultado em 20/10/2010].
- DAMÁSIO, Manuel José (2005). *Estratégias de Uso e Consumo dos Novos Media*. Lisboa: COFAC.
- DAMÁSIO, Manuel José (2006). *Novos Media e Sociedade. Formas de Uso e Processo de Evolução in Novos Media: Produção, Desenvolvimento e Distribuição*. Lisboa: COFAC.
- DAMÁSIO, Manuel José (2000). *Contributos para a Constituição de uma Literacia Mediática*. [Em linha] Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pagl_texto.php?html2=damasio-manuel-literacia-mediatica.html> [Consultado em 20/10/2010].
- DANCYNGER, Ken (2003). *A Narrativa Não-Linear, in Autoria e Produção em Televisão Interactiva*. Lisboa: COFAC.
- DÍAZ-NOCI, Javier (2010). *Medios de comunicación en Internet: algunas tendencias*. [Em linha] Disponível em <http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2010/noviembre/medios_comunicacion.pdf> [Consultado em 31/10/2010].
- KOGAMA, Tetsuo. (1996). *Video: the Access Medium in Resolutions, Contemporary Video Practices*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- LOUREIRO, Luís Miguel (2008). *Convergência e hipermodernidade: emerge a TV do ego in Prisma.com nº 7 2008*.
- MANOVICH, Lev (1995). *An Archeology of a Computer Screen*. Kunstforum International. Germany, 1995; *NewMediaTopia*. Moscow, Soros Center for the Contemporary Art, 1995.
- MANOVICH, Lev (2001). *The Language of New Media*. The MIT Press.
- MCLUHAN, Marshall (1979). *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem (Understanding Media)*. São Paulo: Editora Cultrix.
- MISSIKA, Jean-Louis e Wolton, Dominique (2005). *Televisão: das Origens ao Multimedia e à Interactividade* [Em linha] Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cadeiras/http/artigos/Televisao_das%20origens.pdf> [Consultado em 29/10/2010].
- PALMER, Daniel (2004). *Webcams the Aesthetics of Liveness* [Em Linha]. Disponível em <<http://www.members.optusnet.com.au/daniel.and.kate/Webcams.html>> [Consultado em 3/11/2010].
- QUICO, Célia (2004). *Cross Media em Emergência em Portugal: O encontro entre Televisão Digital Interactiva, as Comunicações Móveis e a Internet in AAVV, Televisão Interactiva: Conteúdos, Aplicações e Desafios*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófona/MEDIA Program.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (2000). *Introdução à Semiótica*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SILVEIRINHA, Maria João (2002). *Novos Media, Velhas Questões*. [Em linha] Disponível em <<http://www.bocc.uff.br/pag/silveirinha-maria-joao-novos-media-velhas-questoes.pdf>> [Consultado em 28/10/2010].
- SAUSSURE, Ferdinand (1971). *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Edições Cosmos
- TURKLE, Sherry (1997). *A Vida no Ecrã. A Identidade na Era da Internet*. Lisboa: Relógio d'Água.
- WHITE, Michele (2006). *Television and Internet: Differences by Design*. Sage Publications.

CALEIDOSCÓPIO

III.

**Acontecimento,
Arte e Técnica**



Acontecimento, Arte e Técnica

CALEIDOSCÓPIO

ARTE, ACONTECIMENTO E ACÇÃO*

A temática do acontecimento tornou-se central no pensamento moderno e contemporâneo (de contornos eminentemente filosóficos). Podemos dizer que ela é o lugar de um debate fundamental com a ontologia clássica, para a qual todo o acontecer coincide obrigatoriamente com a verdade contida na transcendência do ser. Trata-se, portanto, de um debate eminentemente filosófico (técnico, mas também basilar), pois dele pendem questões tão fulcrais como a de saber se no plano da vida e da história dos homens acontece realmente algo, se pode nele verdadeiramente surgir algo que não esteja previsto nessa identidade pré-dada, ou se, pelo contrário, nele apenas se efectiva a verdade do ser.

A possibilidade de pensar o sujeito, a história, a política e ainda questões como o desejo, a vontade, o amor e também a arte parecem depender, para os modernos, da resposta a esta questão. Isto é, dependem do reconhecimento de que em todos esses âmbitos ou dimensões da vida possa ter lugar um tal surgimento e, se assim for, da possibilidade de conferir sentido a esse acontecimento estranho àquilo que é e àquilo que já aí está.

Compreende-se que o valor emancipador do próprio pensamento e da história, assim como o valor de liberdade, ou o valor verdadeiramente originário ou original da arte, dependa, portanto, da determinação do que é um acontecimento, tarefa central ainda hoje em obras como, por exemplo, as de Deleuze ou de Badiou.

Maria Teresa Cruz

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa (FCSH – UNL)

* Texto elaborado a partir da participação na conferência "Efémero, Criação, Acontecimento", Instituto Franco-Português, 16 e 17 de Setembro de 2008.

MARIA TERESA CRUZ

A ideia de acontecimento permanece, portanto, no centro do debate entre um pensamento da transcendência e um pensamento da imanência, ou entre um pensamento do universal e um pensamento do singular e da multiplicidade, problemáticas da ontologia que, curiosamente, acompanham bem algumas das necessidades ideológicas do século XX e XXI, crispadas sobre o particular e ao mesmo tempo embarcadas em processos como os da globalização.

Na verdade, poderíamos dizer que em todo o pensamento moderno está presente esta ânsia do acontecimento, isto é, esta ânsia de que no plano da vida humana, apesar da descoberta da sua irreduzível finitude, aconteça realmente algo (dialéctica ou não dialécticamente, através de uma subjectividade constituinte, transcendental ou, pelo contrário, através de uma subjectividade puramente aberta e experimental, o que são já decididamente tecnicidades ou construções filosóficas).

O que importa é que a noção de acontecimento procure ser, no pensamento moderno e contemporâneo, a marca de um rompimento com a ontologia, mas que ele arraste ao mesmo tempo consigo um debate que não deixa de a ressuscitar nostalgicamente, ou até revivificar. No geral, podemos dizer que o pensamento moderno mantém a necessidade de pensar a ideia de eclosão, de aparecimento, de surgimento ou mesmo de originação que a noção de acontecimento evoca e a *poiesis* ou a arte será um dos lugares desta questão persistente.

O mais nítido desenraizamento da ideia de acontecimento relativamente à ontologia clássica é porventura a sua redução a mera efectivação espaço-temporal ou ocorrência histórica, isto é, a um "aqui e agora", valor que, como sabemos, requereu a invenção de uma temporalidade nova (efémera, transitória, instantânea) que a tardo-modernidade tão aprofundadamente tematizou. Mas mesmo este concreto "aqui e agora" se entretecerá, na cultura moderna, de ambiguidades metafísicas, pois a dimensão espaço-temporal de qualquer experiência é sempre única e irrepitível, evocando assim, ainda que nostalgicamente, o carácter ontológico único de uma originação. E também a este respeito, a arte, ou a arte e a sua experiência estética, serão domínios onde estas ambiguidades se tornarão bem visíveis.

Fora destas ambiguidades metafísicas, e mesmo quando realmente tomada como pura ocorrência, a noção de "acontecimento" mantém ainda um enorme atractivo para uma época supostamente desprovida de transcendência. Numa experiência irremediavelmente fragmentária, numa temporalidade cuja estrutura parece ser a do instante, numa realidade que sabemos não poder conhecer absolutamente, o acontecimento é o que pode ainda salvar ou, pelo menos, o que pode ainda esperar-se, mesmo ao preço de tocar tangencialmente a mais angustiante incerteza, o caos ou a entropia. E por isso o "acontecimento" se tornou estruturante para um pensamento político revolucionário, para a cultura espectacular dos *media* ou para a Sociedade da Informação. Chame-se-lhe Revolução, Desastre ou Informação, essa ocorrência incerta que o acontecimento é, essa pequena ou grande catástrofe, promete sempre algo, na medida em que, mesmo na ausência de uma história do ser que tudo decidiria por nós, o acontecimento reduz o indecidível.

Que nada aconteça, quando tudo ficou finalmente em aberto pelo nosso desenraizamento metafísico, é o maior temor e por isso enchemos os dias de notícias, de informação, de projectos

ARTE, ACONTECIMENTO E ACÇÃO

e de eventos, encarando ao mesmo tempo com aparente serenidade intelectual o fim da história, de Deus, da Revolução e de tudo o mais de que a gosto ou a contra-gosto nos libertámos. Imunizados contra os sucessivos acontecimentos/catástrofes que desfilam no plano das imagens, suspensos quando muito da eventualidade de um novo Acontecimento final (o da catástrofe ecológica), parecemos viver na era onde o excesso de acontecimentos e, ao mesmo tempo, a ausência de acontecer seriam substituídos ou compensados pelos devires, pelos fluxos, por uma nova ontologia, ou pelo menos por uma nova lógica de efectualização (a do virtual, actual), que dissolveria a própria lógica do acontecimento, numa transitoriedade constante. Esta transitoriedade não seria sequer já a transitoriedade moderna do instante, como ocasião (ainda que fugaz) para o acontecimento, mas uma transitoriedade dissolvente de toda a identidade, reversível, infinitamente móvel: a transitoriedade das ligações, das hibridações e devires, que poria enfim termo a toda a nostalgia do acontecimento ou da originação e do seu enraizamento no ser. Tais são as últimas palavras mágicas da comunicação resultantes do que poderíamos talvez chamar, paradoxalmente, a última revolução: a revolução da informação. E há muitos que se lhe referem efectivamente assim. A revolução informacional.

Esta última revolução, ou acontecimento profundamente transformador da nossa cultura, que a faz passar a um novo estado e forma de ser, o qual está a originar novas formas ou, mais ainda, uma nova relação com a plasticidade é, conforme mais comumente a identificamos, uma revolução tecnológica e medial. Uma revolução que se situa ao nível da nossa invenção específica da escrita – a de uma escrita alfabética, que começou com a matemática e a poesia – e a ela parece retornar, na sua aparente facilidade para a tudo disponibilizar um devir plástico e um regresso à beleza. Devir que deriva, na verdade, no caso das tecnologias da informação, de um programa, de um modelo matemático e de um novo alfabeto, cuja unidade mínima é o *bit*, isto é, a informação, definida ela própria como um acontecimento, ou uma ocorrência e sua relação com a incerteza. O mundo do processamento da informação opera, pois, por milhares de infra-ocorrências, à aceleradíssima velocidade dos micro-processadores, a qual se transmite depois, como por uma vaga, a todos os nossos gestos e a todo o nosso quotidiano, dando-nos a impressão de que não há mais tempo, nem acontecimento, mas apenas fluidez e fluxo. A velocidade apaga toda a descontinuidade e rígida discretização da informação, do mesmo modo que a radical modularidade e variabilidade que ela permite introduzir faz submergir o programa e que a possibilidade de operacionalizar os objectos em várias *layers* dá a ilusão de uma pura superficialidade em devir.

Para esta revolução tecnológica, mais ainda do que para todas as outras, o pensamento político vem necessariamente tarde ou num depois de contornos vanguardistas, inventando categorias como “Sociedade da Informação” ou “Globalização”, através das quais se procura construir um leme ou uma pilotagem política da vaga. E, na verdade, nem tudo é vaga e nem todos são surfistas ou artistas do fluxo, papel que nos parece estar predominantemente reservado. Alguns são engenheiros e designers de sistemas, programadores, arquitectos de modelos informacionais, matemáticos, inventores de linguagens. Com ou sem pilotagem, a informação é decisão, gestão da entropia, cálculo de probabilidades, antecipação em si mesma dos acontecimentos em que

MARIA TERESA CRUZ

havemos de estar envolvidos, mais ou menos mecanicamente ou mais ou menos criativamente. A informação é sempre o cálculo da diminuição da incerteza para um receptor (ou máquina molecular) e, nessa medida, tentativa de antecipação de toda a ocorrência e de toda a decisão, disponibilizada na permanente escolha múltipla, menus, *links* e *clicks*.

Como acontecimento tecnológico que é, a revolução da informação não é menos expressão de vontade e de vontade de poder do que aquela que a razão e a técnica moderna expressaram, em tensão, tal como a arte, com a ontologia e a história do ser. Mas será particularmente na era da informação, tal é um dos sentimentos difusos da viragem do século, que a arte e a técnica se descobrirão geminadas, mais do que em tensão ou até em contradição, nesse rompimento com a ontologia. Os mais ousados sonhos da vanguarda, tal como o de todos sermos artistas, parecem com efeito poder realizar-se tecnicamente no que poderíamos chamar uma mobilização da criatividade. Este encontro da arte e da técnica na era da informação não parece fazer-se com os contornos precisos de uma poética (no sentido mais preciso e forte do tempo), mas sim através de uma actividade ou prática bem mais alargada e difusa, um "acto criativo" (Duchamp) onde artista e receptor se reúnem, culminando numa das mais poderosas ideologias do presente: a da interactividade.

Reinventar a arte, para além do acontecimento, não é certamente uma tarefa imediata (nem talvez unicamente da esfera da própria arte ou dos artistas), pois o seu surgimento está precisamente ligado à lenta consagração filosófica e cultural da arte como um acontecer. Não resisto aqui a uma citação de Hans Blumenberg: "a ideia do artista demiurgo terá levado longos séculos até aflorar o pensamento da estética. A sua emergência liga-se à lenta aquisição de um estatuto ontológico por parte da arte; até aí, na obra do homem, não acontece essencialmente nada" (1981: 70). De todas as esferas que a razão moderna autonomizou e para as quais forneceu narrativas e valores próprios, a arte é, por isso, aquela que mais dificilmente sobrevive a um desenraizamento ontológico, pois esse enraizamento, na verdade, só conquistou com a própria modernidade, para logo o ver questionado. A modernidade em arte é, neste sentido, o seu surgimento e a sua morte, conforme o próprio pensamento moderno, por várias formas, o tematizou. De todas, talvez as palavras de Hegel tenham sido, de facto, as mais pregnantes, quando afirmou que em arte, ou no *medium* da arte, já nada irá acontecer, ou melhor, que tudo o que podia aí acontecer já aconteceu, na medida em que a realização do espírito exige agora uma mediação distinta, não meramente sensível como a da arte. O sentido preciso do famoso veredicto de Hegel é, pois, o de que não haverá mais acontecimento artístico, independentemente de a arte continuar a existir, remetendo assim para a história passada as realizações da arte. Ferida no seu estatuto ontológico e ao mesmo tempo projectada na história, a arte moderna inicia aqui a sua actividade compensatória. Poder-se-ia dizer que a vanguarda, com a sua enorme diversidade e mesmo gratuitidade de gestos e a sua projecção no futuro, é a resposta simétrica a este veredicto, sugerindo que se nada acontece em arte, é porque se quer precisamente em aberto a sua natureza e tudo o que nela possa acontecer apenas será compreensível no futuro. Na arte não devemos esperar o que é, mas o que está por vir. O novo será, assim, a forma do

ARTE, ACONTECIMENTO E ACÇÃO

acontecimento possível em arte, revelando a falha de uma identidade ontológica e, ao mesmo tempo, o destino que lhe está doravante traçado de habitar a história.

Poderíamos assim dizer que, também na arte, é sensível a redução da ideia de acontecimento a mera ocorrência ou experiência histórica. E, com efeito, não terá sido preciso esperar muito para ver surgir, na arte do século XX, uma arte que se reclamará do “acontecimento” (*Happening*), como ocorrência, mero momento no espaço e no tempo, mera efectualidade de uma acção, de um gesto, de uma operação que não é já a da produção de uma obra que adquire o estatuto de presença e se destina à perenidade, mas sim, pelo contrário, a de uma acção aqui e agora que está, à partida, destinada a não perdurar (*happening, performance* ou accionismo, para nomear apenas alguns dos termos inventados). Ainda assim, e como procurei sugerir atrás, a difícil assunção do fim do estatuto ontológico do acontecimento artístico reinventa nostalgicamente neste “aqui e agora” uma presença aurática da obra nitidamente em falha. Na verdade, aquilo a que claramente se assiste nesta arte da acção é a uma das várias formas de dissolução da obra de arte. Neste caso, por via de um deslize da *poiesis* para a *praxis* (Agamben), deslize, portanto, do estatuto poético da arte (da obra, do operar e do fazer) para um estatuto prático do agir. Ora, esse deslize é bem significativo do fim de uma ontologia da arte que necessita realmente da noção de *poiesis*. Todos se lembrarão da sua tradução como *Her-vor bringung* (pro-dução), em Heidegger, para permitir pensar uma passagem do não ser ao ser e, portanto, a interpretação da obra como aquilo para o qual a própria a verdade ou o desvelamento do ser tende (o *sich inswerksetezen der wahrheit*). Poderíamos discutir ser esta arte do acontecimento como ocorrência e acção, como efemeridade e aqui e agora, feita de gestos banais e de uma valorização e ao mesmo tempo curto-circuito do quotidiano e do instante, não apenas uma ontologia negativa da arte, mas uma das tentativas porventura mais conseguidas de reinventar de facto a arte como *praxis* da vida e como arte política, como tantas vezes reivindicou a vanguarda. Mas poderíamos também interrogar-nos se esta arte que dispensa a *poiesis* e o operar não é, antes, uma pura expressão da vontade, mesmo que da vontade de arte, no que revelaria uma espécie de proximidade (Nietzscheana) com a própria técnica, enquanto expressão máxima dessa mesma vontade. Mais benignamente, poderíamos dizer que a arte da acção é bem a expressão de uma transformação generalizada da produção artística em “actividade artística”, com a sua enorme disparidade de gestos e de resultados, como se apenas estivesse em causa, na arte como em qualquer outra actividade, a concretização de uma efectualidade. E tal é, de facto, um programa que facilita a reunião de toda a actividade humana debaixo de um estatuto e de um programa técnicos.

Mas o lugar onde cultura tecnológica e cultura artística se encontram, a partir deste devir actividade da arte é, sem dúvida, o lugar do espectador. Com efeito, a arte como experiência, *praxis*, actividade, requer geralmente o receptor e a arte da acção foi pródiga em alusões, inclusões e provocações de todo o género ao espectador, devindo, *avant la lettre*, arte interactiva. Tais provocações ao espectador (quer fossem para o incluir, quer para o excluir) continuam uma pulsão de toda a vanguarda e, apesar de todas as suas diferenças, não podem deixar de ser hoje postas em relação com um poderoso paradigma cultural e artístico – o da interactividade – para

MARIA TERESA CRUZ

o qual várias formas do pensamento e da experiência moderna parecem, de facto, concorrer, nomeadamente aqueles que pareciam antes adversos, como o da arte e o da técnica. É caso para reflectir sobre as razões pelas quais a cultura moderna e contemporânea se têm sempre tanto preocupado com o espectador, seja ele o receptor da obra de arte, as audiências televisivas ou o utilizador dos computadores (com a sua filosofia *userfriendly*)...

Esse paradigma do interactivo, para o qual a arte e a técnica parecem hoje tender em simultâneo, senão mesmo em sintonia, parece comandado por uma poderosa conspiração ideológica que as ultrapassa. Podemos vê-la surgir, desde logo, com uma visão estética da arte, pois a estética é o primeiro pensamento da arte que parte do problema da recepção e não do da produção. A importância da inclusão do espectador no próprio ideário do pensamento estético moderno culmina em estilizações conceptuais tais como as da “estética da recepção” ou da “estética relacional”. Iguamente poderoso, neste encaminhamento para o paradigma da interactividade, é o pensamento da abertura ou inacabamento da obra que está presente na cultura moderna pelo menos desde o Romantismo e que conhece, no século XX, importantíssimos desenvolvimentos e algumas reflexões realmente seminais e emblemáticas, tais como as de M. Duchamp sobre “O acto criativo” ou as U. Eco sobre a “obra aberta”; e, por fim, e para nomear apenas os elementos mais visíveis desta conspiração ideológica, as ciências, a cultura e as tecnologias da comunicação, as quais compõem, por excelência, o paradigma, a prática e a operacionalização do triunfo do relacional nas nossas sociedades.

Esta conspiração baralha, nomeadamente, distinções e valores culturais importantes tais como os da espectacularidade e passividade *versus* os da actividade e participação. O accionismo e a lógica de participação que a arte contemporânea tanto advogou ao longo da segunda metade do século XX, num momento em que a cultura dos *media* recebia a crítica, entretanto banalizada, de “cultura do espectáculo” e da passividade, essa apologia da acção e da interacção, ou da activação do receptor, é hoje apanágio da cultura comunicacional dominante; do mesmo modo que as categorias filosóficas da fluidez, da desterritorialização e do devir, que interpretaram de facto com lucidez aspectos fulcrais da experiência em constituição, são elas mesmas performativizadas pela técnica. É talvez caso para lembrar Lyotard e dizer que é preciso reinventar, não apenas a arte, tarefa para a qual parece haver hoje muitos promotores, mas também o espaço crítico.

Bibliografia

BLUMENBERG, Hans (1981). “Nachahmung der Natur. Zur Vorgeschichte der Idee des schöpferischen Menschen”, in *Wirklichkeiten in denen wir leben*, Stuttgart.

Acontecimento, Arte e Técnica

CALEIDOSCÓPIO

FRAME(D). A LÓGICA DA VISÃO

Quando, em *De pictura*¹, Leon Battista Alberti (1435) instrui os pintores a considerar o quadro como uma janela aberta, mal podia imaginar que, juntamente com a perspectiva, estava a instalar na cultura ocidental uma sólida tradição de relação com a imagem em função não só desse formato, mas também dessa ideia de abertura a um outro espaço e, paralelamente, de fronteira. Começa aí o movimento de passagem de uma cultura fundada na escrita e numa lógica do mundo enquanto algo que nos é narrado, para uma cultura que favorece a imagem e a lógica de um mundo que nos é mostrado – em janelas a que, agora, chamamos ecrãs (Kress, 2006).

Quanto mais tempo passamos a olhar para os ecrãs – de televisão, cinema, computador ou telemóvel –, mais a compreensão dessa moldura (ou *frame*) se torna tão importante como a compreensão do que ela nos mostra. “O ecrã tornou-se um instrumento de comunicação e de informação, um intermediário quase inevitável na nossa relação com o mundo e com os outros. Foi penetrando no nosso espaço vital de modo diverso, ganhando em presença simbólica o que tem vindo a perder em espessura material” (Pinto-Coelho,

¹ Tratado publicado por Leon Battista Alberti em 1435, no qual apresenta a primeira definição científica da perspectiva e da pintura narrativa, salientando a dimensão intelectual da actividade pictórica. Homem da Renascença (além de teórico da arte, Alberti foi pintor, escultor, arquitecto, matemático, arqueólogo, urbanista, físico, químico, músico – um verdadeiro “homem universal” e símbolo da elite da época), as suas pesquisas levaram-no a partilhar os princípios defendidos por Brunelleschi, preocupando-se com o estudo das proporções, a geometrização do espaço e da perspectiva, fundindo ciência e arte através da matematização dos princípios aplicados.

Catarina Moura
 Universidade Lusófona do Porto
 Universidade da Beira Interior / LabCom

CATARINA MOURA

2010: 19). É, por isso, fundamental que nos interroguemos sobre o ecrã, que o ponderemos enquanto objecto, lugar, suporte e veículo, analisando as suas possíveis implicações não só no modo como comunicamos, mas também como acedemos ao mundo e nos ligamos aos outros – ou seja, que o ponderemos enquanto algo capaz de formar, conformar e, eventualmente, de formar a experiência. Pensar o ecrã é, portanto, inevitavelmente, pensar a mediação e, através dela, a ligação e a representação enquanto estruturas cognitivas e constituintes.

A mediação remete-nos para a operação em que um meio se assume como intermediário na união de dois termos distintos e, eventualmente, opostos, interpondo-se entre as duas partes sem se confundir com nenhuma delas. A técnica, o objecto técnico, é o mediador que a modernidade privilegia e consagra como motor de uma visão da história imbuída de um optimismo civilizacional assente na evolução, no progresso e numa abertura ao futuro que deve muito à crença judaico-cristã no *eschaton*, num percurso orientado para um fim e expectante no cumprimento das promessas divinas. Da ancestral invenção do alfabeto às *máquinas da visão* (Virilio, 1998) que povoam a nossa contemporaneidade, a lógica tem sido, sempre, uma tecno-lógica. A técnica é, por excelência, o terreno do *logos*, da racionalidade e da ordem que ela implica. Sendo a visão o sentido mais propício à organização, até pela forma como convoca a distância e, com ela, a capacidade de perspectivar e gerar sentido, é com naturalidade que visão e razão se unem no território da técnica, criando-lhe uma dimensão eminentemente visual sublinhada pela proliferação dos ecrãs. Esta dimensão visual ajuda a que a noção que temos de representação, enquanto consequência da mediação, seja ela própria tendencialmente imagética.

A representação e o simbólico são o suporte da teoria moderna da mediação. A possibilidade de controlar a experiência a partir de quadros (*frames*) criados pelo ser humano funda-se no facto de a representação permitir “operar numa segunda presença da realidade (*re*-representação), num novo modo de ser dela (...)” (Domingues, 2010: 13-14), aspecto que se reveste de maior clareza no contexto da teoria do conhecimento. “Com efeito, conhecer significa tornar presente ao espírito algum conteúdo ou realidade. É a possibilidade de a realidade exterior ao sujeito se tornar presente à consciência do sujeito.” (*Idem, Ibidem*) A representação é o trazer à presença algo ausente, tornando um segundo visível para um primeiro por acção de um terceiro. Traduz, assim, duas presenças: a do que antes estava ausente e a do que permite essa presença. Por acção da tecno-mediação, representação é tensão, mais do que entre presença e ausência, entre presença *sobre* presença, ou seja, a representação traduz a dimensão configuradora e constituinte do terceiro elemento, instalando o simbólico como estrutura cognitiva ao propor uma orientação/direcção ao olhar e, através dele, à percepção. Ao apoderarem-se da realidade para a difundir, os meios tecnológicos transformam-na num produto das suas próprias características, *desrealizando-a* e devolvendo *outro* sob a aparência do *mesmo*.

A experiência moderna do mundo é suportada por um conjunto de artefactos susceptíveis de manipulação e transformação racionais. A proeza da modernidade foi o modo como racionalizou os mecanismos visuais (Robins, 2003) através da elaboração de *modos de ver* formais e abstractos (a *framed visibility* de que fala Anne Friedberg, 2006), fazendo com que essa experiência do

FRAME[O]. A LÓGICA DA VISÃO

mundo seja apreendida, na sua quase totalidade, a partir de um *ponto de vista* e da lógica (histórica) que lhe é imanente² e que, na actualidade, desemboca no conceito de interface.

Interface: ligação, acesso e configuração

É fundamental, para melhor compreender as noções de ligação, mediação e representação, explicitar o conceito de interface. A importância desta clarificação advém justamente do facto de, hoje em dia, ser imediata (e precipitada) a associação da palavra interface a um correspondente material. Nesta linha de pensamento, entendemos como tal todos os dispositivos – *hard* e *soft* – através dos quais o ser humano e a máquina comunicam entre si, sejam eles dispositivos de entrada (que captam e digitalizam a informação – caso do comando ou controlo remoto, do teclado, do rato, do *scanner* ou de qualquer superfície sensível) ou de saída (que permitem a visualização da informação inserida pelos dispositivos anteriores – caso do monitor/ecrã ou da impressora, por exemplo). No entanto, o conceito de interface assume, na verdade, uma amplitude muito mais significativa, abrangendo não só o espaço cénico que (ou no qual se) objectiva o olhar, mas também todos os aspectos cognitivos e emocionais da experiência que o processo de comunicação com a máquina invoca no utilizador.

A importância contemporânea das interfaces, compreensível no âmbito de uma cultura que privilegia o conhecimento e a experiência mediados por toda a parafrenália de dispositivos que o exponencial desenvolvimento técnico das últimas décadas colocou à disposição do humano, traduz-se, no limite, na possibilidade que nos apresenta de conceber integralmente não só ambientes como a própria experiência. Neste sentido, interfaces não são apenas dispositivos de ligação, acesso ou imersão, janelas através das quais podemos espreitar e interagir com o universo virtual da imagem. A interface é também e, antes de mais, um formato que se traduz num espaço mental. E é como tal que tem vindo, ao longo dos séculos, a configurar o imaginário ocidental.

Interface é, como o próprio nome indica, uma superfície mediadora entre duas ou mais entidades. A palavra ‘superfície’ ilustra a duplicidade deste conceito, ao remeter para uma dimensão simultaneamente háptica e óptica que nos ajuda a compreender que a ligação que a interface induz, ainda que partindo do material (aquilo que tocamos), desembocará sempre na imagem (naquilo que vemos) e, portanto, no imaterial.

É com naturalidade que a questão das interfaces conflui com a noção de ecrã, ele próprio composto por essa dupla dimensão táctil e visual, material e virtual, que configura há pelo menos cinco séculos a relação do ser humano com a imagem. Falar de ecrã, entenda-se, é falar

² A hermenêutica contemporânea compreende o carácter histórico e contextualizado da compreensão. As experiências e estruturas de pré-compreensão de cada ser humano compõem o seu horizonte, a consciência histórica que permeia toda a nossa realidade. Hans-Georg Gadamer (1997) defende, justamente, no âmbito de uma teoria filosófica da história, que a distância cronológica que separa o intérprete do seu objecto o aproxima da sua compreensão, ao permitir-lhe reconstruir o seu horizonte histórico.

CATARINA MOURA

de uma moldura, de um enquadramento, de uma janela que, desde o Renascimento, permitiu a comunicação com o universo virtual, imagético, imaginário, da representação visual.

O Renascimento humanista, que caracteriza o século XVI, tem implicações profundas na visão do mundo que instala na sociedade ocidental. Desde logo, uma visão que deixa de remeter para Deus, passando a considerar o homem como medida e referência, nomeadamente para a representação. É justamente daqui que nasce a Perspectiva, da construção da imagem em função de um ponto de fuga que mais não era que o observador. A imagem é construída para ser observada e as suas proporções são geometricamente determinadas por essa observação. A precisão matemática traz a linguagem da ciência para um espaço que abandona assim a referência divina. *A Flagelação de Jesus Cristo*, de Piero della Francesca, é exemplo disso mesmo, causando espanto e polémica ao colocar a figura de Jesus e a própria acção que define a temática do quadro, que noutros tempos teriam ocupado a frente e o centro da composição, como elemento de fundo, obrigando o olhar a mergulhar na imagem e a procurar na profundidade por ela simulada.

A imagem persegue a realidade e desenvolve, a partir do século XVI, mecanismos geométricos que permitem recriá-la com maior fidelidade, ao explorar no espaço plano e rectangular da tela a terceira dimensão permitida pela Perspectiva.³ É isto que faz do ecrã uma tecnologia antiga, se assumirmos como tecnologia um mecanismo de artificialização e de manipulação da realidade inventado pelo ser humano.

Quando Pierre Lévy (1990) fala de *tecnologias da inteligência*, é justamente neste sentido de reconhecimento da capacidade criadora do ser humano a partir da sua definição enquanto animal racional. É desta racionalidade que emerge o artifício que, um dia, devém máquina, mas que começa por se manifestar enquanto abstracção e conceito – ou não fosse o alfabeto, inventado pelos gregos cerca de 700 a.C., a nossa primeira *tecnologia da inteligência*. O ecrã surge igualmente desta capacidade de abstrair, de pensar e enquadrar a realidade a partir de um ponto de vista – ou seja, de *representar*. No fundo, o que o ecrã permite é a ilusão, sustentada pela imagem e pela sua realidade material enquanto objecto, de poder espreitar para outra dimensão, para uma

³ Não surpreende que seja no século XVI que o rectângulo surja como formato para a imagem, associado à invenção da Perspectiva e à demanda geométrica norteada pelos princípios da Antiguidade Clássica revelados pela descoberta quinhenista do tratado *De Architectura*, da autoria do arquitecto e engenheiro romano Vitruvius Pollio, século I a.C.), que inspira os artistas da Renascença a criar a partir da ordem, proporção e harmonia formais que, no passado, haviam norteado as construções greco-romanas. Do tratado (dividido em dez volumes) consta a apresentação do homem vitruviano – ou homem de Vitruvius –, conceito conhecido graças à interpretação e representação que dele fará Leonardo Da Vinci no século XV (por volta de 1490) e que define as proporções perfeitas do corpo humano (de acordo com o cânone clássico) a partir do raciocínio matemático e da lógica inerente ao que conhecemos como divina proporção. Representada pela letra grega ϕ (*phi*), a divina proporção – também conhecida como razão de ouro, proporção áurea, número de ouro, secção áurea, entre outras – é uma constante real algébrica irracional que corresponde ao valor arredondado a três casas decimais 1,618 e que surge frequentemente na natureza, associada ao crescimento e à proporção. O fundamento matemático da proporção e, portanto, da harmonia leva vários artistas do Renascimento (como Botticelli, Miguel Ângelo ou o já citado Da Vinci) a aplicar a razão de ouro à imagem, procurando assim aperfeiçoá-la como reprodução fiel da realidade. Embora também tenha sido aplicada à escultura e à arquitectura, é na pintura que a divina proporção deixa um dos seus contributos mais duradouros, sob a forma de rectângulo – o *rectângulo de ouro* que o mundo ocidental perpetua como formato *default* da imagem tecno-mediada até aos dias de hoje.

FRAME[O]. A LÓGICA DA VISÃO

realidade virtual para a qual ela remete enquanto representação. Neste sentido, a interface (a que tanto podemos chamar ecrã, como quadro ou *frame*) assume-se como ligação, mais do que a um objecto, a uma experiência – ligação que, além de suporte, é sobretudo configuração. O próprio alfabeto opera a esse nível, instalando com a escrita um pensamento linear que mimetiza as suas propriedades formais (a linha) e conceptuais (a abstracção). Ao favorecer a adopção de um ponto de vista único (literalmente, pois tanto a escrita como a leitura são acções essencialmente individuais e solitárias), a escrita desenvolve a uniformidade e suscita a ordenação lógica do discurso, permitindo a construção e o desenvolvimento de saberes racionais e sistematizados. Ao afirmar que o meio é a mensagem, Marshall McLuhan (1997), na esteira de Harold Innis (1951), chama a atenção justamente para o poder configurador dos meios (*o meio é a mensagem*), afirmando relativamente à escrita (ou ao que designa como *cultura tipográfica*) que a sua permanência no espaço e no tempo torna possível a formação de sociedades dispersas por extensões geográficas consideráveis, permitindo a constituição regulada de memórias externas, objectivadas (registos, inventários, arquivos) e criando condições para a extensão da cultura e para a democratização do saber. É interessante que McLuhan designe esta cultura tipográfica como visual, pois a escrita convoca, mais que qualquer outro, o sentido da visão.

A associação aqui implícita entre visão e razão (*logos*) tem vindo a ser reforçada ao longo da história. O século XVI é disso exemplo, ao tornar todas as dimensões da actividade criativa (e criadora) humana permeáveis à linguagem científica. Se Leonardo Da Vinci era simultaneamente um pintor, um inventor, um homem da Ciência, é justamente em função dessa completude intelectual que define o que entendemos ainda hoje como homem da Renascença. Também o século XVIII, iluminista e iluminado, revolucionário por definição – ou não fosse ele palco de dois momentos fundadores da modernidade: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial – associa claramente visão, razão e conhecimento⁴, aos quais acrescenta um ingrediente decisivo: a técnica, instalando uma ideia de evolução e de progresso que passa pela gestão de todos estes elementos. O século XIX confirma o sucesso da receita com uma das invenções mais determinantes para a configuração do mundo ocidental contemporâneo: a máquina fotográfica, a que o século XX dá seguimento com o cinema, a televisão e o computador.

Herdeira directa da lógica representativa renascentista – que passa não só por enquadrar a imagem num rectângulo, mas também pela construção da mesma a partir do olhar, ou seja, de um ponto de vista, de uma perspectiva -, a máquina fotográfica vem revolucionar o mundo da imagem em geral e da arte em particular, ao substituir a produção manual que, durante séculos, determinara o talento com que a realidade se vira representada e materializada. O cânone artístico vê-se comprometido no momento em que uma máquina consegue reproduzir a realidade com uma fidelidade superior à obtida pela mão humana, acrescentando ao processo um novo factor, próprio do funcionamento da máquina, com a qual o artista se via igualmente impossibilitado de competir: a velocidade.

⁴ Associação curiosa, sobretudo quando ilustrada a partir de uma outra, a que correlaciona simbolicamente a Idade Média com as “trevas”, a ausência de luz, a obscuridade, enquanto sinónimos de caos e ignorância.

CATARINA MOURA

A fidelidade da reprodução maquínica revela-se fracturante. Desde logo, para a arte, que se vê radicalmente transformada ao longo do século XX – ao ponto de vezes mais extremas a declararem morta. Libertado do constrangimento do realismo, o artista começa a explorar outras dimensões da representação, visões mais pessoais que desembocam na abstracção e conceptualização progressivas de uma prática artística cada vez menos assente no gesto, no fazer e mais na ideia, no pensar, subordinando o objecto ao conceito. Mas a fractura provocada pela máquina fotográfica sente-se no âmago da própria imagem (em geral e não exclusivamente artística) e nas expectativas que ela gera enquanto simulacro.

A relação humana com a imagem nunca foi simples, em grande medida devido à semelhança que a imagem pode ter com o objecto representado. Quanto mais realista for, maior confusão pode gerar, pois tendemos a ignorá-la no que ela é ou pode ser em si mesma, a neutralizá-la, interpretando-a como se fosse a própria realidade que representa – e não, no fundo, uma interface que torna presente essa realidade ausente, formatando-a tanto a nível material como visual e forçando o observador a vê-la segundo novas condições, próprias não da realidade, mas da imagem.

O realismo da imagem fotográfica acentua-se quando o cinema lhe adiciona movimento, expondo-a de forma mais evidente na sua relação com o tempo, já que tradicionalmente foi sempre mais imediato pensá-la em ligação com o espaço – espaço este que, com a imagem cinematográfica, passa a designar-se ecrã e cujo formato oferece continuidade ao rectângulo como quadro, enquadramento.

Não é fortuito pensar uma imagem que se pretende a mais fiel reprodução da realidade a partir de duas das categorias mais importantes para a definição dessa mesma realidade – espaço e tempo -, sobretudo porque o ponto de partida dessa reflexão é justamente uma imagem produzida pela máquina – e esta realidade tecno-mediada (ou seja, difundida pelas máquinas) cruza-se directamente com o problema que aqui nos ocupa.

A transformação da noção clássica que temos de espaço e de tempo equivale à transformação do próprio conceito de realidade. Em ambos os casos, esta transfiguração é motivada pela evolução da técnica, evolução essa profundamente ligada à imagem e às máquinas da visão que povoam o mundo contemporâneo e que operam a nossa ligação a esse mesmo mundo. Esta questão torna-se tanto mais premente quanto definitiva com o aparecimento, primeiro, da televisão e, pouco depois, do computador, cuja relevância advém, desde logo, do facto de contribuírem para o desenvolvimento e expansão, não só da comunicação mediada, mas mass-mediada, ou seja, dirigida às massas – conceito que, com o avanço tecnológico, adquire uma dimensão potencialmente universal. O impacto global dos novos meios generaliza o ecrã como interface, pois tanto a televisão como o computador se definem igualmente em função desse espaço. Sucessor formal da janela renascentista, o ecrã estabelece-se, assim, como lugar onde confluem informação e imagem, fusão que o computador exponencia através da força uniformizadora do código com que programa a informática.

Definir um espaço de ligação e de acesso é também, inevitavelmente, definir um lugar para aquele que se liga e acede. A evolução destes dispositivos visuais constrói-se, desde o seu início,

FRAME[0]. A LÓGICA DA VISÃO

em função de um observador, cujo corpo e percepção se tornam parte do processo comunicativo, a partir do momento em que a imagem é construída para e em função dessa observação, desse corpo/olhar estático que deverá colocar-se a alguma distância do ecrã de modo a poder perspectivá-lo (Manovich, 2005; Pinto-Coelho, 2010). Esta lógica mediadora que tem no ecrã uma fronteira, um quadro que permite que uma realidade alternativa se apresente no espaço do observador sem que com ele se confunda, está a ser ameaçada à medida que a evolução tecnológica desmaterializa as ligações e, com elas, os limites estáveis que possibilitavam a coexistência entre um *lado de cá* (real) e um *lado de lá* (virtual), durante séculos perfeitamente definidos enquanto opostos.

Meios ou mapas?

É um facto que a cultura visual do período moderno, da pintura ao computador, se caracteriza pela existência de um espaço virtual encerrado numa moldura rectangular presente no nosso espaço físico. A função do ecrã permanece constante ao longo dos tempos: mediar (separando e ligando) dois espaços distintos, mas coexistentes – através desta interface. Esta mediação traduz-se numa configuração do mundo que é, simultaneamente, organização, formatação, delimitação, enquadramento. A intencionalidade e o poder constitutivo das interfaces passam a estar directamente relacionados com a experiência e o conhecimento a partir do momento em que estes advêm, na sua significativa maioria, dos dispositivos tecno-mediadores que povoam a cultura electrónica actual, determinando o suporte, a forma e o conteúdo da comunicação humana e, podemos suspeitar, o próprio humano.

McLuhan foi efectivamente visionário ao perceber que os meios, mais do que veículos inócuos de mensagens, são próteses configuradoras, capazes de transfigurar a cultura humana ao determinar a sua evolução. Antes dele, já Walter Benjamin (1991) antecipara nos novos dispositivos visuais o poder para reconfigurar a experiência da imagem, não só em termos simbólicos como físicos e perceptivos, ou seja, não seria apenas culturalmente que o ser humano teria de se ajustar às implicações das novas máquinas de produzir e reproduzir imagens, mas também fisicamente, ao nível da percepção neuro-cognitiva, desenvolvida quando confrontada com meios mais exigentes.

O *mundo da vida* (*Lebenswelt*) do homem contemporâneo é constituído, na sua quase totalidade, por uma soma de saberes e descrições tecno-mediados. A ideia de que estes meios configuram o nosso *modo de ver* gera algum desconforto quando nos atemos a preocupações éticas centradas no potencial manipulador e no carácter intencional dos conteúdos mass-mediados, mas torna-se incontornável aceitar que a sua intervenção opera, no mínimo, enquanto orientação cognitiva. Um guia cuja actividade “mapeante” começa na forma muito antes de passar pelo conteúdo.

Torna-se importante perceber o que significa, nestas condições, uma *orientação*. Este conceito começa por ter uma dimensão essencialmente espacial. Saber orientar-se num qualquer

CATARINA MOURA

espaço pressupõe conhecê-lo bem, o que implica um mapeamento prévio desse mesmo espaço. Os meios fornecem esse mapeamento, tanto ao nível das descrições que proporcionam, como da sua própria formatação. A sua acelerada dinâmica temporal devolve-nos a imagem de um mundo instável, em constante mutação, sendo os seus mapas igualmente provisórios e fragmentários, carentes de actualização constante.

Ainda assim, um mapa é apenas um instrumento, uma condição prévia de orientação. Para que esta se efective, é necessária uma direcção, um ponto cardeal, ou seja, a orientação pressupõe a intencionalidade de um caminho – ou, mais prosaicamente, que saibamos para onde nos dirigimos. Na linha de Steven Johnson, “a interface é uma maneira de mapear esse território (...), um meio de nos orientarmos num ambiente desnorteante” (2001: 33). A questão que aqui se coloca é saber se a interface se limita a ser mapa ou se, pelo contrário, se assume como direcção. É a sua natureza incerta que a torna problemática. E não é difícil perceber que esta problemática opera a um nível simultaneamente estético, ético e político. Desde logo porque pensar o processo de mediação implica, necessariamente, pensar o processo de emissão e o processo de recepção.

Os meios desempenham um papel central na esteticização do mundo e da própria experiência, à medida que a centram não só na visão, mas na própria mediação, artificializando a sensibilidade. Maria Teresa Cruz fala, justamente, de uma “sensibilidade artificial”, detectando “sinais claros de que a técnica e a estética se encontram em trajectórias de convergência e de que esta convergência é tão importante quanto foi aquela outra entre a ciência e a técnica” (2000: 1). Mediar simbolicamente a afecção começa por ser um problema de ordem prática, que a estética assume a partir do século XVII, em concorrência explícita com a ética e a política. (*Idem, Ibidem*) Efectivamente, a cultura da modernidade, apesar dos seus constantes apelos à ética e à política, é na verdade predominantemente estética. Não é descabido pensar esta ligação. O estético não está directa ou necessariamente relacionado nem com o belo, nem com a arte, tratando-se, antes de mais, de uma maneira de viver ou experienciar o sensível, o tempo e o espaço. A estética está, portanto, hifenizada à questão da afecção – evidenciando-se, aqui, no território da experiência, a sua convergência com a técnica.

A experiência como problema

Observamos, assim, que o que começa a emergir como verdadeiramente problemática é a experiência – afinal, como pode um tipo de experiência não ser tão válido como qualquer outro? Porque não haveríamos de o “ter em conta como igualmente significante e expressivo”? (Robins, 2003: 42). A categoria de experiência é importante porque nos devolve a medida do nosso estar no mundo. Quanto mais ambígua se torna, mais se vê afectada a nossa capacidade de aprender e constituir a partir dela. Thomas Ogden acredita que a tecnocultura permite a criação de “formações substitutas, que implicam transformar a condição de não-experiência na ilusão de experienciar e conhecer, preenchendo assim o espaço potencial no qual estados sensíveis e processos de transformação” (1989: 8). É importante que nos questionemos sobre a possibilidade de, sob

FRAME[O]. A LÓGICA DA VISÃO

este aparente movimento de abertura ao mundo, estarmos na verdade a proceder ao encerramento da experiência – sobretudo se tivermos em conta que esse mundo que nos chega através do espaço de fluxos (Castells, 1999), liquidez (Bauman, 2000) e velocidade (Virilio, 1998) que a tecnologia suporta e permite é, também (e em consequência), um mundo de contenção e controlo, tornando-se assim um problema simultaneamente estético, ético e político.

A Guy Debord inquieta saber que o mundo se faz ver por diferentes mediações sem que delas nos demos necessariamente conta. Explicar a mediação torna-se fulcral quando ela é ligação ao mundo e, em consequência, o quadro lógico da identidade do sujeito, ao invés de ser produzido a partir do real, passa a sê-lo a partir do não-real, à medida que a vida se degrada “em universo especulativo” (Debord, 1991: 16).

Robins é cirúrgico ao definir que o que agora está em causa são as consequências deste processo histórico de racionalização do campo da visão, ou seja, se à medida que a visão se afasta da experiência será possível voltarmos a estar conectados “a um mundo que já não tomamos como real, um mundo cuja realidade tem sido progressivamente filtrada” (2003: 29). Uma discussão que a crescente desmaterialização das interfaces e do próprio processo de mediação torna, mais que pertinente, urgente, sobretudo se pensarmos que tão relevante como a imposição de um formato é a sua retirada e, com ela, a noção de limite, fronteira e referência que nos norteia em função da tradicional e já referida divisória entre *lado de cá* e *lado de lá* ou, se preferirmos, *dentro* e *fora*. Essa duplicidade de espaços tem funcionado como referência, mais do que para a imagem, para a própria vida, tendo sido em função dela, por exemplo, que a arquitectura concebeu semioticamente a *paralinguagem* não só da habitação como do próprio *acto de habitar* (Bártolo, 2005) como algo assente na diferença essencial entre um espaço próprio, interior, próximo e o seu oposto, exterior, distante.⁵ No limite, e seguindo essa mesma lógica, é o corpo o nosso último *frame*, a derradeira garantia referencial que mantém a nossa percepção ancorada ao mundo físico do *aqui e agora* a que ainda chamamos realidade.

É interessante observar que, enquanto a arquitectura trabalha o espaço a partir do sujeito, o design virá, ao longo do século XX, a impor-se pela forma como trabalha o espaço a partir do objecto, associando-se à tecnologia na construção de um mundo de “objectos ligados a objectos ligados a objectos que se ligam a nós” (*Idem*: 282), ou seja, um mundo tecno-media do cujo espaço se traduz numa configuração comunicativa definida a partir de uma lógica cada vez mais temporal (ou, se preferirmos, espaço-temporal). O tempo tecnológico trabalha a actualidade e a imediatez como outrora o tempo histórico trabalhou a permanência e a durabilidade. Como vemos, a natureza dos meios configura não só um espaço, mas também um tempo perceptivo. O tempo histórico, cronológico e linear ajusta-se a lógicas extensivas e cumulativas como a enciclopédia, o arquivo e a biblioteca, orientando-se a partir de uma noção de saber, de conhecimento e de valor da informação determinados pelo critério de verdade e pelo tratamento científico da mesma. O tempo tecnológico, pelo contrário, é

⁵ O ser humano foi pensado pela modernidade a partir desta vivência enquadrada, estruturada em função da separação concreta entre o espaço próprio e o espaço do outro, que se traduzem em noções igualmente compartimentadas opostas de mesmidade e alteridade.

CATARINA MOURA

condicionado pelo elemento-chave do funcionamento da máquina: a velocidade, que a informática potencia ao desmaterializar a informação, permitindo-lhe fluir sem atrito, ao ritmo da luz. A velocidade possibilita, desde logo, uma comunicação em tempo real que, embora à distância, simula a proximidade devido ao seu carácter imediato. Mas, mais do que isso, ao enfatizar o momento (do *click*, da ligação, do acesso), amputa o tempo clássico a três dimensões (passado, presente e futuro), aprisionando-o num *eterno presente* e validando a informação já não a partir de um critério de verdade, mas de actualidade (Lévy, 1990). Isto não significa que a sociedade tecno-mediada se estruture em função da mentira, apenas que a validade da informação depende agora, em primeiro lugar, da sua frescura, do seu carácter actual e de novidade, sendo este um dos principais critérios da escolha jornalística do acontecimento, cujo conteúdo se vê inevitavelmente configurado em função da moldura formal dos meios, seja ela espacial ou temporal.

Não é à toa que uma análise da mediação nos conduz a uma análise dos *mass media* e, através dela, a uma lógica da informação que é também, cada vez mais, uma lógica da visão, à medida que os novos meios expandem progressivamente a sua abrangência, dotando o sujeito de uma capacidade de observação potencialmente ilimitada dos acontecimentos do mundo.

Dessa perspectiva transcendental, o mundo pode ser inspeccionado na sua totalidade – “nada permaneceria invisível, nada ficaria fora do campo de visão” (Robins, 2003: 37) –, mas também ser concebido como um todo, devolvendo ao sujeito uma ilusão de ordem e controlo directamente associados à visão mediada e ao ideal de transparência – ou *panopticismo universal*, segundo Foucault (2004) – que ela suporta. Mas se, num primeiro momento, este sujeito se reconhecia totalmente exterior ao mundo que lhe chegava através dos suportes da imagem, afirmando conhecê-lo apenas à distância, hoje em dia o carácter absolutista da visão racional ambiciona uma imanência que nada tem a ver com proximidade, mas antes com imersão. Não se trata, agora, da transparência de um mundo que o ecrã torna integralmente visível e acessível, mas da transparência da ligação a esse mundo, do *frame*, conseguida através da desmaterialização progressiva do processo de mediação e, com ela, do fim da radical oposição entre sujeito e objecto, que agora confluem no território da imagem, da informação e do código.

Se a construção material operava em simultâneo com a construção semiótica, assegurando marcações lexicais, convenções de leitura e padrões retóricos fundamentais para a experiência e para o conhecimento do mundo, está agora por descobrir o *modus operandi* da construção imaterial, tendo em conta que a sua utilização de um sistema de coordenadas que ainda não nos é familiar não significa, de todo, que sejamos incapazes de aprender novas leituras e novos sistemas de orientação num mundo e numa existência que não se adivinham terminados – apenas transformados. Talvez a grande aprendizagem que se adivinha seja a percepção de que a entrada (imersão) do sujeito no território do objecto implica prescindir do poder pretensamente absoluto que a exterioridade e a diferença nos conferiam sobre ele, a favor de uma configuração híbrida que promete abolir a primazia da visão a favor de uma sinestesia reparadora da fractura sensitiva e emocional que, na actualidade, nos desvincula de um mundo que é, cada vez mais e apenas, pura lógica visual.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor (2003). *Sobre a indústria da cultura*, Coimbra: Angelus Novus.
- ARDUINI, Stefano (2000). *Prolegómenos a una teoría general de las figuras*, Murcia: Universidad de Murcia – Servicio de Publicaciones.
- BÁRTOLO, José Manuel (2005). *Espaço, design e poder: Notas sobre a tecnologia do quotidiano*, in BRAGANÇA DE MIRANDA, José; PRADO COELHO, Eduardo (Org.). *Espaços*. Revista de Comunicação e Linguagens 34 e 35, Lisboa: Relógio d'Água Editores, pp. 279-292.
- BAUMAN, Zygmunt (2000). *Liquid Modernity*, Cambridge: Polity.
- BENJAMIN, Walter (1991). *Sobre arte, técnica, linguagem e política*, Lisboa: Relógio d'Água.
- BERGER, John (1999). *Modos de ver*, São Paulo: Martins Fontes.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – A Sociedade em Rede*, São Paulo: Paz e Terra.
- CRUZ, Maria Teresa (2000). *Da nova sensibilidade artificial*. in BOCC: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (www.bocc.ubi.pt/pag/cruz-teresa-sensibilidade-artificial.html). Consultado em 15/01/2010.
- DEBORD, Guy (1991). *A Sociedade do Espectáculo*, Trad. Francisco Alves e Afonso Monteiro, Lisboa: Mobilis in Mobile.
- DEBRAY, Régis (1991). *Cours de Médiologie Générale*, Paris: Éditions Gallimard.
- DOMINGUES, José António (2010). *O paradigma mediológico. Debray depois de McLuhan*, Covilhã: Livros Labcom.
- FOUCAULT, Michel (2004). *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete, 29ª Edição, Petrópolis: Vozes.
- FRIEDBERG, Anne (2006). *The Virtual Window. From Alberti to Microsoft*, MIT Press.
- GADAMER, Hans-Georg (1997). *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, 3ª Edição, Petrópolis: Vozes.
- GOMIS, Lorenzo (1991). *Teoría del Periodismo: Cómo se forma el presente*, Barcelona: Paidós.
- INNIS, Harold (1951). *The Bias of Communication*. Toronto: University of Toronto Press.
- JOHNSON, Steven (2001). *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- KRESS, Gunther (2006). "Screen: Methaphors of Display, Partition, Concealment and Defense", *Visual Communication*, vol. 5 (8), pp. 199-204.
- KUHN, Thomas (2001). *A estrutura das revoluções científicas*, 6ª Edição, São Paulo: Perspectiva.
- LÉVY, Pierre (1990). *As tecnologias da inteligência*, Lisboa: Instituto Piaget.
- MANOVICH, Lev (2005). *El lenguaje de los nuevos medios de comunicación. La imagen en la era digital*, Barcelona: Paidós Comunicación 163.
- MARCHÁN, Simón (Org.) (2006). *Real/Virtual en la estética y la teoría de las artes*, Barcelona: Paidós Estética 40.
- MCLUHAN, Marshall (1997). *Understanding Media. The extensions of men*. London: Routledge.
- MOURÃO, José Augusto (2005). "Do espaço teológico ao ciberespaço", in BRAGANÇA DE MIRANDA, José; PRADO COELHO, Eduardo (Org.). *Espaços*. Revista de Comunicação e Linguagens 34 e 35, Lisboa: Relógio d'Água Editores, pp. 55-70.
- OGDEN, Thomas H. (1989). *The Primitive Edge of Experience*, Northvale (NJ): Jason Aronson.
- PINTO-COELHO, M. Zara Simões; NEVES, José Pinheiro (Eds.) (2010). *Ecrã, paisagem e corpo*, Coimbra: Grácio Editor.
- ROBINS, Kevin (2003). "O toque do desconhecido", in GIL, José; CRUZ, Maria Teresa (Org.). *Imagem e vida*, Revista de Comunicação e Linguagens 31, Lisboa: Relógio d'Água, pp. 27-57.
- VIRILIO, Paul (1998). *La máquina de vision*, Madrid: Ediciones Cátedra.
- WOLF, Mauro (2006). *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença.



CALEIDOSCÓPIO

IV. Espaço Público e Acontecimento



Espaço Público e Acontecimento

CALEIDOSCÓPIO

OS JOVENS E A CIDADANIA: A RELEVÂNCIA DO ESPAÇO MEDIÁTICO

Talvez nunca se tenha falado tanto de cidadania como nos nossos dias, mas provavelmente este conceito evolutivo nunca foi de tão complexa definição. A construção social e mediática da juventude e das suas relações com a cidadania tem-se revelado complexa e nem sempre positiva, mas é fundamental para melhor percebermos o que pode ser a cidadania e a sua relação com o espaço público na actualidade.

Apesar de a Internet ter um papel fundamental entre os jovens, queremos pensar esta questão por uma via que não rejeita o papel dos *media* tradicionais junto dos jovens, até porque alguns estudos, de certa forma em contra-corrente, revelam precisamente que pelo menos os jovens mais empenhados têm uma relação com os *media* que não se resume aos novos *media*.

Neste espaço alargado, é também importante problematizar os meios a que recorrem os jovens, importantes consumidores de Internet, na hora de tomar uma decisão importante, e onde recolhem informação, uma vez que a credibilidade da mesma é cada vez mais difícil de apurar.

Cidadania em evolução

Numa sumária resenha histórica, identificam-se os primórdios da cidadania na Grécia Clássica, sendo utilizada para se referir aos direitos dos cidadãos que viviam e conviviam na *polis*. Na Roma Antiga, a cidadania era também considerada sob um ponto de vista legal: *o cidadão protegido pela lei*.

Maria José Brites

Universidade Lusófona do Porto
FCT/CIMJ

MARIA JOSÉ BRITES

As origens da cidadania são visíveis nas disposições legais que atribuem direitos cívicos aos indivíduos, aos cidadãos, e acabam por se estender à política com a implantação dos estados democráticos liberais, nos séculos XVIII e XIX, embora estivesse longe de abranger os indivíduos de forma equitativa.

Nesta época, porém, esta ideia de cidadania estava ainda confinada a grupos restritos de pessoas. A noção de cidadania foi acolhendo os pressupostos de responsabilidade e de participação cívico-política e incorporando os direitos socioeconómicos, políticos e culturais. O cidadão conquistou direitos e deveres e começou a ser recolocado no centro de participação e de responsabilização social. Esta responsabilização social, aparentemente universal, não atingiu de forma igualitária todos os cidadãos. Em termos formais, as mulheres só conquistariam o direito de voto muitos séculos mais tarde¹. Em termos reais, a obtenção da democracia tem sido feita a várias velocidades, apesar de o conceito parecer ser igualitário.

Os movimentos operários dos finais do século XIX relacionavam-se com os direitos de associação e de satisfação de reivindicações dos operários. Aqui os direitos colectivos sobrepunham-se aos individuais, uma situação que foi potenciada igualmente no pós-I Guerra Mundial, numa altura em que se extremavam posições políticas que oscilavam entre as democráticas e as ditatoriais.

Já após a II Guerra Mundial a regeneração democrática abriu portas a uma luta renovada pelos direitos de cidadania, potenciada pela paz, pelo reforço da estabilidade económica e da educação e pela atenção às políticas sociais.

A acalmia social e política sobrepôs o indivíduo ao colectivo no que respeita aos valores de cidadania, este novo período vem reforçar o papel interventivo do indivíduo, a sua responsabilidade de participação cívico-política. O individualismo vem servir para ressaltar as diferenças entre as pessoas, contribuindo para um processo de emancipação, com autonomia e bem-estar pessoal, centrado nos projectos pessoais. Numa primeira instância, o individualismo foi, podemos dizer, positivo, mas acabaria por contribuir para uma certa desorganização social.

Neste período que se seguiu à II Guerra Mundial – em 1948 foi adoptada a Declaração Universal dos Direitos do Homem e em 1959 a Declaração Universal dos Direitos da Criança² – houve outros tumultos sociais por causa da luta de direitos. A cidadania cruzou-se com o conceito de direitos humanos. Isto, muito em consequência de uma tendência de integração política que não foi acompanhada de uma integração social. As esperanças subjectivas nem sempre acompanham as realidades objectivas. *Por isto mesmo os excluídos traduzem o défice da cidadania.*

O pressuposto de que os “homens são livres e iguais em direitos”, como já assinalámos, deixa de fora a noção efectiva de *desigualdades*. E houve muitas pontas soltas neste processo de interiorização histórica da concepção de cidadania.

¹ Em Portugal, apenas em 1931 é que foi concedido o direito de voto às mulheres com um grau universitário ou com o secundário concluído, excluindo também neste âmbito todas as outras que não se incluíam não tinham este nível de instrução.

² “Princípio 7.º – A criança tem direito à educação, que deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares. Deve ser-lhe ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social e tornar-se um membro útil à sociedade.” Neste 7.º princípio da Declaração Universal dos Direitos da Criança, estabelecem-se importantes noções de cidadania afectas às crianças e à sua condição de cidadãos.

OS JOVENS E A CIDADANIA...

O espaço público onde se desenrolam as actividades de cidadania está, por isso, muito longe de ser o ideal e de ser composto por indivíduos que de uma forma linear discursam e deliberam. Historicamente, as mulheres foram alvo de exclusão social e política, sendo impedidas social e legalmente de exercerem em pleno a sua condição de cidadãs. O movimento feminista, fortemente influenciado pela Revolução Francesa e pelas revoluções do século XVIII, no século XX foi reforçado, especialmente na década de 60, tentando o feminino conquistar um estatuto de igualdade.

Nos casos já apontados das mulheres e das crianças não estamos perante minorias, mas a cidadania é também enfraquecida pela falta de reconhecimento dos indivíduos e dos grupos em que se inserem algumas minorias como as étnicas e as sexuais, que adquirem maior visibilidade através dos *media*. Outras minorias começam a revelar-se: os *desempregados*, os que não têm acesso ou que não sabem usar as tecnologias *Web*, ou seja, os *Web-excluídos*.

As novas cidadanias

Actualmente, a definição de cidadania está mais centrada nas denominadas *novas cidadanias*, associadas ao quotidiano, designadamente aos jovens e às suas formas de participação nas problemáticas sociais e políticas. É um conceito diversificado e de difícil concepção, mas sem o qual as sociedades já não podem conviver, porque agita as estruturas político-sociais.

A ideia de cidadania parece alargar-se e a de política parece estreitar-se. Ou seja, é difícil privar o conceito de cidadania de elementos que se afastam da política e o campo político restrito parece interessar cada vez menos a um maior número de cidadãos, que já não se revêem na política tradicional.

As novas cidadanias, mais ligadas ao quotidiano, estão a entrar no léxico do conceito de cidadania. É, porventura, neste contexto que devem ser entendidas as manifestações dos jovens ligadas à cidadania, sendo que *in extremis* a utilização do voto como acto de cidadania continua a ser fundamental num exercício que simultaneamente é um direito e um dever.

Este é um dos meios que os cidadãos usam para praticarem o direito de cidadania e de se posicionarem politicamente. Este voto deve ser consciente. “Exige-se ao eleitor que, com um certo grau de capacidade de juízo e de conhecimentos, se interesse e participe nas discussões públicas para que, racionalmente guiado pelo interesse comum, colabore no estabelecimento do correcto e do justo como critérios de actuação política” (Habermas, 1984: 247). Este acto é de facto uma ultimização do poder político dos cidadãos. Em última estância, é nesta fase terminante – e, também, primeira – que os cidadãos podem exercer a sua opinião. Mas será que mesmo esta última estância é deliberativa? Reportando-se aos indecisos, Habermas alerta que “os votos daí resultantes, mesmo somados, não acabam redundando numa opinião pública, pois nenhuma das suas condições está preenchida: as opiniões formais não se formam de modo racional, ou seja, através de um debate consciente” (1984: 258).

Até à idade em que se pode votar, no caso português aos 18 anos, há a possibilidade de exercício de outras formas de cidadania, o que mostra que o voto não é a única opção. Este é

MARIA JOSÉ BRITES

apenas um exemplo a que nos poderemos referir para darmos conta de que a cidadania política e a actuação no espaço público têm outras formas de expressão (participar em manifestações, fazer parte de associações juvenis, usar e criar cultura de intervenção – algumas músicas são manifestações políticas e sociais – e ser activo na comunidade escolar, assinar petições, entre outras). As crianças e os jovens são detentores de direitos e de deveres que os tornam cidadãos e, como tal, capazes de exercerem a sua cidadania, mesmo não podendo votar.

Na década de 90³ em Portugal os jovens usaram o direito à manifestação de forma mediática – proporcionando acontecimentos jornalísticos –, tanto para situações que lhes diziam directamente respeito, como em temas globais de direitos humanos.

A participação na esfera política pode envolver diversas actividades – votar, tornar-se informado sobre política, expressar opiniões, trabalhar para uma campanha (Hart, 2001: 408). O funcionamento do espaço público nesta nova sociedade aberta não é mais fácil e uma dessas dificuldades prende-se desde logo com os “novos” actores políticos que ali se movimentam: as associações, os movimentos culturais, os empreendedores (Wolton, 2005: 94).

Os jovens: novo espaço público

A importância da relação dos jovens com a política/cidadania é visível através da mediação que o tema tem adquirido na nossa sociedade, evidenciando pluralidades.

Porque nem todos os jovens percebem as conexões políticas do mesmo modo, parecidos, desde logo, importante encarar o conceito de juventude num âmbito plural, nas suas mais diversas faces. As *juventudes* mostram preocupações diferenciadas pelas questões políticas e de cidadania, tendo em conta as suas próprias necessidades e o contexto em que se inserem os seus problemas e vivências quotidianas.

Por isto mesmo, para autores como Dahlgren e Olsson, a desmotivação aparente dos jovens pela política e pela cidadania política tem-se tornado num assunto preocupante e difícil de enfrentar. Neste contexto, tem-se, tradicionalmente, dado atenção a dois aspectos: por um lado, ao papel da Internet como meio que facilita a participação na esfera pública e a participação política; e, por outro, a existência de novas formas de participação política (Dahlgren e Olsson, 2008: 493).

Estes dois eixos são fundamentais nesta análise do problema e, julgamos, podem ser encarados, também seguindo Dahlgren e Olsson, como indicadores, no sentido que o papel dos novos media pode ser “qualificado e filtrado através de enquadramentos das culturas cívicas, espe-

³ Na década de 90, em Portugal, um acontecimento, a luta pelo direito à auto-determinação do povo timorense, dominou parte das agendas mediática e política, designadamente ao nível da política internacional. É preciso não esquecer que muitas das manifestações e actuações em prol desta causa foram encetadas por jovens. Também nesta década, no âmbito educativo, assistiu-se a manifestações juvenis contra as políticas de educação da então ministra da Educação, Manuela Ferreira Leite (1994). Esta geração foi identificada num editorial do histórico director do Público Vicente Jorge Silva como a “geração rasca”, a propósito de algumas das formas de manifestação assumidas pelos jovens.

OS JOVENS E A CIDADANIA...

cialmente no âmbito da dimensão das identidades cívicas. Conceptualizamos culturas cívicas como padrões que oferecem recursos relevantes para o comprometimento político” (Dahlgren e Olsson, 2008: 493).

É indispensável encarar o assunto numa perspectiva multifacetada, tendo em conta as diferenças de interesses e de motivações cívicas dos jovens e as diferentes formas de usos e compromettimentos com a Internet e os seus diferentes recursos. O “uso político da Internet” será condicionado pelas motivações pessoais e grupais dos seus jovens utilizadores e só pensando nessas diferenças será possível sair da generalização e da diversidade da *Web*.

É importante notar que a *história do espaço público passou de um modelo vertical, onde os seus intervenientes se dispunham de uma forma hierárquica, para um modelo horizontal, onde os seus manifestantes se posicionam de uma forma mais universal, embora também com hierarquias, quanto mais não seja entre quem tem e entre quem não tem acesso a este novo espaço público. Este novo modelo potencializa a participação, designadamente a juvenil.*

A reconfiguração do espaço público inclui mais do que uma simples configuração geográfica, tornando-se a manifestação comunicacional relativamente indiferente ao espaço físico em si mesmo (Dahlgren, 2001: 37). O espaço público transforma-se, assim, em *espaços públicos* (Dahlgren, 2001: 39): Assim considerados podem fazer relevar as diferentes experiências e contextos de vida que são fundamentais para olharmos para os diferentes públicos na sua pluralidade.

No novo espaço público, “a comunicação política é [...] esse *motor* invisível do espaço público onde se organiza a relação entre os pontos de vista contraditórios dos actores políticos, dos *media* e da opinião pública” (Wolton, 2005: 91 e 92).

Podemos encarar duas perspectivas do espaço público, uma mais restrita e outra mais alargada ou expansiva. A visão mais restrita é mais clara e distingue melhor a arena política; a mais alargada é mais difícil de delimitar, uma vez que transporta para si mesma uma atenção mais alargada da sociedade civil.

As balizas do espaço público devem, assim, ser entendidas com alguma elasticidade, “as fronteiras do espaço público, enquanto espaço comunicativo, são até certo ponto analiticamente negociáveis e politicamente contestáveis” (Dahlgren, 2001: 40). A solução será encarar o espaço público como um processo e não de uma forma totalmente delimitada em termos políticos.

“Quando pensamos em poder, o que aí está em causa é uma definição de atitudes políticas por parte dos indivíduos: acções directa e indirectamente associadas a um sentido político – ele próprio gerado como articulação significativa de conteúdos e formas de discurso” (Esteves, 2003: 129). Estas acções não acontecem de um modo pré-determinístico mas sim com a interacção de diversas variáveis. É no espaço público que se criam as condições fulcrais para a participação dos cidadãos na acção política, não de uma forma estática mas também efectiva.

“A acção inovadora dos públicos provém da sua interacção regular com as diferentes instituições sociais (instituições políticas incluídas, mas não só)” (Esteves, 2003: 30).

Esta necessidade de pensar nos limites do espaço público (Esteves; Wolton; Dahlgren) é em parte motivada pelos novos *media*. Nem todos são estritamente relacionados com a acção polí-

MARIA JOSÉ BRITES

tica, mas as fronteiras da definição do que é política também se alteraram. Então temos um duplo problema de definição de fronteiras.

Embora a comunicação não seja o centro da democracia, já não há política sem comunicação. Só “favorecendo a aproximação entre políticos e cidadãos é que as possibilidades de um equilíbrio entre a política e a comunicação se podem concretizar” (Wolton, 1999: 170).

Os jovens: a importância dos *media*

Partindo, então, do princípio de que os *media* têm um papel importante neste processo de aproximação dos jovens às cidadanias, parece-nos, como já avançado, que as movimentações que ocorrem no espaço público devem ser entendidas numa perspectiva em que os *media* não são espaços de ruptura entre os velhos e os novos *media*, mas sim como espaços e meios co-existent.

A necessária complementaridade entre os diferentes meios de comunicação permite a existência de um espaço comunicativo que pode ser explorado nas suas mais diversas facetas, contribuindo para o estreitamento de relações em sociedade.

Os *media*, sejam eles novos ou tradicionais, são configurados e filtrados tendo em conta os enquadramentos culturais. A Internet e os espaços que lhe estão associados devem ser encarados como componentes de um todo que se pode tornar relevante para a participação política (Dahlgren e Olsson, 2008: 494), que pode ter uma manifestação horizontal, no âmbito da interactividade em rede que a Internet permite.

Não pretendemos, assim, seguir uma linha que encara a Internet – meio cujo estudo ainda é difícil de operacionalizar – de uma forma excessivamente optimista, como a salvadora da democracia, nem como excessivamente pessimista, como é para alguns. Pretendemos olhar para a Internet como meio comunicacional, que tem formas de linguagem diferentes mas que ao mesmo tempo incorpora meios anteriores.

A Internet é uma inevitabilidade do espaço público, mas a problematização do espaço público não deve ser reduzida a factores meramente tecnológicos. Será que a Internet é melhor do que a televisão, será que a televisão é melhor do que a Imprensa escrita? Não fazem sentido as perguntas muito direccionadas para a ideia de estarmos ou não a favor das tecnologias e de saber qual é a melhor. Será mais importante perceber se a Internet trouxe mudanças nos modelos políticos e sociais e como isso afecta as nossas relações sociopolíticas.

Julgamos que é necessário problematizar e encarar todos os *media* sem preconceitos como modelos de interactividade, embora tendo atenção aos constrangimentos que podem diminuir capacidades aparentemente democráticas da Internet, que ainda não está ao alcance de todos, nem particularmente de todos os jovens.

“A heterogeneidade do espaço público dos nossos dias não é apenas social, mas também simbólica, ao nível das linguagens e das formas de produção do sentido que constituem a comunicação pública, onde se incluem necessariamente os *media*. [...] A Internet (e as suas lingua-

OS JOVENS E A CIDADANIA...

gens) é tão vulnerável a uma ideologização quanto os outros *media* ou a própria linguagem do dia-a-dia” (Esteves, 2003: 191 e 192).

Neste espaço heterogéneo, é preciso não esquecer o quotidiano social dos jovens – que vai além do papel fulcral dos *media*.

Neste seguimento, reforçamos uma ideia de internet como um “elemento integrado num vasto conjunto que é relevante no que respeita à participação política – não pode ser compreendido de forma isolada” (Dahlgren e Olsson, 2008: 494). A Internet ainda não se apresenta como a resposta para evitar o descomprometimento político dos jovens, embora possa apoiar o desenvolvimento de capacidades e de literacias fundamentais quando falamos em participação (Livingstone *et al.*, 2007: 32), pensando-a num contexto mais vasto da vida quotidiana, seja ela *online* ou *offline*.

É inegável, porém, que a Internet é configurada como um espaço de “motivação” que necessita da acção directa do seu utilizador para que o espaço e a triagem do que apresenta resultem em prol do conhecimento, designadamente do político. Qual o papel dos *media*? Vários estudos indicam que a leitura de jornais está mais associada a jovens “comprometidos”. A escolha já é uma implicação, ao passo que o uso da Internet está tão disseminado que é preciso procurar na sua vastidão os elementos relevantes em termos políticos.

Neste novo formato espacial, cria-se espaço para renovadas formas de participação política, sobretudo juvenil (Dahlgren e Olsson, 2008: 493). Não nos interessa encarar estas novas formas de um modo espartilhado, mas sim de um modo multidisciplinar, sendo reconfigurado o enfoque para os cidadãos e suas manifestações, relacionadas com as suas memórias colectivas e com as suas manifestações do momento.

A forma como os jovens e os *media* se movimentam nestas relações no espaço público vai introduzindo renovações ao nível dos conceitos – designadamente de juventude(s) e de cidadania/política –, das formas de participação e dos espaços mediáticos envolvidos nesta relação.

“Esta perspectiva de revitalização do espaço público não pode ignorar, pois, o papel que cabe aos *media*, mas isto não significa nem autoriza de qualquer modo uma avaliação incondicional da sua importância” (Esteves, 2004: 35).

Segundo Dahlgren e Olsson, a perspectiva culturalista permite “conceptualizar os factores que podem promover ou impedir a participação política” (2008: 497), partindo do princípio de que há várias formas de potenciar a cidadania, sejam elas legais, sociais, económicas, educacionais, entre outras. Os mesmos autores consideram que a cultura cívica pode ser modelada por seis dimensões dinâmicas: a do conhecimento, a dos valores, a da confiança, a dos espaços, a das práticas e das capacidades e, por fim, a das identidades. Ou seja, numa perspectiva dinâmica, que nos parece fundamental.

No que respeita ao elemento conhecimento, os autores consideram que é preciso que os cidadãos possuam conhecimento para conseguirem participar politicamente. “As pessoas devem ser capazes de produzir sentido sobre o que circula na esfera pública, para entenderem o mundo em que vivem” (Dahlgren e Olsson, 2008: 498).

Aqui assume-se o papel histórico dos *media clássicos*, como a *imprensa*, na reconfiguração dos espaços públicos, o mesmo acontecendo com os *media electrónicos*. Nestes novos espaços é possível

MARIA JOSÉ BRITES

desenvolver as culturas cívicas e as acções políticas a elas associadas. Os espaços virtuais tornam-se cada vez mais físicos. No que respeita à questão das identidades, podem ser multifacetadas, mas há elementos identitários comuns que tornam a envolvimento cívica mais forte e que promovem as actividades cívicas, o que possibilita afinidades cívicas e políticas que reforçam posições.

A análise do uso da Internet num espaço de jovens politicamente activos é decisiva, sem sombra de dúvida, e vai fornecendo dados sobre identidades. O estudo empírico de Dahlgren e Olsson (2008: 503 e 504) com jovens ligados a partidos políticos e com jovens ligados a organizações e movimentos cívicos alternativos foi-nos dando algumas pistas.

Os autores deram conta que a Internet é uma ferramenta importante para qualquer um dos grupos. Nas organizações cívicas, que não tinham a mesma estrutura organizativa dos partidos políticos, a Internet foi um meio relevante para a troca de informações entre membros e para a procura de informações específicas, que não tinham a mesma cobertura relevante por parte dos meios informativos tradicionais. Nestes casos, a Internet tornou-se um meio de facto aglutinador de informações e de ligação entre os membros do grupo. Sendo este um estudo exploratório, ficaram várias questões por responder, lançando-se pistas para futuras pesquisas: O que faz com que estes cidadãos sejam mais activos politicamente? Quais são os movimentos cívicos que têm uma base política? Quanto mais envolvidos mais se diversificam nos meios onde vão buscar informação?

Olsson (2008) indica que os jovens politicamente activos usam a Internet para lerem os jornais *online* para serem mais informados e também para conseguirem informação em primeira mão. Há aqui uma evidência da procura de informação valiosa e credível para os seus interesses. Será que este tipo de procura de informação é que pode fazer da Internet um espaço de valorização e revitalização do espaço público?

Desinformação conduz a falta de motivação política?

No contexto global tem sido reclamada a falta de envolvimento dos jovens com a política, por exemplo no espaço europeu (Forbrig, 2005: 7), designadamente ao nível do voto eleitoral e da participação em partidos políticos e organizações tradicionais ligadas à política. Porém, há igualmente quem advogue que os adultos é que não estão a querer ver que os jovens têm uma participação efectiva. Mas nos termos deles, nos novos termos deles.

Alguns estudos indiciam que o facto de os jovens não se sentirem suficientemente informados faz com que optem pelo absentismo eleitoral. Importa saber, no contexto de uma sociedade mediatizada, o que falha na comunicação entre estes dois lados de uma mesma face da cidadania. Será que o problema pode estar na ineficácia das mensagens políticas, incapazes de se coadunarem com a linguagem dos jovens? (Kaid *et al.*, 2007: 1097). Será que os jovens se sentem excluídos deste *mundo sério* e aparentemente apenas destinado a quem já tem maturidade e idade suficiente para decidir?

Por seu lado, a construção social dos acontecimentos jornalísticos ligados à juventude tem sido marcada por imagens negativas dos jovens. O jornalismo interessa-se em demasia por notícias *soft*:

OS JOVENS E A CIDADANIA...

“Em resposta a uma situação intensamente competitiva, as empresas jornalísticas aligeiraram a cobertura jornalística dos acontecimentos” (Patterson, 2003: 19), e reforçaram o gosto jornalístico pelo que é negativo. Este mesmo autor considera que as notícias leves e negativas afastam os cidadãos da política, deveriam dar lugar a um jornalismo mais credível que atraísse e convidasse os cidadãos a interessarem-se mais pelo jornalismo e pela vida pública (2003: 42 e 44). Este é, aliás, um dos motivos apontados para o afastamento dos jovens da política.

Durante muitas décadas prevaleceu a ideia de que os assuntos que dominavam a agenda dos *media* indicavam a sua relevância junto da opinião pública, hoje em dia este conceito está de certa forma ultrapassado na sua base estrita. Kiousis e McDevitt (2008: 491), citando o pai da teoria do *agenda setting* McCombs (2004), alertam para a existência de múltiplas instituições que entram neste processo de agendamento público. Com referência ao pensamento de McCombs, chamam a atenção para o facto de existirem várias agendas e “agendadores”, como a família, os amigos, a escola e os *media*, entre outros.

A ideia da aplicação do *agenda setting* à questão da socialização política dos jovens tem a sua pertinência porque alguns estudos apontam para o facto de os jovens se afastarem da política porque a agenda político-mediática os ignora, conforme já referimos anteriormente.

Tem havido pouca pesquisa a identificar como é que os meios noticiosos tradicionais podem encorajar os jovens a serem cidadãos mais activos (Cushion, 2009: 132). Cushion, baseado em inquéritos a 699 jovens no Reino Unido, no início da Guerra do Iraque em 2003, questiona: Como é que esta cobertura pode ser melhorada?

1. Mostrando mais a opinião dos jovens, em vez de mostrar a cobertura negativa dos jovens (2009: 133). A necessidade de desafiar a cobertura negativa dos *media* foi assinalada por diversos jovens, que davam como exemplo negativo o facto de os jornalistas privilegiarem falar com os jovens em protesto que mais irritados estavam, esquecendo os mais normais, e não apresentaram a diversidade dos manifestantes (2009: 136).
2. Fazer dos jovens produtores de conteúdos noticiosos (2009: 138).
3. Necessidade de contextualizar as notícias, dar a entender as motivações dos jovens cidadãos e o retrato mediatizado deles feito bem como apresentar as ligações aos assuntos políticos que os jovens levantam (Cushion, 2009: 139).

Estas são falhas decisivas neste debate. Entendemos que as notícias são uma forma de conhecimento público, enquanto elementos fundamentais de ligação entre o governo representativo e os cidadãos. A ausência deste elo de ligação faz com que os cidadãos se desinteressem. A confiança é fundamental para se estabelecer a ligação.

Os quotidianos

A interacção directa e indirecta dos jovens com os pais, os pares e os *media* é afectada pela experiência diária dos jovens. Estas mediações vão sofrendo alterações ao longo dos anos e das

MARIA JOSÉ BRITES

décadas, acompanhando a transição das sociedades e das suas características. As experiências e as vivências que os jovens têm da democracia são muito diferentes e acabam por condicionar as suas atitudes face à cidadania política.

Os pares são de uma influência extrema nas relações sociais juvenis, como advogam diversos autores, entre os quais um dos fundadores da Escola de Chicago Robert E. Park numa obra da década de vinte do século passado. Ao nível da educação política, essa influência é bastante acentuada, uma vez que os jovens acabam por conviver mais entre si do que no mundo dos adultos. Contudo, o espaço casa, fruto das interações com a família, e o espaço escola, também potenciado pelas relações entre colegas, continuam a ser pontos de confluência importantes.

Por isto mesmo, não deve ser descurada esta teia de relações entre pares que pode potenciar as implicações cívicas e políticas dos jovens.

Neste âmbito, as subculturas juvenis têm sido apresentadas como um factor de diferenciação de valores dos jovens em relação aos adultos, mas também como um reflexo das suas preocupações e dos seus valores sociopolíticos. O exemplo mais evidente será o da música, como já referimos, particularmente o *hip hop*, que incorpora nas suas letras e ritmos elementos de pensamento político.

A nós parece-nos, antes de mais, que há aqui um ponto intermédio, onde cabem novas formas de manifestação política, mais consentâneas com os problemas e as manifestações que afectam e preocupam o quotidiano dos jovens, mas também as propostas políticas tradicionais.

Os jovens começaram a adquirir competências, muitas vezes antecipando-se às dos seus próprios pais, como a capacidade de utilização dos *media* e de interagir politicamente com os colegas e a própria família (McDevitt e Kiousis, 2007: 1215). Logo, *intervêm activamente na sua própria socialização política*.

É, assim, interessante reformular perguntas e em vez de centrar o problema apenas na desmotivação aparente dos jovens, considerar a questão em contexto, tentando perceber papéis dos jovens e dos adultos, sendo que neste caso os *media* noticiosos devem ser encarados enquanto espaços de revitalização e de promoção de credibilidade, capaz de promover cidadãos mais informados e comprometidos politico-socialmente.

O *Ser*, o cidadão, vai-se adaptando e introduzindo ele mesmo novos meios de participação, ligados a velhos saberes, também necessitados de alguma renovação nas *formas* e nos *conteúdos* do espaço público em reconfiguração.

Notas conclusivas

Afigura-se incontornável a noção de que, na actualidade, e quando falamos de juventudes e de cidadania, o espaço público, em particular com a inclusão da Internet, desdobra-se em espaços onde os jovens lidam com o *ser* cidadão, com direitos e deveres. A inevitável intervenção dos *media* não se limita, porém, à Internet, também se cria da apropriação de outros meios tradicionais.

OS JOVENS E A CIDADANIA...

Esta relação – igualmente favorecida pelos interesses do quotidiano e pelas relações sociais – parece mostrar que a noção de cidadania tem vindo a alargar-se, sobretudo potenciada por novas formas juvenis de expressão de sentimentos político-sociais. Importa, então, redefinir e alargar os limites do espaço público, que estimula uma participação mais universalizante, e actualizar o conceito do que é a política.

Optamos, assim, por um formato alargado do espaço público, onde nos parecem possíveis trocas fundamentadas de conhecimento político. Este espaço passou a funcionar segundo um modelo horizontal, permitindo que os seus manifestantes consigam ter mais possibilidades de se posicionarem.

Esta reconfiguração inevitável, de acordo com a própria evolução social, levanta, contudo, vários problemas para os quais ainda não há respostas muito satisfatórias. Uma delas tem precisamente que ver com esta triagem entre a informação trocada e que se relaciona com a cidadania política, com os locais onde se pode encontrar e ainda com a sua credibilidade.

Bibliografia

- CUSHION, S. (2009). "Discouraging citizenship? Young people's reactions to news media coverage of anti-Iraq war protesting in the UK." *Young* 17(2): 123-143.
- DAHLGREN, Peter (2008). "Television and Popular Civic Cultures: Public Sphere Perspectives". In *Democracy, Journalism and Technology: New Developments in an Enlarged Europe*. Tartu University Press.
- DAHLGREN, Peter (2006). "Civic participation and practices: Beyond 'deliberative democracy'." In *Researching Media, Democracy and Participation*. Tartu University Press.
- DAHLGREN, Peter (2001). "The Public Sphere and the Net: structure, Space and Communication". In *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy* ed. W. Lance Bennett e Robert M. Entman. Cambridge, University Press.
- DAHLGREN, Peter e OLSSON, Tobias (2008). "Facilitating Political Participation: Young Citizens, Internet and Civic Cultures". In *The International Handbook of Children, Media and Culture*, ed. Kirsten Drotner e Sonia Livingstone. Los Angeles, Londres, Nova Deli e Singapura, SAGE Publications.
- EISNER, Jane (2004). *Taking Back the Vote: Getting American Youth Involved in Our Democracy*. Beacon Press.
- ESSER, Frank e VREESE, Claes H. de (2007). "'Comparing Young Voters' – Political Engagement in the United States and Europe". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 9, 1195-1213.
- ESTEVES, João Pissarra (2004). *Espaço Público e os Média*. Lisboa, Edições Colibri.
- ESTEVES, João Pissarra (2003). *Espaço Público e Democracia*. Lisboa, Edições Colibri.
- FEILITZEN, Cecilia von e CARLSSON, Ulla (org.) (1999). *Children and Media Image, Education, Participation*. Gotemburgo, UNESCO – International Clearinghouse on Children and Violence on the Screen.
- FERNANDES, António Teixeira (2000). "O Estado na Construção da Cidadania em Sociedades de Exclusão". In *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras, Celta Editora.
- FLANAGIN, Andrew J. e METZGER, Miriam (2008). "Digital Media and Youth: Unparalleled Opportunity and Unprecedented Responsibility." *Digital Media, Youth, and Credibility*. Editado por Miriam J. Metzger e Andrew J. Flanagin. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation. Séries de Digital Media and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press, 5-28.
- FORBRIG, Joerg (org.) (2005). *Revisiting Youth Political Participation*. Conselho da Europa.
- HABERMAS, Jürgen (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário.
- HADDON, Leslie e SILVERSTONE, Roger (2000). "Information and Communication Technologies and Everyday Life: Individual and Social Dimensions". In *The Information Society in Europe*, editado por Ken Ducatel, Juliet Webster e Werner Herrmann. Boston, Rowman & Littlefield Publishers, inc.

MARIA JOSÉ BRITES

- HART, Roderick P. (2001). "Citizen Discourse and Political Participation: a Survey". In *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy* ed. W. Lance Bennett e Robert M. Entman. Cambridge, University Press.
- KAID, Lynda Lee *et al.* (2007). "Political Information Efficacy and Young Voters". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 9, 1093-1111.
- KIOUSIS, Spiro e McDEVITT, Michael (2008). "Agenda Setting in Civic Development: Effects of Curricula and Issue Importance on Youth Voter Turnout". *Communication Research* 2008.
- LIVINGSTONE, S., COULDRY, N. *et al.* (2007). *Youthful steps towards civic participation: Does the Internet help? Young Citizens in the Digital Age: Political engagement, young people and new media*. B. D. Loader. Nova Iorque, Taylor & Francis e-Library.
- MCDEVITT, Michael e KIOUSIS, Spiro (2007). "The Red and Blue of Adolescence – Origins of the Compliant Voter and the Defiant Activist". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 9, 1214-1230.
- MELICAN, Debra Burns e DIXON, Travis L. (2008). "News on the Net: Credibility, Selective Exposure, and Racial Prejudice". *Communication Research* 2008; 35; 151.
- MESQUITA, M. (2003). *O Quarto Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra, MinervaCoimbra.
- MIAILLE, Michel (2000). "Questões de Cidadania e Aprendizagem na Escola". In *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras, Celta Editora.
- OLSSON, Tobias (2008). *An Indispensable Resource: the Internet and Young Civic Engagement*. In *Young Citizens and New Media*, Editado por Peter Dahlgren. Nova Iorque, Routledge.
- PATTERSON, Thomas E. (2003). *Tendências do Jornalismo Contemporâneo – Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a democracia?*. Revista Media & Jornalismo, nº 2, MinervaCoimbra.
- ROSS, Hamish, MUNN, Pamela e BROWN, Jane (2008). "What counts as student voice in active citizenship case studies?: education for citizenship in Scotland". *Education, Citizenship and Social Justice* 2007; 2; 237. Sage.
- TEDESCO, John C. e Tech, Virginia (2007). "Examining Internet Interactivity – Effects on Young Adult Political Information Efficacy". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 9, 1183-1194.
- TEDESCO, John C. *et al.* (2007). "On the Young Voters' Agenda – Exploring Issue Salience During the 2004 Presidential Election". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 9, 1290-1297.
- TRAQUINA, Nelson (2002). *O que é Jornalismo?*, Lisboa, Quimera Editores.
- VAN DETH, Jan W. (2007). Norms of Citizenship. In *The Oxford Handbook of Political Behavior*, editado por Russel J. Dalton e Hans-Dieter Klingemann. Oxford, Oxford University Press.
- WILHELM, Anthony G. (2000). *Democracy in the Digital Age*. Nova Iorque e Londres, Routledge.
- WILLIAMS, Andrew Paul (2007). "Framing the Youth in Campaign 2004 – Twenty Million Strong-Or Weak?". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 9, 1273-1279.
- WOLTON, Dominique (2005). *É Preciso Salvar a Comunicação*. Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- WOLTON, Dominique (2000). *E Depois da Internet?*. Miraflores, Difel.
- WOLTON, Dominique (1999). *Pensar a Comunicação*. Miraflores, Difel.

Espaço Público e Acontecimento

CALEIDOSCÓPIO

DO ACONTECIMENTO PÚBLICO AO ESPETÁCULO POLÍTICO-MIDIÁTICO

*Seus filhos erravam cegos pelo continente
Levavam pedras feito penitentes
Erguendo estranhas catedrais
E um dia final tinham direito
A uma alegria fugaz
Uma ofegante epidemia
Que se chamava carnaval
(Vai Passar – C. Buarque e F. Hime)*

Introdução

Este artigo analisa o processo de transformação de determinados acontecimentos públicos em espetáculos político-midiáticos, categoria que expressa a hipótese de que estes acontecimentos são capazes de mobilizar indivíduos, sociedade, instituições políticas e se impõem aos meios de comunicação – mídia. São aqueles relacionados ao interesse público, aos direitos humanos, à vida e à morte e, como tal, atraem a imprensa, as instituições públicas e privadas e desequilibram a ordem das coisas, devido ao seu impacto como fenômeno meteorológico (*tsunamis*, terremotos) ou a morte inesperada de uma celebridade (Ayrton Senna). Sem o mesmo impacto proporcionado pelo inusitado, encontram-se eventos estrategicamente planejados (no mundo do esporte, por exemplo) cuja grandiosidade é igualmente mobilizadora. Para que ocorra essa passagem – do acontecimento público a espetáculo político-midiático – entendida como a adoção do acontecimento no campo político e no campo da comunicação

Maria Helena Weber

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS), Brasil

MARIA HELENA WEBER

mediática é preciso que a sua natureza possua qualidade suficiente para gerar comoção social, ser rentável do ponto de vista simbólico, político e econômico e gerar repercussão e imagem pública.

Um acontecimento público poderá ser transformado em espetáculo político-midiático e, como tal, permanecer como pauta por tempo indeterminado, citado em diferentes discursos e sendo recuperado na grade de programação midiática, quando nele forem identificadas determinadas singularidades, especificamente: a *natureza do acontecimento* e a sua estrutura vital; a *qualidade do acontecimento* (a essência que permanece o mantém vivo); *autonomia do acontecimento* (em relação a instituições, tempo e modo de ocorrer); *passionalidade no acontecimento* (capacidade de mobilizar paixões individuais e coletivas); *ideais coletivos* do acontecimento (identificação coletiva com ideais comuns) e os *rituais de origem do acontecimento* (reconhecimento de ritos atávicos).

Quando um acontecimento – programado ou inusitado – é suficientemente poderoso para provocar impactos na vida dos indivíduos e na sociedade, ele se impõe aos meios de comunicação de massa e atrai as instituições políticas e essa convergência permite identificar a existência de um espetáculo hibridizado entre a política e a mídia (espetáculo político-midiático) como espaço estratégico de visibilidade e projeção de sujeitos e instituições. Esse processo exige enquadramentos do acontecimento na estética e linguagem da mídia, bem como sua entrada como pauta e conseqüente tradução para o jornalismo, propaganda e entretenimento, de modo a mobilizar a atenção pública. Como tal, será comercializado e consumido dentro dos princípios do marketing, gerando lucros financeiros e institucionais.

O raro espetáculo político-midiático permite identificar a confluência entre os poderes da sociedade, do indivíduo, da política e da mídia, sendo que as paixões e os afetos são os dispositivos para a compreensão teórica do acontecimento e sua transformação em espetáculo. Imanente à comunicação midiática, a passionalidade é o ingrediente natural da vocação da mídia, o que aproxima cada vez mais a matéria informativa da estética publicitária, a tragédia do humor, a morte da vida. Mesmo com a participação ativa das instituições políticas, a hibridação do acontecimento é um processo de visibilidade intensa desencadeado e controlado pelo espaço midiático capaz de traduzir o acontecimento e comercializar o espetáculo. Como resultado, ocorre a *partição da imagem* entre as organizações que do acontecimento se apropriaram e a ele se associaram. Esta contínua reverência só é possível porque a estrutura vital do acontecimento permanece aberta e oferece mais informações, outros ângulos e dados capazes de alimentar notícias, programas e discursos. Mesmo que os poderes saiam de cena. A qualidade do acontecimento possui seu próprio tempo e se mantém na memória coletiva enquanto os meios de comunicação ou as instituições políticas desejarem.

A fabricação do espetáculo inicia quando os poderes da mídia, da política, das organizações e da sociedade se apropriam de acontecimentos públicos singulares e potencialmente espetaculares, cuja vitalidade poderá beneficiar poderes e mobilizar paixões. Neste percurso metodológico, importa entender a hibridação (como processo) e permanência (como resultado) na fabricação de espetáculos político-midiáticos.

O acontecimento público

Um acontecimento público é capaz de causar impactos, desordens e mobilizar indivíduos, sociedade, instituições políticas e organizações midiáticas, pois sua ocorrência está atrelada à vida, à morte ou ao interesse público, como escândalos, manifestações públicas, celebrações esportivas, catástrofes ou a morte de celebridades. Esse tipo de acontecimento é capaz de despertar paixões individuais ou coletivas e propicia a convergência da política e da mídia que ocorre a partir da identificação da sua estrutura vital, da sua natureza que contém qualidade, autonomia, passionalidade, identificação com ideais coletivos e vinculação com rituais de origem.

Natureza e estrutura vital do acontecimento – Alguns acontecimentos alteram o cotidiano e irrompem dos campos político, social, religioso, cultural, institucional e da própria natureza. Provocam reações públicas, ocupação do tempo e do espaço midiáticos e manifestações de interesse político. São diferentes em sua natureza e origens e, conseqüentemente, no interesse que despertam. Podem ser inusitados, inesperados ou planejados estrategicamente.

Os *acontecimentos políticos*, em geral planejados, abrangem cerimônias de posse de dirigentes políticos, eleições, inquéritos, plebiscitos, mudanças na política econômica, mudanças de moeda, acordos nacionais e internacionais, desfiles cívicos, eventos diplomáticos, comemorações de efemérides, inaugurações e outros. O investimento burocrático e institucional é destinado à obtenção de visibilidade e produção de imagem pública favorável. Para tanto, dependem intensamente da propaganda e da informação dos meios de comunicação de massa: dos desfiles nazi-fascistas à comemoração de uma eleição. O acontecimento inusitado da política diz respeito, por exemplo, ao escândalo político – esmiuçado por Thompson (2000) – quando transgressões e segredos de cunho privado são expostos por terem agredido a ética e o exercício da vida pública. Dois outros tipos se impõem aos governos: a irrupção de atos terroristas de grandes proporções (e os exemplos das últimas décadas são muitos) que desequilibram a ordem mundial e fazem vítimas fora do campo de batalha das guerras, reduzido por Melo (2002) a “marketing do terror”. Os *acontecimentos da natureza* também estão vinculados à política, já que fenômenos naturais desproporcionais como enchentes, maremotos, terremotos, furacões, *tsunamis* provocam destruições e exigem decisões, pois tanto atraem a solidariedade quanto expõem a (in)capacidade dos governos de responder e se promover.

Também relacionados ao campo político, os *acontecimentos sociais* são determinados pelo movimento da sociedade organizada e, como resposta ao campo político, assumem o formato de reivindicação, ataque ou apoio. Na rua, perto aos palácios governamentais ou nas galerias dos parlamentos, diariamente, algum meio registra, em algum lugar do mundo, invasões, manifestações com a presença de centenas de pessoas em busca de igualdade, qualidade de vida, paz, comida, terra, justiça, enfim, direito à vida. A resposta a estas vozes está nas mudanças políticas ou no silêncio dos governantes, como em 2003, quando milhões de pessoas protestaram em todo o mundo contra a Invasão do Iraque pelos Estados Unidos e aliados com ampla visibilidade. Essa unanimidade repercutiu intensamente para uma esfera política surda.

MARIA HELENA WEBER

Historicamente, os *acontecimentos religiosos* podem ser associados à política, porquanto ações de poder. Planejados a partir de efemérides e da dimensão divina da humanidade, podem ser identificados nos rituais, em ruas e templos, como o espaço da transcendência, das superstições, do medo (da morte, da punição) e da esperança (a busca da felicidade, do perdão). Os *acontecimentos da cultura* dependem cada vez mais do investimento político e são importantes porque estão mais próximos dos sentimentos alegres e da representação da vida, como demonstram os gritos e cantos das festas populares, carnaval, competições esportivas, *shows*; o impacto do grotesco e da beleza na arte, literatura, teatro, dança, cinema, dança, música, etc. Além disso, pode-se pensar em espaços da cultura como locais e produção de acontecimentos. É o caso de museus, feiras, bienais, festivais, concursos, mostras entre a cultura de um povo e o incentivo governamental. No entanto, é no esporte que se situam os grandes acontecimentos da cultura – e as grandes paixões – cuja demanda e participação movimentam vultuosos recursos financeiros em benefício de países, cidades e grupos envolvidos com os campeonatos mundiais e regionais de futebol, Olimpíadas, Copa do Mundo, disputas automobilísticas e outros.

Os acontecimentos da cultura são marcados pela institucionalidade porquanto patrocinados por organizações públicas e privadas, com objetivos estratégicos e repercussão que beneficiam a imagem pública e geram lucros. É o espaço onde são criados os heróis, mitos que podem ser “comprados” com passes em valores que não permitem a comparação com nenhuma outra atividade profissional.

Qualidade e essência do acontecimento – A permanência de um acontecimento está na capacidade de capturar a sua qualidade e importância para os poderes envolvidos, na amplitude de sua repercussão, a partir de impactos (fato inusitado) ou da combinação de interesses (fato planejado estrategicamente). Significa dizer que existem potencialidades diferentes em cada acontecimento que o tornam suscetível à transformação em espetáculo.

Para cada natureza há uma qualidade específica. As instituições políticas detêm os instrumentos de intervenção na vida cotidiana – da complexa burocracia, da execução de políticas públicas ao acesso à alimentação, cultura e informação. A força dos acontecimentos sociais, por exemplo, está na capacidade de mobilização da sociedade e indivíduos dirigida por motivos políticos, passionais, religiosos. Sob o impulso de seu maior capital – a paixão – intervêm e constroem (mesmo simbolicamente) os poderes constituídos; sustentam ações culturais, carnavais e funerais. Com medo, raiva ou alegria reivindicam e celebram a vida e a morte.

A qualidade do acontecimento público está na memória reativada pelo espetáculo político-midiático que o reabastece mesmo longínquo da sua data e origem. A qualidade é a essência, a sua verdade e a sua integridade que o torna passível de espetacularização e rentável a cada representação. Nessa qualidade é possível identificar a *permanência* da estrutura vital do acontecimento, como algo que sobra, que vai além do espetáculo e remete à questão das paixões, do poder dos sujeitos dos quais depende a memória sobre o acontecimento. Trata-se do reconhecimento sobre a qualidade real dos desportistas e suas marcas de superação, dos ídolos artistas, de carismáticos políticos. Trata-se de algo genuíno que ultrapassa o tempo e sempre gera reações passionais públicas e privadas.

DO ACONTECIMENTO PÚBLICO AO ESPECTÁCULO...

Autonomia do acontecimento – A permanência de um acontecimento depende também da sua autonomia e do nível de subordinação em relação a instituições e sujeitos da política, da economia, da mídia e outros. As perguntas sobre determinadas catástrofes da natureza ou acidentes aéreos, por exemplo, poderão ser associadas a atitudes, tecnologias e investimentos de ordem governamental. Essa associação indireta exige respostas e amplia o interesse, a especulação, as reações públicas e, portanto, contribui para a construção do espetáculo político-midiático.

Os acontecimentos de natureza política não possuem nenhuma autonomia, na medida em que são planejados como estratégias de produção de visibilidade e imagem pública. Sendo a política o *locus* de produção da matéria essencial para a mídia, pois quaisquer ações e sujeitos políticos estarão sob a vigilância do olhar midiático, expostos na forma como desejam quando obedecem a pactos político-econômicos, ou expostos do modo como exige a ética da cobertura jornalística.

Os acontecimentos sociais têm mais autonomia em relação às mídias na medida em que, mesmo havendo necessidade de visibilidade para a defesa de interesses e reivindicações, não há uma dependência direta da ordem econômica, política ou midiática. A violência e os problemas sociais, mesmo banalizados, podem ascender a espetáculos político-midiáticos quando ocorrem confrontos explícitos e simbólicos. A subordinação a entidades de classe e associações faz desse acontecimento um modo de comunicação com a esfera política e a busca estratégica de visibilidade na esfera midiática. É o caso, no Brasil, do Movimento Sem Terra (MST).

A passionalidade do acontecimento – Essa é a característica que indica o impacto de um acontecimento sobre o sujeito ambíguo, dividido entre as paixões tristes e alegres, reações individuais e catarse coletiva. O medo e a esperança, a vida (a esperança) e a morte (medo), identificáveis em determinados acontecimentos, trazem à tona as paixões desordenadas que funcionam como dispositivo estratégico para a constituição do espetáculo político-midiático. Elas são indicadoras do poder do indivíduo em relação aos outros poderes que o assediam em busca de opinião, da identificação de seu comportamento para que possa ser persuadido como eleitor e consumidor.

Na disputa diária, as paixões – capital individual – aparecem e contagiam quando acionadas por movimentos reivindicatórios; tragédias coletivas; comemorações ou eventos fúnebres. Assim preenchem as ruas, os rituais e criam alegorias expressas em bandeiras e palavras de ordem. O medo e a esperança, na política, são somados e dirigidos ao futuro e acirram a raiva, ódio, vingança que fortalecem qualquer disputa. Do padecimento pela morte de grandes estadistas e líderes à ascensão e queda de presidentes, regimes e muros, a comoção dos indivíduos desencadeia ressurreições políticas, midiáticas e mercadológicas. O carisma dos líderes mortos, bem como as condições da morte, são determinantes para que seu legado individual e político gere outros espetáculos. Os rituais e cerimoniais políticos são cenas onde convive a ambigüidade entre a ratificação da esperança presente na retórica política e a vivência da que amplia as dúvidas, o medo em relação ao futuro. As eleições jogam com estas emoções de modo estratégico.

MARIA HELENA WEBER

Nas paixões reside o núcleo da estrutura vital dos acontecimentos que permite sua apropriação pelos poderes, desde que preservada a essência, porque a paixão é vulnerável e pertence a cada indivíduo. Da sua adequada manipulação entendem os ditadores e seus grandes espetáculos. Quanto maior a densidade simbólica do acontecimento, mais instigados serão os indivíduos a se manifestar e mais passional será o espetáculo político-midiático, beneficiando os investidores políticos e midiáticos. Da catarse à comercialização. Por exemplo, uma cerimônia religiosa é capaz de mobilizar a fé, esperança e lhes suscita a culpa, o perdão, assim como a tristeza pela morte pode ser exacerbada nos mais diferentes rituais, das carpideiras de choro ininterrupto à mesa de alimentos que celebra a vida do morto.

A presença dos indivíduos nos cenários do acontecimento mostra sua atuação no “teatro do mundo”, como afirma Sennet (1989: 61), por onde “circulam os retratos das pessoas em sua vida cotidiana” e aponta para o “homem como criatura de máscaras”. São estes papéis públicos que, ao serem “investidos de sentimento”, adquirem poder. A crença na *persona* do ator e nas convenções é transformada num expressivo instrumento da vida pública, onde o cidadão pode expor suas paixões e compartilhá-las com os poderes constituídos.

O ideal coletivo do acontecimento – Para a existência de um espetáculo político-midiático é fundamental que o acontecimento ocorra em território físico ou simbólico onde o indivíduo se veja; que indique seu pertencimento a algo que é comum a todos. O ideal coletivo se expressa a partir de uma identidade coletiva. A construção da história nacional é formada nas memórias individuais e coletivas constituídas de geração em geração pela comunicação oral ou midiática transmissora de diferentes universos simbólicos, de valores como a honra, a diferença em relação a outros povos, as conquistas, a luta pela terra, os grandes heróis, os grandes nomes. Como afirma Ortiz (1985: 135-6), a memória coletiva se aproxima do mito e se manifesta ritualmente. A memória nacional é da ordem da ideologia, ela é o produto de uma história social, não da ritualização da tradição. Enquanto história, ela se projeta para o futuro e não se limita a uma reprodução do passado, considerado como sagrado.

O simbolismo e os múltiplos significados da expressão ‘identidade nacional’ têm servido aos discursos político, acadêmico, poético, jornalístico, publicitário, bem como a todos os poderes e a todos os indivíduos, com diferentes matizes ideológicos. Mas a ordenação dos elementos simbólicos, globais, nacionais e populares que sustentam a idéia de uma identidade nacional é realizada, em última instância, pelo Estado como a totalidade que transcende e integra os elementos concretos da realidade social e delimita o quadro de construção da identidade nacional. É através de uma relação cultural e política que se constitui parte importante da identidade. Os momentos de mobilização nacional expressam de alguma maneira o interesse público, a preservação de um bem nacional.

Ocupando um lugar de “investimento privilegiado” no imaginário social (Riviére, 1989: 221), a política provoca o sujeito e a sociedade para uma relação ancestral, atávica com uma ordem universal. Nesta perspectiva, os acontecimentos trágicos ou ufanistas relacionados à política transformam sentimentos individuais em paixões coletivas. Aquele que morre e aquele que é celebrado serão um pouco de todos. O discurso da política e da mídia reforçará isso.

DO ACONTECIMENTO PÚBLICO AO ESPETÁCULO...

Os rituais de origem do acontecimento – Para cada acontecimento existem ritos, cerimônias, protocolos de fácil codificação que permitem ao indivíduo identificar-se e expor suas paixões em relação aos ideais coletivos que estabelecem as conexões entre diferentes rituais. Desfiles cívicos, cerimônias religiosas ou mobilizações sociais se fazem no vestuário, imagens, cores, adereços, instrumentos e gestualidade, assim como medalhas e condecoração, o traje do artista, a batina do papa, o cetro do rei, cortejo funerário, palácios, túmulos ou o pódio são indicadores de mitos e simbolismos ancestrais carregados de significados e de fácil reconhecimento. Os rituais comemorativos (nascimentos, casamentos, sagração) e os rituais fúnebres (cortejo fúnebre, derrotas, tragédias) se constituem no espaço privilegiado para a demonstração das paixões e fornecem as senhas para as cerimônias midiáticas. Na política e na religião encontram-se os rituais mais arcaicos e mais significativos à vida humana e, por isto, esta junção sempre viabiliza grandiosos e eloqüentes espetáculos. Cabe às mídias a sua retransmissão como *cerimônia midiática* e esta, mesmo utilizando as gramáticas comunicacionais e a sua ordem estética, não pode ser entendida como evento midiático. A memória, o tempo, a força dos rituais não permitem.

O acontecimento público que possui na sua estrutura vital indicadores de permanência poderá ser transformado em espetáculo político-midiático, pois haverá manancial suficiente para despertar paixões coletivas, relacionar a ideais coletivos, estabelecer vínculos e construir cerimônias. A mobilização coletiva das paixões colabora para a formulação dos discursos políticos e midiáticos; para a mistura entre o público e o privado; para as pantomimas da celebração ou do luto.

Política e espetáculo

Os espetáculos político-midiáticos não se parecem entre si, já que a sua singularidade é dada pelo acontecimento, da mesma maneira que a sua tradução obedecerá às características da mídia. A fabricação e grandiosidade do espetáculo dependem da participação e dos investimentos passionais, comunicacionais e financeiros de todos aqueles que dele se apropriaram, nas esferas política, midiática, pública e privada. Nesse sentido, pode-se afirmar que não há espetáculo midiático genuíno, na medida em que o sistema de comunicações depende da apropriação de acontecimentos com qualidade e força para permanecer.

A espetacularização é uma categoria que tem acompanhado a centralidade e a evolução dos meios de comunicação, especialmente quando relacionada à política. Marcado historicamente pelas disputas e representações, o poder está cercado por códigos e protocolos específicos, assim como por diferentes níveis de dramatização, encenações e espetacularização, na busca por visibilidade e credibilidade. Conforme Balandier (1982: 7), “o poder não consegue manter-se nem pelo domínio brutal nem pela justificação racional. Ele só se realiza pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um

MARIA HELENA WEBER

quadro cerimonial". Sob outro ângulo teórico, a força da crítica de Guy Debord (1967), autor do conceito "sociedade do espetáculo", ao afirmar que a história dos espetáculos da humanidade é a história da política e este é o "acontecimento mais importante deste século". Reafirma que esta sociedade desejada pela política e pela mídia é "uma sociedade no estágio espetacular integrado" (DEBORD, 1990: 92) sob o efeito da "incessante renovação tecnológica, da fusão econômico-estatal, do segredo generalizado, da falsidade sem réplica e um presente perpétuo" (*Idem*: 23). Este presente é retomado na memorização dos grandes acontecimentos públicos e um dos indicadores da existência do espetáculo político-midiático.

Numa outra perspectiva, Edelman (1988: 8-10), ao estudar a "construção dos espetáculos políticos", os classifica como "táticos e como mistificação" da política, através da produção de informações, de notícias, especificamente, devido à "ambigüidade das notícias políticas" que, editadas, constituirão espetáculos a partir da "construção e usos de problemas sociais, dos líderes políticos e dos inimigos políticos". Esta dimensão amplia a idéia de que o espetáculo é construído somente a partir das regras historicamente determinadas pelas cerimônias, ou através de símbolos concebidos a partir de um espaço ou uma manifestação. Os acontecimentos relacionados à política passíveis de espetacularização são aqueles desejados pela mídia mesmo que a intervenção da esfera midiática no comportamento da política acabe "constringindo a mídia aos seus propósitos", como entende Gomes (1995: 70) ao falar na política como a "arte de compor representações".

Da mesma maneira, a cumplicidade crescente entre a economia de mercado e o estado, transformou os espetáculos em produtos rentáveis, porque a sociedade e indivíduos respondem. Outro aspecto a ressaltar é a fragilização das instituições políticas e a chamada crise de representação que as torna submissas à agenda midiática, como se nessa esfera pudessem ocorrer as relações entre governo e sociedade. Através dos rituais políticos, os poderes e as paixões se miscigenam sitiados pelos aparatos midiáticos e o controle do Estado. A contemporaneidade com todos os dispositivos de ordem estética, tecnológica e mercadológica potencializa quaisquer discursos passíveis de dramatização, marcados pela linguagem informativa ou persuasiva. Como eleitor, torcedor, consumidor, o indivíduo se expõe, recusa, participa e aplaude, infiel.

Mesmo com o modo de relacionamento e administração das sociedades atuais e a supremacia da mídia na transmissão e manutenção dos espetáculos, as cerimônias da política ainda existem para demonstrar autoridade e domínio. As tensões sociais, as paixões podem ser desencadeadas e manipuladas a partir da defesa de alguns valores consensuais. Rivière (1989: 180-186) afirma que as funções dos ritos seculares de caráter político, a participação dos governantes e da mídia em torno dos espetáculos está diretamente relacionada à "legitimação", à busca de consenso em torno de idéias específicas; da "hierarquização" quando são confirmados a ordem de "poderes, de valores e de prioridades, "processo através do qual os atores do espetáculo se valorizam quando então pode ser reforçada a sua dimensão carismática, confirmando que sabem fazer o bem, o melhor; "a moralização" reafirmada pelo evento através da hierarquia e como reafirmação da estabilidade, através da regulação (a projeção num "tempo social" que demarca a importância daquele evento e seu simbolismo histórico), a tranquilização (o indivíduo pode se

DO ACONTECIMENTO PÚBLICO AO ESPETÁCULO...

situar dentro da ordem hierárquica apresentada), responsabilidade (os participantes sobre a moral e o sistema) e de mobilização (sustentação popular dirigida a objetivos nacionais). Por último, a “exaltação” identificada na “troca intensiva, lúdica e mobilizadora” da “comunicação” e da “intensidade emocional”, através da metalinguagem que abrange não só o texto, mas como está sendo dito, apresentados na comunicação. Por intermédio dos espetáculos, a integração entre sociedade e governantes torna-se possível, mesmo que por tempo determinado assim como a possibilidade de obter consenso. A política determina a vida, as ações e os discursos dos sujeitos e, portanto, há uma magia religiosa neste discurso que promete, convoca a esperança e se diz solidário.

Mesmo que a história dos poderes esteja relacionada a grandes rituais e espetáculos, é com a intervenção da mídia que estes serão potencializados por estéticas e tecnologias que permitem reunir espectadores diante de espetáculos fracionados e grandiosos. Significa dizer que espetáculos da política e da mídia são capazes de reunir e mobilizar milhões de pessoas sem que estas se encontrem e sem que vejam o mesmo espetáculo. Na relação mídia e política, um aspecto diferencial é o tempo. O tempo da mídia é predeterminado e será modificado se houver um acontecimento com impacto suficiente para justificar. Ao contrário, a política obedece ao tempo da burocracia e das disputas por representação ou dominação. Nesse sentido, os espetáculos da política misturam os dois tempos, mas na lógica da mídia.

Entende-se que um acontecimento público (estratégico ou inusitado) capaz de mobilizar paixões possui os ingredientes para ser hibridizado, na confluência das esferas política e da esfera midiática. Dotados de dispositivos passionais e ritualísticos, esses acontecimentos contêm a densidade simbólica e uma carga informativa necessárias ao investimento dos meios de comunicação de massa, na forma de notícias, de programas informativos, de auditório, e outros. Assim, o processo de fabricação do espetáculo está relacionado à apropriação e transformação do acontecimento público ao tempo e espaço da mídia associados a instituições políticas. O espetáculo político-midiático significa o movimento e a ocupação do espaço de modo a mostrar algo não usual, algo não cotidiano, já que “a espetacularidade global do cotidiano é muda”, afirma Bettetini (1986). Os interlocutores são a mídia como espaço de circulação dos mitos, de rituais renovados e da criação de informações. Espaço de demonstração das paixões, aproximando o povo, a sociedade e os governantes. Rua e espetáculo são partes indissociáveis, mesmo que a estética e tecnologias midiáticas traduzam e recortem o acontecimento, confiando-o às telas.

A fabricação do espetáculo político-midiático

O processo de fabricação do espetáculo político-midiático abrange a apropriação e mediação do acontecimento público de qualidade singular; a tradução do acontecimento em gêneros e formatos próprios da informação, da propaganda e do entretenimento; a constituição de cerimônias midiáticas; a comercialização direta e indireta do espetáculo, e a partição da imagem

MARIA HELENA WEBER

gerada quando organizações e indivíduos dela se aproveitam para produzir imagem pública e disputar valores e benefícios relacionados ao espetáculo.

Apropriação e midiatisação do acontecimento – O poder da mídia reside na sua capacidade de aglutinar informações sobre o mundo e torná-las visíveis, acessíveis. Como espaço privilegiado de visibilidade e com argumentos estéticos e tecnológicos, a mídia informa, expõe, persuade e serve aos acontecimentos como mediador, suporte e testemunha. Mas em meio à sofisticação das organizações midiáticas; da fascinante colagem de entretenimento, propaganda e informação; da diversidade de programas, ainda é a notícia que sustenta e é capaz de atribuir legitimidade. Significa dizer que a passagem do acontecimento a espetáculo político-midiático ocorrerá primeiramente como matéria jornalística que identifica a intensidade do acontecimento. O grau de apropriação, repercussão e a transformação do acontecimento em matéria essencial ocorrerá enquanto for possível responder aos critérios editoriais. Todos os movimentos de produção, de inserção estratégica do acontecimento dependem de seu valor como notícia.

No caso do espetáculo político-midiático, a notícia detém, também, a essência do acontecimento, aquela que poderá ser retomada a qualquer tempo, como memória, como referência. A produção de notícias vinculada a um espetáculo permite avaliar a veracidade deste espetáculo, porque o jornalismo é a instância privilegiada de apreensão e tradução da realidade. Berger (1998: 21-2) afirma que “o Campo do Jornalismo detém, privilegiadamente, o Capital Simbólico, pois é da natureza do Jornalismo fazer crer. O Capital do Campo do Jornalismo é, justamente, a credibilidade. É ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. E está constantemente sendo testada, através de pesquisas, junto aos leitores”.

Para além de mediar o acontecimento, a mídia o reconstitui e o promove ao reunir as peças, detalhes e opiniões, efetuando uma montagem própria à personalidade e interesses de cada veículo e de cada contrato com o receptor. Legitimada como matéria jornalística, a sua apropriação como espetáculo político-midiático ocorrerá, de maneira incontrolável, em todos os tipos de mídia e será adaptada a todos os gêneros que possam explorar algum ângulo desse acontecimento público.

Cerimônias midiáticas – O espetáculo político-midiático se completa na transmissão de cenas e rituais específicos ao acontecimento, mas que ao ser traduzidos pela mídia se constituem em rituais próprios da linguagem midiática. Da combinação e mistura das gramáticas de informação, propaganda e entretenimento, o acontecimento público é incorporado aos padrões da mídia e das cerimônias midiáticas. O poder da televisão reordenou o acesso e o formato dos espetáculos, da polêmica entrevista entre adversários políticos às *telecerimônias* (DAYAN e KATZ, 1994) que são determinadas pela singularidade do poder do discurso televisivo e pela absoluta interdependência técnica, discursiva e legal entre espetáculo e televisão. Enquanto específicas do discurso televisivo, as telecerimônias obedecem a uma tripla tipologia: “competição” (disputas, debates); “celebração” (mensagens, rituais, casamentos, funerais, posses) e

DO ACONTECIMENTO PÚBLICO AO ESPETÁCULO...

“conquista” (descobertas). Assim foram classificadas quanto ao modo de difusão (as transmissões ao vivo); e quanto aos níveis de duração (quando delimitadas no tempo e no espaço); de concepção (eventos programados); de personagens (grupos ou indivíduos heróicos); de significação (significado ritualístico ou dramático; e de recepção (efeito de uma norma social que torna a assistência obrigatória). Essas cerimônias circundadas pela linguagem televisiva estabelecem um tipo de relação muito mais no plano da coreografia do que da dramaturgia onde aparece implícito o processo de validação, através do ato de testemunhar, participar e receber o espetáculo, podendo gerar, inclusive, atos de “não-recepção” ou de “hostilização ativa”. (DAYAN e KATZ, 1994: 83-97).

Em meio à disputa por conceitos e imagens de repercussão positiva e da visibilidade construída, a relação entre política e a mídia constitui a equação mais provocadora dos espetáculos político-midiáticos. Estes usufruem da linguagem da mídia determinada pela notícia, pelas informações; promovidos pela publicidade política, eleitoral, institucional e mercadológica, e pelas cerimônias. Podem ser identificados dois espaços de ocorrência da fabricação destes espetáculos: a rua (mobilização) e a mídia (mídiação). Em ambos, são preservados os códigos de reconhecimento e a passionalidade associada a religião, política ou à vida de cada um.

Comercialização e consumo – Nessa etapa de fabricação do espetáculo político-midiático, a mídia também se promove, fazendo a sua própria vinculação publicitária com o acontecimento. As organizações e indivíduos direta e indiretamente relacionados ao espetáculo político-midiático obterão repercussão (favorável ou desfavorável) dentro da densidade simbólica permitida pela potência do acontecimento. Ao mesmo tempo, essa repercussão permite a comercialização em ações desencadeadas através do marketing, da propaganda e de relações públicas. A produção dessa publicidade entra na produção do espetáculo como oposição e complementação à informação jornalística. Quanto mais integrado for este processo, melhores serão os resultados de visibilidade, promoção e consumo do espetáculo.

Numa outra dimensão, a lucratividade oriunda de sujeitos e organizações do acontecimento comercializado pode servir a investimentos de ordem institucional e filantrópica. No processo de *consumo* está o sujeito receptor de todo este processo, o consumidor do espetáculo, o sujeito que o viabiliza e dele participa com suas paixões. Este consumo é aferido pelas pesquisas de opinião, pelo número de participantes registrados pela mídia, pelas pesquisas mercadológicas. Para este consumidor, de idéias e produtos, são dirigidos os produtos decorrentes da partição das imagens públicas circulantes em torno do espetáculo.

A circulação da marca das organizações e sujeitos envolvidos no espetáculo político-midiático, seja este sobre a morte ou sobre a vida, permite ampliar de modo considerável as vendas, manter o fascinante jogo de consumo. Baudrillard (1970) aponta para a reprodução infinita dos signos vinculados às mercadorias, ao desenvolver a idéia de um “sistema de objetos” para a “sociedade de consumo”, na qual também o corpo possui funções mercadológicas. Capacidade para ser consumido passou a ser atributo de qualquer objeto, conceito ou acontecimento que precisa ser assimilado e gerar uma atitude. Assim a designação consumo se aplica a tudo. De

MARIA HELENA WEBER

acordo com Jameson (1994: 229), ao questionar a periculosidade da cultura de consumo: “Mas será que o mercado é, no fim das contas, uma instância da mesma ordem que a do grande truste, cujo caráter transindividual acaba de ser elevado, transformado em imortal?”

A mídia veicula a propaganda sobre os produtos em busca de consumidores e, ao mesmo tempo, busca espectadores para consumir sua programação, que será mensurada e justificará novos patrocinadores. É o mercado que sustenta a mídia. Existe mais uma etapa neste processo alimentado por este círculo que é o “consumo do próprio processo de consumo” e é preciso, também, “falar de uma espécie de bônus tecnológico de prazer, proporcionado por essas novas máquinas e, digamos, simbolicamente encenado e ritualmente devorado em cada sessão de consumo da mídia”, como afirma Jameson (1993: 282).

Partição da imagem pública – Essa é a última etapa do processo de fabricação do espetáculo político-midiático. Os pactos e disputas engendrados entre os poderes quando da apropriação do acontecimento são os mesmo empreendidos no processo de *partição* da imagem institucional gerada. Os poderes tentam desenvolver a equação: quanto maior a qualidade e a potência do espetáculo, maior deverá ser a demonstração de vinculações com o espetáculo, seja ele de vida ou de morte. O impacto e a difusão do espetáculo são de tal ordem que quem a ele se associar ganhará. Na partição da imagem institucional são fabricados produtos comunicacionais e mercadológicos, na forma de apoio, de solidariedade; são criados protocolos de participação nos rituais e nas cerimônias midiáticas e outros.

O espetáculo político-midiático é hibridizado e, como produto consumido, gera diferentes lucros mercadológicos e institucionais. O conceito positivo torna-se o capital mais importante que permitirá, para os sujeitos e instituições de todas as áreas, o acesso e a negociação aos capitais políticos e econômicos. A busca de imagens faz parte dos sistemas autoritários mas, especialmente, dos democráticos. Na verdade, são imagens em busca de uma totalização para um conceito mais perene diretamente relacionado a dois aspectos fundamentais da política contemporânea: a sua íntima relação com o espaço midiático e a produção e a produção de opiniões, reconhecimento e imagem pública.

A palavra imagem é uma categoria utilizada por vários campos de conhecimento, mas sempre relacionada ao olhar, ao reconhecimento, à visualização, à comunicação. É de fácil compreensão quando vinculada à dimensão figurativa da comunicação, mas complexa quando conceituada pelo marketing, relações públicas e, mais recentemente, por produtores e auditores da imagem pública. A estruturação da imagem pública sobre sujeitos ou instituições é formulada a partir da combinação das várias apropriações, interpretações e conceituações individuais privadas, com forte intervenção da mídia.

O investimento mercadológico e editorial a partir da associação entre mídia e a política sobre o acontecimento permite que os participantes ganhem seu naco de reconhecimento público e privado. E esse reconhecimento é que produz investimentos, pois a imagem é fundamental ao poder e à execução dos projetos. A imagem de sujeitos e instituições públicas gera reações, ações e comportamentos em torno de um consenso, de apoio. As práticas políticas se realizam

DO ACONTECIMENTO PÚBLICO AO ESPETÁCULO...

a partir da imagem que funciona como senha de ingresso na arena de discursos e disputas permanentes em torno de poder.

O estatuto da imagem marca a contemporaneidade e a política, ou seja, transforma a política contemporânea em “política de imagem” (GOMES, 2007), entendida como parte integrante do processo comunicativo. A relação entre produção, apropriação e circulação de imagens expõe a política, conforme Balandier (1982: 63), a situações paradoxais por ver a sua capacidade *enfraquecer*, obrigando-a a dominar uma “nova tecnologia do simbólico e do imaginário, uma nova fase de dramaturgia política”. O autor refere-se à “*imagística política*” quando afirma que “o universo político parece mais aberto ao ver dos governados, ele perde uma parte do mistério que se ligava a sua natureza de mundo oculto e secreto; mas ele continua assim, o que acontece é que suas aparências cada dia manifestadas provocam uma queda de curiosidade e um certo desencantamento. As técnicas audiovisuais permitem uma dramatização permanente”.

Como indivíduos, eleitores ou consumidores, os personagens desta era se movimentam, anônimos e cordatos, participantes e ansiosos em cumprir seus contratos de protagonistas dos espetáculos, com o capital das paixões. A mídia investe na pacificação do espectador, no sujeito da comunicação, sem exigir fidelidade, posicionamento ou identidade. Em troca exige seu olhar, sua permanência e dedicação. Sennet (1989) refere-se ao “declínio do homem público” ao abordar a erosão dos papéis sociais que empurra o cidadão ao culto particularizado da personalidade. A mídia permite a visibilidade e a publicização indispensáveis à esfera pública, sempre em busca de uma comunicação mínima com a esfera privada. A eficácia da combinação destes fica por conta da utilização estratégica das paixões individuais.

O posicionamento das personagens que atuam no espetáculo dos poderes ainda é avaliado a partir de “armas ideológicas das lutas de poder” implícitas em palavras como “indivíduo”, “sociedade”, “personalidade” e “coletividade”. Segundo Elias (1994: 74), estas palavras “acham-se tão impregnadas de um conteúdo emotivo que é difícil destrinçar seu núcleo concreto dos desejos e temores dos que estão engajados nos combates”. Mas ao homem é dado o poder da subversão com o seu principal capital sediado nas paixões, mais ou menos controláveis. Elas o remetem a um compromisso com a história do mundo. Suas paixões, mesmo sendo permanentemente apaziguadas, substituídas, comercializadas pela mídia poderosa, permanecem em estado de “perigosa” latência e delas depende o jogo das imagens, a existência dos poderes e o funcionamento dos espetáculos.

A adição entre a estrutura vital do singular acontecimento público e a estrutura do espetáculo resulta no híbrido e potente espetáculo político-midiático no qual cabem os discursos de todos os campos, a sociedade, os indivíduos e suas paixões; cabem as organizações e todos os produtos comunicacionais e mercadológicos.

As paixões são o dispositivo de compreensão teórica do espetáculo em meio ao complexo debate sobre globalização e pós-modernidade, sobre indivíduo e sociedade e a mediação de conceitos e ações políticas, econômicas, culturais e midiáticas. Mesmo que, aparentemente, as imagens veiculadas mostrem a sua total submissão à globalização, à sedução dos espaços

MARIA HELENA WEBER

mediáticos e à fragmentação da pós-modernidade, é o indivíduo que carrega as paixões como um poder capaz de quebrar as rotinas, de colorir uma celebração, de tornar mais triste os funerais. A paixão é entendida como o único capital indestrutível diante do poder de manipulação dos discursos da política, da sedução dos objetos e da moral midiática. Assim, a passagem do acontecimento público a espetáculo político-midiático requer a qualidade deste acontecimento que resultará na sua permanência junto das instituições políticas e organizações midiáticas, sociedade e indivíduos. Será reativado como o são as paixões necessárias para a vida do espetáculo.

Bibliografia

- APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. (1993) *O rei-máquina – Espetáculo e Política no Tempo de Luís XIV*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB.
- ARENDR, Hannah (1993). *A Dignidade da Política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BABO-LANÇA, I. (2008). *A reproduzibilidade do acontecimento na ordem institucional*. In: I Colóquio de Imagem e Sociabilidade Belo Horizonte (MG): UFMG/ FAFICH, (conferência)
- BALANDIER, Georges (1982). *O poder em cena. Brasília*: Ed. Universidade de Brasília.
- BARTHELEMY, M. e QUÉRE, L (1990). *La Mesure des événements publics: structure des événements et formation de la conscience publique*. Paris: ATP/CNRS.
- BAUDRILLARD, Jean (1983). *Las Estrategias Fatales*. Barcelona: Anagrama.
- BERGER, Christa (1998). *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed.UFRGS.
- BOBBIO, Norberto (1986). *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL/ Bertrand, Lisboa.
- CAMPBELL, Joseph (1994). *O poder do mito*. São Paulo: Phallas Athenas.
- DAYAN, Daniel et KATZ, Elihu (1993). *Le Grand Cerimonie dei Media – La Storia in diretta*. Bologna: Barkerville.
- DEBORD, Guy (1967). *A Sociedade do Espetáculo*. Lisboa: Afrodite.
- DEBORD, Guy (1990). *Comentarios sobre la sociedad del espectáculo*. Barcelona: Anagrama.
- DEBRAY, Régis (1994). *O Estado Sedutor*. Petrópolis: Vozes.
- EDELMAN, Murray (1991). *La Construcción Del Espectaculo Político*. Argentina: Manantial.
- ELIAS, Norbert (1994) *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FERRY, Luc (1994). *Homo Aestheticus – A Invenção do Gosto na Era Democrática*. São Paulo: Ensaio.
- GOFFMAN, Erving (1992). *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GOMES, Wilson (2007). *Transformações da política na era da comunicação de massa* (2ª ed.). São Paulo: Ed.Paulus.
- GOMES, Wilson. (1995) *“Theatrum Politicum: a encenação da política.”* In: BRAGA, José Luiz et al. (org). *A Encenação dos Sentidos – Mídia Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- GREIMAS, Algirdas J. e FONTANILLE, Jacques (1993). *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática.
- HIRSCHMAN, Albert (1979). *As Paixões e os Interesses – Argumentos Políticos a favor do Capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- JAMESON, Frederic (1996). *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- LASCH, Christopher (1996). *La Rebelión de las élites y la traición a la democracia*. Barcelona: Paidós-Ibérica.
- MAISONNEUVE, Jean (1991). *Ritos Religiosos y Civiles*. Barcelona: Herder.
- MARCONDES Filho, Ciro (org.) (1985). *A Linguagem da Sedução – A conquista das consciências pela fantasia*. São Paulo: Com-Arte.
- MOUILLAUD, M. (1997), “Crítica do acontecimento ou o fato em questão”. In: MOUILLAUD, M. e PORTO, S. (orgs). *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15.
- NOVAES Adauto (org) (1993). *Os Sentidos da Paixão*. São Paulo/ Funarte: Companhia das Letras.

DO ACONTECIMENTO PÚBLICO AO ESPECTÁCULO...

- ORTIZ, Renato (1985). *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- QUÉRÉ, Louis (1982). *Des Miroirs Équivoques: aux origines de la communication moderne*. Paris: Aubier Montaigne.
- RIVIÈRE, Claude (1989). *As Liturgias Políticas*. Rio de Janeiro: Imago.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard (1978). *O Estado Espetáculo*. São Paulo: DIFEL.
- SENNET, Richard.(1989) *O Declínio do Homem Público – As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- THOMPSON, John B.(2000). *Political Scandal – Power and visibility in the media age*. Cambridge [UK], Polity Press.
- TRAQUINA, Nelson (org) (1993). *Jornalismo: Questões, Teoria e “Estórias”*. Lisboa: Vega.
- WEBER, Maria Helena (2000). *Comunicação e Espetáculos da Política*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS.
- WEBER, Maria Helena (2006). “Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política”. In: Rousiley Maia; Maria Céres Castro. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. 1a. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 1, p. 117-136.



Espaço Público e Acontecimento

CALEIDOSCÓPIO

O SEGREDO E O PROBLEMA DA ESFERA PÚBLICA: COMO O *KRATHOS* DOS PARTIDOS FOMENTA OS SEGREDOS DO PODER

O segredo apresenta-se no “público” e no “privado” como uma noção de grande relevância, estabelecendo relações variáveis entre o que pode ser visto, portanto perceptível, e o que deverá permanecer obscuro, imperceptível, invisível. Considerado como a “essência da arte de governar”, facilmente se percebe que o segredo remete para algo que se encontra afastado do conhecimento público, aparte, algo que não deve ser publicamente revelado. Com efeito, no que diz respeito ao seu envolvimento na esfera pública, colocam-se as seguintes questões de partida: Será que podemos, hoje, desembaraçar-nos do segredo na discussão sobre os assuntos do Estado democrático? Será ele uma característica, porventura arcaica da arte de governar, ou uma necessidade interna do funcionamento do sistema político?

Efectivamente, a noção de segredo reporta-se a uma categoria de conhecimentos reservados apenas a alguns, ou somente a uma pessoa se isso disser respeito à sua privacidade, intimidade, pensamentos ou desejos que ela queira esconder. Contudo, se nas relações do foro privado o segredo oferece nítidos benefícios sociológicos, constituirá ele uma parte obscura e redutível do poder político?

Ora, um autor contemporâneo como Norberto Bobbio situa a técnica do poder secreto na esfera da acção política, tanto no que corresponde ao poder dominante como no

Hélder Prior

Universidade da Beira Interior/Universidade
Autónoma de Barcelona
LabCom / IFP

HÉLDER PRIOR

que se refere ao contrapoder. Segundo Bobbio, o segredo é inerente à acção política, tal como o recurso à técnica da máscara: “Subtrair-se da vista do público no momento em que realizam deliberações de interesse político e colocar a máscara quando se está obrigado a apresentar-se em público” (Bobbio, 2003: 303). Esta é a ideia da política como espectáculo ou, se quisermos usar um termo teatral e político ao mesmo tempo, é a ideia da política como “representação”. Neste sentido, aquilo a que Hobbes chama de “actor” foi transferido da linguagem teatral para a linguagem política, referindo-se a todos aqueles que representam palavras e simulam acções nas “tendas de campanha”. Com efeito, não pode haver representação política fora do âmbito da publicidade, isto é, não se designa por representação política aquilo que sucede entre portas fechadas, aquilo que acontece às escondidas do público. Norberto Bobbio, no seguimento dos estudos de Carl Schmitt sobre o tema da “representação”, captou bem a ligação entre a representação teatral e a representação parlamentar quando escreveu o seguinte:

Nenhuma linguagem esotérica e misteriosa se ajusta à assembleia de representantes que são eleitos periodicamente pelo povo, e por isso responsáveis diante dos eleitores, sejam eles poucos ou muitos. Tampouco se adapta à democracia dos antigos, na qual o povo se reunia na praça para escutar os oradores e deliberar. O Parlamento é o lugar onde o poder é representado em dupla acepção: é a sede onde se reúnem os representantes e é o local onde, ao mesmo tempo, acontece uma verdadeira e apropriada representação que, como tal, tem necessidade do público e deve acontecer em público (2003: 302).

Como sabemos, uma das vantagens vinculadas ao Absolutismo monárquico residiu, precisamente, na força concentrada do segredo. Uma das razões pelas quais Thomas Hobbes considera que a monarquia é superior à democracia prende-se, precisamente, com a maior segurança existente nos regimes autocráticos. Em democracia, tudo é discutido até à exaustão, “todos palpitam, todos interferem em tudo e nada acontece, pois tudo era já sabido de antemão” (Canetti, 2008: 295). No capítulo X do *De Cive*, Hobbes afirma mesmo que “as deliberações das grandes assembleias têm o inconveniente de que as decisões do governo, que quase sempre importa guardar como secretas, são conhecidas pelos inimigos antes que tenham sido executadas” (Hobbes, 2002: 168). É importante não mostrar ao inimigo os nossos movimentos, os nossos gestos e aspirações pois só assim o podemos surpreender, aumentando as possibilidades de dele nos defendermos, de o derrotarmos. Por outro lado, o segredo é justificado pela incapacidade do povo em perceber o interesse colectivo, o *bonum commune*.

É um facto que as duas situações apresentam um cariz defensivo, mas enquanto na primeira o segredo é motivado pelo facto do inimigo ou adversário poder saber demasiado, antevendo as nossas atitudes, no segundo o segredo justifica-se pela incapacidade que o povo tem em entender as deliberações do Estado, em compreender e aceitar a razão de Estado. Como afirma Norberto Bobbio, “em certo sentido os dois argumentos se opõem: no primeiro caso, o não fazer saber decorre de que o outro é capaz de saber demais; no segundo, o não fazer saber relaciona-se de que o outro entende pouco e poderia interpretar mal as diversas razões de uma deliberação e opor-se a ela com pouco critério” (2003: 302). Recentemente, a líder do PSD, Manuela

O SEGREDO E O PROBLEMA DA ESFERA PÚBLICA...

Ferreira Leite, referiu-se à suspensão temporária da democracia como forma de “meter tudo na ordem” recuperando, de certa forma, os “inconvenientes” da democracia teorizados por um autor com Hobbes.

Ora, se no caso dos regimes autocráticos o silêncio sempre se encontrou associado à conspiração, ao complô, nas democracias representativas ele pode ser encarado como um elemento preponderante para o enfraquecimento do sistema democrático. Idealmente, a democracia constituiu-se como o “governo do poder visível”, de um governo cujos actos devem acontecer em público e submeterem-se ao controlo da opinião pública. É por isso que a democracia se contrapõe aos regimes autocráticos, isto é, a formas de governo cujas actuações quase sempre importam guardar como secretas. Em democracia os responsáveis políticos não podem prescindir de prestar contas ao eleitorado, de explicar publicamente as motivações das suas atitudes políticas. Quando tal acontece deixa de haver, pura e simplesmente, representação política.

Efectivamente, a discrição é vista como uma velha máxima de acção política, pelo menos a avaliar pela forma como o cardeal Mazarin termina o seu *Breviário*:

Reflecte antes de agir. E também antes de falar. Porque, se há poucas possibilidades de alterarem no bom sentido tudo o que disseste ou fizeste, convence-te de que será deformado no mau sentido (1997: 141).

Também a este propósito, Leonardo da Vinci teceu a seguinte constatação:

As ostras abrem-se por completo quando está lua cheia; e quando o caranguejo vê uma, ele lança-lhe uma pedra ou uma alga para que a ostra não se possa voltar a fechar, e assim serve-se de carne o caranguejo. Este é o destino daquele que abre a boca demasiado e, por isso, fica à mercê de quem o escuta (Greene, 2008:31).

É verdade que em democracia não se deve falar “a torto e a direito”, mas não é menos verdade que a quietude e o silêncio de quem deve aparecer em público e prestar contas àqueles que por si são representados, são atitudes que não se coadunam com o regime da visibilidade. A discrição é, de facto, uma boa forma de actuação política, mas também é certo que, como salienta Francis Bacon, aquele que não falar, será tão mal julgado pelo seu silêncio como o seria pelo seu discurso. A vida pública também tem o seu meio-termo. Em alguns casos “o recato até pode ser bom conselheiro”, mas é certo que a omissão total pode pôr em causa o regime representativo. Quando aquele que governa prescinde de falar, de tornar visíveis as suas acções – explicando-as – ele considera que democracia e invisibilidade podem, pacificamente, imiscuir-se entre si.

Ora, não há representação política se esta for feita *in absentia*. A restrição da palavra não só ameaça como violenta a democracia representativa. A omissão total do uso público da palavra conduz, inevitavelmente, à suspensão do regime democrático, à supressão da esfera pública. Não obstante, o tema do silêncio na discussão sobre a representação política está longe de ser pacífico. Alias, o próprio conceito de “representação” é, por si só, ambíguo. Se no sentido técnico-jurídico “representar” significa actuar em vez e por conta de outro, na linguagem filo-

HÉLDER PRIOR

sófica o termo adquire um importante sentido adicional referindo-se, também, a expressões como “reproduzir” ou “reflectir”. O termo “representação” refere-se tanto à actuação que os membros legitimamente eleitos fazem por conta dos seus eleitores, como também ao facto de o palco dessa representação, o Parlamento, ser o espelho do próprio país, precisamente no sentido em que o “reflecte” ou “retrata”. O problema é que embora tenhamos um sistema onde a representação política funciona sob a forma de uma democracia representativa, a “representação de interesses” particulares não desapareceu. Segundo Bobbio, o tema recuperou actualidade devido à existência de um mercado político que, por ser mercado, coexiste ao lado do mercado económico. Vejamos a explicação do autor:

Na relação entre eleitores e eleitos – que é própria da democracia representativa – ocorre um contínuo intercâmbio de duas mercadorias: o apoio, na forma de voto por parte dos eleitores; e benefícios, patrimoniais ou de *status*, por parte dos eleitos (2003: 283).

Por conseguinte, a noção de “Estado Representativo” como Estado dotado de um organismo – o Parlamento – formado pelos representantes que tomam decisões de carácter colectivo, assumiu também outro significado, isto é, um Estado composto por um órgão representativo que, por meio dos seus representantes, “espelha” as diferentes tendências ideológicas e os vários grupos de interesses que existem no país. Uma democracia é representativa quando, por um lado, conta com um órgão cujas decisões são tomadas por representantes legitimamente eleitos e, por outro, quando esses mesmos representantes reflectem os diferentes grupos de opinião que se formam no interior da sociedade que representam. Efectivamente, ambas são formas de “representação de interesses”, mas enquanto a primeira forma de representação se refere a interesses gerais da nação, sob a forma de “mandato livre”, a segunda diz respeito a interesses particulares de determinados grupos que exercem a sua influência sob a forma de “mandato vinculado”. Se a representação parlamentar existe para deliberar sobre os interesses gerais, ela só terá sentido se os indivíduos, legitimamente eleitos, não estiverem ao serviço de interesses parciais ou locais de uma corporação, mas colocarem todas as suas acções a favor do interesse da comunidade.

Ao Parlamento confia-se, exclusivamente, a protecção dos interesses nacionais em detrimento dos interesses corporativos visto que os representantes não são representantes de um grupo específico, mas antes representantes de toda a nação. Ora, a defesa da “representação política” face à “representação de interesses” encontrou um acérrimo defensor em Luigi Einaudi para quem a representação de interesses “é uma espantosa regressão a formas medievais, formas a partir das quais evoluíram, aperfeiçoando-se, os Parlamentos modernos” (Einaudi, 1954: 29-29). Segundo Einaudi, a “representação de interesses” em nenhum caso representa efectivamente a generalidade dos interesses do povo e, portanto, não salvaguarda os interesses reais do Estado. De facto, o próprio Richelieu, no seu *Testamento Político*, reservou um capítulo aos interesses do Estado, demonstrando que estes devem ser preferidos aos interesses particulares. Como, sobre este ponto, constata Richelieu:

O SEGREDO E O PROBLEMA DA ESFERA PÚBLICA...

Os interesses públicos devem ser o único fim do príncipe e dos seus conselheiros. Uns e outros estão, pelo menos, obrigados e tê-los em consideração tão especial que os preferam a todos os particulares. É impossível conceber o bem que um príncipe e aqueles de quem ele se serve nos seus assuntos podem fazer, se seguirem religiosamente este princípio, e não se pode imaginar o mal que acontece a um Estado quando se prefere os interesses particulares aos públicos e estes são regulados por aqueles (2008: 265).

Todavia, e atendendo às considerações de Hegel na sua *Filosofia do Direito*, o povo não pode nem tem o direito de controlar a obra do seu representante uma vez que, quando este é eleito, rescinde tecnicamente a relação de mandato com o eleitor para se dedicar inteiramente aos assuntos gerais do Estado. Ora, é precisamente aqui que começam os problemas e é, sobretudo, neste ponto que se verifica o quão ténue é a fronteira entre “mandato livre” e “mandato vinculado”. A partir do momento em que o representante rescinde a relação de mandatário com o eleitor ele passará, doravante, a decidir tendo em conta as orientações da sua máquina partidária. Mas o que significa esta constatação? Eis a explicação de Bobbio:

A formação e o constante crescimento dos partidos fizeram com que eles se interpusessem – por inércia e não pela má intenção de um ou de outro grupo ávido de poder – entre o corpo eleitoral e o Parlamento e, de um modo mais geral, entre o titular da soberania e aqueles que de facto deveriam exercer a própria soberania. Isto terminou por truncar a relação directa entre os eleitores e eleitos, criando duas relações distintas: a primeira entre os eleitores e o partido, a segunda entre o partido e os eleitos, o que torna cada vez mais volátil a relação originária (e característica do Estado representativo) entre o que emite o mandato e o mandatário ou, hobbessianamente, entre o autor e o actor (2003: 296-297).

Ao colocarem-se entre “representado” e “representante”, os partidos políticos assumiram uma posição intermédia que garante a mediação entre eleitores e eleitos. Assim, as máquinas partidárias configuram-se como “mandantes imperativos” sobre os representantes, isto é, são soberanos face aos eleitos aos quais dão instruções de actuação política. Ora, se os eleitores são apenas autores em relação aos eleitos e se os eleitos são apenas actores em relação aos eleitores, os partidos políticos adquirem uma dupla função. Por um lado, são actores na sua relação com os eleitores e, por outro, são autores dos seus mandatários, autores dos representantes que escolhem para, posteriormente, serem eleitos pelo povo.

Se, quando seleccionados, os representantes governam com inteira independência face aos representados, como de resto defende a teoria do “mandato livre” de Montesquieu, o mesmo não se aplica na relação entre partido político e representante, este como actor e aquele como autor. Ora, é a direcção política que dirige e vincula o grupo parlamentar e este facto tem, desde logo, uma consequência. Não são os representantes na qualidade de livres mandatários do povo que, em última instância, tomam as decisões políticas, mas antes os partidos políticos na sua qualidade de mandantes dos eleitos. Como vivemos num sistema de mercado político cada vez mais competitivo, o “mandato livre” perdeu grande parte da sua eficácia devido à existência de interesses corporativos no seio dos partidos políticos. Para conservar e alargar o seu poder, os

HÉLDER PRIOR

partidos vêem-se obrigados a levar os interesses particulares em conta, já que a sua sobrevivência depende do maior ou menos número de votos do eleitorado.

Segundo o politólogo Sigmund Neumann, podemos compreender a filosofia de um partido mediante um estudo sobre a tensão existente entre interesses de grupo e bem comum. Numa análise em profundidade, as ideologias dos partidos não só reflectem interesses como, também, reflectem mecanismos que integram e mantêm os seus membros. Assim, os partidos não são apenas representantes de grupos existentes, mas também organizações com interesses próprios. "Temos de abarcar grupos políticos existentes mais em profundidade que, por sua vez, reflectem outros grupos que, especificamente falando, já não são políticos" (Neumann, 1956: 210).

Com efeito, a fronteira entre a "representação política" e a "representação de interesses" e, por associação, a fronteira entre "mandato livre" e "mandato vinculado" tornou-se cada vez menos visível. Ao mesmo tempo, também são cada vez menos visíveis quer os interesses esotéricos de quem financia as máquinas partidárias, quer a sucessiva pressão dos interesses particulares através dos partidos. A chamada "democracia de massas" passou a ser o *krathos* dos que exercem a sua influência diante dos partidos políticos passando, estes, a fomentar aquilo e que se convencionou chamar de "partidocracia". Contudo, será sempre conveniente que esta "representação de interesses" não seja facilmente representável aos olhos do povo. O propósito de quem financia os partidos e, com isso, recolhe futuros benefícios, deve permanecer entre poucos. Se, quando eleitos, os representantes anuem, ordinariamente, aos regulamentos do Estado, asseverando que seguem os princípios da razão e da justiça, quando se trata de pôr em prática as decisões tomadas vem ao de cima, muitas vezes, os interesses deste e daquele, a "compaixão" e "piedade" pelos favores de outrora, no fundo, todas as impertinências particulares que se opõem às considerações públicas. A democracia tornou o espaço político mais amplo mas, ao mesmo tempo, dotou esse espaço de limites menos definidos entre o que são os interesses da nação e o que são os interesses de quem está, ou pode vir a estar, à frente dos destinos da nação. Neste sentido, o segredo no interior dos grupos políticos mais ou menos organizados ajuda a encobrir o *krathos* da "representação de interesses" e o avesso da "representação política" e do "mandato livre". Convém, porém, sublinhar que se a invisibilidade das acções políticas anula o sistema da "representação política", pois este é aqui entendido como um sistema de actos para o povo na sua totalidade, a desforra da "representação de interesses" sobre a "representação política" convida à prática dos *arcana* no interior de grupos que defendem interesses parciais sob a máscara, precisamente, da "representação política" e do interesse público. Ao imiscuírem-se no seio dos partidos políticos, os indivíduos que defendem interesses particulares beneficiam do sistema da "partidocracia". O regime da visibilidade dá, com efeito, lugar à invisibilidade da actuação da "representação de interesses" que se constrói sobre as ruínas da "representação política". A "representação de interesses" é, por um lado, o efeito da coexistência de um mercado económico a lado do mercado político e, por outro, da politização da moral. Se nos regimes autocráticos a oposição do foro interior da moral só se podia desenvolver secretamente, nos sistemas democráticos é a "representação de interesses" que se desenvolve numa oposição secreta à moral. Por conseguinte, a "representação de interesses"

O SEGREDO E O PROBLEMA DA ESFERA PÚBLICA...

não se joga na *place publique*, já que ela defende os interesses privados que dela decorrem. Como, de resto, constata Carl Schmitt, o regime da publicidade não é, inteiramente, incompatível com a prática do segredo:

O valor da representação está em que a publicidade e a personalidade dão à vida política o seu carácter. Coisas famigeradas, como “diplomacia secreta” e “regime pessoal”, desacreditam esse sistema. No entanto, não deve perder-se de vista pelo menos uma coisa: que a diplomacia secreta dos que detêm o poder público é um jogo inofensivo se comparado com a diplomacia pública que cultivam por meio dos seus agentes os que detêm um poder secreto (1993: 214).

Ora, se o pensamento que temos defendido assenta na ideia de democracia como autoridade visível, é importante que se diga que um dos “pecados” dessa mesma democracia sempre foi a pouca transparência das práticas do poder. A questão é que se o povo não tiver parte activa nos assuntos do Estado, qualquer disposição pública desse mesmo Estado demonstrará a sua imoralidade. O princípio da publicidade tem, então, de ser respeitado pelo político e esse respeito implicará, necessariamente, uma submissão ao controlo público. Contudo, apesar de actualmente o poder ser exercido de forma maioritariamente visível, por oposição aos Estados autocráticos onde as práticas do poder são maioritariamente invisíveis, o segredo subsiste. Ao identificarmos a democracia com a transparência das práticas do poder, recordamos a Atenas de Péricles, a reunião dos cidadãos num lugar público, na grande praça pública.

De facto, a distinção entre público e privado tem uma larga tradição na história do pensamento social e político, tradição que remonta à Grécia Antiga e aos primeiros desenvolvimentos do direito romano. Assim, na dicotomia *público/privado*, o termo *público* remete para algo que pertence à esfera eminentemente política da *res publica*, conduzindo, portanto, à distinção clássica entre *ius publicum* e *ius privatum*. Trata-se de uma abordagem que se concentra numa sociedade vista como um domínio intermédio entre o privado e o público, designadamente entre a vida da casa – *oikos* – e a esfera da acção política e de aquilo que é comum – *koinon*. Todavia, a filosofia do Iluminismo, ao identificar a ideia de publicidade com um espaço onde se faz “uso público da razão”, estabeleceu os limites entre o que não sendo público pode ser visto e o que é secreto, alterando consequentemente a definição do termo *público* quando este se opõe ao *secreto*. A esfera pública do século XVIII apresenta-se como uma forma de sociabilidade que aspira a modelar o agir político mediante o “uso público da razão”. O princípio da publicidade, que desfruta da possibilidade de usar a imprensa como *medium*, apresenta-se como uma possibilidade crítica contra a acção secreta do Estado. Com efeito, na dicotomia *público/secreto* o termo *público* ganha uma conotação diferente da que concerne à dicotomia *público/privado*. Enquanto no primeiro caso o termo *público* se refere aos domínios da acção política da *polis*, exercidos através da acção – *praxis* – o do discurso – *lexis*, no segundo sentido o termo *público* reporta-se ao que é visível e aberto e, como tal, ao que facilmente se torna “representável”. O que é público, com efeito, é o que está disponível ao público, o que se realiza perante os olhos ou os ouvidos dos espectadores. Um acto público é um acto visível, um acto secreto é um acto

HÉLDER PRIOR

realizado entre “portas fechadas”. Neste sentido, as dicotomias *público/privado* e *público/secreto* têm uma relação com as dicotomias *publicidade/privacidade* e *visibilidade/invisibilidade*.

No livro onde se debruça sobre a *improbabilidade da comunicação*, Niklas Luhmann explica que só no século XVIII se reuniram as duas distinções, a de *público/privado* e *público/secreto*, sendo que só na parte final deste século surgiu o conceito moderno de opinião pública como o soberano “secreto” e a autoridade invisível da sociedade política (Luhmann, 1992: 65-66). A nova esfera pública, proposta pelo postulado iluminista de uma comunicação tendencialmente racional e livre de constrangimentos, formou um conceito moderno de opinião pública assente na transparência das práticas do poder. Aspirando a modelar o agir político, a opinião pública tornou-se no “soberano secreto” e na “autoridade invisível da sociedade política”, no sentido em que alguns sectores até então considerados inquestionáveis, e que enfrentavam um certo fechamento, passam a ter uma relevância pública e uma maior acessibilidade. As luzes trazidas pelos “enciclopedistas”, preocupados com a opacidade da vida pública e privada, fizeram da liberdade de pensar publicamente o mote da ordem social. Neste sentido, o carácter público das acções do governo tornou-se num dos princípios fundamentais do Estado Constitucional, mas também sabemos que a tendência do poder em se esconder é “irresistível”, sobretudo quando se leva em consideração a política externa e as relações internacionais. A opinião pública condena a violação do princípio da publicidade, mas se o controlo da democracia tem alguma eficácia no que toca à política interna, ele permite ver que a esfera mais exposta ao abuso é, precisamente, a esfera da política externa e das relações internacionais. Quando se coloca o problema da *salus rei publicae* é mais fácil à política induzir a aceitação de abusos, invocando todos os argumentos tradicionais que salvaguardam o recurso à *ragion di Stato*. Não é por acaso que a justificação dos *arcana imperii* encontrou, na razão de Estado, a sua *raison d’être*. O mesmo é dizer que a razão de Estado, ao defender que é lícito em nome do Estado fazer o que é ilícito aos olhos quer do direito, quer, sobretudo, dos cidadãos, obriga o Estado a esconder as suas práticas de acção e a executá-las em segredo. A tendência do poder em observar tudo o que está à sua volta, procurando ver e ouvir sem ser visto e ouvido, é tanto mais irresistível e comum quando se trata de salvaguardar os princípios de segurança e auto-defesa da nação.

Não obstante, um autor como Bentham considera que uma das condições essenciais para manter a paz duradoura entre os Estados é, precisamente, não tolerar o segredo nos procedimentos da política externa. Em *Princípios de direito internacional*, Bentham acrescenta que esse segredo é tão inútil como repugnante para os interesses da liberdade e da paz (Bobbio, 2003: 312). Efectivamente, em nenhum sistema democrático, cuja essência reside no controlo do poder por parte do público, se podem controlar medidas desconhecidas.

O poder político, marcadamente disciplinar, é, então, tanto mais eficaz quanto mais invisíveis forem as suas práticas de vigilância da opinião pública. Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault sugere que o Panoptismo oferece uma explicação convincente sobre o exercício do poder nas sociedades modernas. Para Foucault, a máquina panóptica pode ser transposto para as esferas da vida social, visto que os indivíduos encontram-se progressivamente sujeitos à vigilância e disciplina de “uma máquina destinada a dissociar o para ver-ser visto” (Foucault, 2008: 202-204).

O SEGREDO E O PROBLEMA DA ESFERA PÚBLICA...

O Panóptico permite que o poder seja exercido por uma minoria de poucos sobre uma maioria de indivíduos que se encontram num estado de visibilidade permanente. Acontece, porém, que os meios de comunicação, ao substituírem o público pela audiência e ao permitir que os agentes políticos sejam vistos e ouvidos por uma multidão de indivíduos dispersos em ausência física, alteraram completamente as formas de visibilidade nas sociedades actuais. Assim, nas sociedades mediáticas são, fundamentalmente, aqueles que exercem o poder, em vez de aqueles sobre os quais se exerce o poder, que se encontram sujeitos um certo tipo de visibilidade e vigilância. Por conseguinte, à “autoridade invisível da sociedade política”, os meios de comunicação respondem com o culto público da pouca transparência das práticas do poder. Como, sobre este ponto, acrescenta Niklas Luhmann:

O efeito, senão mesmo a função, dos meios de comunicação de massas parece consistir na reprodução de intransparência mediante transparência: reprodução de intransparência de efeitos, mediante transparência de conhecimento (Luhmann, 2000: 113).

Como resposta ao poder invisível e marcadamente disciplinar do poder político, os *media*, ao modificarem a visibilidade dos acontecimentos, tornam cada vez mais difícil a manutenção de um regime de secretismo nas zonas que antes permaneciam invisíveis e inacessíveis ao público. A vigilância exercida pelo poder político, espelhada na análise proposta por Foucault do Panóptico de Bentham, foi sendo progressivamente substituída pela vigilância a que os meios de comunicação de massa sujeitam os agentes políticos, outrora únicos vigilantes da esfera pública. Contudo, é conveniente não esquecer que o próprio sistema dos *media*, ao querer tornar tudo visível e transparente, esconde as práticas que lhe dão origem, muitas vezes “esotéricas”, enquanto sistema que se produz a si próprio, “autopoietico” e, porque não dizê-lo, por vezes “autoreferencial”. Esta “autopoiese”, implica que olhemos para o sistema dos meios de comunicação de massas como um domínio dotado de um código específico que remete para os seus próprios critérios de observação. O sistema dos *media* é apresentado como um tecido “auto-reforçado que se tece a si mesmo”, mediante uma galáxia de comunicação “exotérica”, mas que esconde processos de construção e práticas profissionais vincadamente “esotéricas”.

Se quisermos estabelecer um debate sobre a problemática do segredo na esfera pública, a discussão só se poderá desenvolver na vertente da excepção, e não da regra. Enquanto nas relações do foro privado é o segredo que é regra, encontrando-se, inclusive, protegido pela Constituição, na esfera política das *res* pública é a publicidade que deve ser regra, especificamente no sentido de regularidade. A questão está em que o poder político, quanto mais sabe que é observado, mais reflecte a sua tendência natural para se subtrair do controlo público, camuflando-se e vigiando tudo o que o rodeia. Neste ponto, os *media* surgem como vigilantes do sistema político e são os primeiros a mostrar a incompatibilidade da prática do segredo na esfera pública. Com efeito, quem vigia, afinal, aquele que vigia? À vossa “vigilância” me submeto.

Bibliografia

- BOBBIO, Norberto (2003). 'Antologia', *O Filósofo e a Política*, Rio de Janeiro: Contraponto Editora, pp. 303-308; 310-313.
- CANETTI, Elias (2008). *Massa e Poder*, São Paulo, Companhia das Letras.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques (1974). *Los grandes textos políticos: desde Maquiavelo a nuestros días*, Madrid, Aguilar, pp.50-80.
- DELEUZE, Gilles, GUATARI (1980). *Capitalisme et Schizophrénie, Mille Plateaux*, Les editions de minuit, p. 349-353.
- EUNAUDI, L. (1954). "Parlamento e Rappresentanza di interessi", in E. Rossi (org.) *Il buongoverno*, Laterza, Bari, pp. 28-29.
- FOUCAULT, Michel (2008). *Vigilar e Castigar*, Madrid, Siglo XXI Editores, pp. 199-230.
- GREENE, Robert (1998). *Las 48 Leyes Del Poder*, Madrid, Editorial Espasa, pp. 29-31.
- HOBBS, Thomas (2002). *Do Cidadão*, São Paulo, Martins Fontes, pp. 155-171.
- KANT, Immanuel (2004). *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Lisboa, Edições 70, pp. 11-19; 150-152; 165-170.
- LUHMANN, Niklas (1992). "Complexidade societal e opinião pública", in *A improbabilidade da comunicação*, Lisboa, Editora Vega, Coleção Passagens, pp. 65-66.
- *The reality of The Mass Media*, Polity Press, Cambridge, 2000, pp. 113-130.
- MAZARIN, Jules (1997). *Breviário dos Políticos*, Lisboa, Guimaraes Editores, pp. 17-18; 140-141.
- MONTESQUIEU (2000). *O Espírito das Leis*, Martins Fontes, São Paulo.
- NEUMANN, Sigmund (1956). *Modern Political Parties, Approaches to Comparative Politics*, University of Chicago Press, Chicago, pp. 210-250.
- RICHELIEU (2008). *Testamento Político*, Clássicos da Política, S.L, Círculo de Leitores.
- SCHMITT, Carl (1993). *Verfassungslehre*, Berlin, Duncker & Humblot.
- VILLARI, Rosario (1987). *Elogio della dissimilazione: la lotta política nel Seicento*, Roma, Laterza, pp. 5-50.

CALEIDOSCÓPIO

Leituras



Leituras

CALEIDOSCÓPIO

QU'EST-CE LE COSMOPOLITISME?

Ulrich Beck (2006)

A reflexão sobre o estado do mundo nos nossos dias permite que muitos autores concluam que o projecto da modernidade se encontra inacabado. A procura de respostas para os vários desafios resultantes desta situação tem vindo a convocar o aparecimento de propostas de interpretação e de intervenção sobre a realidade diferentes das que conhecemos até agora.

É nesta linha de pensamento que Beck nos propõe a óptica cosmopolítica (2006: 22).

O mundo da óptica cosmopolítica é interpretado como uma realidade transparente, no qual as diferenças, as oposições e as fronteiras devem ser olhadas segundo o princípio de que os outros são, na sua essência, idênticos a nós. Deste modo, poder-se-á entender a óptica cosmopolítica como uma abordagem apta a compreender as ambivalências que nos são colocadas pelas distinções e contradições culturais que caracterizam o nosso tempo.

Beck reconhece que a óptica cosmopolítica não constitui uma proposta inteiramente nova, uma vez que outros autores já a haviam abordado. Alexis de Tocqueville, na sua reflexão sobre a América democrática, já havia constatado a possibilidade de pessoas com diferentes proveniências poderem pensar e sentir da mesma forma ou, por outras palavras, de um homem poder perceber as sensações vividas pelo «outro». Também autores tão diversos como Adam Smith, John Dewey, Kant, Goethe, Humboldt, Marx ou Simmel, são referidos por Beck como precursores do ideal cosmopolítico, já que todos conceberam a

Lurdes Macedo

Universidade Lusófona do Porto
 Centro de Estudos Comunicação e Sociedade
 – Universidade do Minho
 Escola Superior de Educação do Instituto
 Politécnico de Viseu

LURDES MACEDO

modernidade como um tempo de transformação dos sistemas sociais: da comunidade fechada sobre si mesma passar-se-ia a uma lógica de sociedades interdependentes, capazes de se organizar segundo os princípios do Estado. Esta abertura universal era já vista por esses autores como possível e desejável (2006: 21-25).

Todavia, a perspectiva clássica das ciências sociais criou um quadro interpretativo da realidade baseado na diferenciação da Humanidade em categorias como a religião, a etnia, a classe ou a nação. No entendimento de Beck, este tipo de distinção constitui-se como empiricamente falso e desadequado ao mundo em que vivemos, uma vez que a compreensão do “outro” deixou de se submeter ao esquema dicotómico amigo / inimigo. Como exemplo, o autor refere os protestos contra a guerra no Iraque e contra o sofrimento do povo iraquiano que se observaram a nível mundial. Fruto daquilo a que o autor chama a “globalização das emoções”, o nosso tempo compreende hoje uma “empatia cosmopolítica” (2006: 17-18).

Com o objectivo de propor novos instrumentos para a interpretação da realidade, o autor apresenta cinco princípios articulados entre si, pretendendo que os mesmos se oponham à velha lógica de distinção de seres humanos a partir de categorias segregacionistas.

Assim, o princípio da experiência da crise da sociedade mundial defende que os riscos e as crises globais – como as desordens do ambiente ou o terrorismo – resultaram no sentimento de um destino civilizacional comum. Esta interdependência permite a abolição das fronteiras tradicionais entre o interior e o exterior, entre o nacional e o internacional e entre “nós” e os “outros”.

Este sentimento coexiste com o princípio do reconhecimento das diferenças no seio da comunidade mundial, que nos relembra o carácter conflitual da mesma, ao mesmo tempo que coloca a possibilidade de as diferenças se poderem reduzir à simples curiosidade pelo “outro”.

O princípio da empatia cosmopolítica vem reforçar a importância do respeito pelas diferenças num mundo em que somos cada vez mais semelhantes, ao enunciar a possibilidade de nos colocarmos na situação dos “outros” para melhor os perceber. Esta mudança de perspectiva resulta num intercâmbio virtual entendido como uma oportunidade por uns e como uma ameaça por outros.

Daí a formulação do princípio da inviabilidade de uma sociedade mundial sem fronteiras, que defende a necessidade de retraçar novas fronteiras mais adequadas à ordem social actual.

Por fim, o princípio da mistura surge da constatação de que diversas culturas e tradições se vão associando e misturando, o que resulta na interacção entre provincianismo e cosmopolitismo. Na visão do autor, estes princípios devem ser entendidos de forma empírica e sociológica, com o fim de que as suas contradições interiores e as suas concretizações possam ser colocadas em evidência (2006: 20-21).

Ao enunciar estes cinco princípios, Beck procura propor um novo entendimento do mundo que nos permita sobreviver ao processo de “cosmopolitização real” a que assistimos na actualidade. A óptica cosmopolítica surge, então, como resultado das transformações em curso na sociedade mundial e, ao mesmo tempo, como antecipação de um mundo possível.

Para a compreensão da sua proposta, o autor considera pertinente distinguir o processo de globalização do processo de cosmopolitização. Enquanto a primeira é entendida como um

QU'EST-CE LE COSMOPOLITISME?

mercado mundial desregulamentado – ou seja, sob uma perspectiva unidimensional –, a segunda deve ser compreendida à luz da multiplicação de modos de vida transnacionais, numa perspectiva multidimensional. Assim, a crença neoliberal nas vantagens da livre circulação de capitais, produtos e pessoas, que dá forma à globalização, não deve ser confundida com a aparição de diversas militâncias e activismos (direitos do Homem, direitos do trabalhador, protecção do ambiente, etc.) que dão uma crescente notoriedade a actores políticos não governamentais, à escala mundial. Com esta distinção, o autor pretende garantir que a cosmopolitização não seja encarada como uma forma de rebaptizar a globalização (2006: 23-24).

A compreensão da óptica cosmopolítica passa pela análise do pensamento de Beck ao longo de três etapas (pp.38-39). Numa primeira etapa, o autor distingue diferentes conceitos ligados ao cosmopolitismo, de forma a clarificar a sua visão sobre este fenómeno. Na sua segunda etapa da reflexão, Beck procura resolver a contradição entre “nacionalismo metodológico” e cosmopolitização real. Por fim, o autor propõe uma “nova gramática” para a compreensão do mundo actual, que consiste no programa teórico e de investigação para uma “ciência social cosmopolítica”.

Na primeira etapa de reflexão, Beck começa por distinguir cosmopolitismo filosófico, ou seja, o cosmopolitismo tomado como ideal de forma consciente, de cosmopolitismo sociológico, aqui entendido como o cosmopolitismo que emerge das consequências de outros fenómenos sociais. Este não surge, ao contrário do entendimento constante na sua dimensão filosófica, de uma escolha voluntária e planeada. Aqueles que procuram escapar à perseguição, à miséria ou à guerra – refugiando-se em países mais pacíficos e prósperos – são “estrangeiros”, não porque tenham escolhido esta condição, mas antes por força de circunstâncias históricas nas quais se viram envolvidos. O cosmopolitismo sociológico é, assim, vivido sem que os seus protagonistas o saibam ou desejem conscientemente (2006: 40-42).

Outra distinção importante é aquela que esclarece a diferença entre cosmopolitismo e cosmopolitização. O primeiro, no entendimento de Beck, tem uma dimensão activa, configurando-se como uma missão orientada para a organização do mundo. Por seu lado, a cosmopolitização assume uma dimensão mais passiva, tratando-se de um fenómeno incontroável que se vai impondo à nossa existência (2006: 43).

Esta cosmopolitização não pode ser confundida com a óptica cosmopolítica. Em todos os tempos da História existiram invasões, conquistas, migrações, escravatura, colonização, guerras e perseguições. Deste modo, a mistura de povos com diferentes culturas não constitui uma novidade do tempo moderno. A cosmopolitização – como “mistura” imposta – configura uma constante no percurso da Humanidade, mesmo quando considerada num passado mais remoto. A óptica cosmopolítica vai mais longe, dando conta de uma consciência que reconhece os movimentos globais de emancipação das minorias. É esta reflexividade social que, segundo o autor, faz da óptica cosmopolítica um conceito chave na actualidade (2006: 45).

Para Beck, há ainda que clarificar a distinção entre a cosmopolitização e o cosmopolitismo institucional. A cosmopolitização advém do reconhecimento da interdependência entre seres

LURDES MACEDO

humanos que habitam diferentes pontos do globo, nomeadamente ao nível dos riscos civilizacionais que se afiguram cada vez mais presentes nas suas vidas quotidianas. Esta interdependência, quer seja no plano da ecologia, da economia ou do terrorismo, levanta um debate entre nações sobre as suas causas e os seus responsáveis, o que favorece a emergência do cosmopolitismo institucional. Esta forma de cosmopolitismo fica aquém da óptica cosmopolítica, que entende estes riscos como consequências dos actos praticados pela nossa civilização e dificilmente imputáveis a alguma nação ou alguma pessoa em particular. Assim, a dicotomia entre “bons” e “maus” deixa de fazer sentido: as boas intenções dos países desenvolvidos devem ser colocadas em causa quando, por exemplo, pedem aos países pobres que protejam a floresta tropical e, ao mesmo tempo, reivindicam para si a maior parcela dos recursos energéticos disponíveis. Este conflito de interesses pode até levar-nos a pensar que é impossível uma qualquer forma de socialização mundial. Mas trata-se, segundo o autor, de uma visão distorcida que a óptica cosmopolítica pretende combater. Estes conflitos possuem uma função integradora porque demonstram que a sua resolução só pode passar por soluções cosmopolíticas. A interdependência cosmopolítica não se manifesta, assim, sob a forma de amor universal, mas antes na cooperação que resulta da urgência de resolução dos riscos globais (2006: 46-48).

Para concluir a primeira etapa da sua reflexão, Beck apresenta-nos aquela que, porventura, será a mais pertinente de todas as distinções: aquela que opõe o cosmopolitismo emancipatório ao cosmopolitismo déspota. O autor entende que, para se esboçar uma ética cosmopolítica, dever-se-ão investigar os abusos de poder aos quais o cosmopolitismo aparentemente bem intencionado abre caminho. O século XX provou que as ideologias falharam redondamente e que não existe um conceito absoluto de bem ou de mal. O cosmopolitismo não se pode constituir como uma ideologia, sob pena de se tornar num instrumento de despotismo como outro qualquer. Pelo contrário, deve abrir-se aos sonhos e aos pesadelos, ao bem-estar e à catástrofe, bem como a todos os outros dilemas que se colocam à existência e ao viver social. A auto-crítica ideológica constitui-se, deste modo, como o critério que distingue a versão emancipatória da versão déspota do cosmopolitismo (2006: 90-91).

O autor avança para a segunda etapa da sua reflexão, lembrando-nos que o desmembramento do Bloco de Leste provou que as nações podem ser reduzidas a pó num curto espaço de tempo. Baseando-se neste facto histórico, Beck admite que a óptica cosmopolítica deita por terra essa categoria sob a qual a modernidade organizou as diferentes sociedades: o Estado-nação. O autor denomina a crença em sociedades organizadas por uma delimitação territorial de “óptica nacional”. Quando esta determina o posicionamento dos cientistas sociais nas suas observações, Beck identifica o “nacionalismo metodológico”.

O percurso da Sociologia, enquanto ciência, coincide com o desenvolvimento do Estado-nação e do sistema de política internacional. Desta coincidência sobressai o entendimento de que as sociedades organizadas sob a forma de Estado-nação são “naturais” no mundo moderno. Estes axiomas do “nacionalismo metodológico” tendem a desfazer-se num mundo caracterizado por problemas cuja origem se encontra no progresso da civilização ocidental. A crise ambiental,

QU'EST-CE LE COSMOPOLITISME?

a globalização económica ou o terrorismo à escala planetária não podem ser compreendidos a partir da “óptica nacional” dos seus protagonistas, nem do “nacionalismo metodológico” dos cientistas que os observam e estudam (2006: 51-52).

É deste modo que a cosmopolitização real aponta para a necessidade de um novo instrumento analítico que nos permita entender o mundo em que vivemos: a óptica cosmopolítica. Todavia, esta, para nos ser verdadeiramente útil, não se pode reduzir a um conjunto de conceitos ou a uma oposição fundamentada ao “nacionalismo metodológico”.

Estas são as razões que conduzem Beck ao edifício teórico e ao programa de investigação que permitem o advento de uma “ciência social cosmopolítica”. Na visão do autor, a cosmopolitização deve ser vista como um processo não-linear e dialéctico, no qual o universal e o contextual, o semelhante e o diferente, o global e local são apreendidos não como polaridades culturais, mas antes como princípios estritamente ligados entre si (2006: 144). A interdependência global tem vindo a transformar as sociedades nacionais, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista social. A cosmopolitização manifesta-se, assim, como um fenómeno interior e interiorizado, uma vez que emerge do coração das sociedades nacionais. Esta ideia está na base das três teses que dão corpo à óptica cosmopolítica proposta por Beck (2006: 145-147):

1. A cosmopolitização transfigura as estruturas sociais em realidades cosmopolíticas. A interdependência, cada vez mais observável, revela uma civilização que se colocou a si mesma em risco, transcendendo a lógica de Estado nacional e instalando-se definitivamente na nossa forma de pensar e de sentir o mundo.
2. A cosmopolitização das sociedades nacionais é um processo a longo prazo com características irreversíveis. Esta irreversibilidade manifesta-se não só através de transformações que se observam, mas, sobretudo, através da nova dialéctica dos perigos globais. Por isso mesmo, o planeta em perigo passou a significar um mundo único. O facto de as tragédias do nosso tempo terem assumido uma dimensão global faz surgir no horizonte a experiência cosmopolítica, deitando por terra o imaginário dominado pelas estruturas nacionais. Assim sendo, a tomada de consciência de que as responsabilidades nacionais estão ligadas entre si – facto que os atentados de 11 de Setembro de 2001 vieram confirmar – não se compadece mais com a manutenção de uma visão nacional dos problemas que nos afectam.
3. A cosmopolitização da realidade entra, cada vez mais, em contradição com as categorias de compreensão que nos foram legadas pela perspectiva nacional. Somos assim confrontados, neste início do século XXI, com uma ambivalência e com uma dialéctica ainda muito incertas: a cosmopolitização faz surgir movimentos anti-cosmopolitização que procuram salvar as categorias nacionais, recorrendo aos instrumentos tecnológicos e ao conceito de diversidade cultural característicos da globalização. Deste modo, verificam-se dois movimentos contraditórios que resultam e, ao mesmo tempo, contribuem para uma cosmopolitização que não dá sinais de abrandamento. A cosmopolitização cria uma consciência ambivalente e a consciência ambivalente faz avançar a cosmopolitização.

LURDES MACEDO

A observação destas novas realidades implica, então, a concepção de novos instrumentos metodológicos com os quais os cientistas sociais possam analisar o mundo cosmopolítico. Beck admite que a introdução destes novos instrumentos não será fácil, uma vez que as ciências sociais são um empreendimento no qual está envolvida toda uma comunidade de investigadores, de todos os lugares do mundo. Substituir o “nacionalismo metodológico” pelo “cosmopolitismo metodológico” não é, segundo o autor, tarefa que se faça de um dia para o outro. Então, por onde começar? Como responder de forma metódica às questões que nos são colocadas pela cosmopolitização da realidade (2006: 149-150)?

A análise da cosmopolitização deve, no entendimento de Beck, obedecer ao cruzamento de duas dimensões: a dimensão espacial e a dimensão temporal. A primeira já se encontra suficientemente bem estudada, motivo pelo qual o autor avança com a sua proposta: a observação das relações nacionais/nacionais deve dar lugar ao estudo de um leque mais diversificado de relações, no quadro da cosmopolitização real. Assim, o “cosmopolitismo metodológico” propõe-se observar relações translocais, locais/globais, transnacionais, nacionais/globais e globais/globais (2006: 151-153).

Por seu lado, a dimensão temporal, que nos coloca numa perspectiva histórica, contém em si muitas questões ainda por esclarecer. Beck lança essas questões, esperando obter algumas das respostas: como é que a responsabilidade social e política pelo estado do mundo se pode repartir historicamente entre o passado, o presente e o futuro? Em que medida as decisões agora tomadas no domínio da política tecnológica influenciarão as condições de vida das próximas gerações? Como conceptualizar a cosmopolitização da sociedade na sua dimensão temporal (2006: 154-155)?

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que não existe uma memória global de um passado global. Mas hoje a experiência das crises e dos riscos planetários faz com que, em todo o mundo, as pessoas partilhem um presente e um futuro colectivos. Este fenómeno deve-se à confrontação da sociedade cosmopolítica consigo mesma, opondo-se à lógica da memória nacional da História. A integração da sociedade cosmopolítica no plano temporal deve, então, obedecer a duas premissas fundamentais. A primeira prende-se com o facto de a civilização ocidental ter tomado consciência de que as suas acções no presente configuram as ameaças do futuro. A segunda apela à imaginação de um passado partilhado, no sentido de se concretizar a dialéctica da recordação e do perdão. Estas premissas permitem analisar o tempo de uma forma conceptualmente diferente: o passado deve ser entendido, por exemplo, à luz do binómio heróico/pós-heróico e o futuro antevisto sob o ideal do progresso ou o princípio da incerteza. Mas, na opinião do autor, esta dimensão temporal ficaria incompleta sem uma clara distinção entre consciência e acção. A consciência global de um futuro colectivamente partilhado encontra-se desprovida de planos de acção, o que revela uma contradição a resolver urgentemente (2006: 155-156).

Rejeitando a “americanização global” do mundo, enquanto possível plano de acção fundado numa modernidade de sentido único, a óptica cosmopolítica defende a pluralidade de modernidades que ainda é possível construir. A universalização do modelo particular *american way of*

QU'EST-CE LE COSMOPOLITISME?

life, que a *Pax* americana procura impor ao mundo inteiro, não é mais do que a extrapolação dos interesses nacionais dos Estados Unidos confundidos, entretanto, com os interesses do planeta (2006: 306-307; 312). A nação cosmopolítica não encontra nos Estados Unidos um digno representante, apesar de todas as suas etnias, religiões e culturas. O multiculturalismo – fórmula encontrada para gerir a diversidade de modos de vida característica da América moderna – presuppõe a abolição das diferenças entre os cidadãos. O cosmopolitismo, pelo contrário, preserva essas diferenças, garantindo a tolerância e o respeito pelas mesmas (2006: 341-342).

O espírito da *Cosmopolitan Critical Theory* compreende esta nova gramática do social e do político, inaugurando um tempo denominado por Beck de segunda modernidade. Mas só quando a realidade se tornar, de facto, cosmopolítica – o que possibilitará a tomada de consciência e a reflexão pública sobre as desigualdades e as injustiças sociais – é que esta nova ordem poderá encontrar instrumentos para a sua intervenção (2006: 300; 315).

Bibliografia

BECK, Ulrich (2006). *Qu'est-ce le cosmopolitisme?* Paris: Éditions Aubier.



Leituras

CALEIDOSCÓPIO

A MANIPULAÇÃO DOS MEDIA: OS EFEITOS ESPECTACULARES DA PROPAGANDA

Noam Chomsky (2002)

Sempre que se fala de um acontecimento, em comunicação, somos imediatamente remetidos para o papel dos *media* e para os seus efeitos na sociedade. Este é um fenómeno que não se esgota nos vários estudos desenvolvidos ao longo das últimas décadas, cujas teorias apontam para conclusões, muitas vezes pouco claras, sobre o papel dos órgãos de comunicação social e, sobretudo, do público no teatro comunicacional.

Em “A Manipulação dos Media – Os Efeitos extraordinários da propaganda”, Noam Chomsky assume, no seu estilo directo e, às vezes, até truculento, algum desencanto, pois, afinal, “não vivemos numa sociedade livre e democrática como todos queremos acreditar, mas sim num ‘auto-imposto totalitarismo’, comandado por uma elite, onde se distinguem os eleitos, pequenos grupos dominados por interesses na sua maioria económicos e pela comunicação social. Ou seja, aos *media* cabe o papel do pastor que guia o ‘rebanho tonto’ pelo caminho da superficialidade e pela “sua não assumida, mas óbvia parcialidade”.

Ao longo de pouco mais de cem páginas, Noam Chomsky explica o modo como é hoje governado o mundo ocidental e, sobretudo, qual o papel da comunicação social junto de um público que, regra geral, não pensa, ou melhor, prefere não pensar para não ficar isolado numa sociedade cada vez mais global ou para poder continuar a acreditar num conjunto de fantasias que tornam mais fácil a sua sobrevivência.

Florabela Guedes
Universidade Lusófona do Porto

FLORBELA GUEDES

Esta teoria pode, de resto, explicar em grande parte resultados eleitorais que não retratam o estado em que os países se encontram nem tão-pouco aquilo que poderia representar um caminho para o futuro, mas antes um conjunto vago de promessas, apoiadas em slogans e frases feitas, sem mensagens, mas bem encenadas.

Esta obra está dividida em duas grandes partes: na primeira, o autor fala da manipulação dos *media* e dos efeitos extraordinários da propaganda, na qual discorre sobre a forma de actuação dos meios de comunicação social, nomeadamente sobre a linguagem utilizada, o dramatismo dos discursos, a ausência de contraditório, as verdades absolutas e os grandes dogmas que dominam a relação entre a política e a comunicação social e que transformam o público numa massa.

Na segunda parte, Chomsky ensaia um exercício prático sobre um jornalista marciano, dividido entre as regras e os princípios democráticos e visão enviesada do mundo na terra.

O autor de "A Manipulação dos Media" socorre-se quase sempre de exemplos para demonstrar as práticas seguidas pelos actores mediáticos e o comportamento do público; os casos apresentados estão quase todos relacionados com grandes momentos da história mundial, mais concretamente com cenários de guerra em que o dramatismo da mensagem prevalece e se apresenta como a verdade total, envolvendo países e nações inteiras numa peça ensaiada em qualquer gabinete presidencial.

Chomsky apoia-se no início da propaganda e nas suas técnicas para justificar aquilo a que apelida de "fabricação do consentimento". Para ele "é possível transformar uma população pacifista numa população histórica e fomentadora da guerra" (2002: 11), como aconteceu na I Guerra mundial e, mais tarde, na II Grande Guerra Mundial, em que os britânicos queriam destruir tudo o que fosse alemão, ir para a guerra e salvar o mundo.

Para atingir este efeito, Chomsky fala do forte apoio da comunicação e dos meios empresariais, os quais, na realidade, organizaram e impulsionaram grande parte desse trabalho que, de maneira geral, teve grande êxito, quando aplicado, por exemplo, aquilo a que chamou o "Terror Vermelho" e que, segundo o autor, "quase conseguiu destruir sindicatos e eliminar problemas tão perigosos como a liberdade de imprensa e a liberdade de pensamento político" (2002: 12).

Entre as principais técnicas apontadas como tendo sido utilizadas para criar este efeito, e que se repetem sempre que os políticos precisam do apoio da população, o autor refere aquilo a que chama a "fabricação" de atrocidades e atitudes consideradas monstruosas, "cujos objetivos nessa época, como se sabe pelas suas deliberações secretas, era 'orientar o pensamento da maior parte do mundo'" (2002: 13).

E conclui que "a propaganda do Estado, sempre que apoiada pelas classes educadas, e não sofra desvios, pode ter um efeito enorme". Nesse sentido, lembra que "foi uma lição que Hitler aprendeu, bem como muitos outros, e tem sido aplicada até hoje" (2002: 13).

Os teóricos liberais democráticos, por exemplo, como foi o caso de Walter Lippmann renderam-se a esta linha persuasiva, ao que chamavam "uma revolução na arte da democracia", que podia ser usada para "fabricar consentimento", isto é, para "conseguir a concordância das pes-

A MANIPULAÇÃO DOS MEDIA...

soas para coisas que não queriam, recorrendo à novas técnicas de propaganda”. Lippmann pensava mesmo que esta não era uma boa ideia, mas sim uma necessidade. Para ele “a opinião pública não distingue os interesses comuns, que só podem ser compreendidos e orientados por uma classe especializada, de homens responsáveis, suficientemente inteligentes para apreender as coisas” (2002: 15-16).

Para Lippmann, “esses outros, que se encontram fora do pequeno grupo, constituem a grande maioria da população. São aquilo a que chama “o rebanho tolo”. Em resumo: existem duas funções numa democracia: “À classe especializada, aos homens responsáveis compete a função executiva, o que quer dizer que lhes cabe pensar, planear e perceber quais são os interesses comuns. Depois, existe o rebanho tolo que também tem uma função em democracia. A sua função numa democracia, diz Lippmann, é ser ‘espectador’ e não participante activo” (2002: 18).

No entanto, reserva-lhe um papel: “Ocasionalmente, o rebanho é autorizado a emprestar o seu peso a um ou outro membro da classe especializada. Por outras palavras, é-lhe permitido dizer ‘Queremos que seja o nosso líder’ ou ‘Queremo-lo a si para nosso líder’. Isto porque estamos numa democracia e não num estado totalitário. Chama-se a isso eleição” (2002: 18).

Chomsky considera que esta é uma teoria “leninista”. Ou seja, conclui que a “teoria liberal democrática e o marxismo-leninismo estão muito próximas uma do outro nas suas concepções ideológicas” (2002: 16).

Para conseguir este consenso generalizado, Noam Chomsky afirma que é preciso manter o “rebanho tolo” entretido, chamar a sua atenção para qualquer outra coisa. Afastá-lo de perturbações. Garantir que, quando muito, se mantenha espectador da acção.

E onde fica, afinal, a racionalidade? O autor defende que “a maior parte das pessoas rege-se por emoções e por impulsos. As que são racionais têm de criar ‘ilusões necessárias’ e ‘ultrasimplificações’ emocionalmente poderosas para conservar os simplórios mais ou menos sossegados”. E conclui: Isto tornou-se numa parte substancial da ciência política contemporânea (2002: 21).

Assim, Chomsky lembra que “a propaganda está para a democracia como o cacete está para um estado totalitário” (2002: 22).

O objectivo da propaganda e das relações públicas é sempre “controlar o Estado de espírito do público”.

Segundo esta teoria, o público não pode estar organizado, mas sim atomizado, desagregado e desacompanhado.

“As pessoas devem estar sossegadamente sentadas em frente do aparelho de Televisão, depois de terem metido na cabeça a mensagem, que diz que o único valor na vida é gozar de mais comodidades ou viver como aquela rica família da classe média que estão a ver num filme e defender valores como harmonia e americanismo. A vida é isto. Uma pessoa pode achar que é capaz de haver algo mais na vida do que isto, mas como está só, a olhar para o aparelho de televisão, acaba por se convencer de que deve ser louca, pois toda a gente procede da mesma maneira. E uma vez que não é permitida qualquer organização – o que é absolutamente essencial – nunca essa pessoa terá maneira de perceber se é louca ou não e limita-se a achar que sim, porque é isso que é natural concluir” (2002: 28).

FLORBELA GUEDES

A outra técnica é igualmente simples: manter as pessoas assustadas, apavoradas e aterrorizadas.

“[...] se não estiverem devidamente apavoradas, aterrorizadas com toda a espécie de males que estão em vias de destruí-las por dentro, por fora ou por qualquer outro lado, podem começar a pensar, o que é muito perigoso, porque não são suficientemente competentes para pensar. Por isso, é importante distraí-los e marginalizá-los” (2002: 29), acrescenta.

Na mesma lógica, Noam Chomsky relaciona esta técnica com a necessidade de espicaçar a população para que apoie aventuras no estrangeiro. Estamos a falar de participação em conflitos como as duas guerras mundiais, já faladas, a guerra do Vietname, do Golfo ou o 11 de Setembro.

Chomsky também fala do papel dos “dissidentes”, ou melhor, da “cultura dissidente”. Neste grupo, cujo peso se sentiu sobretudo nos anos 70, estão incluídas as associações de defesa do ambiente, da autonomia das mulheres e de outros movimentos associativos.

O autor relewa o seu papel, reservando-lhe um papel de esperança, mas a prática mostra-nos hoje que estes grupos são também eles utilizados pelos *media* para atingir fins específicos. Ou, então, acabam por ser privilegiados por questões de proximidade ou afinidade.

Vale a pena, por isso, fazer uma viagem no tempo presente e no futuro com o autor. Já não se trata de replicar acontecimentos ou discursos relacionados com acontecimentos de guerra, mas sim de explicar a realidade em que o mundo e em particular os Estados Unidos, de um lado, e a Europa do outro.

Existem hoje graves problemas económicos – financeiros e sociais, cada vez maiores e sem resolução à vista. No entanto, ao longo dos últimos dez anos, não encontramos nos programas eleitorais dos governos qualquer proposta séria quanto ao que se deve fazer para resolver os problemas reais dos países. As campanhas eleitorais continuam a privilegiar os discursos ricos em *soundbytes*, promessas de felicidade e de entusiasmo, palavras assentes em slogans e sem conteúdo que o público tanto gosta de ouvir, numa espécie de alienação global.

“Nestas circunstâncias, é preciso distrair o rebanho tolo, porque, se começa a saber disto, pode não gostar, pois é ele que vai sofrer. É capaz de não ser suficiente tê-lo só a ver jogos da *Super Bowl* ou séries de televisão”, afirma Noam Chomsky, acrescentando que é preciso “fazê-los rezear inimigos”. E lembra o que fez Hitler com os judeus e os ciganos (2002: 48).

A comparação pode parecer-nos hoje descabida e excessiva, mas não o será totalmente. Estamos nos primeiros dias de Novembro de 2010, poucos dias depois dos dois maiores partidos portugueses (O PS que se encontra no Governo e o PSD liderado por Pedro Passos Coelho) terem chegado a acordo para votar favoravelmente o Orçamento para o próximo ano, apesar de todos considerarem que é um “mau orçamento”. Os outros partidos da oposição também já tomaram posição e decidiram chumbar a proposta socialista.

Não interessa agora nem é este o espaço para discutir opções político-partidárias, mas apenas olhar para o papel da comunicação social.

Vem a propósito citar uma sondagem apresentada no dia 1 de Novembro de 2010, na Rádio Televisão Portuguesa, dominada pelo Estado, em que 50% do eleitorado dizia que o orçamento era mau para o país, mas, curiosamente, 54% entendia que este devia ser viabilizado para evitar

A MANIPULAÇÃO DOS MEDIA...

“males maiores”. Ora aqui está o resultado de uma “campanha” de fabricação de consensos ou, como diz Chomsky, “a domesticação da maioria”.

O Partido do Governo acena com um orçamento considerado “mau”, mas também diz que sem ele o país entra na bancarrota, fica nas mãos do FMI e perde toda a credibilidade e o apoio financeiro externo. Ou seja, convence o eleitorado de que os cortes nos salários, afinal, até são um mal menor. E todos lamentam, mas concordam, repetindo aquilo que os *media* reproduzem ininterruptamente, pela voz de economistas, comentadores, ex-presidentes da república, jornalistas especializados e outras figuras consideradas líderes de opinião.

O maior partido da oposição bradou durante semanas que o orçamento era “mau” e que não podia pactuar com ele. Para isso, provocou números mediáticos quase diários, deixando em aberto a possibilidade do caos.

No final, decide abster-se e viabilizar o orçamento, como defendia a maioria. E todos concordaram!

Como diria Elisabeth Noelle-Neumann, em “El espiral del silencio – Opinión pública: nuestra piel social”, uma das grandes obras-primas sobre o efeito dos *media* na sociedade, “quando a sociedade está em crise, aumenta a pressão para a conformidade”.

Mas, por outro lado, a autora lembra que “há, assim, circunstâncias nas quais a acção da opinião pública se torna visível. [...] Todas as contribuições importantes sobre a opinião pública fizeram-se a partir de períodos revolucionários” (1995: 181).

Quanto custa a credibilidade?

Já na parte final da sua obra, Noam Chomsky tenta explicar toda a verdade, utilizando um jornalista marciano, formado em Harvard, segundo todos os padrões éticos e de rectidão. Este conhecia toda a realidade, mas não tinha lugar na Terra.

E termina interrogando as consciências: “A honestidade coloca-nos perante um dilema. A resposta fácil é a hipocrisia convencional. A outra opção é a que foi adoptada pelo nosso amigo marciano, que apoia os princípios que professamos com grande rectidão” (2002: 110).

“Esta opção é mais difícil de considerar, mas imperativa se se quiser que o mundo seja poupado a desastres ainda maiores” (2002: 110).

A este propósito – analisando a situação económico-financeira do país – o social-democrata Pacheco Pereira defendia que os tempos de crise podem ser positivos se trouxerem alguma mudança. Neste caso, o “caos” poderia acordar as consciências.

Bibliografia

- CHOMSKY, Noam (2002), *A Manipulação dos Media*, Lisboa: Editorial Inquérito.
 NOELLE-NEUMANN, Elisabeth (1995), *El Espiral del silencio – Opinión Pública: nuestra piel social*, Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A.



CALEIDOSCÓPIO

Resumos



Resumos

Louis Quééré

A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS NO QUADRO DA EXPERIÊNCIA PÚBLICA

No âmbito da investigação sobre a individualização dos acontecimentos públicos, e na perspectiva de uma abordagem fenomenológica em ciências sociais, pretende-se neste texto colocar a questão de como dar conta da dinâmica dos fenómenos, i.e. como apreendê-los no movimento da sua estruturação, da constituição da sua individualidade e da sua objectividade. Mostrar-se-á que a individualização de um fenómeno, ou seja o conjunto de operações através das quais este se torna observável e apreensível como indivíduo determinado, dotado de uma unidade e de uma coerência, assim como de uma identidade e de uma significação estabilizadas, releva de um processo de configuração.

Interessa, de um modo geral, especificar as dimensões sociais destas operações de individualização efectuadas nos objectos, acontecimentos, pessoas, etc., ou seja, mostrar em que é que esta individualização passa por uma socialização, no sentido de uma inscrição num mundo social. Abordam-se algumas das dificuldades que se encontram quando se pretende apreender a dinâmica da estruturação qualitativa dos fenómenos, formulando-se de seguida um esboço de solução para essas dificuldades, seguindo-se, a título de exemplificação da perspectiva, o tipo de análise que o autor empreende da individualização dos acontecimentos públicos. Nesta trata-se a experiência pública que está ligada

CALEIDOSCÓPIO

a uma função de compreensão, que explora ao mesmo tempo o passado do acontecimento, a situação que ele criou e o horizonte de possíveis que ele abre, e a uma função de aplicação ou de apropriação.

Palavras-chave: acontecimento público, individualização, configuração, experiência pública

Resumos

Louis Quééré

**THE INDIVIDUALIZATION
OF EVENTS WITHIN
THE PUBLIC EXPERIENCE**

Within the scope of the research on the individualization of public events, and contemplating a phenomenological approach to social sciences, this essay aims to raise the question of how to account for dynamic phenomena, i.e. how to apprehend them in the movement of their structuration, of the constitution of their individuality and objectivity. It will demonstrate that the individualization of a phenomenon, i.e. the set of operations by which it becomes observable and knowable as a determined individual, endowed with a unity and coherence as well as a stabilized identity and meaning, emerges from a configuration process.

It is important, in general, to specify the social dimensions of these individualization operations performed on objects, events, people, etc., i.e. to show how this individualization passes for a socialization, as an inscription on a social world. Through the approach to some of the difficulties encountered when trying to capture the dynamics of qualitative structuring of the phenomena, the essay sketches a solution to those difficulties, followed by the type of analysis that the author embraces of the individualization of public events. In it, there's an approach to public experience, which is connected to a role of understanding, exploring both the past of the event, the situation it created and the horizon of possibles that it opens, and to a role of application or appropriation.

CALEIDOSCÓPIO

Keywords: public event, individualization, configuration, public experience.

Resumos

CALEIDOSCÓPIO

Jocelyne Arquembourg

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MEDIÁTICO MODERNO: O DESASTRE DE LISBOA

A fim de compreender o papel dos meios de comunicação na compreensão dos acontecimentos da actualidade, analisa-se o tratamento dos jornais e gazetas da época ao tremor de terra que devastou Lisboa em 1755, considerando que se tratou do nascimento do acontecimento mediático moderno.

O que merece atenção prende-se, sobretudo, com o facto dos jornais e gazetas da época terem dado conta do acontecimento de forma contínua, não somente durante o mês de Novembro de 1755, ou seja no momento em que ela ocorreu, mas de modo regular ao longo do ano 1756 e, de maneira mais esporádica, até 1759.

Situamos este acontecimento no momento em que se constitui uma cena pública jornalística, mostrando a importância do seu tratamento pelos jornais da época, a relevância dos debates que suscitou e como, no caso específico do tremor de terra de Lisboa, a articulação entre o facto científico e o facto jornalístico é particularmente manifesta.

Palavras-chave: acontecimento, testemunha ocular, facto científico, facto jornalístico.

BIRTH OF THE MODERN MEDIATIC EVENT: LISBON'S EARTHQUAKE

With the purpose of understanding the role of mass media in the grasp of current events, this essay analyzes the treatment given by newspapers and magazines of its time to the earthquake that devastated Lisbon in 1755, considering it the birth of the modern mediatic event.

What deserves attention is mainly connected with the fact that its contemporary newspapers and magazines gave a continuous report of the event, not only through November 1755, when it occurred, but also in a regular basis along 1756 and, more sporadically, till 1759.

We place this event in the moment in which a journalistic public scene is constituted, showing the importance of its treatment by the newspapers of its time, the relevance of the debates it raised and how, in the specific case of Lisbon's earthquake, the articulation between the scientific fact and the journalistic fact is particularly manifest.

Keywords: event, eye witness, scientific fact, journalistic fact.

Resumos

CALEIDOSCÓPIO

Vera V. França

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO DO ACONTECIMENTO NO ESPAÇO MIDIÁTICO

Este artigo faz uma leitura de um crime intensamente noticiado pela mídia brasileira, o assassinato de uma jovem de 15 anos por seu ex-namorado, procurando refletir sobre sua inscrição sócio-cultural e sobre o trabalho de construção midiática do acontecimento. Embora pouco discutido sob este ângulo, o crime se inscreve numa sequência de assassinatos de mulheres por seus ex-companheiros, configurando, portanto, um problema de gênero. Na análise da cobertura midiática, privilegiou-se a abordagem do processo de individuação do acontecimento, conforme discutido por L. Quéré, que inclui várias fases: categorização, narrativização, expressão pragmática, inscrição como problema público e normalização.

Palavras-chave: acontecimento, acontecimento midiático, individuação, gênero (mulheres)

THE CRIME AND THE WORK OF INDIVIDUATION OF THE EVENT IN MEDIA FIELD

This essay reviews a crime intensely reported by the Brazilian media, the murder of a 15 years old young woman by her ex-boyfriend, aiming to consider its sociocultural inscription and the media's construction work of the event. Although scarcely discussed under this perspective, the crime integrates itself in a sequence of women murdered by their former companions, configuring, therefore, a gender issue. In analysing the mediatic coverage, privilege was given to the approach of the event's individuation process, as discussed by L. Quéré, which includes several steps: categorization, narrativization, pragmatic expression, inscription as a public problem and normalization.

Keywords: event, mediatic event, individuation, gender (women).

Resumos

CALEIDOSCÓPIO

Isabel Babo-Lança

CONFIGURAÇÃO MEDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS DO ANO

Pela memória, os acontecimentos passados, vividos na experiência pública por uma comunidade histórica, podem ser lembrados e reconstruídos. A memória reporta-se ao que aconteceu antes, ao que se passou e que alguém declara recordar-se.

Partindo de uma reflexão sobre acontecimento, tempo, memória, quadros sociais da memória, pretende-se abordar “acontecimentos do ano” colocando questões tais como o que significa, em termos mediáticos, sociais e simbólicos, a selecção pelos media dos acontecimentos do ano, a aquisição por parte destes de um tal estatuto e o processo de re-elaboração e transmissão mediática de uma memória social. Aspira-se tentar perceber se há um acréscimo de sentido, um novo estatuto e significação atribuídos aos acontecimentos do ano seleccionados e se os balanços do ano construídos pelos media funcionam hoje como um mecanismo de apropriação do tempo histórico e construção da memória colectiva.

Palavras-chave: acontecimento, “acontecimentos do ano”, media, memória colectiva

MEDIATIC CONFIGURATION OF THE EVENTS OF THE YEAR

Through memory, past events, lived within public experience by a historic community, may be remembered and rebuilt. Memory reports to what happened before, to things that passed and that someone declares to remember.

Starting with a reflexion about event, time, memory, memory social frames, we aim to approach “events of the year” posing questions regarding the meaning, mediatically, socially and symbolically, of the media selection of the events of the year, their acquisition of such a status and the entire process of re-elaboration and mediatic transmission of a social memory. We aim to understand if there is an upgrade of significance, a new status and meaning given to the selected events of the year and if the balances of the year built by the media work today as an appropriation mechanism of the chronological time and the construction of the collective memory.

Keywords: collective memory, event, “events of the year”, media

Resumos

CALEIDOSCÓPIO

Célia Taborda da Silva

PERSPECTIVAS ACERCA DO CONCEITO “ACONTECIMENTO”

O conceito “acontecimento” é utilizado pelas várias ciências sociais de maneira distinta, o que faz com que existam diferenças de fundo em relação à forma como são percebidos, interpretados e divulgados os acontecimentos. Veja-se a noção de acontecimento para o jornalismo e para a história. O acontecimento jornalístico valoriza factos do quotidiano, do tempo presente, do agora, do imediato, enquanto à história interessam os acontecimentos do tempo longo e as suas causas mais profundas.

Assim, o que propomos analisar é como este conceito é usado pelo jornalismo e pela história, realçando os pontos que lhes são comuns e aqueles em que diferem.

Palavras-chave: acontecimento, estrutura, jornalismo, história.

PERSPECTIVES ON THE CONCEPT “EVENT”

The concept of “event” is used by a variety of social sciences in a differentiated manner, leading to fundamental differences in the way they are perceived, interpreted and reported. Consider the notion of event for Journalism and for History. The *journalistic event* values facts of everyday life, the present time, the now, the immediate, while the *historic view* considers events that matter under a longer period of time and its underlying causes. So, what we propose to discuss is how this concept is used by journalism and history, highlighting major similarities and dissimilarities.

Keywords: event, structure, journalism, history.

Resumos

**Paulo Bernardo Ferreira Vaz
Renné Oliveira França**

ENTRE O LEGÍTIMO E O LEGITIMADO. A EXPLOÇÃO DOS ACONTECIMENTOS NAS CAPAS DE VEJA

O presente trabalho busca compreender as maneiras como a mídia opera na escolha e seleção de determinados assuntos ao mesmo tempo em que é afetada por outros. A proposta é olhar para duas diferentes concepções de acontecimentos: um que nomeamos de legítimo, pois emerge por força própria, rompendo com as expectativas e afetando as experiências dos sujeitos, obrigando uma investigação a respeito de suas causas e conseqüências – de acordo com a concepção de Louis Quéré; e outro, chamado aqui de legitimado por ser construído e selecionado em função de seus potenciais de atualidade, socialização e imprevisibilidade, que é atrelado ao cotidiano e não produz mudanças significativas para o coletivo – a partir das discussões de Mouillaud e Charaudeau. Questionando essas diferentes maneiras de aparição do acontecimento na superfície da mídia, trabalharemos a partir de capas da revista brasileira *Veja* do ano de 2001. Das 51 edições daquele ano, selecionamos para análise um acontecimento que denominamos legitimado (relacionado ao novo papel da masculinidade em nossa sociedade) e três acontecimentos que chamamos aqui de legítimos, sendo que apenas um deles ocupou sete capas da revista: os atentados de 11 de setembro.

A tentativa aqui é de buscar perceber como é possível essa operação dos media de,

CALEIDOSCÓPIO

ao mesmo tempo em que se abre a um acontecimento legítimo em seu poder de transformação (como o 11 de setembro), precisa legitimar outros acontecimentos para sua própria sobrevivência enquanto instituição (caso de assuntos cotidianos como o papel do homem no século XXI). A discussão não passará por uma tentativa de justificação desse caráter dual dos meios na sua forma de tratar os acontecimentos. Trata-se de uma busca de compreensão das maneiras como a mídia opera na escolha e seleção de determinados assuntos ao mesmo tempo em que é afetada por outros.

O objetivo é buscar compreender como os media lidam com essas duas concepções diferentes de acontecimentos: aquele que emerge provocando descontinuidade e obrigando a instalação de um inquérito a respeito de seu passado e das modificações que provoca para o futuro; e aquele que surge como construção discursiva ligada ao cotidiano, inicialmente sem grande poder para afetar o coletivo. Quais forças estão em jogo entre o acontecimento legítimo e aquele que aparece legitimado pelo discurso midiático?

Palavras-chave: acontecimento, jornalismo, revista, 11 de Setembro.

Resumos

**Paulo Bernardo Ferreira Vaz
Renné Oliveira França**

**BETWEEN LEGITIMATE AND LEGITIMATED:
EXPLOSION OF EVENTS
IN VEJA COVERS**

The present work searches to understand the ways in which the media operate in the choice and selection of certain subjects at the same time they are affected by others. The proposal is to look for two different conceptions of events: one that we named legitimate, because they emerge of their own force, breaking up with expectations, affecting the experiences of the subjects and forcing an investigation about their causes and consequences – in tune with Louis Quéré’s conception; and another we call legitimated, built and selected according with their unpredictability and actuality potential, linked to the daily events and not producing significant changes for the collective – adopting the views of Mouillaud and Charaudeau as a starting point. Questioning those different ways of appearance of the event in the surface of media, we begin with the analysis of the Brazilian magazine *Veja*’s 2001 issues. Of that year’s 51 editions, we’ve selected an event that we called legitimated (related to the new role of masculinity in our society) and three events that we called legitimate (one of them occupying seven layers of the magazine): the attacks of September 11.

The attempt here is to determine if at the same time that the media open up to a legitimate event in its transformation power (as September 11 did), they need to legitimate

CALEIDOSCÓPIO

other events to guarantee their own survival as an institution. The discussion won’t follow an attempt to justify media’s dual character in the way they treat the events. Instead, our goal is to understand the way media operate in the choice and selection of certain subjects at the same time they are affected by others.

Our aim is to understand how the media deal with those two conceptions of events: one that emerges provoking discontinuity and forcing an investigation about its past and future; and another that is a discursive construction linked to the daily agenda, without great power to affect the collective. Which are the forces at work between the legitimate event and the one that is legitimated by the media’s speech?

Keywords: event, journalism, magazine, September 11.

Resumos

Sandra Pereira Gonçalves

A MORTE DE UM ÍDOLO. A CONSTRUÇÃO DO HERÓI CONTEMPORÂNEO

Passados quinze anos da morte de Ayrton Senna parece-me oportuno voltar o olhar para as condições de nascimento deste herói contemporâneo. Sua morte, tornada um grande acontecimento midiático, foi catalisadora de fluxos do capital, bem como de valores contemporâneos. Para Marcel Mauss, o melhor momento para se estudar uma sociedade é quando se tem o fato social total, instância onde a totalidade do social apresenta-se folheada e formada por planos justapostos, manifesta na experiência. Por possuir esse caráter de fato social total o acontecimento “morte de Ayrton Senna” torna-se propício para se pensar neste mito e na Condição Pós-moderna. A morte de Senna é então tomada como ponto de partida para se pensar questões concernentes à contemporaneidade – sociedade do consumo e do espetáculo, que se desnuda, na morte de um de seus maiores ídolos, mostrando sua face perversa. Há que se fazer desta morte consumo do consumado, revirar a ferida narcísica condenada a não cicatrizar, a finitude humana, e dela fazer reverberar uma imortalidade possível, midiática, esquizóide. A questão da comunicação midiática como elemento vínculo da organização social, bem como de sua posição central na estruturação da sociedade contemporânea será enfatizada. O tema da velocidade, dada a pertinência ao esporte em questão, a Formula 1, será ressaltado. Será abordado o estatuto

CALEIDOSCÓPIO

do corpo na atualidade, o seu valor no esporte e a relação da Fórmula 1 com a televisão. Partirei do pressuposto de que o corpo hoje é capital e objeto de consumo; objeto de investimentos narcísicos de onde se desejam extrair signos visíveis de beleza, felicidade e saúde.

Palavras-chave: Ayrton Senna, herói, *media*, morte.

Resumos

Sandra Pereira Gonçalves

**THE DEATH OF AN IDOL.
THE CONSTRUCTION OF THE
CONTEMPORARY HERO**

Fifteen years after Ayrton Senna's death it seems convenient to look back on the conditions that made the construction of his image as a contemporary hero possible. His death, turned into a major mediatic event, worked as catalyst for capital flows around the world, as well as contemporary values. According to Marcel Mauss, the best moment to study society is when you have a full social fact, an instance when the completeness of what is social is formed by many layers of juxtaposed plans, an instance that presents itself through the experience. Because it has the qualities of a full, complete social fact, the happening "death of Ayrton Senna" is adequate for a reflection about the myth and the Post-modern Condition. Senna's death is, then, the starting point to think about contemporary issues – society of the spectacle and consumption -, which reveals its wicked face after the death of one of its biggest idols. This death has to be turned into the consumption of what is consummated, poking the narcissistic wound that is doomed not to heal, human's finitude, and then reverberate a possible, mediatic, schizoid immortality. The matter of media communication as a linking element in social organization, as well as its central position in structuring contemporary society will be emphasized. The speed issue will also be addressed, due to its importance in Formula One. Another important aspect in

CALEIDOSCÓPIO

what concerns that sport is the status of the human body nowadays, and the relations between television and Formula One. Our assumption will be that the human body is, today, both capital and consumer good; an object of narcissistic investments, from where visible signs of happiness, beauty and health must be extracted.

Keywords: Ayrton Senna, hero, media, death.

Resumos

CALEIDOSCÓPIO

Marja Pfeifer Coelho

REGIMES DE VISIBILIDADE MIDIÁTICA: OS ACONTECIMENTOS, ENTRE A NOTÍCIA E O ESPETÁCULO

As relações entre mídia e sociedade configuram diferentes regimes de visibilidade midiática, através de diversas posições óticas assumidas. Um acontecimento, neste sentido, pode figurar na cena pública contemporânea sob um regime de visibilidade de veiculação (mídiatização de baixa intensidade), de mídiatização ou de espetacularização. Diferentes acontecimentos e seus regimes de visibilidade alcançados podem ser estudados a partir da forma com que mídia e sociedade vêem e dão a ver os fatos, dotando-os ou não de relevância e permanência, de pertinências próprias e participando destes. Os trânsitos de um acontecimento na cena pública podem conformar experiências e memórias partilhadas, favorecidas por regimes de visibilidade mais intensos.

Palavras-chave: acontecimentos, visibilidade, mídiatização, espetacularização.

MEDIATIC VISIBILITY: EVENTS, IN BETWEEN NEWS AND SPECTACULARIZATION

The relation between media and society configure dissimilar schemes of mediatic visibility through the diversity of the optical positions assumed. An event can appear in the contemporary public scene under a visibility scheme of propagation (low intensity mediaticization), mediaticization or spectacularization. Different events and their reached visibility schemes can be studied through the ways media and society see and show facts, endowing them with dissimilar relevancies and permanencies, and even participating of these. The ways covered by an event in the public sphere can conform experiences and shared memories, which are favored by more intensive visibility schemes.

Keywords: events, visibility, mediaticization, spectacularization.

Resumos

Samuel Mateus

A CONFIGURAÇÃO EVENEMENCIAL DA PUBLICIDADE

Na produção do socialmente notável, isto é, do acontecimento, há o envolvimento de uma dimensão colectiva irrefutável. Com efeito, o acontecimento é algo que se posta do lado do extraordinário e do socialmente pertinente assumindo contornos imediatamente públicos.

E a sociedade estabelece-se a partir da sua encenação em acontecimentos públicos – na dupla articulação de ocorrências tornadas comuns e ocorrências fazedoras de mais publicidade.

Há, pois, uma relação estreita entre a realização eventiva das sociedades e a realização pública, isto é, entre o acontecer e o fazer acontecer da sociedade.

O acontecimento é uma construção em continuidade, sempre inconclusiva porque sempre irrepetível, espécie de acontecimento singular tornado regra que a sociedade se obriga a recuperar através do seu princípio público. Deste ponto de vista, o acontecimento, enquanto categoria genérica de recorte público dos eventos, é um acontecimento-rito, uma prática que as sociedades cultivam como método primário de organização da sua experiência.

Procura-se, nesta reflexão, ponderar a relação entre publicidade e acontecimento inserindo-a numa perspectiva religiosa e moral das sociedades. Trata-se, então, de inverter o privilégio da análise: concentrarmo-nos, não no ajuste público do acontecimento mas na própria configuração eventiva da publicidade.

CALEIDOSCÓPIO

Palavras-chave: publicidade, acontecimento mediatizado, comunicação ritual, religião.

Resumos

CALEIDOSCÓPIO

Samuel Mateus

PUBLICITY'S EVENTFUL CONFIGURATION

The production of the socially remarkable – the event – implies a central collective dimension. The event is always an extraordinary social occurrence gaining, therefore, a public shape. And society is staged in public events – in the double sense of shared occurrences and occurrences that demand more publicity.

There is, thus, a close association between society's eventful outline and publicness, between the happening and make it happen of society.

The event is a work in progress, always unfinished because always unrepeatable, some sort of singular event that has become a rule and that society has to constantly publicly rehabilitate. From this point-of-view, the event is a ritual, a practice society holds in order to organize its experience.

In this paper we assess the relation between publicness and event through a religious and moral perspective. We will invert the analysis' axis: we will focus, not in the public quality of events but in the very (and literally) eventful character of publicness.

Keywords: publicness, media event, ritual communication, religion.

Resumos

Daniel Catalão

JORNALISMO TELEVISIVO NA INTERNET: EMERGÊNCIA E DESAFIOS

Num momento em que o vocábulo “convergência” se tornou num chavão, é de todo desejável refletir, analisar a situação atual e desenhar caminhos de futuro para a integração do jornalismo televisivo no espaço Web.

Vivemos hoje, ainda, uma era de proto Web TV. A propalada convergência não é mais do que a simples transposição de conteúdos do meio televisivo tradicional para o meio Internet.

Esta fase imberbe é muito comparável à gênese do jornalismo *online*, onde o papel se lia no ecrã do computador. O que as televisões fazem atualmente é uma mera transposição de conteúdos. O que existe é a recreação do dispositivo de televisão no ecrã do computador, quando o desejável é uma metamorfose gerada por novas literacias inerentes a uma plataforma que privilegia a interatividade.

Ensina-nos a história que o aparecimento de cada meio adota as práticas do antecessor, mas acaba por evoluir tirando partido das capacidades tecnológicas geradas pelo dispositivo em causa, o que, inevitavelmente, gera novas literacias e novas dimensões de linguagem com mecanismos próprios codificadores-descodificadores.

As atuais televisões Web são, aliás, exemplo vivo de como nos encontramos ainda na proto-história. Elas não são mais do que a recreação em computador do meio tradicional hertziano.

Afigura-se, portanto, como vital, neste momento, construir uma gramática que orien-

CALEIDOSCÓPIO

te a comunicação jornalística televisiva num ambiente de novas plataformas digitais proporcionadas pela Internet, porque há uma nova dimensão de descodificação que exige um esforço semiótico inovador por parte dos emissores.

Palavras-chave: jornalismo, televisão, Internet, semântica.

Resumos

Daniel Catalão

TELEVISION JOURNALISM ON THE WEB: EMERGENCY AND CHALLENGES

Technological convergence has become a cliché. Therefore, time has come when we need to reflect and analyze the state of the art of Web TV's journalism and establish the paths towards a future real integration of the television journalism in a new platform like the Internet.

The time we live in is still a proto Web TV era where convergence is nothing more than the simple television content transfer to the Internet.

This very inceptive phase is much alike the online journalism genesis where a plain copy of the newspaper was read on the computer screen.

And this is what TV stations are doing right now; they are just publishing the plain TV content as it was aired.

What we observe is a simple TV screen recreation on the computer screen. Broadcasted on TV, posted on the Internet.

But what it should be happening is a real metamorphosis due to a new literacy inherent to a platform that provides and privileges interaction.

As history teaches, each new media adopts the predecessor's language before developing its own, based on its own technology, thus generating new literacies and consequent self coding and decoding mechanisms.

The present Web TV's are an example of how we are still living in a protohistoric

CALEIDOSCÓPIO

phase. They're nothing but simple recreations of the traditional TV set.

And this is why it urges and it is vital to build a new grammar to guide the TV Web journalist on this quest through a new platform environment based on the Internet, where he meets a new decoding dimension regarding an innovating and demanding semi-otic effort.

Keywords: journalism, television, Internet, semantics.

Resumos

CALEIDOSCÓPIO

Maria Teresa Cruz

ARTE, ACONTECIMENTO E ACÇÃO

Do acontecer como estrutura ontológica da arte, à obra como “happening”, performance, acção ou interacção, parece poder inferir-se um devir prático da arte, que importa interrogar na sua vocação emancipadora, mas também na sua afinidade com a dimensão pragmática e mobilizadora da razão moderna.

Palavras-chave: arte, acontecimento, acção, ontologia.

ART, EVENT AND ACTION

From happening as art’s ontological structure, to the work of art as happening, performance, action or interaction, it seems possible to infer a practical becoming of art, which must be questioned in its emancipatory vocation, but also in its affinity with the pragmatic and mobilizing dimension of the modern reason.

Keywords: art, happening, action, ontology.

Resumos

Catarina Moura

FRAME(D). A LÓGICA DA VISÃO

Tão importante como compreender o acontecimento em si mesmo, é talvez ponderar o processo através do qual tomamos conhecimento desse acontecimento, o que inevitavelmente nos remete não só para a sua construção e para as operações de selecção (de fontes, de imagens, de palavras, de ângulos de abordagem) inerentes a esse mesmo processo, mas também para o próprio meio que o traz até nós. Innis e McLuhan obviaram o facto de não podermos ver no meio um intermediário inócuo, aspecto que as últimas décadas confirmaram e acentuaram. Numa cultura em o acesso à informação, ao mundo e ao *outro* é quase totalmente sustentado por algum tipo de tecnologia, da televisão ao computador e à Internet, passando pelo inevitável telemóvel, urge ponderar a relevância destes meios enquanto (mais do que veículos ou suportes) estruturas cognitivas capazes de condicionar os conteúdos a um formato específico – e, conseqüentemente, a nossa percepção dos mesmos. Porque o meio opera tanto ao nível da emissão, como da mensagem e da própria recepção, este domínio sobre a totalidade do processo comunicativo impõe a sua ponderação. E ponderá-lo implica relacioná-lo e vê-lo confluir com conceitos como interface e representação, à medida que nos damos conta de que mediar é formatar e formatar é conformar, ajustar a um formato – o que, no limite, se traduz num *modo de ver*, que é

CALEIDOSCÓPIO

também, inevitavelmente, um *modo de dar a ver* e, portanto, de conhecer e dar a conhecer.

Palavras-chave: mediação, representação, interface, *frame*.

Resumos

Catarina Moura

FRAME(D). THE LOGIC OF VISION

As important as understanding the event in itself, is perhaps the analysis of the process by which we become aware of it, which inevitably leads us back not only to its construction and to the selection operations (of sources, images, words, approaches) inherent to that same process, but also to the medium that brings it to us. Innis and McLuhan stated very clearly that we can't see the medium as an empty and innocuous intermediary, point confirmed and accentuated through the last couple of decades. In a culture in which the access to information, to the world and to the other is almost entirely supported by some sort of technology, from television to computers and the Internet, passing by the inevitable mobile phone, it is urgent to think about the relevance of these media as (more than vehicles or supports) cognitive structures capable of conditioning the contents to a specific format – and, consequently, our perception of them. Because the medium controls the totality of the communication process, it's important to think about it. And thinking about it means relating it and seeing it merge with concepts such as interface and representation, as we realize that mediation is framing and framing is adjusting to a specific format – which, ultimately, translates in a *way of seeing* that is also, unavoidably, a *way of knowledge*.

CALEIDOSCÓPIO

Keywords: mediation, representation, interface, frame.

Resumos

CALEIDOSCÓPIO

Maria José Brites

OS JOVENS E A CIDADANIA: A RELEVÂNCIA DO ESPAÇO MEDIÁTICO

Num espaço público mediatizado, composto por *media* tradicionais e modernos, as relações de cidadania estão em constante mutação. A história dá-nos conta da evolução do conceito e relações, mas hoje há um elemento preponderante: estudar a sua ligação com os jovens. A forma como os jovens encaram a cidadania e como se relacionam com ela e com os espaços mediáticos dos quais se apropriam tem conquistado a atenção da sociedade civil. As motivações juvenis estão dependentes de diversos factores, vão muito além da visão imediata de que a Internet por si só é uma espécie de salva-vidas da participação e do interesse pelas cidadanias por parte dos jovens.

Palavras-chave: cidadania, jovens, espaço público, *media*.

YOUTH AND CITIZENSHIP: THE RELEVANCE OF MEDIA SPHERE

In a mediated public space, composed of several traditional and new media, the relations of citizenship are changing. The story gives us account of the evolution of the concept and relations, but today there is a major element: study its connection with young people. The way young people perceive citizenship and how they relate to her and with media outlets from which appropriated has earned the attention of civil society. The youth motivations are dependent on several factors, far beyond the immediate vision of the Internet as a kind of rescue of participation and interest in citizenship by young people.

Keywords: citizenship, young people, public sphere, media.

Resumos

CALEIDOSCÓPIO

Maria Helena Weber

DO ACONTECIMENTO PÚBLICO AO ESPETÁCULO POLÍTICO-MEDIÁTICO

Este artigo tem por objetivo analisar o processo de transformação de acontecimentos públicos em espetáculos político-mediáticos, a partir da hipótese de que isso ocorre somente quando a qualidade do acontecimento se impõe a partir de requisitos como potencialidade, vitalidade, autonomia, passionalidade e rituais associados a ideais coletivos. Estes são indicadores que caracterizam o impacto de um acontecimento público sobre a sociedade e indivíduos, de tal modo que são adotados por instituições políticas e organizações mediáticas que o transformam em espetáculo político-mediático através da apropriação do acontecimento e da sua tradução à estética mediática, ao jornalismo, propaganda, entretenimento, discursos políticos, cerimônias mediáticas e, como consequência, sua comercialização e consumo. Como decorrência, a formação e partição da imagem pública associada ao espetáculo político-mediático. A consecução deste processo depende das paixões, como dispositivo de compreensão teórica e de manutenção dos espetáculos político-mediáticos.

Palavras-chave: comunicação política, acontecimento público, espetáculo político-mediático.

FROM PUBLIC EVENT TO THE POLITICAL-MEDIATIC SPECTACLE

This article analyses the process of transformation of public events into a political-mediatic spectacle. The hypothesis is that it occurs only when the event's quality is relevant on its potentiality, vitality, autonomy, passionality and rituality, all associated to collective ideals. These are indicators which characterize its impact on society, individuals and institutions and therefore can be used by political institutions and mediatic organizations which convert it into a political-mediatic spectacle from the event's appropriation and its translation to the media aesthetic, the journalism, the propaganda, the entertainment, the political speeches, media ceremony along with commercialization and consumption. In consequence, we find the constitution and division of the public image associated to the political-mediatic spectacle. This process's achievement depends on passion as a mechanism of theoretical comprehension and maintenance of the political-mediatic spectacle.

Keywords: political communications, public events, political-mediatic spectacle.

Resumos

Hélder Prior

O SEGREDO E O PROBLEMA DA ESFERA PÚBLICA: COMO O KRATHOS DOS PARTIDOS FOMENTA OS SEGREDOS DO PODER

Aparentemente, podemos definir a democracia como o governo do poder “visível”, um lugar que não deve estar confinado ao mistério. Ela é o governo do poder público que actua em público, mas é conveniente não esquecer que o conceito de “público” tem dois sentidos, consoante se contraponha a “privado” ou a “secreto”. A filosofia do Iluminismo estabeleceu os limites entre o que é publicamente privado – o que não sendo público pode ser visto – e o que é secreto – o que permanece por ver. Enquanto na dicotomia *público/privado*, o termo “público” refere-se à *res pública*, remetendo para a distinção romana entre *ius publicum* e *ius privatum*, na segunda dicotomia o sentido do termo “público” é o de algo “visível”, por oposição ao secreto. Efectivamente, a opinião pública condena a violação do princípio da publicidade, mas se o controlo da democracia tem alguma eficácia no que toca à política interna, ele permite ver que a esfera mais exposta ao abuso é a esfera das relações internacionais. O seguinte trabalho propõe-se estudar um poder político, marcadamente disciplinar, que é tanto mais eficaz quanto mais invisíveis forem as práticas de vigilância da opinião pública. Propomo-nos analisar o problema do segredo na esfera pública, quer no que se refere à simulação e dissimulação do jogo político, quer no que diz respeito à sua resposta, isto é, o desvelamento característico da actividade dos *media*, de uma actividade que, por vezes,

CALEIDOSCÓPIO

esconde os seus próprios processos de construção.

Palavras-chave: arcana imperii, esfera pública, poder visível, *media*.

Resumos

Hélder Prior

**THE SECRET AND THE PROBLEM
OF PUBLIC SPHERE:
HOW *KRATHOS* PROMOTES
THE SECRETS OF POWER**

Apparently, we can define democracy as the government of “visible power”, a place that should not be confined to the mystery. It is the government of public authority that acts in public, but we should not forget that the concept of “public” has two meanings, depending on whether the balance is the “private” or the “secret”. The philosophy of the Enlightenment established the boundaries between what is public sector – which, not being public, can be seen – and what is hidden – what remains to be seen. While in the dichotomy between private and public, the term “public” refers to the *res public*, referring to the Roman distinction between *ius publicum* and *ius privatum*, the second dichotomy in the sense of the word “public” is something “visible”, by opposition to the secret. Indeed, the public opinion condemns the violation of the principle of publicity, but the control of democracy has any effectiveness when it comes to domestic policy, he can see the sphere more exposed to abuse is the sphere of international relations. The following work proposes to study a political power, strongly discipline, which becomes more effective as the practices of public opinion surveillance become more invisible. We propose to analyse the problem of secrecy in the public sphere, the simulation and the dissimulation of the political game, and the unveiling characteris-

CALEIDOSCÓPIO

tic of the media, an activity that sometimes conceals its own process of construction.

Keywords: arcana imperii, public sphere, visible power, mass media.

Índice

Introdução	5
Isabel Babo-Lança	

I.

Acontecimento e Experiência Pública

Louis Quéré

A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública	13
--	----

II.

Acontecimento e Media

Jocelyne Arquembourg

Nascimento do acontecimento mediático moderno: o desastre de Lisboa	41
---	----

Vera V. França

O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático	59
---	----

Isabel Babo-Lança

Configuração mediática dos acontecimentos do ano	73
--	----

Célia Maria Taborda da Silva

Perspectivas acerca do conceito “acontecimento”	85
---	----

Paulo Bernardo Ferreira Vaz,

Renné Oliveira França

Entre o legítimo e o legitimado. A explosão dos acontecimentos nas capas de <i>Veja</i>	95
---	----

Sandra Maria Lucia Pereira Gonçalves

A morte de um ídolo. A construção do herói contemporâneo	107
--	-----

Marja Pfeifer Coelho

Regimes de visibilidade midiática: os acontecimentos, entre a notícia e o espetáculo.....	125
---	-----

Samuel Mateus

A configuração evenemencial da publicidade	137
--	-----

Daniel Catalão

Jornalismo televisivo na Internet: emergência e desafios.....	147
---	-----

CALEIDOSCÓPIO

III.

Acontecimento, Arte e Técnica

Maria Teresa Cruz

Arte, Acontecimento e Acção.....	157
----------------------------------	-----

Catarina Moura

Frame(d). A lógica da visão	163
-----------------------------------	-----

IV.

Espaço Público e Acontecimento

Maria José Brites

Os jovens e a cidadania: a relevância do espaço mediático	177
---	-----

Maria Helena Weber

Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático.....	189
--	-----

Hélder Prior

O segredo e o problema da Esfera Pública: como o <i>krathos</i> dos partidos fomenta os segredos do poder	205
---	-----

Leituras

Lurdes Macedo

Qu'est-ce le cosmopolitisme?	217
------------------------------------	-----

Florbela Guedes

A manipulação dos Media: os efeitos espectaculares da propaganda	225
--	-----

Resumos	231
----------------------	-----



Departamento de Ciências da Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação



UNIVERSIDADE LUSÓFONA
de Humanidades e Tecnologias
Humani nihil alienum

2010/11

